EMPRESA PARAIBANA DE COMUNICAÇÃO

A UNIÃO

JORNAL A UNIÃO 133 Anos

Ano CXXXIII Número 049 | R$ 4,00

João Pessoa, Paraíba - TERÇA-FEIRA, 31 de março de 2026

Fundado em 2 de fevereiro de 1893 no governo de Álvaro Machado

auniao.pb.gov.br | @jornalauniao

EMPRESA PARAIBANA DE COMUNICACAO S A
EPC:09366790000106

Assinado de forma digital por EMPRESA PARAIBANA DE COMUNICACAO S A
EPC:09366790000106
Dados: 2026.03.30 22:07:21 -03'00'

ESTUDO DA UFPB

Temperatura em João Pessoa sobe 4,5 graus em nove anos

Desconforto térmico é maior em bairros litorâneos, como Manaíra, Tambaú e Jardim Oceania. *Página 3*

Foto: Valter Campanato/Agência Brasil

Lula sanciona projeto que cria o IFSertãoPB

Nova instituição será formada a partir do desmembramento do Instituto Federal da Paraíba (IFPB), com foco em atender a demandas regionais. Assinatura do texto foi realizada durante evento de inauguração de 107 obras em escolas do país.

Página 4

Novo sistema adutor no Sertão atenderá 77,8 mil moradores

Obra será construída em Catolé do Rocha e beneficiará seis municípios. Edital de licitação foi anunciado, ontem, pelo governador João Azevêdo.

Página 13

MPPB e CRM investigam morte de criança em CG

Velório de Liana Maria, de um ano e seis meses, foi marcado por protestos. Familiares acusam Hospital da Criança de negligência no atendimento da menina.

Página 6

Uso do cheque especial cresce 23% entre empresas

Volume de recursos movimentados na Paraíba chegou a R$ 415,9 milhões, segundo o levantamento mais recente do Banco Central do Brasil.

Página 17

Foto: Roberto Guedes

Hotel Tambaú tem futuro ainda incerto

Grupo Occean aguarda formalização da posse, para dar início à reforma do prédio.

Página 5

Obras difundem o legado de grandes personalidades do estado

A Editora A União lança, hoje à noite, três publicações que contam um pouco a história de paraibanos que se destacam em áreas como as artes, a cultura, a política e o jornalismo. A antologia *Paraíba na Literatura VII*, o livro *Memórias A União – Volume 2* e a revista *Vivências Femininas* serão apresentados ao público na Livraria A União, no Espaço Cultural, a partir das 19h.

Página 9

Fotos: Divulgação

Foto: Divulgação/Secom-PB

Competição aposta na força da terceira idade

Atletas competem, hoje e amanhã, no beach câmbio, modalidade que se assemelha ao vôlei de praia.

Página 22

■ "A água, mesmo sob a retórica do bem comum, é um recurso profundamente político, cuja distribuição depende de pactos frágeis e de complexas costuras federativas que nem sempre privilegiam os mais vulneráveis".

Cidoval Morais de Sousa

Página 2

■ "Entre horários marcados, passos mais lentos e conversas repetidas, dois olhares aprenderam a se reconhecer. Muitos indagam: é possível o amor na terceira idade, com todos os percalços e incompreensões possíveis?".

Fernando Vasconcelos

Página 10

■ "Nossos maiores craques continuam devendo quando colocam o uniforme da Seleção Brasileira. Este é um fenômeno que eu pensei que sabia explicar, mas na verdade não sei mais".

Ivo Marques

Página 22

Assine o Jornal A União agora: (83) 3218.6500 circulacao@epc.pb.gov.br

Editorial

O fantasma da crise

A guerra desencadeada pelos Estados Unidos da América e Israel contra o Irã ressaltou, pela enésima vez, a colossal dependência que os países têm do petróleo, enquanto fonte de energia. A gigantesca frota internacional de veículos movidos a gasolina e *diesel*, por exemplo, movimenta-se, diuturnamente, pelas ruas, avenidas e rodovias, tal qual uma serpente metálica sedenta da energia oriunda dos combustíveis.

Qualquer ameaça de desabastecimento provoca logo uma desenfreada corrida aos postos de venda de combustíveis, com a formação de filas quilométricas de carros, caminhões e motocicletas, como aconteceu, há poucos dias, em países como Índia, Bangladesh e Vietnã. Não se sabe ainda quando e como terminará a agressão dos EUA e Israel ao Irã e, também, ao Líbano. A crise energética, portanto, é um fantasma a rondar o planeta.

Em situações como essa, voltam à tela questões como a sustentabilidade do meio ambiente, a partir da redução do consumo de petróleo e, por tabela, das emissões de gás carbônico — o poderoso poluente da atmosfera. A queima de combustíveis fósseis, associada ao desmatamento, alimenta o monstro chamado "efeito estufa", provocando o aquecimento global e as mudanças climáticas que, hoje, fazem-se sentir na Terra inteira.

Renovam-se, também, diante da iminência de uma crise energética prolongada, os apelos pela urgente substituição dos poços de petróleo por fontes de energia renováveis e biocombustíveis. Duas das principais alternativas — no caso, as energias solar e eólica — são realidades na Paraíba. Outras soluções incluem etanol e biocerosene (no caso da frota aérea). Enfim, faz tempo que a natureza e a tecnologia humana mostram as saídas.

As mudanças de hábito também estão no rol das alternativas para se evitar um colapso global, seja do ponto de vista do consumo de derivados do petróleo, seja do meio ambiente — que, por sinal, tem dado mostras cabais de que está à beira do esgotamento total, tantas são as agressões sofridas. Os investimentos em trabalho remoto, rodízio de veículos e, com maior destaque, no transporte público, são as políticas mais acertadas.

A sociedade humana, em termos gerais, precisa dar uma trégua a si mesma, no que se refere às desigualdades sociais, aos conflitos armados e à depreciação dos ecossistemas. Com as guerras, a pobreza e os processos poluentes, a humanidade atira várias vezes contra si mesma, e não se sabe até quando o corpo social suportará tais níveis de maus-tratos, isso sem falar na mente, que também se encontra, hoje, com sérias avarias.

Artigo

Cidoval Morais de Sousa
Colaboração

Os desafios do velho (e novo) "Chico"

Recebi, no último fim de semana, da querida Tania Bacelar, o documento "Velho Chico, Novos Caminhos", recém-publicado pela Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA), e que celebra os 20 anos da outorga que permitiu a execução do Projeto de Integração do Rio São Francisco com as bacias do Nordeste setentrional. Não resisti à provocação — "Conheces?" — e logo encarei o texto com a atenção que o tema desperta para os que ainda acreditam em desenvolvimento regional. Eis, portanto, uma síntese crítica do que li. Estruturado em três partes — "A Nascente", "O Curso" e "Os Novos Caminhos" —, o texto se inscreve como registro comemorativo, mas também como narrativa oficial de um projeto que atravessou governos e se consolidou como símbolo de resiliência e justiça social.

A narrativa institucional construída em "Velho Chico, Novos Caminhos" não se furta a descrever a complexidade do empreendimento: os 477 quilômetros de canais, os túneis que perfuram a chapada, as estações de bombeamento que elevam a água a alturas monumentais. O sucesso técnico é inegável, e a emoção estampada nos rostos dos sertanejos ao verem a água chegar pela primeira vez é o selo de legitimidade mais poderoso que qualquer política pública pode almejar. No entanto, a mesma narrativa que celebra a vitória da engenharia revela, nas entrelinhas, as tensões fundamentais de uma política que ainda busca conciliar desenvolvimento com equidade.

A construção do projeto foi marcada por uma intensa arena de disputas: estados doadores *versus* estados receptores, movimentos sociais contra a centralização da gestão hídrica, e um acirrado debate ambiental que exigiu a criação de 38 programas de mitigação e um investimento superior a R$ 1 bilhão em compensações. A descrição dos bastidores da outorga, com seus três dias de negociação para obter a assinatura de um governador, expõe que a água, mesmo sob a retórica do bem comum, é um recurso profundamente político, cuja distribuição depende de pactos frágeis e de complexas costuras federativas que nem sempre privilegiam os mais vulneráveis.

O documento aponta, ainda, que o grande desafio do Pisf agora é a "sustentabilidade operacional", com a migração para um modelo de Parceria Público-Privada e a responsabilização dos estados pelos altos custos de energia, que chegam a representar 80% das despesas. A assinatura dos contratos de pagamento e a qualificação do projeto no Programa de Parcerias de Investimentos indicam uma guinada em direção a uma gestão que prioriza a eficiência fiscal, mas que também carrega o risco de transformar o acesso à água em uma equação financeira que pode não alcançar os pequenos agricultores e as comunidades rurais difusas que ainda aguardam a capilaridade prometida.

Se as secas se tornarem mais severas e recorrentes, como alertam os próprios gestores no documento, o projeto precisará ser ressignificado: não mais como uma obra excepcional, mas como parte de uma política estruturante de convivência com o semiárido. Para além das cifras grandiosas e das festas de chegada das águas, o verdadeiro teste do empreendimento reside em sua capacidade de garantir que a água chegue de fato a quem mais precisa, que as vilas produtivas se tornem efetivas alternativas de emancipação social e que a gestão do sistema se torne um modelo de cooperação federativa. A vitória da engenharia está garantida; o desafio, agora, é transformar essa conquista em um símbolo duradouro de desenvolvimento sustentável e inclusivo.

> **"A construção do projeto foi marcada por uma intensa arena de disputas**

Foto Legenda

Carlos Rodrigo

Paixão

Artigo

Abelardo Jurema Filho
abelardojurema@hotmail.com | Colaborador

A confissão

Fui batizado na Igreja da Matriz, no Rio de Janeiro. Minha primeira comunhão ficou registrada numa foto em preto e branco: terno branco de calças curtas, uma vela e o catecismo nas mãos. Cresci sob princípios católicos herdados de minha mãe, dona Vaninha, que mantinha, logo na entrada de casa, uma imagem de Nossa Senhora de Fátima — a santa com quem mais se identificava e com quem conversava nos momentos de angústia e contrição.

Sou de um tempo em que a Semana Santa, especialmente a Sexta-Feira da Paixão, era profundamente respeitada pela comunidade católica e tinha grande significado para as famílias brasileiras. As rádios mudavam sua programação, tocando músicas sacras ou eruditas, em respeito ao Senhor Morto.

"É o maior dia do ano", dizia dona Vaninha, com a autoridade de sua fé inabalável nos desígnios de Deus e na força da Santíssima Trindade.

Na casa da Cesário Alvim, o jejum começava na quarta-feira e ia muito além da abstinência de carne, já retirada do cardápio desde o início da semana. Eram dias de preparação para reviver o sofrimento, a morte e a ressurreição de Jesus — o homem que deu sentido à vida na Terra e nos deixou, em uma única frase, o segredo da paz: "Amai-vos uns aos outros".

As casas noturnas não abriam, os restaurantes fechavam mais cedo, os bares permaneciam vazios. Não era imposição: era um gesto coletivo, quase silencioso, de respeito e contrição. Uma forma de se solidarizar com o sacrifício daquele que ensinou o amor ao próximo, a compaixão e a arte de viver plenamente.

Hoje, esses valores já não carregam o mesmo peso. As relações se tornaram mais rápidas, superficiais, imediatas. O calvário do Filho de Deus virou, para muitos, apenas mais um feriadão. Enquanto isso, guerras continuam a dizimar populações, com mísseis e *drones* cruzando os céus, destruindo cidades e interrompendo vidas, não respeitando sequer mulheres e crianças.

> **"Não era imposição: era um gesto coletivo, quase silencioso, de respeito e contrição**

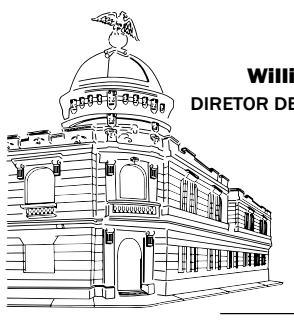
É então que me vem à memória a imagem de minha mãe, ao me ver pela casa, sem camisa, pronto para sair e jogar bola na rua:

"Vá se vestir, menino. Hoje não é dia de brincadeira. Respeite o sofrimento de Jesus".

Talvez por isso, resolvi procurar o padre Marcondes Menezes, meu amigo e conselheiro espiritual, disposto a me submeter a um rito cristão do qual havia me afastado, considerado o sacramento da penitência, reconciliação ou confissão, um dos sete sacramentos instituídos por Jesus Cristo, no qual os fiéis obtêm o perdão de Deus pelos pecados cometidos. Encontrei-o na Igreja Auxílio dos Cristãos, onde é o pároco, e fui fazer uma confissão. Ajoelhei-me diante dele para responder pelos meus pecados — em pensamentos, palavras, atos e omissões.

Saí de lá mais leve, como se tivesse feito uma faxina no meu coração. Com a fé renovada e paz na consciência.

SECRETARIA DE ESTADO DA COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL
EMPRESA PARAIBANA DE COMUNICAÇÃO S.A.



Naná Garcez de Castro Dória
DIRETORA–PRESIDENTE

William Costa
DIRETOR DE MÍDIA IMPRESSA

Amanda Mendes Lacerda
DIRETORA ADMINISTRATIVA, FINANCEIRA E DE PESSOAS

Rui Leitão
DIRETOR DE RÁDIO E TV

A UNIÃO
Uma publicação da EPC
Av. Chesf, nº 451 — CEP 58.082-010 — Distrito Industrial — João Pessoa (PB)

Gisa Veiga
GERENTE–EXECUTIVA DE MÍDIA IMPRESSA

Renata Ferreira
GERENTE OPERACIONAL DE REPORTAGEM

PABX: (83) 3218-6500
***E-mail*: circulacao@epc.pb.gov.br (assinaturas)**
ASSINATURAS IMPRESSAS: **anual ..... R$ 404,25 / semestral ..... R$ 202,12 / número atrasado ..... R$ 4**
CONTATO: **redacao@epc.pb.gov.br / ouvidoria@epc.pb.gpv.br**

Fica proibida a reprodução, total ou parcial, de matérias, figuras e fotos autorais deste jornal, sem prévia e expressa autorização da direção e do autor, exceto para impressão de cópias, com o fiel e real conteúdo, para uso e arquivo pessoal.

EM NOVE ANOS

Capital registra aumento de 4,5 °C na temperatura

Estudo utilizou imagens de satélite para mapear variação término em JP

A sensação de calor mais intenso em João Pessoa ganhou confirmação científica. Um levantamento do Departamento de Geociências da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) aponta que a temperatura de superfície em João Pessoa subiu 4,5 °C de 2013 a 2022.

O estudo utilizou imagens de satélite para mapear a variação térmica ao longo do período de nove anos. A técnica permite identificar com precisão as áreas mais quentes da cidade e acompanhar a evolução ao longo dos anos. Os dados mostram que bairros litorâneos como Manaíra, Tambaú e Jardim Oceania concentram os maiores índices de desconforto térmico.

A pesquisa integra as ações do projeto de extensão "Pedagogia Urbana", ligado à UFPB, que investiga os impactos do crescimento urbano sobre o clima local. O levantamento relaciona o avanço da temperatura a decisões de planejamento urbano. A expansão da cidade sem a preservação de áreas verdes, a substituição do solo natural por superfícies impermeáveis e o aumento do fluxo de veículos movidos a combustíveis fósseis aparecem como elementos centrais no processo.

A coordenadora do grupo, a professora de Geociências Andréa Porto, afirma que o aumento não ocorreu de forma isolada. "As causas identificadas são a baixa presença de vegetação em bairros que foram muito desmatados nos últimos anos para dar espaço para a verticalização; a impermeabilização do solo; a quantidade de ar-condicionado por metro quadrado, porque são equipamentos que eles resfriam dentro, mas eles acabam esquentando fora; e o trânsito durante todo o dia. Então são quatro fatores que contribuem com o desconforto térmico que a gente identificou nesses bairros", enumera a pesquisadora.

Foto: Carlos Rodrigo

Bairros afetados foram muito desmatados nos últimos anos para dar espaço à verticalização

Nas ruas, a percepção acompanha os dados. O calor é descrito como constante, inclusive fora do verão. Relatos apontam sensação de abafamento, vento quente e dificuldade de encontrar alívio mesmo em áreas sombreadas. O aquecimento do solo, exposto ao sol durante o dia, prolonga a sensação térmica elevada ao longo da noite. São mudanças sentidas na rotina das pessoas.

A administradora Marcela Machado, de 30 anos, diz que precisou ajustar os horários das atividades ao ar livre. "Como eu nasci e cresci em João Pessoa, é bem perceptível para mim essa mudança no clima da cidade, que está de fato mais quente. Por isso mesmo eu prefiro fazer as atividades que requerem uma certa exposição ao sol até, no máximo, as 7h da manhã, porque depois disso não tem a mínima condição", reclama a pessoense.

Para ela, a temperatura sentida na pele traz prejuízos para sua saúde. "Eu trabalho em um ambiente fechado, que tem muito ar-condicionado, quando preciso sair, o impacto da quentura e do frio do ar-condicionado impacta diretamente a minha saúde, porque eu tenho problemas respiratórios", complementa.

A estudante Alessia Guedes, que mora na cidade há sete anos, relata também impacto direto na disposição ao longo do dia. "Principalmente neste ano eu acho que eu tenho sentido mais, já estamos aí no outono e, mesmo assim, em temperatura de verão, é muito quente, essa última semana foi muito quente e atrapalha, sim, no dia a dia, a gente se sente mais indisposta, mais cansada se tiver que ficar exposta ao ar livre".

Plataforma reúne dados climáticos e urbanos

O estudo também aponta caminhos possíveis para reduzir os efeitos identificados. A professora Andréa Porto destaca que as mudanças dependem de decisões estruturais. "O mais importante agora é a gente poder transformar políticas públicas. Pensando para João Pessoa, o básico é zerar o desmatamento, fazer processos de restauração florestal na cidade, porque a gente perdeu muitos fragmentos de floresta nos últimos anos. A gente precisa atentar mais para essa moda de impermeabilizar todo o lote, para construir edificações do mercado imobiliário", aponta a especialista.

Como parte das ações do projeto, o grupo desenvolveu uma plataforma digital interativa que reúne dados climáticos, urbanos e sociais da capital. A ferramenta permite acompanhar informações atualizadas e também participar do monitoramento das políticas públicas relacionadas ao clima.

"Então essa plataforma foi criada no sentido de promover uma sinergia entre a universidade, a sociedade civil e o poder público. A ideia é fazer o acompanhamento, ou seja, o monitoramento das ações do plano de ação climática de João Pessoa. Ao mesmo tempo que ela informa, ela vê também uma plataforma interativa com a sociedade".

O acesso é gratuito e inclui um formulário para quem quiser contribuir com pesquisas, receber atualizações ou atuar de forma voluntária nas ações de acompanhamento. O conteúdo está disponível no perfil do projeto na rede social Instagram, @pedagogiaurbanabr.

■ O acesso é gratuito e inclui um formulário para quem quiser contribuir com pesquisas

IMPOSTO DE RENDA

Campanha incentivará doação para instituições

A Prefeitura de João Pessoa, por meio da Secretaria de Direitos Humanos e Cidadania (Sedhuc) lança, amanhã, a campanha Declare Solidariedade, incentivando os contribuintes a destinar parte do Imposto de Renda para fundos municipais que apoiam instituições voltadas à proteção de crianças, adolescentes e pessoas idosas na capital.

Com o lema "Seu imposto solidário contribui para o presente das crianças, adolescentes e das pessoas idosas do nosso município", a campanha busca ampliar a participação da população e fortalecer políticas públicas de inclusão e cuidado social.

A iniciativa reforça que pessoas físicas podem destinar até 3% do imposto devido diretamente na declaração, enquanto pessoas jurídicas podem contribuir com até 1%. Os recursos são direcionados ao Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (FMDCA) e ao Fundo Municipal da Pessoa Idosa (FMPI), fortalecendo projetos que atendem esses públicos.

O repasse pode ser feito por contribuintes que optarem pela declaração completa no ato da emissão do Imposto de Renda, sem custo extra. Dessa forma, o cidadão tem a oportunidade de decidir onde parte do seu imposto será aplicada, contribuindo diretamente para a vida de quem é beneficiado pela doação. O prazo para envio da declaração é até 29 de maio.

Para garantir a validação da doação, é necessário que o contribuinte envie o comprovante da operação bancária aos conselhos responsáveis. No caso do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, o envio deve ser feito para o *e-mail* fmdcajp@gmail.com. Já para o Fundo Municipal dos Direitos do Idoso, o comprovante deve ser encaminhado para fundomunicipaldoidosojp@gmail.com, junto com o CPF ou CNPJ do doador e o endereço.

UN Informe DA REDAÇÃO

TRABALHO DA PARAÍBA PARA ACOLHIMENTO DE ADOLESCENTES E CRIANÇAS É DESTAQUE NACIONAL

O Serviço de Acolhimento Familiar da Paraíba (SAF), executado pelo Governo do Estado, por meio da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Humano (Sedh), foi um dos destaques do II Congresso Nacional de Acolhimento Institucional e Familiar de Crianças e Adolescentes, realizado em São Paulo pela Hórus, entidade que atua na formação e especialização de profissionais da administração pública. Como reconhecimento pelo trabalho desenvolvido, a Paraíba foi homenageada com uma premiação nacional, destacando-se pelas práticas inovadoras e pelo compromisso com a proteção integral de crianças e adolescentes. Na ocasião, a coordenadora do Serviço de Acolhimento Familiar da Paraíba, Deborah Santos, apresentou a experiência exitosa do modelo regionalizado de acolhimento em família acolhedora. "O Governo do Estado reafirma seu compromisso com a política de proteção à criança e ao adolescente, investindo em estratégias que garantem o direito à convivência familiar e comunitária", ressaltou a coordenadora do SAF na Paraíba. O Serviço de Acolhimento Familiar consiste no atendimento de crianças e adolescentes de zero a 18 anos incompletos, afastados da família de origem, em razão de medida protetiva, em residência de famílias acolhedoras, previamente cadastradas e capacitadas para tal. Ressaltando-se ainda que em casos excepcionais, por decisão judicial, o acolhimento poderá perdurar até os 21 anos incompletos.

Foto: Divulgação/Secom-PB

REGULARIZAÇÃO EM RIO TINTO

O governador João Azevêdo entrega, hoje, mais 351 escrituras referentes à segunda etapa do processo de regularização fundiária em Rio Tinto, sendo 81 imóveis no Distrito de Salema e 270 no centro da cidade. Os investimentos do Governo da Paraíba ultrapassam R$ 12 milhões. Com esta etapa, serão mais de 1.000 casas regularizadas no município, tendo em vista que 700 imóveis foram regularizados na 1ª etapa.

INSCRIÇÕES DO EMPREENDER PB

O Programa Empreender PB abre amanhã mais um ciclo metropolitano de inscrições com oferta de 150 vagas para Campina Grande. O valor de investimentos para o município é da ordem de R$ 1,2 milhão. As vagas contemplarão as linhas de crédito Empreender Pessoa Física, Empreender Juventudes, Empreender Profissional Liberal e Empreender Profissional Liberal Juventudes.

"O MOMENTO DO BRASIL"

O Lide Paraíba — organização que reúne executivos dos mais variados setores de atuação — realiza, hoje, mais um encontro voltado à análise de conjuntura e ao debate estratégico sobre os rumos do país. O evento acontecerá às 9h, no Foccus Workplace. Com o tema "O Momento do Brasil: em qual direção estamos caminhando?", o encontro terá como palestrante o estrategista político Emanoelton Borges.

MOVIMENTAÇÃO DE PASSAGEIROS

Um relatório da Latam Airlines Brasil destaca o Aeroporto Castro Pinto entre os mais movimentados da Região Nordeste. Conforme o documento, o terminal paraibano ocupa a oitava colocação no *ranking*, com 117.291 passageiros transportados. Considerando todo o Nordeste, de 19 de dezembro de 2025 a 18 de fevereiro de 2026, a companhia transportou mais de um milhão de passageiros na região.

SELEÇÃO EM MAMANGUAPE

A Secretaria Municipal de Educação de Mamanguape publicou o edital do Processo Seletivo Simplificado (PSS) para a função de cuidador escolar (profissional de apoio escolar). O objetivo é a formação de cadastro de reserva para suprir necessidades temporárias de excepcional interesse público nas unidades escolares do município. O cadastro de reserva contará com até 180 classificados.

EM PATOS

Termina hoje o prazo para permissionários que ocupam espaços públicos no município de Patos efetuarem o pagamento do preço público referente ao exercício de 2026. A medida é direcionada especialmente aos comerciantes que atuam nos mercados municipais e também na Praça Getúlio Vargas. O pagamento dentro do prazo garante um desconto de 20% no valor total.

EDUCAÇÃO

Lula sanciona criação do IFSertãoPB

Meta agora é concluir o planejamento da nova autarquia, em Patos, dentro do prazo legal, estimado em 180 dias

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou, ontem, o Projeto de Lei nº 5.874/2025, que cria o Instituto Federal do Sertão Paraibano (IFSertãoPB) a partir do desmembramento do Instituto Federal da Paraíba (IFPB). A assinatura ocorreu na Esplanada dos Ministérios, em Brasília.

A sanção presidencial do PL ocorreu durante a cerimônia de inauguração simultânea de 107 obras em unidades escolares de todo o país, além do anúncio da marca de 99 mil escolas públicas conectadas com *internet* de qualidade para atividades escolares.

A reitora do Instituto Federal da Paraíba, Mary Roberta Meira Marinho, comemorou a medida: "Hoje é um dia realmente para celebrar a sanção pelo Presidente da República desse projeto tão importante. É um projeto que vem a somar para a Paraíba, somar investimentos e somar mais perspectivas de desenvolvimento".

De Brasília, onde acompanhou a solenidade, a gestora destacou que a nova autarquia representa um avanço estratégico para a Educação Profissional e Tecnológica no estado, visto que a criação do Instituto Federal do Sertão Paraibano permitirá uma gestão mais ágil e focada nas demandas regionais.

"A partir daí, é possível ter um olhar mais específico e geolocalizado, que se transforma em ações concretas. Isso aumentará a agilidade de ambas as instituições. Vejo essa união como um somatório positivo: a partir de uma perspectiva de desenvolvimento e de pensar nos estudantes e servidores, nós temos uma grande missão para a implantação dessa nova autarquia", afirmou.

Mary Roberta também ressaltou a iniciativa do presidente Lula e o apoio da bancada paraibana no Congresso Nacional, mencionando a articulação do deputado federal Hugo Motta (Republicanos-PB) e dos demais parlamentares, além do suporte dos diretores de unidades e da comunidade acadêmica, para a viabilização do projeto.

Na solenidade, o presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta, destacou a criação do IFSertãoPB. "A criação deste instituto federal ampliará a oferta de cursos e vagas técnicas e superiores, culminando no desenvolvimento e engrandecimento da nossa região. Isso gerará oportunidades para que o nosso povo não tenha mais que sair de suas cidades para ter acesso a uma universidade pública. Em nome de todos os sertanejos paraibanos, fica aqui o nosso mais sincero agradecimento por este momento", declarou.

Planejamento

Após a publicação da lei no Diário Oficial da União, o foco será o planejamento para implantação da nova autarquia. Segundo Mary Roberta, as atividades serão conduzidas por um Grupo de Trabalho (GT) composto por representantes do Ministério da Educação, de membros do GT local do IFPB e de diretores-gerais dos *campi* situados no Sertão paraibano.

A meta é concluir o planejamento da nova autarquia dentro do prazo legal, estimado em 180 dias. "O importante é que a gente consiga desenvolver esse trabalho o quanto antes", destacou a reitora do IFPB.

A sede do IFSertãoPB será instalada no município de Patos.

A estrutura da nova instituição deve ser composta por sete *campi*, atualmente vinculados ao IFPB: Cajazeiras, Catolé do Rocha, Itaporanga, Patos, Princesa Isabel, Santa Luzia e Sousa.

Leia mais na página 15

EM BAYEUX

Procissão do Fogaréu rememora a *Via Crucis* de Jesus Cristo

Emerson da Cunha
emerson.auniao@gmail.com

Maria José Salustiano tem frequentado a Igreja de São Sebastião, em Bayeux, desde o início da chamada Quaresma, período entre o Carnaval e a Páscoa, no qual católicos se preparam para um dos pontos altos da Igreja Católica, a Ressurreição de Jesus Cristo. Não perdeu nenhum dia de orações e penitência. Agora, na reta final, ela está de olho na programação da Semana Santa, que começou no Domingo de Ramos.

Ontem, Maria José continuou sua jornada de fé participando da Procissão do Fogaréu, na mesma paróquia, reforçando a sua fé. Ela seguiu junto aos demais fieis, que seguravam tochas que iluminavam o céu e matracas, que simbolizam a voz do povo de Deus.

"Eu acho muito importante [a procissão], porque é uma coisa que vem da doutrina de Deus. Nós somos cristãos. Porque a gente sem Deus, nós somos o quê? Nós somos alguma coisa sem Deus? A gente tem que ir ao encontro dele, que nós precisamos dele, mas ele não precisa de nós. Ele só vem a nós se a gente der brecha para ele entrar na nossa casa, na nossa vida", destaca Maria José.

> **Quando precisa celebrar a Semana Santa, eu estou sempre aqui todos os dias**
>
> Marinildo Vasconcelos,

Foto: João Pedrosa

Com tochas e matracas, simbolizando a luz e a voz do povo de Deus, fieis acompanharam o cortejo realizado pela paróquia São Sebastião

"Quando precisa celebrar a Semana Santa, eu estou sempre aqui todos os dias", reforça Marinildo Vasconcelos, que trabalha na igreja há cerca de 25 anos. Para ele, a Semana Santa é importante, porque "mesmo quem não tem oração, participa das orações da igreja. E a igreja pede sempre ajuda, colaboração de todos fiéis. Aliás, tem gente, até protestante, que vem aqui à igreja porque acha bonita celebração. E as procissões que a gente faz".

A noite de penitência e rememoração da vida de Jesus, na noite de ontem, na paróquia de São Sebastião, começou com uma celebração penitencial, momento voltado a pedir perdão pelos pecados e pelas limitações e fraquezas humanas, meditando sobre a vida de Jesus Cristo. Após a celebração, a igreja saiu para as ruas para a Procissão do Fogaréu. A ideia foi relembrar a *Via Crucis* de Jesus Cristo, ou seja, o caminho que o leva à cruz, meditando sobre a sua prisão e sua morte. Ao longo da procissão, também foram encenados momentos da vida de Cristo.

"Nós relembramos tudo da prisão de Jesus, o seu martírio, sua morte, mas culminando na ressurreição de nosso Senhor Jesus Cristo. A celebração da Santa Páscoa é a mãe de todas as celebrações, é o ponto mais alto na vida da Igreja Católica. Então, essa semana nos leva a chegar até a Páscoa de nosso Senhor Jesus Cristo", coloca o pároco da igreja, Jurandir Lourenço.

Na paróquia, a programação da Semana Santa inclui o Ofício de Betânia na terça-feira, o Ofício das Trevas na quarta-feira, a Missa de Lava-Pés na quinta, a Sexta-Feira da Paixão e o Sábado de Aleluia, culminando no Domingo de Páscoa.

PARA JUÍZES

PGR recorre de decisão que acaba com aposentadoria compulsória

André Richter
Agência Brasil

A Procuradoria-Geral da República (PGR) apresentou, ontem, recurso contra a decisão do ministro Flávio Dino que acabou com a aposentadoria compulsória como pena máxima aos magistrados condenados por faltas disciplinares graves, como venda de sentenças, assédio sexual e moral, entre outras.

Após receber o recurso, que está em segredo de Justiça, o gabinete de Dino determinou a intimação das partes envolvidas no processo para se manifestarem no prazo de 15 dias. Em seguida, o recurso deverá ser julgado pelo Supremo.

No dia 16 de março, o ministro determinou o fim da aposentadoria compulsória e alegou que a reforma da previdência de 2019 deixou de prever o benefício previdenciário e estabeleceu a perda do cargo como punição mais grave. Além disso, Dino disse que a pena beneficia os magistrados condenados.

Punições

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) foi criado em 2005 e é responsável pelo julgamento de faltas disciplinares cometidas por juízes e desembargadores. Em 20 anos, o órgão condenou 126 magistrados à aposentadoria compulsória, punição que permite que o condenado receba vencimentos.

O CNJ tem aplicado a Lei Orgânica da Magistratura Nacional (Loman), norma que definiu que são penas disciplinares, advertência, censura, remoção compulsória, disponibilidade com vencimentos proporcionais ao tempo de serviço e aposentadoria compulsória com vencimentos proporcionais ao tempo de serviço, a punição mais grave.

RIO DE JANEIRO

Aeroporto do Galeão é arrematado por R$ 2,9 bi pela espanhola Aena

Elaine Patricia Cruz
Agência Brasil

O Aeroporto Internacional do Galeão — Antônio Carlos Jobim, no Rio de Janeiro, foi leiloado, ontem, por R$ 2,9 bilhões. O valor representa um ágio de 210,88% sobre o mínimo estabelecido em edital, de R$ 932 milhões. A empresa vencedora foi a espanhola Aena, que fez a melhor proposta sobre a oferta de contribuição inicial.

No Brasil, a Aena já controla aeroportos como o de Congonhas (em São Paulo), Recife, Maceió, João Pessoa e Aracaju. A vencedora concorreu com outras duas empresas: a Zurich Airport — que opera os aeroportos de Florianópolis, Macaé, Natal e Vitória — e a RIOgaleão, atual controladora do aeroporto.

O leilão foi vencido após 26 lances em uma etapa em viva-voz, já que, na primeira etapa, a de apresentação de envelopes, a Zurich Airport e a Aena fizeram exatamente a mesma proposta: R$ 1,5 bilhão. Já a atual controladora do aeroporto, a RIOgaleão, ofertou R$ 934.045.874 durante a abertura de envelopes (nove na primeira etapa). O certame de venda assistida foi realizado pelo Ministério de Portos e Aeroportos e pela Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) na sede da B3, no centro da capital paulista. O evento contou com a participação do ministro Silvio Costa Filho. Atualmente, a gestão do aeroporto é da RIOgaleão (Rio de Janeiro Airport), controlada pela Vinci Airports (70%) e Changi Airports (30%).

O terminal foi concedido em um modelo de venda assistida, uma solução desenhada junto ao Tribunal de Contas da União (TCU) para modernização regulatória e reequilíbrio econômico-financeiro. A concessionária vencedora vai assumir o controle total do aeroporto, já que a Infraero, que hoje detém 49% da operação, deixará o negócio.

HOTEL TAMBAÚ

Imbróglio sobre a posse permanece

Mesmo após deliberação do STJ a favor do Grupo Occean (antigo A. Gaspar), complexo continua fechado

Priscila Perez
priscilaperezcomunicacao@gmail.com

Após cinco anos de uma disputa marcada por reviravoltas e recursos sucessivos, a mais recente decisão do Superior Tribunal de Justiça (STJ) sobre o futuro do Hotel Tambaú, proferida no ano passado, parecia, enfim, destravar o impasse jurídico que impedia a reabertura do empreendimento. Mas, na prática, não foi isso que aconteceu. Embora a Quarta Turma do STJ tenha validado o leilão em que o Grupo Occean (antigo A. Gaspar) havia arrematado o hotel, a posse do imóvel ainda não foi formalizada. E, sem carta de arrematação, não há vencedor, na prática. A expectativa, agora, é que o impasse envolvendo a paraibana Ampar Hotelaria e o grupo potiguar tenha um desfecho nos próximos meses, a depender dos novos movimentos na Justiça.

Do ponto de vista do A. Gaspar, o processo deve chegar ao fim dentro de três meses, com a posse legitimada pela Justiça. O advogado Frederico Ferreira, que representa a empresa de Ruy Gaspar, explica que a etapa atual é procedimental, tendo em vista que o mérito já foi definido pelo STJ. "A gente está aguardando a expedição da carta de arrematação e a chamada 'imissão na posse', que nada mais é que o registro em cartório. Isso deve acontecer nos próximos meses", afirma, complementando que a tentativa da Ampar é sustentar a ideia de que ainda há pontos a serem julgados, mas o entendimento da Corte já estaria consolidado. "O acórdão é muito claro em apontar a validade do segundo leilão", relata o advogado, referindo-se ao certame vencido pelo grupo do Rio Grande do Norte, em 2021. "E todos os recursos foram extintos", completa.

Retrospectiva

Um ano antes, o grupo A. Gaspar havia vencido o primeiro leilão do Hotel Tambaú — após a falência da Varig, dona da rede Tropical Hotéis —, mas, como desistiu da compra, abriu espaço para o segundo colocado, o advogado e jornalista paraibano Rui Galdino. Ele, por sua vez, também recuou inicialmente, alegando divergências sobre o valor do lance. Após disputas sobre a validade desse primeiro leilão, foi realizado um segundo, no qual o grupo potiguar voltou a arrematar o imóvel. Galdino, então, voltou atrás e buscou na Justiça o reconhecimento do primeiro leilão, alegando ter condições de cumprir o pagamento. Com o aporte financeiro da Ampar Hotelaria, as parcelas foram quitadas e o grupo paraibano passou a reivindicar a propriedade do imóvel. Foi a partir da sobreposição dessas decisões, entre o reconhecimento do primeiro leilão, defendido pela Ampar, e a validação do segundo pelo STJ, que o impasse ganhou corpo e se arrasta até hoje.

Indefinição

Ainda assim, como o processo não transitou em julgado — etapa em que a decisão se torna imutável —, a possibilidade de novos recursos permanece viva, colocando o Hotel Tambaú, um dos cartões-postais mais famosos de João Pessoa, em um limbo jurídico interminável. Para Frederico, que representa o grupo potiguar, no entanto, essa margem é apenas uma mera formalidade. "Em minha opinião, qualquer recurso não apresenta a menor condição de ser admitido. A questão já foi definida. Ela só não transitou em julgado", pontua.

Foto: Roberto Guedes

Ainda sem a carta de arrematação, grupo vencedor não assume o imóvel e reforma do empreendimento segue indefinida

Com o objetivo de abreviar a etapa final do processo, o advogado conta que entrou com uma medida no Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJRJ), onde tramita a ação, para evitar que o caso se prolongue ainda mais, após a definição do STJ. Na avaliação dele, não faz sentido que, mesmo após o reconhecimento da validade do segundo leilão, o processo siga sem a expedição dos documentos que permitem a transferência do imóvel. "Pedimos que, independentemente do julgamento do trânsito em julgado, fosse passada a carta de arrematação em favor da A. Gaspar", afirma, argumentando que o grupo nunca deixou de cumprir as obrigações financeiras assumidas.

É justamente essa ausência de formalização que alimenta o impasse. Apesar da decisão favorável, o grupo ainda não teve acesso ao imóvel, o que impede qualquer avanço em relação à reforma do hotel, fechado desde 2020. Na prática, nem a etapa mais básica, de avaliação das condições do prédio, tem como ser iniciada, o que ajuda a entender por que a reabertura do hotel, que chegou a ser cogitada para 2026, tornou-se improvável. Vale lembrar que o grupo potiguar prometeu investir mais de R$ 100 milhões na revitalização do complexo, incluindo a requalificação da estrutura original e a incorporação de novos equipamentos, como um parque aquático.

Ampar Hotelaria contesta atual decisão judicial

Do outro lado da disputa está a Ampar Hotelaria, sustentando que o caso ainda está em aberto. Para o advogado Valberto Azevedo, a contenda não se resume à validação de um leilão, mas à forma como todo o processo foi conduzido desde o início. A tese defendida pelo grupo paraibano parte do entendimento de que, após a desistência do primeiro colocado no leilão de 2020, o segundo colocado, à época representado por Rui Galdino, deveria ter sido declarado vencedor, sem a necessidade de realização de um novo certame. Segundo ele, esse foi, inclusive, o entendimento do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJRJ), antes de o caso chegar à instância superior. "Nós achamos que a decisão tomada a favor da Gaspar contraria diversos precedentes do STJ", afirma o advogado, destacando que o grupo entrou com recurso para uniformizar esse entendimento. O chamado "embargo de divergência" já foi protocolado e deverá ser julgado, possivelmente, ainda em 2026, o que faria o processo passar por uma nova etapa de análise.

Outro ponto destacado por Valberto diz respeito à interpretação da decisão do STJ. Na leitura da Ampar, o julgamento não encerra automaticamente a discussão sobre quem deve ser reconhecido como vencedor do processo, o que ainda abriria espaço para novos questionamentos. "O STJ não validou o vencedor do segundo leilão. Ele validou o segundo leilão", afirma o advogado. Nesse cenário, a Ampar também argumenta que cumpriu integralmente suas obrigações financeiras ao quitar o valor do primeiro leilão, o que, na avaliação do grupo, reforça a legitimidade de sua posição. Para Valberto, além da disputa jurídica, há, também, uma discussão que não pode ser negligenciada sobre os impactos econômicos da decisão, já que os valores pagos foram destinados à quitação de dívidas trabalhistas e fiscais do proprietário anterior do hotel. "A Justiça teria que restituir essa mesma quantia e receber do outro grupo o valor, só que em 80 prestações", aponta.

Reabertura travada

Enquanto o processo segue em curso, a avaliação é que esse ambiente de insegurança jurídica tem impedido qualquer avanço concreto em relação à requalificação do imóvel. Segundo Valberto, a situação afasta possíveis parceiros e trava a reabertura do hotel. Nesse contexto, o tempo torna-se um fator decisivo. Cada nova etapa processual prolonga a indefinição e adia, ainda mais, a possibilidade de recuperação do complexo, que já foi um dos principais polos turísticos da capital.

Para o presidente da Associação Brasileira da Indústria de Hotéis da Paraíba (Abih-PB), Gustavo Paulo Neto, o impacto dessa inatividade vai além da perda de capacidade hoteleira: reflete-se, também, na imagem turística de João Pessoa. "Um equipamento como o Tambaú, em pleno funcionamento, contribuiria diretamente para o fortalecimento do posicionamento da cidade como destino competitivo no cenário nacional, ampliando a atratividade para turistas, operadores e investidores", afirma. Na avaliação do empresário paraibano, a retomada do empreendimento mudaria a dinâmica do setor, servindo de alavanca para um novo ciclo de crescimento do turismo pessoense.

MOBILIDADE E RENDA

Capital inicia a implantação de 19 estações de bicicletas elétricas

Foram apresentadas, ontem, as estações de bicicletas elétricas que estão sendo implantadas em João Pessoa para uso da população, tanto de forma recreativa quanto como alternativa de trabalho por meio de transporte por aplicativo.

Ao todo, serão 19 estações distribuídas em diferentes pontos da cidade, com 150 bicicletas elétricas, em uma iniciativa que coloca a capital como a primeira do Nordeste a adotar esse tipo de solução em mobilidade urbana.

Foto: Divulgação/Secom-JP

Ponto inaugural foi instalado em Tambaú, com 150 unidades

A primeira estação está sendo instalada no final da Avenida Nego, no bairro de Tambaú. A proposta integra ações de mobilidade urbana e amplia as opções de deslocamento, inclusive para os turistas.

Até o mês de maio, a previsão é que 150 unidades estejam disponíveis, com expansão para 450 bicicletas até o fim do ano. Com isso, João Pessoa passa a integrar o grupo de cidades brasileiras que já contam com esse tipo de serviço, como São Paulo, Rio de Janeiro e Balneário Camboriú.

As estações são resultado de uma parceria público-privada, com cadastramento realizado por meio da Secretaria de Desenvolvimento Urbano (Sedurb). Será cobrada uma taxa de R$ 14 mensais para uso recreativo e de R$ 180 para utilização voltada ao trabalho com transporte por aplicativo.

A iniciativa também busca ampliar oportunidades de geração de renda, especialmente para trabalhadores de plataformas de entrega. Pessoas sem veículo próprio ou com dificuldades de mobilidade poderão alugar as bicicletas, mediante cadastro na Sedurb, para dar continuidade às atividades profissionais.

SUSPEITA DE NEGLIGÊNCIA

Morte de criança será investigada

SMS de Campina Grande relata que solicitou a intervenção do MPPB e do CRM-PB para solucionar o caso

Samantha Pimentel
samanthauniao@gmail.com

Foto: Reprodução/Google Street View_editada

Denúncia feita pelos familiares da paciente é direcionada contra profissionais que atuam no Hospital da Criança e do Adolescente

A menina de um ano e seis meses, Liana Maria Torres Balbino, faleceu na noite do último domingo (29), às 19h49, após ser vítima de suposta negligência médica no Hospital da Criança e do Adolescente de Campina Grande (HCA-CG). A denúncia foi feita pela família na semana passada. O Ministério Público da Paraíba (MPPB) e o Conselho Regional de Medicina da Paraíba (CRM-PB) apuram os fatos.

Segundo relato de Alisson Balbino, tio da criança, Liana foi atendida duas vezes, na unidade, com sintomas gripais e liberada sem a realização de exames. A internação só foi realizada quando a paciente retornou em estado convulsivo. Posteriormente, a menina foi transferida para o Hospital de Emergência e Trauma Dom Luiz Gonzaga Fernandes, no mesmo município, onde deu entrada com edema cerebral. Ela permaneceu internada na unidade de terapia intensiva pediátrica (UTI Pediátrica), em estado grave, mas não resistiu. O óbito foi confirmado pela unidade, que informou, por meio de nota, que não se pronunciará sobre a causa da morte nem sobre o caso, considerando que o quadro clínico inicial e os fatos que originaram a situação não ocorreram no hospital, além das alegações apresentadas pela família da paciente.

A Secretaria Municipal de Saúde de Campina Grande (SMS-CG), responsável pelo Hospital da Criança, também se manifestou mediante nota. O órgão solidarizou-se com a família e afirmou que as investigações estão em andamento por meio de sindicância interna. A pasta destacou, ainda, que solicitou a intervenção do MPPB, com o objetivo de obter suporte técnico do CRM-PB na apuração dos fatos, incluindo a conduta médica e os procedimentos adotados nas unidades que atenderam a criança.

De acordo com o documento, a intenção é, com o apoio do MPPB e do CRM-PB, esclarecer os fatos, garantir justiça — tanto na responsabilização, caso comprovadas irregularidades, quanto na preservação dos profissionais que atuaram corretamente — e, se necessário, aprimorar os procedimentos institucionais para evitar novas ocorrências.

O velório de Liana ocorreu na Câmara Municipal de Remígio, cidade onde a família reside, e o sepultamento foi realizado no cemitério local, na manhã seguinte. A despedida foi marcada por forte comoção de familiares, amigos, vizinhos e da população, que também exibiram faixas pedindo justiça. A família acredita que, caso um diagnóstico adequado e uma intervenção precoce tivessem sido realizados durante os primeiros atendimentos no HCA-CG, o quadro não teria evoluído de forma tão grave.

Durante o enterro, em vídeo divulgado nas redes sociais, o tio da menina, Alisson Balbino, expressou indignação e dor. "Estamos arrasados. Isso foi negligência e eu vou até o fim, os culpados vão pagar. O sentimento agora é de buscar justiça", afirmou. Ele também destacou a expectativa que os responsáveis sejam punidos para que casos semelhantes não voltem a ocorrer.

MPPB

O Ministério Público da Paraíba informou que instaurou, desde ontem, uma Notícia de Fato para apurar o caso da morte da menina Liana Maria Torres Balbino. O procedimento foi aberto pela promotora de Justiça Adriana Amorim, que atua na defesa da Saúde, com o objetivo de esclarecer as circunstâncias do atendimento prestado à criança e verificar a regularidade dos protocolos assistenciais adotados pelas unidades de saúde envolvidas.

Diante da gravidade dos fatos divulgados pela imprensa, a promotora determinou que as direções do HCA-CG e do Hospital de Emergência e Trauma Dom Luiz Gonzaga Fernandes sejam notificadas para, no prazo de 15 dias, apresentarem manifestação detalhada sobre o atendimento realizado. As unidades deverão encaminhar cópia integral e legível do prontuário médico da paciente, incluindo fichas de triagem, evoluções médicas e de Enfermagem, exames, prescrições, relatórios de transferência e registros de atendimentos de urgência.

Além disso, também serão oficiados a Secretaria Municipal de Saúde de Campina Grande (SMS-CG), o Conselho Regional de Medicina da Paraíba, o Instituto de Polícia Científica e o Serviço de Verificação de Óbito, para adoção das medidas e diligências necessárias no âmbito de suas competências.

Poder público

Em razão do falecimento de Liana, a Prefeitura de Campina Grande adiou o lançamento da edição 2026 d'O Maior São João do Mundo, anteriormente prevista para hoje. Segundo publicado na página virtual oficial da administração municipal, a decisão foi tomada diante da comoção provocada pela perda e em sinal de respeito à família.

Em nota, a gestão manifestou profundo pesar e solidariedade aos familiares e amigos neste momento de dor.

O lançamento oficial da edição 2026 d'O Maior São João do Mundo foi transferido para o dia 8 de abril, na Pirâmide do Parque do Povo, quando será apresentada à cidade a programação oficial de um dos maiores eventos de rua do Brasil.

Caso

Liana Maria Torres Balbino deu entrada, inicialmente, no HCA-CG no dia 20 de março, apresentando sintomas gripais. Desde esse primeiro atendimento, conforme o tio da criança, que é técnico de Enfermagem, já teriam ocorrido falhas na assistência. Ele afirma que, durante a triagem, a médica responsável teria minimizado a situação, sugerindo que a mãe estaria exagerando por ser "mãe de primeira viagem" e orientando que levasse a criança para casa e administrasse dipirona.

No dia 23, à noite, a família retornou ao hospital com a menina apresentando vômitos e leve dificuldade respiratória. Ainda assim, conforme o relato, o médico plantonista prescreveu apenas soro, medicação e lavagem nasal, sem solicitar exames ou indicar internação.

Já na madrugada do dia 24 de março, a criança foi levada novamente ao HCA-CG, dessa vez em estado mais grave, apresentando convulsões. Ela foi encaminhada para a ala vermelha da unidade, onde foi entubada. Ainda na manhã do mesmo dia, foi transferida para o Hospital de Emergência e Trauma Dom Luiz Gonzaga Fernandes, em Campina Grande.

De acordo com a equipe médica que a recebeu no Hospital de Trauma, a menina chegou na unidade com ventilação mecânica e em estado geral gravíssimo. Após a realização de exames, foi diagnosticado um edema cerebral. A paciente permaneceu internada, entubada, sob cuidados das equipes de pediatria e neurologia, mas não resistiu, falecendo na noite do último domingo (29).

■ Velório e sepultamento em Remígio, cidade onde a família de Liana Maria reside, foram marcados por atos pedindo justiça

CONTRA *INFLUENZA*

Dia D de vacinação registra mais de 83 mil doses aplicadas

A Secretaria de Estado da Saúde (SES) registrou um recorde de vacinação durante o Dia D contra a *influenza*, realizado no último sábado (28), com a aplicação de 83.394 doses no território paraibano. O resultado supera o desempenho de 2025, quando foram aplicadas 62.406 doses no Dia D, realizado em abril, e evidencia o avanço significativo na mobilização e na adesão da população em todo o estado. A abertura oficial da campanha estadual foi realizada no município de Conde, na Unidade de Saúde da Família (USF), no Centro.

Entre as cidades que mais se destacaram na vacinação estão João Pessoa, com 10.806 doses aplicadas; Campina Grande, com 6.610 doses; Sousa, com 4.529 doses; Patos, com 3.002 doses; e Alagoa Grande, com 1.657 doses, demonstrando o engajamento dos municípios e das equipes de saúde na ampliação da cobertura vacinal.

Aumento

Número representa crescimento em relação aos índices do ano passado, reforçando a adesão da população à campanha de imunização

Foto: Divulgação/Secom-PB

João Pessoa, Campina Grande e Sousa, respectivamente, são as três cidades com maior quantidade de pessoas vacinadas

O secretário de Estado da Saúde, Ari Reis, ressaltou o desempenho alcançado e o trabalho articulado da gestão estadual. "O resultado alcançado no Dia D reflete um esforço coletivo coordenado pela SES, com ações de capacitação das equipes, apoio técnico contínuo e incentivos financeiros aos municípios. Esse conjunto de estratégias tem fortalecido a imunização e ampliado o acesso da população à vacina em todas as regiões do estado", afirmou.

O secretário adjunto da Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde (SGTES) do Ministério da Saúde, Jérzey Timóteo, destacou a importância da parceria institucional. "A atuação integrada entre o Ministério da Saúde e o Governo da Paraíba tem contribuído diretamente para o fortalecimento das ações de imunização. Esse alinhamento permite maior alcance das estratégias e impacto positivo na proteção da população", pontuou.

Durante o Dia D, além da vacinação contra a gripe, foram ofertados diversos serviços de saúde à população, como testagem rápida para infecções sexualmente transmissíveis (ISTs), práticas integrativas e complementares (PICs), aferição de pressão arterial e atendimentos voltados à saúde animal.

REINTEGRAÇÃO DE POSSE

PF cumpre mandado no Castro Pinto

A partir de ordem da Justiça Federal, ação conjunta desocupou área do aeroporto invadida irregularmente

Cerca de 100 policiais participaram de uma operação para cumprir a reintegração de posse de terras que fazem parte do Aeroporto Internacional Presidente Castro Pinto, localizado no município de Bayeux, na Região Metropolitana de João Pessoa. Promovida ontem, a força-tarefa contou com o envolvimento de agentes da Polícia Federal (PF), da Polícia Militar da Paraíba (PMPB), do Corpo de Bombeiros Militar do estado (CBMPB) e da Justiça Federal, além da operadora Aena, responsável pela gestão do terminal, e do Exército Brasileiro, que forneceu apoio logístico à ação.

De acordo com uma nota publicada pela PF, havia cerca de 300 lotes irregulares divididos no local. O foco da ação, que executou um mandado expedido pela 1ª Vara Federal da Seção Judiciária da Paraíba, foi garantir a desocupação da zona invadida e resguardar a segurança da área vinculada ao aeroporto, considerada importante para o funcionamento e o desenvolvimento das atividades de rotina da unidade. Ainda segundo o comunicado oficial, foram retiradas, na ocasião, pessoas e estruturas irregulares de acampamento.

Até o fechamento desta edição, o número exato de indivíduos que ocupavam o espaço não havia sido divulgado pelas autoridades. Mas a PF garantiu ter adotado as medidas de cautela necessárias para preservar a ordem e a integridade de todos os envolvidos.

Além dos efetivos das forças de segurança, a operação mobilizou viaturas, caminhões, um trator e outros meios logísticos para o cumprimento da ordem judicial.

Fotos: Divulgação/PF

Além da PMPB e do Corpo de Bombeiros, força-tarefa contou com o apoio logístico do Exército

■ Segundo as autoridades, terreno reintegrado é considerado importante para as operações aeroportuárias do terminal

Estruturas de acampamento foram removidas do local

PATOS

Com corrida e cordel, projeto alerta pais e filhos sobre crimes digitais

A Delegacia da Polícia Federal (PF) em Patos, no Sertão paraibano, realizou, no último domingo (29), a primeira edição da corrida Guardiões da Infância. Conforme o órgão policial, o evento será organizado anualmente, com o objetivo de gerar engajamento social para a proteção da infância e conscientizar a população acerca dos riscos que menores de idade correm ao utilizar a *internet* sem a supervisão de pais ou responsáveis.

Segundo o delegado federal Augusto Neto, a corrida, aberta ao público, integra um projeto homônimo, que consiste em levar policiais e agentes capacitados para palestrar sobre o tema, em encontros com alunos de escolas, educadores e pais, a fim de instruí-los a usar a rede de forma mais segura e prevenir o contato de crianças e adolescentes com usuários mal-intencionados. "Infelizmente, não são raras as vezes que abusadores utilizam essas ferramentas virtuais, como chats e jogos *on-line*, para manipular, obter e compartilhar imagens indevidas", contou o delegado.

Durante o evento do fim de semana, os participantes receberam *kits* com exemplares do folheto de literatura de cordel *Guardiões da Infância em cordel – Volume 2*. Escrita pelo perito criminal federal Alysson Medeiros, em parceria com a Diretoria de Combate a Crimes Cibernéticos (DCiber) da PF, a obra, que também traz xilogravuras da artista Edna, explica como a *internet* pode ser explorada contra o público infantojuvenil e orienta a supervisão parental para o enfrentamento de crimes cibernéticos, como aliciamento, *cyberbullying* e abuso sexual.

"Posso dizer que a corrida foi um sucesso. Tivemos quase 300 inscrições e a participação de muitas crianças. Foi muito proveitoso ver famílias inteiras participando da corrida", comemorou o delegado. Para ele, iniciativas do tipo também são importantes para aproximar a PF da sociedade e incentivar a promoção da saúde, aliando o trabalho de conscientização à prática de exercícios.

Percursos e prêmios

A corrida Guardiões da Infância contou com duas modalidades — de 5 km, destinada a atletas a partir de 15 anos, e de 1 km, voltada ao público infantil — e uma série de categorias — classificação geral, atletas locais, faixas etárias, pessoas com deficiência (PcD) e profissionais da segurança pública. Todos os corredores que completaram o percurso dentro do tempo-limite ganharam uma medalha de participação, e os três melhores colocados receberam troféus e premiação em dinheiro — R$ 300 para o primeiro lugar, R$ 200 para o segundo e R$ 100 para o terceiro.

Todo o trajeto ocorreu na região da Alça Sudeste de Patos, com largada e chegada na nova sede da delegacia local da PF, que deverá ser inaugurada ainda neste mês.

Fotos: Divulgação/PF

Evento somou quase 300 inscritos; folheto informativo foi distribuído entre os participantes

INTOXICAÇÕES EM POMBAL

Contaminação alimentar é confirmada, mas causa de morte segue em apuração

Priscila Perez
priscilaperezcomunicacao@gmail.com

Exames laboratoriais trouxeram novos elementos para a investigação sobre os casos de intoxicação alimentar registrados em Pombal, nos dias 15 e 16 de março. As análises confirmaram a contaminação por bactérias de alimentos consumidos em uma pizzaria do município, apontada como possível origem do surto que teria provocado a morte de uma mulher — Raíssa Meritein Bezerra e Silva, de 44 anos —, além de deixar mais de 100 pessoas doentes. De acordo com a Secretaria de Estado da Saúde (SES), nas análises realizadas pelo Laboratório Central de Saúde Pública da Paraíba (Lacen-PB), foram identificadas, em seis das sete amostras estudadas, as bactérias *Staphylococcus aureus* e *Escherichia coli* — resultado que aponta possíveis falhas no preparo ou na higiene dos alimentos.

Segundo o secretário da Saúde do estado, Ari Reis, a presença dessas bactérias nos produtos coletados indica que houve quebra nos protocolos básicos de segurança sanitária, incluindo possíveis falhas na higienização de alimentos, superfícies e utensílios. "A única afirmação que podemos fazer, nesse momento, é que há evidências científicas de que houve uma má manipulação dos alimentos. Além disso, são bactérias que evidenciam uma má higienização do local", afirmou.

Quebra-cabeça

No caso do *Staphylococcus aureus*, a intoxicação pode ocorrer por meio de toxinas produzidas pela bactéria, o que ajuda a explicar o surgimento repentino dos sintomas relatados pelos pacientes, como náuseas, vômitos e dores abdominais. Já a confirmação da causa da morte de Raíssa Meritein ainda depende de exames periciais em andamento, conduzidos pelo Instituto de Polícia Científica (IPC), que deverão indicar se houve relação direta do óbito com a intoxicação alimentar.

Entretanto, parte dessas análises precisará ser realizada fora da Paraíba, já que o exame específico para detecção de toxinas no sangue não é feito pelo Lacen-PB. "Já estamos providenciando a transferência dessas amostras para outras unidades laboratoriais, para que possamos fechar esse quebra-cabeça", reforçou o secretário. A estimativa é que o laudo pericial do corpo seja divulgado no fim desta semana, enquanto o resultado da análise complementar das amostras biológicas deverá sair em 15 dias úteis.

Em nota, a SES informou que foram analisadas 11 amostras, coletadas de pacientes com suspeita de intoxicação alimentar, nas quais não foi identificada a presença de patógenos como *Salmonella spp.* ou *Shigella spp.*, bactérias comumente associadas a infecções gastrointestinais. Apesar disso, Ari Reis ressaltou que a ausência dessas toxinas nos exames não afasta a hipótese de intoxicação alimentar, já que, no momento da análise laboratorial, elas nem sempre permanecem detectáveis no organismo.

Investigações

Assim que o caso veio à tona, equipes da Vigilância Sanitária de Pombal e da Agência Estadual de Vigilância Sanitária (Agevisa-PB) estiveram no estabelecimento investigado para verificar as condições de preparo dos alimentos. Durante a inspeção, foram recolhidas amostras de produtos, ingredientes e materiais utilizados na cozinha, além da identificação de irregularidades sanitárias no ambiente. Essas informações passaram a compor o conjunto de elementos analisados pelos órgãos de saúde e pela Polícia Civil da Paraíba (PCPB), responsável por apurar as circunstâncias da contaminação.

Paralelamente às investigações, o Ministério Público do estado (MPPB) também instaurou um procedimento para averiguar o caso em Pombal. A apuração está sendo conduzida pela 2ª promotora de Justiça do município, Patrícia Napoleão de Oliveira, que solicitou informações detalhadas aos envolvidos, incluindo as Vigilâncias Sanitárias estadual e municipal, a Secretaria de Saúde de Pombal e as unidades hospitalares que atenderam a população.

Entre os dados requisitados, estão os relatórios de inspeção que resultaram na interdição da pizzaria, os laudos laboratoriais, as informações sobre a origem dos insumos utilizados no estabelecimento e o levantamento epidemiológico dos pacientes. De acordo com o MPPB, o objetivo é reunir elementos que orientem eventuais medidas extrajudiciais e judiciais em relação ao caso. Procurado pela reportagem, o órgão informou que o procedimento segue sob sigilo, enquanto aguarda a conclusão dos laudos periciais.

PAIXÃO DE CRISTO

Bairros recebem peças religiosas

A partir de hoje, espetáculos selecionados por edital cultural serão apresentados gratuitamente na capital

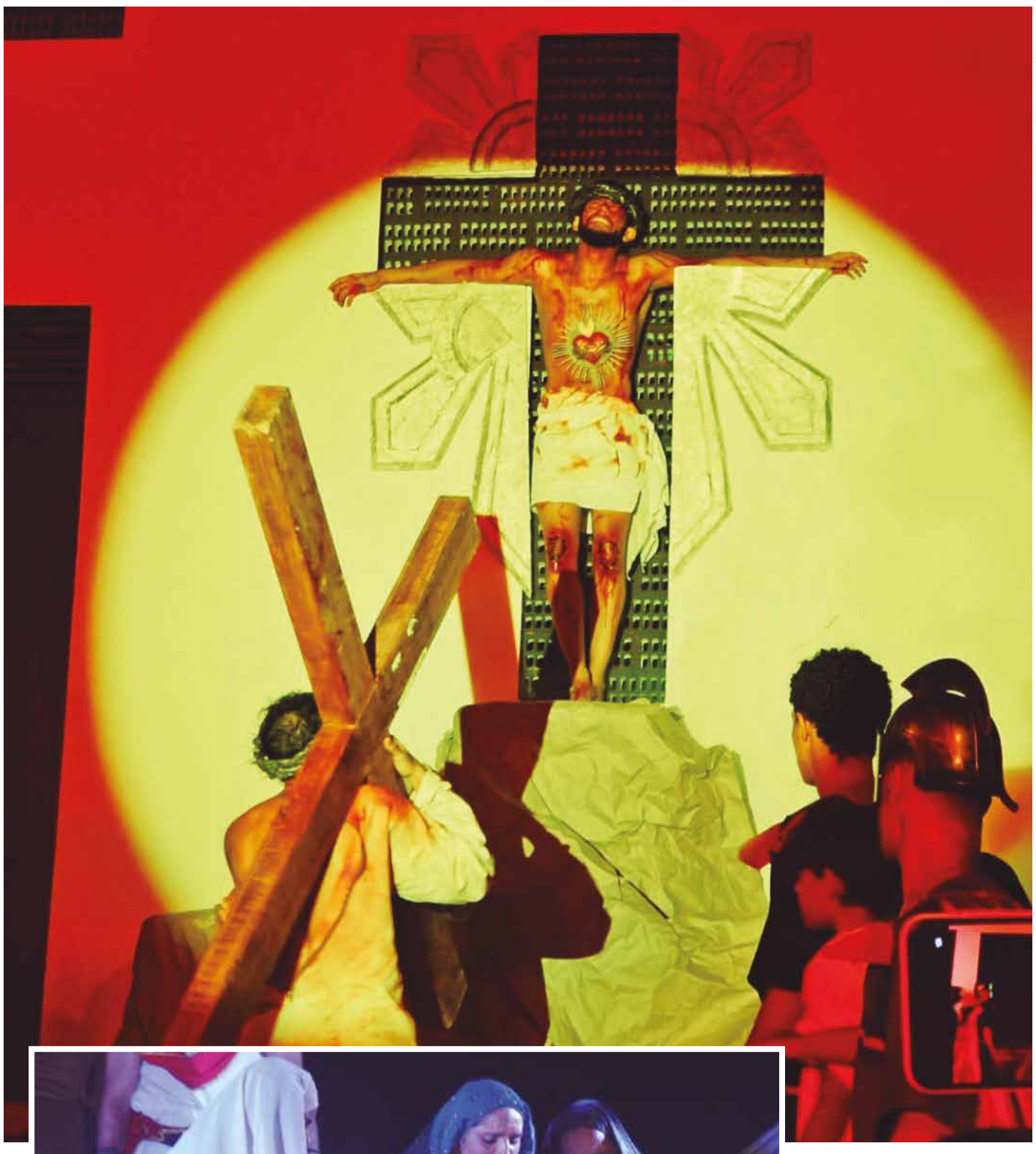
Como parte da programação de apresentações religiosas contempladas pelo Edital Paixão de Cristo nos Bairros, em João Pessoa, os moradores de Mangabeira poderão conferir hoje, às 19h, o espetáculo *A sagrada Paixão de Cristo*. Amanhã, no mesmo horário, será a vez de a Ilha do Bispo receber a encenação *A Paixão de Cristo segundo Herodes*. Essas e outras montagens teatrais, selecionadas na edição deste ano do certame da Fundação Cultural de João Pessoa (Funjope), serão apresentadas em diversos bairros da capital até o dia 19 de abril.

Com duração de aproximadamente 80 minutos, *A sagrada Paixão de Cristo* é uma realização da Oliveira Produções, do Instituto Cena Preta e da Recreio Criações, em parceria com a Comunidade Sagrada Família. A peça reconta os últimos momentos de vida de Cristo a partir do ponto de vista do próprio Jesus, que relembra, já crucificado, os episódios mais marcantes de sua trajetória. Enquanto narra sua missão, as cenas recordadas são representadas diante dos espectadores, mostrando os milagres, os encontros com os discípulos, o sofrimento de Maria, a traição de Judas, o julgamento e o caminho até a crucificação.

Contando, na edição deste ano, com um intérprete de Libras para o público PcD, a encenação busca propor uma reflexão emocionante sobre amor, fé, perdão e redenção. De acordo com Alexandra Oliveira, responsável pela preparação do elenco e pela produção executiva do espetáculo — que ela coordena ao lado do diretor Ryan Nery —, o projeto tem caráter formativo e comunitário, sendo elaborado desde o ano anterior às apresentações. De novembro a janeiro, os organizadores promovem oficinas gratuitas de iniciação teatral, abertas a toda a população pessoense, para compor o elenco da montagem.

Em seguida, têm início os ensaios da encenação. No fim de todo o processo, os participantes recebem certificados do curso de iniciação teatral, como uma maneira de valorizar e incentivar a participação de crianças, jovens, adultos e idosos da comunidade. Neste ano, *A sagrada Paixão de Cristo* reúne quase 60 pessoas, inclusive integrantes da comunidade LGBTQIA+, em uma iniciativa que, conforme a equipe de produção, visa ser acolhedora e refletir a diversidade da população local.

A apresentação de hoje acontece na Comunidade Sagrada Família, que fica na Rua Vitaliano Barbosa de Albuquerque, em Mangabeira IV.



Fotos: Divulgação/Secom-JP

Montagens produzidas por grupos de teatro mobilizam comunidades católicas locais para recontar os últimos momentos da vida de Jesus Cristo

Diante de Herodes

A encenação de amanhã de *A Paixão de Cristo segundo Herodes* será realizada, por sua vez, na sede da Associação Recreativa Cultural e Artística (Arca), situada na Avenida Redenção, s/n, na Ilha do Bispo. A produção é do Ponto de Cultura Arca e envolve 55 integrantes — entre crianças, adolescentes e adultos — com a expectativa de reunir 500 espectadores.

José Geraldo de Aguiar Silva, coordenador da Arca, explicou que a narrativa da peça começa durante a celebração da videira, quando Jesus é conduzido ao encontro de Herodes, então rei da Judeia. Tomado pela curiosidade e pelo desejo de presenciar um espetáculo, o governante passa a interrogar Jesus sobre sua origem, sua família, os milagres e o título de rei que lhe atribuem.

"Cada pergunta feita por Herodes dá origem a cenas que reconstituem momentos marcantes da missão de Cristo. O público é conduzido a revisitar seus ensinamentos, gestos de compaixão, a fé que mobiliza multidões e o amor que confronta as injustiças", relatou José Geraldo.

Na medida em que a história avança, aproximam-se os momentos do sofrimento final de Jesus. No entanto, de acordo com o coordenador da Arca, o enredo da apresentação foca-se na mensagem da ressurreição, representada como momento de renovação, esperança e transformação.

Incentivo

Segundo a Funjope, com um valor de cerca de R$ 110 mil, o Edital Paixão de Cristo nos Bairros tem o objetivo de fomentar a cultura nas comunidades locais; a promoção da melhoria e a manutenção dos espetáculos teatrais; o fortalecimento do turismo interno; e, consequentemente, a geração de trabalho e de renda, impulsionando a economia da cidade.

Programação

Confira as datas das outras encenações do edital, por bairro:

Bancários (sexta-feira, 3 de abril)
Paixão em retalhos itinerantes, do Coletivo de Teatro Retalhos
Praça da Paz — 19h

Rangel (sábado, 4 de abril)
Paixão em retalhos itinerantes, do Coletivo de Teatro Retalhos
Praça da Amizade — 19h

Castelo Branco III (domingo, 5 de abril)
Paixão de Cristo: um presente de amor, da Companhia Brincante (com a Biblioteca Comunitária Baobazinho)
Praça José Batista de Melo — 16h

Bessa (domingo, 5 de abril)
Carpinteiro Deus, do Grupo Semear de Teatro
Parque Parahyba — 19h30

Centro (sábado, 11 de abril)
Paixão de Cristo — As sete dores de Maria, da Companhia Adorai de Teatro e Dança
Parque Solon de Lucena — 20h

Mangabeira (domingo, 19 de abril)
Paixão de mãe, da Companhia Abra-te Sésamo
Comunidade Jacarapé — 19h

LOUVOR E MÚSICA

Evento convida famílias para celebrar a Páscoa no Parque Evaldo Cruz

A Prefeitura de Campina Grande realizará amanhã, a partir das 9h, uma celebração religiosa de Páscoa, no pátio de eventos do Parque Evaldo Cruz — também conhecido como "Açude Novo". A participação é gratuita e aberta a todo o público.

Segundo a Secretaria de Serviços Urbanos e Meio Ambiente (Sesuma), responsável pela programação, o evento será conduzido pelo padre Fabrício Timóteo e contará com a apresentação musical de Teto Fonseca e banda. Além do louvor católico, a ocasião será marcada pela distribuição de *kits* de Páscoa para os servidores municipais da área de limpeza urbana.

O objetivo da atividade especial, segundo a Prefeitura de Campina, é reunir a população local em um momento de fé e reflexão, focado na espiritualidade dos campinenses. "A Páscoa é um momento de renovação, de esperança e de união", comentou o titular da Sesuma, Dorgival Vilar.

"Pensamos esse evento com muito carinho, não apenas para proporcionar um momento de espiritualidade para as famílias, mas também para reconhecer o trabalho dos nossos servidores da limpeza urbana, que cuidam da cidade, todos os dias, com dedicação. É um gesto simples, mas carregado de significado e gratidão", destacou o secretário.

O padre Fabrício Timóteo conduzirá a atividade especial

PLACAS ESG

Em Marcação, projetos sustentáveis ganham reconhecimento público

A Superintendência de Administração do Meio Ambiente (Sudema) participou da cerimônia de entrega de placas ESG (sigla em inglês para a tríade ambiental, social e governança) na Aldeia Tramataia, que fica na cidade de Marcação, no Litoral Norte da Paraíba. A solenidade, ocorrida na semana passada, foi organizada pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Recursos Hídricos, em parceria com a Sudema e a Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Sustentabilidade (Semas), entre outras entidades.

Na ocasião, representantes de instituições, negócios e iniciativas locais — a Rede Curica, o Projeto Sapucaia Potiguara, o Restaurante e Pousada Nova Paisagem e a Escola Municipal Emília Gomes da Silva — foram laureados com placas ESG, em reconhecimento público ao desenvolvimento de práticas alinhadas às metas globais de sustentabilidade ambiental, responsabilidade social e governança ética.

O evento marcou, ainda, o encerramento das ações dos projetos Verão Limpo e Praia Limpa de 2026 em Marcação. Presente à solenidade, Pedro Aleixo, técnico da Sudema, ressaltou que, além de reduzir os impactos da poluição durante o período de veraneio no estado, os esforços contribuíram para o diálogo institucional e o planejamento estratégico sobre campanhas relacionadas ao tema, fortalecendo iniciativas de turismo ecológico e desenvolvimento sustentável na região.

Imagens: Divulgação/Editora A União

Capas das edições que serão lançadas hoje e abordam figuras de destaque em diversos segmentos

LETRAS

Jornalismo, mulheres e escritores

Os livros Memórias A União – Volume 2 *e* Paraíba na Literatura VII *e a revista* Vivências Femininas *serão lançados hoje, no Espaço Cultural*

Esmejoano Lincol
esmejoanolincol@hotmail.com

Projetos que tratam de temas e de sujeitos diferentes, mas que culminam em um ponto em comum: a antologia *Paraíba na Literatura VII*, o livro *Memórias A União – Volume 2* e a revista *Vivências Femininas* difundem o legado de pessoas importantes para a nossa cultura. As três empreitadas da Editora A União chegam a público hoje, num lançamento a partir das 19h, na Livraria A União, no Espaço Cultural (Tambauzinho, JP). A entrada é franca.

O sétimo volume de *Paraíba na Literatura* dá continuidade à série iniciada em 2022, que encapsula a trajetória de mais 20 artistas nascidos ou radicados no estado. Nesta edição, há textos sobre: Amneres Santiago, Arturo Gouveia, Átila Almeida, Celso Japiassu, Chico Pedrosa, Cyelle Carmem, Edônio Alves, Ezilda Barreto Milanês, Inácio da Catingueira, José Cavalcanti, José Jackson Carneiro de Carvalho, José Leite Guerra, Paulo Sérgio Vieira, Permínio Asfora, Raul Machado, Regina Lyra, Ricardo Anísio, Ronaldo Monte, Veruschka Guerra e Zila Mamede.

O livro, diagramado em capa dura, conta com uma luva; tanto a capa quanto o invólucro são estampados com um azulejo que alude à nossa arquitetura.

Cyelle Carmem, por exemplo, foi perfilada pela jornalista e escritora Renata Escarião: esta assinalou o fato de a colega ter alcançado sua primeira publicação aos 32 anos, analisando que ela conseguiu angariar uma maturidade transparente nos textos, utilizando, em adição, o cotidiano e o seu estado de espírito como inspiração.

"Isso porque a autenticidade, a sinceridade de quem se escancara nas páginas, seja de poesia, crônicas ou romance, é evidente na obra de Cyelle", sinalizou Renata.

Ao mesmo tempo, o poeta e docente Edônio Alves ganha ensaio do escritor Expedito Ferraz Júnior: em sua análise, este passeou pelos detalhes da forma e do conteúdo do companheiro de escrita, estando, ambas as instâncias, segundo ele, conectadas com a tradição clássica, mantendo laços com a produção contemporânea paraibana, que incidem em seus versos.

"Não é difícil aferir-lhe esse traço, bastando, para tanto, percorrermos alguns dos títulos de poemas reunidos em seus dois primeiros livros", declarou Expedito.

Tradição no jornalismo

Memórias A União – Volume 2 transcreve entrevistas que colaboradores aposentados ou em atividade concederam ao jornalista Luís Carlos Sousa no programa homônimo, exibido em perfil oficial no YouTube, e reproduzidas na edição dominical do jornal. Foram ouvidos para esta edição: Guilherme Cabral, Naudimilson Ricarte, Marconi Antônio de Araújo, Fred Svendsen, Albiege Lea Fernandes, Anette Leal, Luiz Werter, Deijaci Araújo, Hilton Gouvêa, Chico Ferreira, Ivan Trevas, José de Sousa, Antônio Gonçalves de Sá (o Tônio), Carmélio Reynaldo, Marcondes Brito, José Nunes, Lúcio Flávio, José Pinheiro, Walter Santos, Lenine Félix, Raul Córdula, José da Penha, Ilka Soares, Silvana Sorrentino, Teresa Duarte e Naná Garcez.

Tônio, que, no fim do ano passado, completou 50 anos de serviços prestados ao jornal e à Editora A União, trouxe a público as dificuldades que tinha no início de sua carreira como ilustrador, sem o apoio do computador: todo esse processo era manual e tinha de ser calculado com precisão para que não houvesse falhas no texto presente nem no próximo.

"Até para paginar o livro, a gente pegava a matéria completa, de dois metros, saía recortando, manualmente, colava e colocava o 'numerozinho', página por página. Era um trabalho 'arretado'", explicou.

Já Teresa Duarte, chefe de reportagem de **A União**, lembrou sua proximidade e a de sua família com o jornalismo (a partir do pai, Waldemar Duarte), e indicou, ainda, como se tornou setorista do caderno de Turismo. Ela mantém, até hoje, a coluna "Paraíba — todos os cantos" às sextas-feiras, no jornal e na Rádio Tabajara.

"Não recebia pauta: tinha que ter ideia, transcrever tudo. Fiquei bastante tempo fazendo entrevistas. E foi por causa dessas entrevistas que eu comecei a viajar muito pelo interior da Paraíba", informou.

Histórias para contar

Já *Vivências Femininas*, em sua terceira edição, reúne reportagens com mulheres cujo mérito reverbera além de seu próprio segmento. Das ciências e educação, por exemplo, estão Francilene Procópio Garcia, Margareth Diniz, Maria de Fátima Agra, Margareth Diniz e Maria José de Lima da Silva; das executivas do setor privado, Andréia Barros, Erika Marques de Almeida Lima Cavalcanti, Manuelina Hardman e Roseli Garcia; das gestoras do setor público, Marcela Tárcia, Marielza Rodriguez e Rosália Lucas; dos esportes, Luciana Rabay, Lucilene Meireles e Silvana Fernandes; e das artes, Vó Mera, Marlene Almeida, Lucy Alves e Eneida Agra.

O repórter Daniel Abath remontou o ofício da artista visual Marlene Almeida, em atividade há mais de 40 anos e que utiliza em suas telas, desde então, pigmentos naturais, coletados na natureza por ela mesma. Ela revelou que sua gênese no segmento não aconteceu na prática, mas sim na pesquisa, em bibliotecas.

"Me entusiasmei com a história de Cézanne — ele pintou dezenas de vezes a mesma montanha", contou Marlene. "E foi nascendo essa vontade minha de ser também uma pessoa que tinha uma caixinha com tinta, ia para a natureza e podia pintar uma montanha", atestou.

Enquanto isso, o editor do caderno de Cultura de **A União**, Renato Felix, conversou com a cantora, instrumentista e atriz Lucy Alves. Na ocasião, ela comentou como a sua ascensão pessoal, desde que atuava no grupo Clã Brasil, passando por sua participação no programa *The voice*, da TV Globo, foi relevante não apenas para ela própria, mas para outras mulheres.

"Eu falo porque várias já me falaram que eu fui uma grande referência, e isso é massa. Eu acho que a gente, quando pode abrir porta, influenciar, quando a gente pode ser uma referência, é muito forte", ratificou.

Naná Garcez, diretora-presidente da EPC, celebra, justamente, a diversidade de pautas de seu projeto, que coadunam na salvaguarda da história política e cultural do estado.

"No caso do *Paraíba na Literatura*, também é um jeito de recuperar a memória dos literatos que já partiram, que fizeram sucesso e foram representativos numa ação de meio cultural, além dos que ainda estão conosco. No *Memórias A União*, Luís Carlos Sousa fez um trabalho excelente. Contar a história deste veículo é contar, também, a história da nossa sociedade. Por fim, o *Vivências Femininas* é uma forma de realçarmos a participação da mulher na sociedade de modo geral. Pessoas novas, maduras, todas com boas histórias para contar", conclui.

ONDE:

■ LIVRARIA A UNIÃO – POETA JUCA PONTES (Espaço Cultural, R. Abdias Gomes de Almeida, nº 800, Tambauzinho, João Pessoa).

Foto: Reprodução/Facebook

Foto: Antonio David/Divulgação

Foto: Divulgação

A ilustradora Valeschka Guerra (no alto), o jornalista Ricardo Anísio (acima) e o escritor Ronaldo Monte (ao lado) estão em Paraíba na Literatura VII

Foto: Ismael Pessoa/Divulgação

Foto: Julio Cezar Peres

Foto: Adriano Franco/Divulgação

Eneida Agra (acima), Andréia Barros (ao lado) e Marlene Almeida (abaixo) são algumas das perfiladas em Vivências Femininas

Foto: Carlos Rodrigo

Foto: Foto: Edson Matos/Arquivo A União

Foto: Edson Matos/Arquivo A União

Os jornalistas Naná Garcez (no alto), Guilherme Cabral (acima) e Tereza Duarte (ao lado) são alguns dos profissionais entrevistados em Memórias A União – Volume 2

Artigo

André Cananéa
andrecananea2@gmail.com

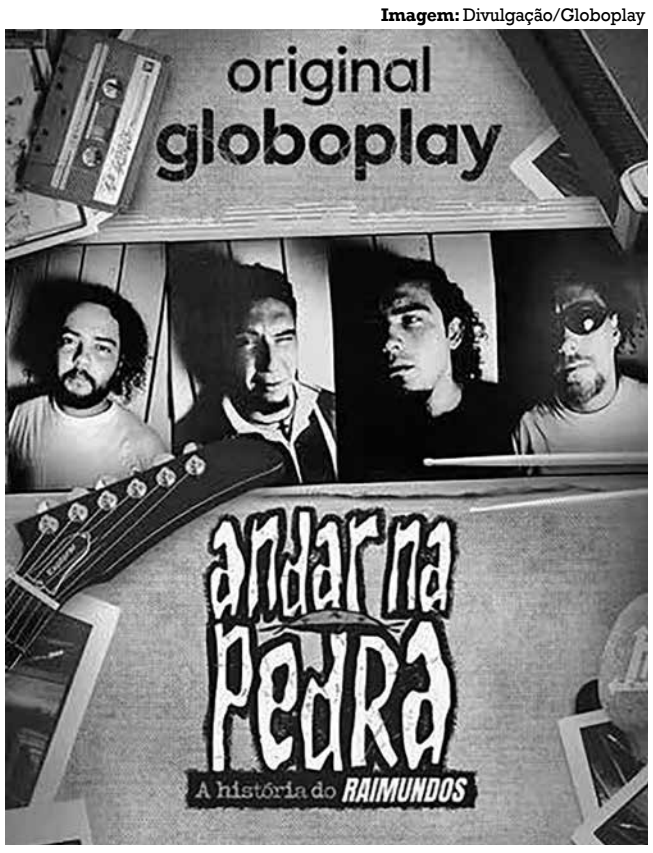
Competente, série retrata burnout *do Raimundos*

Andar na pedra – a história do Raimundos é excelente! Disponível no Globoplay, a série documental de Daniel Ferro, dividida em cinco partes de uma hora de duração, detalha a trajetória de uma banda de *rock* que fez muito sucesso no Brasil na segunda metade dos anos 1990. A narrativa é contada pelos próprios integrantes e por quem conviveu de perto com eles de forma franca, sincera e, muitas vezes, dura. Então há glórias, mas também há muito dedo na ferida, uma lavagem de roupa suja como nunca vi no audiovisual.

Formada em 1987, em Brasília, pelos garotos Rodolfo Abrantes e Digão, à época com 15 e 17 anos de idade, respectivamente, e pelo paulista radicado no DF Canisso, de 22 anos, o Raimundos surgiu em meio à onda de rock que atravessou a capital federal nos anos 1980 — engana-se quem acha que por lá só havia Legião Urbana, Plebe Rude e Capital Inicial: havia também toda uma cena *punk rock* efervescente, com bandas que, embora não tenham saído dos porões locais, fizeram história.

Rodolfo é filho de um casal de médicos paraibanos que migraram, nos anos 1960, para a recém-criada capital federal, e o vocalista acabou levando suas vivências nordestinas para a sonoridade do seu grupo de *hardcore*, incorporando letras de duplo sentido que reinaram em discos de Genival Lacerda, Clemilda e do sanfoneiro pernambucano Zenilton, espécie de guru do projeto, cujas músicas acabaram ganhando releituras aceleradas da garotada de Brasília.

Imagem: Divulgação/Globoplay



Documentário conta a turbulenta trajetória do Raimundos

As letras que Rodolfo imprimiu no repertório são bastante elogiadas. As crônicas pessoais do vocalista — que incluem a perda da virgindade em uma certa "casa de tolerância" aqui de João Pessoa e as lembranças de um São João em Itaporanga, entre outras desventuras eróticas e maconheiras — quebraram barreiras e levaram o *rock* brasileiro a outro patamar, como atestam os jornalistas Carlos Marcelo, paraibano, e Ricardo Alexandre no documentário.

Com o baterista carioca Fred Castro devidamente incorporado ao grupo, o quarteto viveu uma ascensão meteórica a bordo de discos como o homônimo *Raimundos* (1994), *Lavô Tá Novo* (1995), *Lapadas do Povo* (1997) e *Só no Forevis* (1999), que produziram sucessos radiofônicos como a balada "I saw you saying (that you say that you saw)", "Mulher de fases" e "A mais pedida".

Os efeitos nefastos da pressão exercida pelos louros do sucesso — da crescente legião de fãs ao faturamento cada vez mais alto com *shows*, direitos autorais e *merchandising*, capaz de fazer brotar o Tio Patinhas do mais franciscano ser humano — são narrados com uma sinceridade surpreendente pelos entrevistados, inclusive pelos quatro integrantes — pelo que vi, a ideia foi falar tudo que estava preso no coração, tudo mesmo.

É curioso como o documentário mergulha fundo na personalidade de Rodolfo e Digão, personagens de proa da banda, cujas rusgas e temperamentos fizeram com que deixassem de se falar por mais de 20 anos. Questões íntimas, familiares, vêm à tona e, no caso de Rodolfo, constituem uma narrativa própria dentro do documentário.

Moleque de autoestima baixa, tímido, desenvolveu um vício em maconha tão grande que precisava da erva até para ter fome, além de ela ser o combustível para encarar os *shows* e os companheiros, o que, nas palavras dele, era algo desgastante — não são poucas as vezes em que se fala em brigas e discussões entre o quarteto.

Como revela o documentário, esse *burnout* levou Rodolfo a se converter ao protestantismo e a romper com o Raimundos no auge do sucesso. O momento em que ele decide virar crente e as consequências de sua saída são contados com riqueza de detalhes.

Canisso veio a falecer, vítima de um ataque cardíaco fulminante, em março de 2023, aos 57 anos de idade. Deixou todo o seu pensamento em relação ao Raimundos registrado em áudio, recuperado nesse documentário. São outros tijolos que ajudaram a fechar a parede que sepultou a glória do Raimundos de forma lenta e, internamente, dolorosa. A banda segue apenas com Digão e lançou um disco de inéditas em 2025, que teve pouca ou nenhuma repercussão.

Crônica

Ana Adelaide Peixoto
adelaideana@uol.com.br | Colaboradora

Na trilha de Nelson Barros

Aqui lendo esse cronista/poeta/psicólogo/terapeuta/cantor/exímio nas trilhas sonoras dos seus textos e da sua vida, movido às coisas belas ditas e não ditas, e tantas outras coisas, o seu texto "*When I'm sixty four*", em **A União** de 27 de março, fiquei parodiando a minha própria música, ou trilha.

Sempre gostei tanto dessa música dos Beatles e, assim como Nelson, achava que ela estava nas minhas lonjuras do tempo. Tinha um som melancólico que me deixava triste e alegre, sabe? E, quando completei essa idade, ih! Já há algum tempo, cantarolei-a no meu bolo com pastel de nata, entre os familiares. Agora dei para cantar! Sou um tantinho mais velha que esse amigo querido, e perdendo os cabelos, já rarefeitos também.

Ah! O tempo! Tem passado a jato! E, lendo Nelson, voltei à minha vida de menina e adolescente, quando o tempo era um jambeiro, um banco para namorar, um ladrilho, uma bicicleta, a ida para o colégio, os assustados, os veraneios, é hora do almoço! E porque hoje é sábado! Meu marcador do ano também era o meu aniversário, já em janeiro, o começo das aulas, o Carnaval, o São João e Natal. Tudo devagarzinho. E, ao contrário de Nelson, não era tão boa aluna. Sentava no meio da classe e era mediana. Vim gostar mesmo de estudar na universidade. Mas o Ginásio nas Lourdinas e o Clássico no Estadual de Tambiá me inspiravam uma alegria desconcertante de frequentar. Não pelos estudos, mas sim pelas amigas, pelo *frisson* dos intervalos e pela saída do colégio, pelos meninos, pelo descobrir das coisas, e ir e vir a pé para a escola, contemplando o caminho, o sol quente, ou chuva/toró a me encantar com a tarde que viria. O meu gosto estava nos intervalos das aulas e não no aprender. Sim! Um intervalo do olhar atento de mamãe, que era, sim, vigilante por demais. E, na minha casa, só tinha uma estantezinha de livros do meu pai, Romero. Filosofia. Lembro que li *O mundo e eu* (não lembro o autor) e *O fio da navalha*, de Somerset Maugham. Minha leitura tinha nome: os gibis. E os paradidáticos da escola. Não era leitora de romances nesses tempos. E uns *LPs* de Metais em Brasa que, até hoje, quando escuto, choro de saudades do meu pai. Só depois, comprei meus compactos dos Beatles e aí descobri o grito "Help!". Mas era ouvinte de rádio. E ali eu ficava horas, para desgosto de mamãe, a ouvir de Roberto Carlos a outros mundos. E notícias. Sempre fui fascinada por revistas, jornais impressos e televisivos, que só depois dos meus doze anos, quando compramos a primeira TV. *Redenção* e todo o caminho das novelas.

Quanto à educação dos pais, os meus, também tiveram os seus limites. A minha mãe por se fazer presente demais, invasiva até, e o meu pai ausente demais. Amor? Essa palavra de luxo era transmitida pelos cuidados todos. Comidinha e chás, e roupa feita em casa. Economia doméstica aprendi com a minha mãe, uma mulher desdobrável, para citar Adélia. Sim, assim como os pais de Nelson, os meus pais também tiveram um casamento difícil, apartados, amargurados, ressentidos, e, pela geração deles, aquele modelo era indissociável. Nós, filhas meninas, não entendíamos aquele não lugar de amor e companheirismo e sofríamos, como tantas outras que, de uma forma ou de outra, tinham lares tóxicos e/ou em desarmonia. Separação não existia. E a minha mãe não tinha nem família nem independência financeira. Crescemos nesse conflito de rancores, gritos e sussurros. Mas existia um sentimento ambíguo e, quando meu pai adoeceu, minha mãe foi presente e amorosa na longa viagem noite adentro.

Ah! O dom da invisibilidade, Nelson. Com mamãe era impossível. Ela estava em todas as partes. Onipresente. Então eu desenvolvia outros métodos. Mentiras e mentiras. Aprendi logo cedo que essa seria uma estratégia, um esconderijo. Mas claro que, nessa época, mentiras inocentes, por assim dizer. Mas também, logo cedo, "quebrei o mecanismo". Subi no salto e exigi um pouco de liberdade, que era ir ao cinema sozinha com o namorado, a pé e à sessão das 14h30. Mas, quando se tem os hormônios borbulhantes, sempre se dá um jeito... Embarquei na minha própria viagem, Nelson, e paguei também os preços. Da imaturidade, da opressão sexual, dos medos. A minha rapadura foi bem dura e amarga. Mas conquistei os meus caminhos, sim.

E eu envelheci, Nelson, com os cabelos brancos, brancos, vindos do vermelho Rita Lee. Com certeza cheia dos dentes tratados direitinhos, com vincos fortes no meu rosto, saboreando as coisas boas da vida. Também assustada com as velocidades todas. Quando eu vi, amanheceu... e o meu lema é "corra, Lola, corra". Mas devagarzinho, para não cair. Também estou gostando de cantarolar Beatles e outras musiquinhas. Não tenho a sua estampa, nem o seu vozeirão lindo, mas a gente se entende no amor e na amizade querida. Amo o que tu escreves. Me sinto representada em cada linha da sua poesia. Parabéns pelos tantos textos e por esse em especial, que me deu o assunto, numa semana adoecida e sem inspiração.

Fernando Vasconcelos

Escritor - fer.mengo@uol.com.br

Amor depois dos 80

As coisas estão mudando na atualidade, mas ainda há muitos preconceitos como, por exemplo: "Casar depois dos 50?", "Quem já viu velho(a) namorar?". Entretanto, normas de convivência e expectativas familiares passaram a conviver com romances tardios em clínicas de recuperação ou em casas de repouso. E aí se observa que a faixa etária beira os 60, 70 ou 80. Dona Neusa, por exemplo, encontrou a alegria e um novo amor em um residencial para idosos. Ela tinha 83 anos e o namorado dela, 87, e estavam a viver o melhor momento da vida deles. Geralmente, em um residencial para idosos, o mundo acredita que a vida começa a se despedir, quando na verdade ela apenas muda de ritmo. Entre horários marcados, passos mais lentos e conversas repetidas, dois olhares aprenderam a se reconhecer.

Muitos indagam: é possível o amor na terceira idade, com todos os percalços e incompreensões possíveis? Mas, como para o amor não se tem uma idade predeterminada, será perfeitamente normal um amor assim? Hoje é perfeitamente normal. Idosos e idosas estão se cuidando, como dona Neusa, frequentando academias, fazendo dietas, sempre orientados por nutrólogos e nutricionistas. Tudo está a indicar que o que costuma ser "anormal" não é o amor tardio, mas o olhar apressado (e um tanto moralista) de quem acha que afeto tem prazo de validade.

Quando dona Neusa contou que estava apaixonada, a família fez silêncio. Não aquele silêncio respeitoso, mas o silêncio constrangido, o mesmo que surge quando alguém solta uma palavra imprópria no almoço de domingo. Afinal, ela tinha 83 anos. E o namorado? Passava dos 80! Idades que, para muitos, servem apenas para remédio controlado, sopa rala e novelas reprisadas. Mas lá estavam eles, vivendo momentos maravilhosos. Nos abrigos (ou pensionatos), há regras, horários, normas de convivência e uma vigilância discreta, porém atenta, sobretudo quando dois olhares demoram mais do que o recomendado no corredor.

O amor, mesmo na idade madura, pode até ser inconveniente, mesmo ignorando avisos na parede. Dizer que está apaixonada depois dos 80 é claro que choca a família. Filhos adultos ficam desnorteados quando percebem que os pais continuam vivos por dentro. Preferem vê-los como guardiões da própria infância, não como protagonistas de novas histórias. Beijos depois dos 80 causam mais espanto do que um escândalo político. Isso porque, para a sociedade, sai do normal. E, talvez, porque obriguem os filhos e outros parentes a encarar algo incômodo: apenas eles se esqueceram de que "o desejo não se aposenta"!

Houve, na família, quem perguntasse se era "carência". Como se carência tivesse idade, CPF e aposentadoria pelo INSS. Houve quem sugerisse cautela aos idosos, como se o coração, nessa fase da vida, precisasse andar de bengala. Toda essa preocupação só fazia os apaixonados rirem (e riam muito), com aquela liberdade de quem já não precisa provar nada para ninguém. Na terceira idade, o amor é mais econômico, pois não desperdiça tempo, nem energia, com expectativas irreais e justificativas indesejáveis. Talvez o maior percalço desse tipo de romance não esteja nas limitações do corpo, mas na resistência alheia.

Para dona Neusa e seu amado, aceitam-se rugas, bengalas e próteses, mesmo diante da torcida negativa de parentes, que torcem o nariz diante do casal de mãos dadas, como se o afeto fosse um privilégio da juventude (e não um direito vitalício). No fim das contas, o amor na terceira idade não é tardio. Tardia é a nossa compreensão. Eles apenas descobriram algo simples, que a pressa da vida costuma esconder: amar nunca foi questão de idade, mas de coragem. O amor, nessa fase, não invade, não atropela, não faz alarde. Senta ao lado. Escuta. Respeita os silêncios. Já não precisa impressionar ninguém, nem provar nada. Ele sabe que o tempo é curto e, por isso mesmo, precioso.

No fim, fica uma constatação simples, quase óbvia, mas que insistimos em negar: o amor não tem idade predeterminada. Ele só exige que o coração ainda esteja disposto a abrir a porta — mesmo quando o corpo já anda devagar. E isso, talvez, seja a forma mais bonita de coragem.

Colunista colaborador

Foto: Saullo Dannylck/Divulgação

Vitória Bianco e Norma Góes são filha e mãe no drama de André Morais

CINEMA

Malaika teve exibição em festival da Bahia

Longa paraibano estreia no circuito comercial possivelmente no fim do ano

Daniel Abath
abathjornalista@gmail.com

Em circulação por mais um festival nacional de cinema, o longa-metragem paraibano *Malaika* aportou no último fim de semana em Salvador, para exibições no 21º Panorama Internacional Coisa de Cinema. O drama escrito e dirigido por André Morais rodou nas telonas do Cine Glauber Rocha e da Sala Walter da Silveira, nas tardes de sábado (28) e domingo (29), e segue na disputa por outras premiações.

"Foram duas sessões muito acolhedoras, tecnicamente maravilhosas", André comenta. "Pra mim, estar aqui com esse filme, nesse que é um dos festivais de cinema mais importantes do país, tem traçado uma trajetória que é muito bonita".

O filme teve sua estreia em setembro do ano passado, na 34ª edição do Festival de Cinema Latino-Americano, ocorrida na cidade francesa de Biarritz. Depois foi a vez da 49ª Mostra Internacional de Cinema em São Paulo — aliás, *Malaika* foi apenas o segundo longa paraibano a ser exibido ao longo dos 49 anos de festival. E, encerrando 2025, teve sua primeira exibição em João Pessoa por ocasião do 20º Fest Aruanda, dentro da mostra competitiva de longas-metragens paraibanos, o que lhe rendeu os prêmios de Melhor Roteiro, Som, Fotografia, Atriz e Longa Paraibano Segundo o Júri Popular, além de uma menção honrosa para a atriz Vitória Bianco.

Antes de participar da mostra competitiva nacional do Panorama, o filme já havia participado de um laboratório de montagem em 2024, também em Salvador. Aquele era o momento do primeiro corte do filme, no qual Morais e Edson Lemos Akatoy, que assinam a montagem da obra, viajaram para compartilhar e discutir a respeito do processo criativo junto com outros vários realizadores de diferentes partes do país.

"Esse laboratório ressignificou o filme. E, depois do laboratório, a gente ter essa trajetória e voltar aqui dentro da programação da mostra nacional é um ciclo maravilhoso. Fiquei muito feliz de estar nesse momento", diz o diretor.

Malaika (85 min, classificação 10 anos) passa-se no interior do Nordeste, debruçado sobre um dia da vida da adolescente albina que dá nome à história (interpretada por Vitória Bianco), filha de Isabel (Norma Góes), uma mulher negra que trabalha para uma família burguesa da região. De sequências contemplativas, delicadas e lacunares, o longa nos fala sobre os conflitos de identidade vividos por Malaika, em momento solar de sua existência, por isso mesmo tão hostil quanto a ameaça de um lobo solitário.

Sobre o papel desempenhado pelo festival Panorama, André Morais aponta o caráter de "vitrine" do cinema brasileiro em terras baianas, além do comprometimento com o processo de formação e aprofundamento da linguagem do cinema nacional. André estima que a circulação do filme nos cinemas comerciais começará entre o segundo semestre deste ano e o início de 2027.

MEMÓRIA

Morre o escritor e político Eilzo Matos

Da Redação

Morreu ontem, aos 91 anos, o escritor, político e imortal sousense Eilzo Nogueira Matos, avô do vice-presidente da Assembleia Legislativa da Paraíba (ALPB), Felipe Leitão (Democratas). Trajetória tão duradoura permitiu que ele transitasse com igual longevidade entre o palanque, a literatura e o ativismo cultural — começando pela primeira esfera, elegendo-se deputado entre as décadas 1970 e 1980, enveredando, ainda pela gestão pública, como secretário de Segurança Pública e do Interior e Justiça e dirigente da Rádio Tabajara.

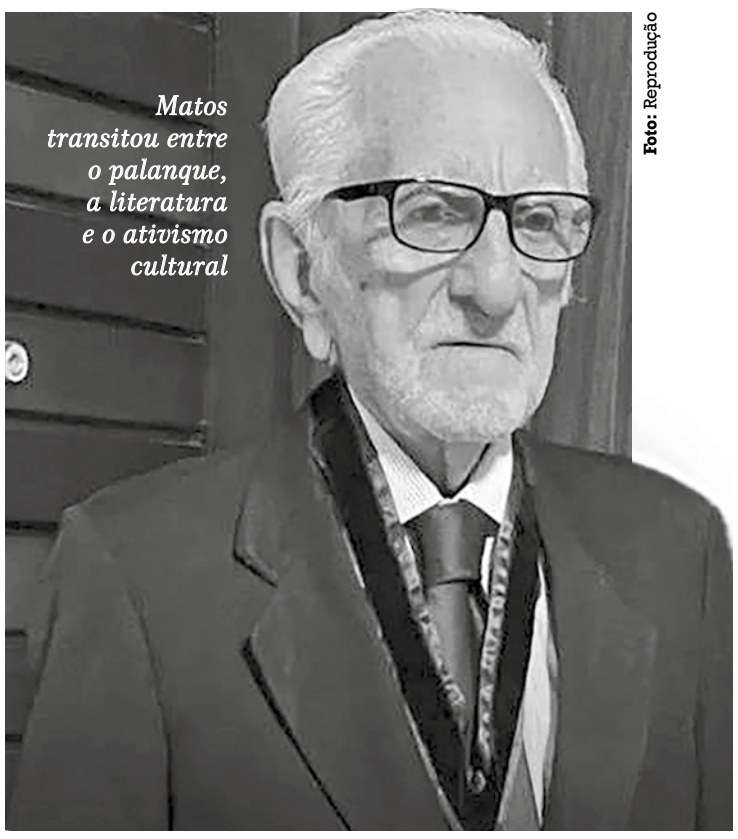


Foto: Reprodução

Matos transitou entre o palanque, a literatura e o ativismo cultural

Já na literatura, seus créditos incluem: *Prosa caótica* (1985); *A face do tempo* (1985); *Historia da faculdade de Direito de Sousa* (1991); *Viajantes do purgatório* (1995); *As horas trágicas: histórias do campo e da cidade* (1997); *A super quadra* (1998); *Antonio Mariz: Paraíba, nomes do século* (2000); e *Letras do Sertão* (2004). Desde 2009, era membro da Academia Paraibana de Letras (APL), ocupando a cadeira nº 3, cujo patrono é Albino Meira.

Em nota publicada nas redes sociais, Felipe Leitão afirmou que, com a partida de Eilzo, ele perdeu "um dos maiores pilares de sua via", asseverando, ainda, que o modo como o avô enxergava a vida influenciou a forma como ele próprio também se portava no cotidiano: "Foi muito mais do que esses títulos. Um homem de história grandiosa, que serviu a Paraíba. A dor da despedida é imensa, mas maior ainda é a gratidão por ter sido seu neto", disse o deputado.

Outras instituições também emitiram comunicados. A ALPB, por exemplo, assinalou créditos importantes na biografia do ex-gestor: "Passagens pela [antiga] Fundação Cultural do Estado da Paraíba, pelo Conselho Estadual de Cultura e pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico da Paraíba [Iphaep]. Na área acadêmica e cultural, Eilzo Matos teve o nome associado à criação da Faculdade de Direito de Sousa e do Festival de Inverno de Areia".

Vitrine cultural

Foto: Divulgação

Crítico Sérgio Alpendre começa curso sobre Hitchcock

"Hitchcock: humor e suspense" é o curso ministrado pelo crítico de cinema Sérgio Alpendre, com 10 encontros (de 3/4 a 11/6). Ministrado via Zoom, promete passar pelos grandes clássicos como *Os Pássaros* (*foto*). Informações: (11) 97414-3534 ou sealpendre@gmail.com.

Série de *Harry Potter* já tem temporada 2 anunciada

A nova série de *Harry Potter* ainda nem estreou, mas a HBO confirmou que a segunda temporada está em fase de desenvolvimento, com roteiros sendo escritos antecipadamente. A primeira temporada está prevista para chegar à plataforma HBO Max no Natal deste ano.

Baú de Livros

Neide Medeiros Santos
neidemed@gmail.com

Louvação às bibliotecárias

Este verso de Jorge Luis Borges — "Sempre imaginei o paraíso como um tipo de biblioteca" — me levou ao encontro de bibliotecárias que foram minhas alunas e de outras que encontrei nas inúmeras pesquisas que fiz em bibliotecas. Elas merecem ser louvadas nesta última terça-feira do mês de março, mês dedicado às mulheres, prestam um excelente trabalho aos pesquisadores, professores, crianças e jovens, atuando, muitas vezes, como mediadoras da leitura.

Durante dez anos, fui professora de Literatura Infantil no curso de Biblioteconomia. Lá encontrei alunas que depois se tornaram excelentes bibliotecárias, formadas atuam como secretárias, professoras. Tânia Enedino e Bernardina Freire são dois exemplos que merecem ser citados. A primeira é secretária da Academia Paraibana de Letras e atende com muita dedicação a todos que a procuram; Bernardina Freire é professora da pós-graduação em Ciências da Informação e já exerceu importantes funções na Universidade Federal da Paraíba.

Marília Guedes Pereira foi minha aluna na pós-graduação de Biblioteconomia, orientanda do professor José Elias Borges. Na sua dissertação de mestrado, desenvolveu um bonito projeto com os frequentadores do Instituto dos Cegos da Paraíba Adalgisa Cunha. Aposentada, continua trabalhando com biblioterapia.

Orientei Carmem Lianza na dissertação de mestrado; ela desenvolveu um trabalho prático no Instituto Dom Ulrico com meninas órfãs que frequentavam aquela escola. Lemos e apresentamos para as meninas vários livros de Ziraldo. O Instituto Dom Ulrico atualmente é a Escola Sesc Dom Ulrico e se destina a alunos do ensino fundamental e médio com salas de ciências, informática e uma boa biblioteca, mas já foi orfanato de meninas.

Foi nesta segunda fase do instituto que conheci a bibliotecária Rosemary Alves. Quando atuava na biblioteca do instituto, ele me convidou para fazer uma exposição de pintura e apresentamos a série de pintura que intitulamos *A Criança e a Leitura*. Tornamo-nos amigas e hoje ela desenvolve atividades na biblioteca do Senai, como diretora da biblioteca. Há três anos que compareço à biblioteca do Senai para conversar com os(as) alunos(as) sobre literatura.

Na terça-feira, 24 de março, estive mais uma vez na biblioteca do Senai para um bate-papo com várias turmas que frequentam aquela escola; além dos(as) alunos(as), estiveram também presentes a bibliotecária Geísa e alguns professores. Apresentamos poemas de duas poetas paraibanas, Violeta Formiga e Maria Cristina Batista; as duas foram vítimas de feminícidio e mortas bem jovens: Violeta tinha 31 anos e Maria Cristina, 22.

Após a leitura dos poemas, pedimos que escrevessem poemas ou um texto referente aos poemas lidos e discutidos durante nossa conversa, e tivemos uma grata surpresa. Uma aluna apresentou o desenho de uma borboleta e disse: "A poesia de Violeta Formiga fala tanto sobre liberdade que resolvi representá-la através de uma borboleta porque nada mais livre do que a borboleta". Um aluno reuniu os quatro poemas de Maria Cristina e fez uma paráfrase, condensando tudo em um só poema. Descobrimos artistas e poetas no meio das tecnologias, o que comprova que a boa poesia é capaz de tocar os corações.

Não poderia esquecer duas bibliotecárias que sempre me atendem com muita presteza: Nadígila Camilo, bibliotecária da Fundação Casa de José Américo, e a colega de trabalhos e de pesquisas Ana Isabel de Sousa Leão Andrade, bibliotecária e arquivista que compartilhou comigo às pesquisas sobre Augusto dos Anjos e José Américo de Almeida. Seu amor aos livros tem uma justificativa: nasceu no mesmo dia de Hans Christian Andersen, 2 de abril.

Foram muitas outras bibliotecárias que encontrei nas inúmeras pesquisas que fiz — acervo da Biblioteca Infantil e Juvenil na Fundação Nacional do Livro Infantil e Juvenil, no Rio de Janeiro; biblioteca do CAC, na UFPE; bibliotecas da UFPB, em Campina Grande e João Pessoa; Biblioteca Mário de Andrade, Araraquara. Todas merecem nossa louvação.

Colunista colaboradora

LITERATURA

Eduardo Fazal lança livro de contos

Escritor autografa Enquanto desaparecemos: narrativas breves *amanhã, na Caravela Cultural, em JP*

Daniel Abath
abathjornalista@gmail.com

Para o escritor carioca Eduardo Fazal, há um encanto genuíno em perseguir a palavra exata em prol da expressividade concisa, essencial. "Tchekhov, por exemplo, preferia cortá-las, lapidando o texto, do que acrescentar um simples artigo", diz ele. Por isso mesmo a escolha de sempre trabalhar com a narrativa curta, empreendida desde o seu primeiro livro de contos. Agora aferrado à ideia de finitude das coisas, Eduardo Fazal lança amanhã, às 19h, na Caravela Cultural, no Centro da capital, *Enquanto desaparecemos: narrativas breves* (Editora Dromedário, 117 páginas). O bate-papo com o autor fica a cargo da escritora Maria Valéria Rezende.

Ao passar por muitas mudanças na vida pessoal, Fazal sentia estar se tornando uma pessoa diferente — por tabela, um escritor diferente. "Este livro surgiu desse processo", ele atesta. "Comecei então a escrever muitas narrativas curtas, sem amarras morais, estéticas ou intelectuais, para permitir que elas me mostrassem o escritor que estava me tornando e o que eu queria de fato expressar. Quando já havia um grande número de narrativas, fui relacionando elas em diferentes tópicos, percebendo o que havia em comum, e assim as quatro partes do livro foram surgindo".

"O campo de batalha" é a primeira delas, acerca do processo criativo em si e da relação conflituosa do escritor nesse entremeio. Segue-se a ela "Os estranhos", com textos mais imprevisíveis, "não domesticados", como explicita Fazal; "Delicadezas", voltando-se à efemeridade dos pequenos momentos; e, enfim, "Enquanto desaparecemos", em que pesam as narrativas de cunho existencial, ausente o sentido e pulsante a finitude em toda a fragilidade do humano — ao todo, 70 narrativas dão forma ao livro.

"Enquanto existimos, estamos em constante desaparecimento. Nossa finitude acontece momento a momento e não apenas no último", considera o autor. "Podemos ver no livro diferentes formas de desaparecimento: nas palavras esquecidas por um escritor, numa página escondida dentro de um livro, na enganosa biografia de um ser que sequer existe, numa chuva ininterrupta, numa geleira que se derrete, na linha da vida de uma avó, num bisavô que se transformou em várias formigas, na realidade que aos poucos se evapora, numa procissão ou numa mosca que cai num copo de cerveja".

Eduardo estreou na literatura com o livro de contos *Eu, ela, a criança* (Editora Escaleras, 2022), publicando em seguida haicais em *A vertigem da folha* (Editora Bestiário, 2023). Apaixonado pela literatura russa (bem assim a japonesa, francesa e latino-americana), enumera Dostoiévski, Bashô, Machado de Assis, Dante, Kafka, Henry James, Clarice Lispector, Cortázar, Gabriel García Márquez, Fernando Pessoa, Kawabata, Tolstói, Drummond e Akhmátova como predileções nas letras.

Depois de viajar pelo mundo de mochilão por dois anos com sua companheira, ambos perceberam a necessidade de encontrar um novo lugar. "João Pessoa foi uma escolha que fizemos, acima de tudo, com o coração. Foram cinco anos que não se esgotaram, muito pelo contrário. Prova disso é o meu relacionamento com o Clube do Conto da Paraíba. Tudo começou presencialmente e até hoje perdura de forma virtual. Não há distância para a literatura e o afeto", pontua o escritor, que reside atualmente em Farroupilha (RS).

"Há poucas décadas, surgiu uma obsessão do mercado anglófono por uma supremacia romanesca. Entretanto, se voltarmos aos anos 1990, por exemplo, prevalecia uma certa constatação de que a narrativa curta era mais desafiadora do que a longa. Quero que, acima de tudo, esse livro possa contribuir para que a narrativa curta volte a ter a sua grande importância".

Foto: Divulgação

O carioca Eduardo Fazal viajou de mochilão por dois anos, escolheu João Pessoa para morar, uniu-se ao Clube do Conto e agora lança um livro

Imagem: Divulgação/ Dromedário

ONDE:
■ CARAVELA CULTURAL (Av. General Osório, 63, Centro, João Pessoa).

Em Cartaz

Cinema

*Programação de **26 de março a 1 de abril**, nos cinemas de João Pessoa, Campina Grande, Patos, Guarabira e Remígio.*

** Até o fechamento desta edição, o Cine Vieira, em São Bento, não havia divulgado sua programação.*

ESTREIAS

ELES VÃO TE MATAR (*They Will Kill You*). EUA/ África do Sul, 2026. Dir.: Kirill Sokolov. Elenco: Zazie Beetz, Patricia Arquette, Heather Graham, Tom Felton. Terror. Mulher trabalha como empregada em um edifício, onde aconteceram desaparecimentos. 1h34. 18 anos.

João Pessoa: CENTERPLEX MAG 2: dub.: ter.: 21h30; qua.: 14h45. CENTERPLEX MAG 3 (Atmos): ter.: leg.: 18h. CINÉPOLIS MANAÍRA 2: dub.: 14h45, 17h15; leg.: 19h45. CINÉPOLIS MANGABEIRA 3: dub.: ter.: 19h15, 21h30. CINESERCLA TAMBIÁ 4: dub.: ter.: 16h30. CINESERCLA TAMBIÁ 5: dub.: ter.: 20h15. **Campina Grande:** CINESERCLA PARTAGE 1: dub.: ter.: 20h15. CINESERCLA PARTAGE 1: dub.: ter.: 16h30 **Patos:** PATOS MULTIPLEX 1: ter.: dub.: 16h25, 18h55, 21h; qua.: 15h10. PATOS MULTIPLEX 4: dub.: qua.: 21h10.

NUREMBERG (*Nuremberg*). Hungria/ EUA, 2025. Dir.: James Vanderbilt. Elenco: Rami Malek, Russell Crowe, Michael Shannon. Drama. Em 1945, psiquiatra estadunidense avalia 22 nazistas que respondem julgamentos por crimes de guerra. 2h28. 16 anos.

João Pessoa: CENTERPLEX MAG 4: leg.: 16h30, 19h30. CINÉPOLIS MANAÍRA 10 (VIP): leg.: qua.: 17h15, 20h30. CINÉPOLIS MANAÍRA 10 (VIP): leg.: ter.: 14h40, 18h, 21h15. CINESERCLA TAMBIÁ 3: dub.: 20h20. **Campina Grande:** CINESERCLA PARTAGE 5: dub.: 20h20.

VELHOS BANDIDOS. Brasil, 2026. Dir.: Cláudio Torres. Elenco: Fernanda Montenegro, Ary Fontoura, Vladimir Brichta, Bruna Marquezine, Lázaro Ramos, Reginaldo Faria, Vera Fischer, Toni Tornado. Comédia/ policial. Casal idoso se junta a jovens parceiros para um audacioso roubo a banco. 1h33. 14 anos.

João Pessoa: CENTERPLEX MAG 2: 15h, 19h20. CINÉPOLIS MANAÍRA 1: 13h30, 16h, 18h30, 21h. CINÉPOLIS MANGABEIRA 1: 13h45, 16h, 18h15, 20h45. CINESERCLA TAMBIÁ 2: 17h, 18h55, 20h45. **Campina Grande:** CINESERCLA PARTAGE 4: 17h, 18h55, 20h45. **Patos:** CINE GUEDES 3: 17h, 19h. **Guarabira:** CINEMAXXI CIDADE LUZ 2: qua.: 16h40, 18h40. CINEMAXXI CIDADE LUZ 3: ter.: 16h45, 18h50. **Remígio:** CINE RT: dub.: 16h15.

VINGADORA (*Protector*). EUA, 2026. Dir.: Adrian Grunberg. Elenco: Milla Jovovich, Matthew Modine, D.B. Sweeney. Policial/ ação. Mulher tenta salvar a filha de um sequestro enquanto é perseguida pela polícia e pelos militares. 1h31. 16 anos.

João Pessoa: CINÉPOLIS MANAÍRA 4: dub.: 19h, 21h30. CINÉPOLIS MANAÍRA 6: leg.: ter.: 21h. CINESERCLA TAMBIÁ 3: dub.: 16h30, 18h30. **Campina Grande:** CINESERCLA PARTAGE 5: dub.: 18h30. **Guarabira:** CINEMAXXI CIDADE LUZ 1: dub.: 17h, 21h30. .

PRÉ-ESTREIA

SUPER MARIO GALAXY: O FILME (*The Super Mario Galaxy Movie*). Japão/ EUA, 2026. Dir.: Aaron Horvath e Michael Jelenic. Comédia/ aventura/ animação. A dupla de encanadores Mario e Luigi enfrentam uma dupla que conspira para dominar o mundo. 1h38. Livre.

João Pessoa: CENTERPLEX MAG 3 (Atmos): dub.: qua.: 14h, 16h15, 18h30, 20h45. CINÉPOLIS MANAÍRA 4: dub.: qua.: 14h, 16h30. CINÉPOLIS MANAÍRA 5: dub.: qua.: 13h, 15h30, 18h, 20h30. CINÉPOLIS MANAÍRA 6: dub.: qua.: 15h, 17h30, 20h. CINÉPOLIS MANAÍRA 7: dub.: 3D: qua.: 13h30, 16h, 18h30, 21h. CINÉPOLIS MANAÍRA 9 (macro-XE): dub.: qua.: 14h30, 17h, 19h30, 22h. CINÉPOLIS MANAÍRA 10 (VIP): leg.: qua.: 13h15, 15h45, 18h15, 20h45. CINÉPOLIS MANGABEIRA 1: dub.: qua.: 14h, 16h30, 19h, 21h30. CINÉPOLIS MANGABEIRA 4: dub.: 3D: qua.: 13h, 15h30. CINÉPOLIS MANGABEIRA 5: dub.: qua.: 13h30, 16h, 18h30, 21h. CINESERCLA TAMBIÁ 4: dub.: qua.: 15h, 17h, 19h, 21h. CINESERCLA TAMBIÁ 5: dub.: 3D: qua.: 15h30; 2D: 17h30, 19h30. CINESERCLA TAMBIÁ 6: dub.: qua.: 14h30, 16h30, 18h30, 20h30. **Campina Grande:** CINESERCLA PARTAGE 1: dub.: 3D: qua.: 15h30; 2D: 17h30, 19h30. CINESERCLA PARTAGE 2 (laser): dub.: qua.: 14h30, 16h30, 18h30, 20h30. CINESERCLA PARTAGE 3: dub.: qua.: 15h, 17h, 19h, 21h. **Patos:** CINE GUEDES 3: dub.: 3D: 15h20, 19h20; 2D: 17h20. PATOS MULTIPLEX 3: dub.: qua.: 3D: 15h15; 2D: 18h10, 20h25. PATOS MULTIPLEX 4: dub.: qua.: 2D: 16h45; 3D: 19h10. **Guarabira:** CINEMAXXI CIDADE LUZ 3: dub.: qua.: 2D: 15h, 19h20; 3D: 17h10. **Remígio:** CINE RT: dub.: qua.: 14h, 18h30.

ESPECIAL

DITTO: CONEXÕES DO AMOR (*Ditto*). Coreia do Sul, 2022. Dir.: Eun-Young Seo. Elenco: Yeo Jin-Goo, Cho Yi-Hyun. Romance/ fantasia. Rapaz ouve voz vinda do futuro levando-os a compartilhar histórias de amor. 1h54. 12 anos.

João Pessoa: CINÉPOLIS MANAÍRA 7: dub.: ter.: 19h40.

REAPRESENTAÇÃO

CREPÚSCULO (*Twilight*). EUA/ Reino Unido, 2008. Dir.: Catherine Hardwicke. Elenco: Kristen Stewart, Robert Pattinson, Taylor Lautner, Anna Kendrick. Romance/ aventura. Jovem se apaixona por colega de classe vampiro. 2h02. 12 anos.

João Pessoa: CENTERPLEX MAG 1: leg.: 20h45. CINÉPOLIS MANAÍRA 3: dub.: 13h, 15h45, 18h30, 21h15. CINÉPOLIS MANAÍRA 5: dub.: ter.: 14h30, 17h30; leg.: 20h30. CINÉPOLIS MANGABEIRA 1: dub.: ter.: 13h, 15h45, 18h30, 21h15. CINÉPOLIS MANGABEIRA 3: dub.: qua.: 13h15, 19h30. CINESERCLA TAMBIÁ 1: dub.: 18h. **Campina Grande:** CINESERCLA PARTAGE 5: dub.: 16h. **Patos:** CINE GUEDES 2: dub.: 19h. PATOS MULTIPLEX 4: dub.: ter.: 15h35. **Guarabira:** CINEMAXXI CIDADE LUZ 1: dub.: 19h05. **Remígio:** CINE RT: dub.: ter.: 14h; qua.: 20h15.

O DIÁRIO DE PILAR NA AMAZÔNIA. Brasil, 2026. Dir.: Eduardo Vaisman e Rodrigo Van Der Put. Elenco: Lina Flor, Sophia Ataide, Babu Santana, Marcelo Adnet. Aventura/ infantil. Com uma rede mágica, menina viaja até a Amazônia e ajuda amiga ribeirinha a reconstruir sua comunidade. 1h30. 6 anos.

João Pessoa: CINÉPOLIS MANAÍRA 2: 12h30. CINÉPOLIS MANAÍRA 3: 13h. CINÉPOLIS MANAÍRA 5: 12h15. CINÉPOLIS MANAÍRA 7: 12h.

CONTINUAÇÃO

CARA DE UM, FOCINHO DE OUTRO (*Hoppers*). EUA, 2026. Dir.: Daniel Chong. Aventura/ animação. Ativista usa máquina que transfere sua consciência para um castor robô, incitando rebelião contra humanos. 1h45. 6 anos.

João Pessoa: CENTERPLEX MAG 1: dub.: 16h. CINÉPOLIS MANAÍRA 4: dub.: ter.: 16h15. CINÉPOLIS MANAÍRA 6: dub.: ter.: 13h, 15h30, 18h15. CINÉPOLIS MANGABEIRA 3: dub.: ter.: 14h15, 16h45. CINESERCLA TAMBIÁ 6: dub.: ter.: 16h, 18h. **Campina Grande:** CINESERCLA PARTAGE 2 (laser): dub.: ter.: 16h, 18h. **Patos:** CINE GUEDES 1: dub.: ter.: 15h20. PATOS MULTIPLEX 3: dub.: 3D: ter.: 15h15. PATOS MULTIPLEX 4: dub.: ter.: 18h15. **Guarabira:** CINEMAXXI CIDADE LUZ 2: dub.: 3D: 15h15. **Remígio:** CINE RT: dub.: ter.: 18h30.

CASAMENTO SANGRENTO – A VIÚVA (*Ready or Not 2 – Here I Come*). EUA, 2026. Dir.: Matt Bettinelli-Olpin e Tyler Gillett. Elenco: Samara Weaving, Kathryn Newton, Elijah Wood, Sarah Michelle Gellar, David Cronenberg. Suspense/ comédia. Mulher novamente é colocada como alvo de família poderosas em jogo mortal de esconde-esconde. 1h48. 18 anos.

João Pessoa: CENTERPLEX MAG 2: leg.: 17h. CINÉPOLIS MANAÍRA 3: dub.: 15h15. CINESERCLA TAMBIÁ 4: dub.: ter.: 18h20. **Campina Grande:** CINESERCLA PARTAGE 4: dub.: ter.: 18h20.

DEVORADORES DE ESTRELAS (*Project Hail Mary*). EUA, 2026. Dir.: Phil Lord e Christopher Miller. Elenco: Ryan Gosling, Sandra Hüller, James Ortiz (voz). Ficção científica/ suspense. Astronauta tenta impedir o Sol de ser destruído e recebe a ajuda de um ser alienígena. 2h36. 14 anos.

João Pessoa: CENTERPLEX MAG 3 (Atmos): ter.: dub.: 15h; leg.: 20h. CINÉPOLIS MANAÍRA 9 (macro-XE): dub.: ter.: 14h, 17h30, 21h. CINÉPOLIS MANAÍRA 11 (VIP): leg.: ter.: 13h30, 17h, 20h30; qua.: 13h45, 17h15, 21h. CINÉPOLIS MANGABEIRA 3: dub.: qua.: 16h15. CINÉPOLIS MANGABEIRA 5: dub.: ter.: 14h, 17h15, 20h30. CINESERCLA TAMBIÁ 5: dub.: ter.: 17h20. CINESERCLA TAMBIÁ 6: dub.: ter.: 20h. **Campina Grande:** CINESERCLA PARTAGE 1: dub.: ter.: 17h20. CINESERCLA PARTAGE 2 (laser): dub.: ter.: 20h. **Patos:** CINE GUEDES 1: dub.: 20h30. PATOS MULTIPLEX 3: dub.: ter.: 19h55; qua.: 19h45. **Guarabira:** CINEMAXXI CIDADE LUZ 2: dub.: ter.: 17h30, 20h40; qua.: 20h40.

MISSÃO REFÚGIO (*Shelter*). Reino Unido/ EUA/ Canadá, 2026. Dir.: Ric Roman Waugh. Elenco: Jason Statham, Bodhi Rae Breathnach, Bill Nighy. Aventura. Detento em remota ilha resgata uma garota do mar, desencadeado uma série violenta de eventos. 1h47. 16 anos.

João Pessoa: CINÉPOLIS MANAÍRA 3: dub.: 17h45.

PÂNICO 7 (*Scream 7*). EUA, 2026. Dir.: Kevin Williamson. Elenco: Neve Campbell, Courteney Cox, Isabel May, Mckenna Grace, David Arquette, Matthew Lillard. Suspense. Sidney Prescott enfrenta um novo assassino mascarado que surge preserguindo sua filha. 1h54. 18 anos.

João Pessoa: CINÉPOLIS MANAÍRA 3: dub.: 20h15. CINÉPOLIS MANGABEIRA 4: dub.: 20h15. CINESERCLA TAMBIÁ 5: dub.: ter.: 15h10. **Campina Grande:** CINESERCLA PARTAGE 1: dub.: ter.: 15h10. **Patos:** PATOS MULTIPLEX 3: dub.: 17h30.

A SAPATONA GALÁTICA (*Lesbian Space Princess*). Austrália, 2025. Dir.: Emma Hough Hobbs e Leela Varghese. Comédia/ animação. Princesa entra em missão intergalática para salvar sua ex-namorada caçadora de recompensas. 1h27. 16 anos.

João Pessoa: CINE BANGÜÊ: leg.: ter., 31/3: 18h10.

UMA SEGUNDA CHANCE (*Reminders of Him*). EUA, 2026. Dir.: Vanessa Caswill. Elenco: Maika Monroe, Tyriq Whiters, Lauren Graham. Drama/ romance. Após deixar prisão, mulher tenta se reaproximar da filha, mas enfrenta resistência da família do namorado que morreu. 1h54. 16 anos.

João Pessoa: CENTERPLEX MAG 1: dub.: 18h20. CINÉPOLIS MANAÍRA 7: leg.: ter.: 14h15, 17h, 22h15. CINÉPOLIS MANGABEIRA 4: dub.: ter.: 15h; qua.: 15h, 17h45. CINESERCLA TAMBIÁ 4: dub.: ter.: 20h30. **Campina Grande:** CINESERCLA PARTAGE 3: dub.: ter.: 20h30. **Patos:** CINE GUEDES 3: dub.: 21h. PATOS MULTIPLEX 4: dub.: ter.: 20h30; qua.: 17h20. **Guarabira:** CINEMAXXI CIDADE LUZ 3: dub.: ter.: 21h; qua.: 21h25. **Remígio:** CINE RT: dub.: ter.: 20h30.

SYRÂT (*Sirât*). Espanha/ França, 2025. Dir.: Oliver Laxe. Elenco: Sergi López, Bruno Nuñez Arjona, Stefania Gadda. Drama. Pai com seu filho viajam até o Marrocos para tentar encontrar filha que desapareceu em uma rave. Indicado a 2 Oscars, incluindo Filme internacional. Prêmio do Júri no Festival de Cannes. 1h55. 16 anos.

João Pessoa: CINE BANGÜÊ: leg.: ter., 31/3: 16h.

O VELHO FUSCA. Brasil, 2026. Dir.: Emiliano Ruschel. Elenco: Caio Manhente, Tonico Pereira, Cleo Pires, Danton Mello. Comédia/ romance. Jovem quer restaurar e ficar com um velho fusca de seu irascível avô. 1h37. 12 anos.

João Pessoa: CINÉPOLIS MANAÍRA 8: ter.: 13h30, 16h, 18h45, 21h30; qua.: 13h30, 15h30, 18h, 20h30.

VIAGEM GELADA: O RESGATE DO URSO POLAR (*Huevitos congelados*). México, 2022. Dir.: Gabriel Riva Palacio Alatriste e Rodolfo Riva Palacio Alatriste. Aventura/ animação. Animais ajudam filhote de urso polar a encontrar seus pais, enquanto são perseguidos pelos donos do circo do qual fugiram. 1h31. 6 anos.

João Pessoa: CINÉPOLIS MANAÍRA 4: dub.: ter.: 13h45.

A VOZ DE HIND RAJAB (*Sawt Hind Rajab*). Tunísia/ França/ EUA/ Reino Unido/ Itália/ Arábia Saudita/ Chipre, 2025. Dir.: Kaouther Ben Hania. Elenco: Saja Kilani, Motaz Malhees, Amer Hlehel. Drama. Voluntários recebem a chamada de emergência de uma menina presa em um carro sob fogo cruzado em Gaza e tentam ajudá-la. Grande Prêmio do Júri no Festival de Veneza. 1h29. 14 anos.

João Pessoa: CINE BANGÜÊ: leg.: ter., 31/3: 20h.

Música

PRÓXIMOS DIAS

ROUPA NOVA. Banda apresenta o show *Simplesmente Roupa Nova*. Classificação: 14 anos.

João Pessoa: TEATRO PEDRA DO REINO (Centro de Convenções, PB-008, km 5, s/nº, Polo Turístico Cabo Branco). Sexta, 3/4, 21h. Ingressos: de R$ 117 (balcão/ meia) a R$ 492 (plateia A/ inteira), antecipados nas lojas Skyler (shoppings Manaíra, Mangabeira e Tambiá) no site Ingresso Nacional.

Exposições

CONTINUAÇÃO

MULHERES DE MARÇO. Exposições da coleção de arte do acervo do Sesc Paraíba, de 29 artistas mulheres em JP e 25 em CG.

João Pessoa: SESC CENTRO DE CULTURA, ARTE E ESPORTE (R. Desembargador Souto Maior, 281, Centro). Visitação de segunda a sexta, das 8h às 17h, até 30/4. Entrada franca.

Campina Grande: SESC CENTRO (R. Giló Guedes, 650, Centro). Visitação de segunda a sexta, das 8h às 18h, até 11/4. Entrada franca.

RETROSPECTIVA SESC PUBLICA: 13 ARTISTAS, 13 LIVROS E 13 OBRAS. Exposição com 13 artistas paraibanos contemplados pelo projeto Sesc Publica: Flávio Tavares, Cristina Strapação, Clóvis Junior, Alice Vinagre, Wilson Figueiredo, Gina Dantas, Rodrigues Lima, Heloísa Maia, Alberto Lacet, Tito Lobo, Mirabeau, Antônio David e Irismar Fernandes.

João Pessoa: SESC CABO BRANCO (Av. Cabo Branco, 2788, Cabo Branco). Visitação até 30/4. Entrada franca.

SEGURANÇA HÍDRICA

Adutora beneficiará 77,8 mil pessoas

Sistema integrado será instalado em Catolé do Rocha e atenderá outros cinco municípios do Sertão do estado

O governador João Azevêdo anunciou, ontem, a publicação do edital de licitação para construção do sistema adutor integrado MRH89, em Catolé do Rocha. O documento consta na edição de ontem do Diário Oficial da União (DOU). Cerca de 77.858 habitantes do Sertão paraibano serão beneficiados pela obra.

De acordo com o gestor, a adutora MRH89 atenderá com água de qualidade as cidades de Brejo dos Santos, Bom Sucesso, Jericó, Lagoa, Mato Grosso e Catolé do Rocha, a partir da captação na barragem de nível no Rio Piranhas, já utilizada para abastecimento de Catolé do Rocha.

O sistema contará com duas estações de tratamento de água e cinco estações elevatórias, ao longo de aproximadamente 103 km de adutora. O investimento para a construção do sistema adutor será de mais de R$ 191,8 milhões, por meio de contrato de empréstimo entre o Governo do Estado e o New Development Bank (NDB). A licitação será realizada em junho deste ano, conforme cronograma previsto no edital.

"Essa é uma obra muito importante por pegar e dar efetividade ao uso das águas do Rio São Francisco, melhorando a segurança hídrica, por meio do aumento da oferta de água potável no semiárido paraibano, reduzindo o risco de desabastecimento e de racionamento dos municípios da região de Catolé do Rocha que sofrem com a escassez de água", comentou João Azevêdo, no programa Conversa com o Governador — o último com a sua participação. O gestor deixa o posto mais alto do Executivo estadual na próxima quinta-feira (2), para disputar uma vaga no Senado Federal.

Balanço

Ainda durante o programa, João Azevêdo apresentou um balanço da gestão desde 2019, destacando ações de mobilidade urbana, habitação, recursos hídricos, saúde, educação, segurança e desenvolvimento social e econômico.

Na área de segurança hídrica, além do MRH89, o governador mencionou a ampliação de sistemas adutores de Riacho dos Cavalos, Congo, Boqueirão, Camaraú, Queimadas, Nova Camará e Extremo Oeste, além da construção e da recuperação de barragens.

Em mobilidade urbana e rodoviária, conforme João Azevêdo, os investimentos somaram quase R$ 1 bilhão, incluindo a Ponte do Futuro, com conclusão prevista até o início de 2027; o Arco Metropolitano, que conecta BR-71 e BR-230; e o Arco Metropolitano Leste de Campina Grande, com mais de 226 km de estradas ligando distritos rurais.

Na área de habitação, foram 23 mil unidades habitacionais, entre entregues e em construção, em programas como o Minha Casa, Minha Vida e o Cidade Madura.

Em desenvolvimento econômico, destaque para o Polo Turístico Cabo Branco e a Avenida Boulevard dos Ipês, que conta com 11 projetos contratados, incluindo *resorts*, parques e um centro de turismo médico.

O governador também enfatizou a redução de 37% nos homicídios de 2019 a 2025. A Paraíba é líder em segurança pública no Norte e Nordeste e investiu cerca de R$ 10,5 bilhões no setor nos últimos anos.

Na saúde, foram investidos mais de R$ 2 bilhões, que possibilitaram avanços como a redução da fila de espera das cirurgias eletivas com o Programa Opera Paraíba; a construção de novos hospitais, descentralizando os serviços; e o fortalecimento da atenção cardiovascular, com o programa Coração Paraibano.

"Retiramos a Saúde das páginas policiais para ser uma referência com mais de 250 mil cirurgias dentro do Opera Paraíba, acabando com a fila da vergonha que perdurava há anos", celebrou o gestor.

O governador João Azevêdo salientou, ainda, os avanços alcançados na área da educação. Entre os programas educacionais de maior impacto, estão iniciativas como o Conexão Mundo, que oferece intercâmbio internacional a estudantes da rede pública, além do Se Liga no Enem e do Desafio Nota 1000, voltados à preparação para o Exame Nacional do Ensino Médio. Como resultado de políticas educacionais, mais de 21 mil estudantes da rede estadual foram aprovados em universidades públicas.

DEBATE TÉCNICO

João Azevêdo abre *workshop* sobre tecnologia rodoviária

Eliz Santos
elizsantos17@gmail.com

Foto: Leonardo Ariel

Chefe do Executivo estadual ministrou a palestra "A Paraíba trilhando um novo caminho" em evento que reúne gestores e especialistas de todo o Brasil

Em um cenário no qual a qualidade das estradas impacta diretamente o desenvolvimento econômico e a segurança viária, a Paraíba dá um passo estratégico rumo à modernização de sua malha. Na manhã de ontem, em João Pessoa, o governador João Azevêdo abriu o 1º Workshop Rodoviário (Tecnologia Rodoviária), com a palestra "A Paraíba trilhando um novo caminho", iniciando um debate técnico sobre inovação e eficiência na gestão de transportes.

Realizado no Centro Cultural Ariano Suassuna, no Tribunal de Contas do Estado (TCE-PB), o evento reuniu especialistas e gestores de Departamentos de Estradas de Rodagem (DERs) de todo o país. A iniciativa é fruto de uma parceria entre o DER-PB e a Associação Brasileira dos Departamentos Estaduais de Estradas de Rodagem (Abder).

A programação segue ao longo de todo o dia de hoje, com foco em soluções sustentáveis e novas metodologias de pavimentação. O cronograma inclui 11 palestras e mesas-redondas, buscando atualizar os gestores sobre o que há de mais moderno na engenharia mundial, com destaque para a palestra "Pavimentos de Concreto para um Futuro Sustentável".

Durante a abertura, o governador destacou que a troca de experiências é fundamental para a adoção de novas tecnologias de execução de obras. "A Paraíba está sediando mais um evento extremamente importante, reunindo a associação de todos os DERs do Brasil. Essa troca de experiências é fundamental, especialmente quando se trata de novas tecnologias de execução de obras e novos projetos", afirmou.

O gestor também apresentou o cenário de investimentos em infraestrutura rodoviária. "A Paraíba vive um momento muito forte, com um grande programa de mobilidade e de construção e manutenção de estradas, que ultrapassa R$ 6,6 bilhões em investimentos. É essa infraestrutura que garante, por exemplo, a atração de centros de distribuição e o fortalecimento da nossa economia", pontuou.

Entre os destaques, está o programa Rodovias PB, com mais de R$ 6,1 bilhões em investimentos em pavimentação, manutenção e expansão da malha viária. O governador também enfatizou o programa Travessias Urbanas, responsável por mais de 631 km de vias pavimentadas nas cidades, melhorando a mobilidade e a qualidade de vida da população.

Na Região Metropolitana de João Pessoa, mais de R$ 77,6 milhões foram investidos em obras como o Viaduto Luciano Agra, na BR-230, o Viaduto do Bairro das Indústrias e a Ponte das Três Ruas. Também foi destacada a requalificação turística da PB-008, com aporte de R$ 23 milhões, além de projetos estruturantes como o Arco Metropolitano e a Ponte do Futuro, considerados estratégicos para a mobilidade e a logística estadual.

Segundo o governador, os investimentos fazem parte de uma estratégia integrada de desenvolvimento. "Estamos avançando na integração dos municípios, no escoamento da produção e em outras áreas da infraestrutura, como segurança hídrica, energias renováveis e conectividade digital, com a implantação do 5G em todo o estado", acrescentou.

Impacto social

Para o superintendente do DER-PB, Carlos Pereira, o avanço da infraestrutura rodoviária tem impacto direto no cotidiano da população. "Antes, a estrada chegava bem até a cidade, mas o trecho urbano era precário. Hoje, estamos mudando essa realidade. Já são mais de 210 travessias executadas, garantindo mobilidade, segurança e elevando a autoestima da população", destacou.

Ele também ressaltou o papel do evento como espaço de construção coletiva. "O *workshop* reúne especialistas de todo o Brasil em um momento de troca de experiências e debate técnico, essencial para a evolução da infraestrutura rodoviária", completou.

Já o presidente da Abder, Fauzi Nacfur Junior, enfatizou o caráter estratégico do setor. "A infraestrutura é o caminho para o desenvolvimento do país. As rodovias conectam pessoas, impulsionam o turismo e garantem o escoamento da produção. Sem investimento nessa área, não avançamos", afirmou.

Reconhecimento

O evento também marcou o lançamento da nova edição da revista *Rodovias & Infra*, que traz a Paraíba como capa, sob o título "Paraíba que inspira o Nordeste". A publicação apresenta o estado como referência regional em gestão de infraestrutura e mobilidade urbana.

Saiba Mais

Quem não garantiu vaga presencial no evento pode conferir as palestras pelo canal da Abder no YouTube. Confira a programação de hoje:

- **9h** – "Pavimentos de concreto para um futuro sustentável"
Palestrante: Fernão Nomemacher Dias Paes Leme

- **9h50** – "Geossintéticos na infraestrutura de transportes"
Palestrante: Mateus Cleto

- **10h40** – "Sinalização horizontal: critérios técnicos e boas práticas"
Palestrante: Silvia Cristina Mugnaini

- **13h30** – "Aplicação do radar como impulsionador da transformação digital dos órgãos autuadores de infração"
Palestrante: Adriano Souza

- **15h10** – Mesa-redonda

- **16h25** – Sorteio de brindes e encerramento

Pelo *QR Code* acima, acesse o canal da Abder e assista às palestras

CABEDELO

Capacitação ocorre na próxima terça

Trinta cidadãos foram convocados pela Justiça Eleitoral para dar apoio logístico a pleito suplementar

A Justiça Eleitoral da Paraíba realiza, na próxima terça-feira (7), um treinamento com cidadãos convocados para atuar como Apoio Logístico à Transmissão de Resultados (ALVTs), na eleição suplementar de Cabedelo. O treinamento ocorrerá, a partir das 8h30, no Núcleo de Voto Informatizado de João Pessoa, situado na Avenida Hilton Souto Maior, no bairro José Américo.

A iniciativa visa capacitar 30 pessoas convocadas para prestar suporte às urnas eletrônicas no dia 12 de abril, distribuídas nos 30 locais de votação. Os participantes receberão orientações para atuarem em procedimentos simples, como reiniciar o equipamento, realizar a substituição de mídias e, em casos necessários, efetuar a troca da urna por uma de contingência.

A Justiça Eleitoral passou a adotar, desde 2018, um novo modelo de suporte técnico às urnas eletrônicas, substituindo a contratação de técnicos pela convocação de eleitores para atuar como apoio logístico no dia da votação. A medida permitiu ampliar a presença de suporte nos locais de votação e, ao mesmo tempo, reduzir significativamente os custos.

Segundo o coordenador de Eleições Informatizadas e Segurança Cibernética, Cassimiro Júnior, a convocação de cidadãos para atuar junto à Justiça Eleitoral fortalece o sentimento de pertencimento ao processo democrático.

"Colocamos o cidadão como polo ativo. Em vez de ouvir falar como funcionam as eleições, ele contribui para fazer acontecer. Na prática, ele compreende a rastreabilidade do processo, observa que as urnas são devidamente lacradas e que qualquer violação exige registro e responsabilidade. Ou seja, o processo eleitoral é colocado nas mãos de pessoas da sociedade que prestarão esse suporte", disse.

Foto: Marcelo Camargo/Agência Brasil

Participantes aprenderão a reiniciar urnas eletrônicas, realizar a substituição de mídias e efetuar a troca do equipamento por um de contingência

TRE-PB interrompe atendimento amanhã

De amanhã até sexta-feira (3), ficam suspensas as atividades na secretaria, nos cartórios e no posto de atendimento do Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba (TRE-PB) instalado no Espaço Cultural José Lins do Rêgo, em João Pessoa. A alteração do expediente ocorre em virtude das celebrações da Semana Santa e estava prevista na Portaria nº 403/2025, divulgada em 11 de dezembro do ano passado.

Durante o feriadão, a contagem de todos os prazos processuais estará automaticamente suspensa. Dessa forma, não haverá decurso de tempo para manifestações judiciais ou administrativas, garantindo a segurança jurídica de advogados, partidos e jurisdicionados que dependem dos serviços prestados pelo TRE-PB.

O fluxo normal de trabalho e o atendimento presencial nas zonas eleitorais de todo o estado serão integralmente restabelecidos na segunda-feira (6).

Para quem busca maior comodidade ou necessita de serviços urgentes durante o feriado, o TRE-PB disponibiliza o autoatendimento eleitoral. Por meio da página, é possível realizar diversas operações, como a emissão de certidões, pagamento de débitos consulta de situação eleitoral e regularização de títulos.

Pelo *QR Code* acima, acesse a página de autoatendimento eleitoral

JOÃO PESSOA

CCJ da Câmara Municipal analisa 46 matérias

A Comissão de Constituição, Justiça, Redação e Legislação Participativa (CCJ) da Câmara Municipal de João Pessoa (CMJP) analisou, ontem, 46 matérias, entre as quais foram aprovados 29 projetos de lei ordinária (PLO) e 13 projetos de decreto legislativo (PDL). Um PLO foi rejeitado e outro recebeu pedido de vista. Também recebeu pedido de vista um projeto de lei complementar (PLC), e um PDL foi retirado da pauta de votação.

Dois projetos do Executivo municipal receberam parecer favorável. O PLO nº 749/2025 cria o Centro de Cooperação da Cidade (CCC-JP), unidade estratégica de coordenação e operação da Prefeitura Municipal. Vinculado à Secretaria de Gestão Governamental (Seggov), o CCC-JP será o núcleo de gestão urbana integrada de João Pessoa, de caráter permanente, promovendo o uso intensivo e coordenado de tecnologia para monitoramento, análise de dados, planejamento de ações e resposta a incidentes, visando à otimização dos serviços públicos e à melhoria da qualidade de vida dos cidadãos.

Já o PLO nº 885/2026 revoga integralmente a Lei nº 13.776/2019, que autoriza a concessão do auxílio-moradia no âmbito de João Pessoa e institui um novo marco legal para o benefício, estabelecendo regras atualizadas quanto aos critérios de acesso, permanência, suspensão e extinção do benefício, bem como quanto aos mecanismos de acompanhamento técnico, controle administrativo e priorização das famílias em situação de maior vulnerabilidade social.

Outras normas

De autoria dos vereadores, foram acatados os seguintes projetos:

• PLO nº 763/2026, de Durval Ferreira (PL), que institui o Programa Municipal de Mediação Autística Urbana (PMMAU), destinado ao apoio, orientação e mediação de pessoas com transtorno do espectro autista (TEA) e seus acompanhantes no uso dos espaços públicos e serviços municipais;

• PLO nº 935/2026, de Dinho Dowsley (PSD), que dispõe sobre o programa de incentivo à participação de pessoas com TEA e transtorno do déficit de atenção com hiperatividade (TDAH) nas atividades esportivas, no âmbito de João Pessoa;

• PLO nº 847/2026, de Fábio Carneiro (Solidariedade), assegurando a prioridade no atendimento psicológico e psicossocial às crianças em situação de trauma atendidas pela rede municipal de saúde, considerando-se criança em situação de trauma aquela que tenha sido submetida, entre outras situações, à violência física, psicológica ou sexual; a negligência ou abandono; a perdas familiares significativas; a acidentes graves ou eventos potencialmente traumáticos; a exposição a situações de vulnerabilidade social extrema; ou a qualquer outro evento que comprometa o desenvolvimento emocional e psicológico.

Homenagens

No caso dos PDLs aprovados, seis outorgam título de Cidadão Pessoense; três outorgam a Medalha Cidade de João Pessoa; três tratam de reconhecimento a entidades por utilidade pública; e um concede a Medalha de São Bento ao Instituto Beneditino Em Adoração — Associação Mãe de Pentecostes, instituição de dedicação à evangelização e ao atendimento às necessidades sociais da população mais vulnerável.

Foto: Olenildo Nascimento/CMJP

Dos 29 projetos de lei ordinária aprovados pelo colegiado, dois foram enviados pelo Executivo

Foto: Divulgação/TCE-PB

Conselheiros do TCE-PB (C) receberam ofício ontem

PISO DA ENFERMAGEM

Coren-PB pede que Corte acompanhe repasses

O Tribunal de Contas do Estado da Paraíba (TCE-PB) foi acionado pelo Conselho Regional de Enfermagem da Paraíba (Coren-PB) para que acompanhe os repasses destinados ao pagamento do piso nacional da Enfermagem.

Em ofício entregue ontem ao presidente do tribunal, o conselheiro Fábio Nogueira, a entidade destacou a necessidade de fortalecer o controle sobre os valores destinados ao pagamento da quantia mínima instituída pela Lei nº 14.434/2022. O objetivo é garantir que os recursos sejam corretamente aplicados pelas gestões municipais e cheguem de forma efetiva aos profissionais do setor.

O documento sugere a instituição de cooperação técnica, intercâmbio de informações e eventuais instrumentos formais de parceria, respeitadas as competências constitucionais e legais de cada instituição.

"Nesse contexto, entende o Coren-PB que a aproximação institucional com o Tribunal de Contas do Estado da Paraíba poderá contribuir de forma decisiva para: o fortalecimento do controle externo preventivo; o estímulo à transparência e à regularidade dos repasses nos municípios da Paraíba; a mitigação de riscos de desvio de finalidade ou aplicação inadequada dos recursos; e a proteção do direito dos profissionais da enfermagem ao efetivo recebimento do piso salarial", sustenta o conselho, no ofício.

Representaram o Coren-PB na reunião Emanuel Rodrigues, Sérgio Costa, Daniel Brito e Rony Lima. Do lado do TCE-PB, estiveram presentes, além do presidente Fábio Nogueira, o conselheiro Taciano Diniz e o diretor de Auditoria e Fiscalização, Eduardo Albuquerque.

EDUCAÇÃO

Lula anuncia nome de novo ministro

Atual secretário-executivo, Leonardo Barchini assumirá a pasta após saída de Camilo Santana para disputar eleições

Agência Estado

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva informou, ontem, que o ministro da Educação, Camilo Santana, vai "ser candidato", mas não disse a que, e deixará o cargo. Lula confirmou que o atual secretário-executivo do MEC, Leonardo Barchini, assumirá o posto.

"Camilo não vai terminar o mandato, vai sair antes e não vai ganhar medalha", afirmou Lula, em tom de brincadeira. "Ele está saindo agora para ser candidato, não sei a que, mas está saindo agora do governo. Quero comunicar que, ao deixar o governo, o nosso companheiro Leonardo Barchini vai ser o novo ministro da Educação", afirmou.

Lula anunciou que "tem muita gente que vai sair" e declarou que não quer "começar de novo". Ele confirmou, ainda, que dará preferência para que os sucessores sejam pessoas que já estejam nos ministérios.

Foto: Reprodução/Instagram @leonardobarchini

Futuro titular do MEC é bacharel em Direito, mestre em Ciências Sociais e já foi chefe de gabinete de Haddad em São Paulo

"Não posso escolher um ministro novo que não estava na área para ele entrar, querer escolher secretário-executivo, chefe de gabinete. Não, quem vai ficar no lugar é alguém que sabe o que está acontecendo naquele ministério para a gente não inventar nada de novo. A gente agora só tem que concluir o que começou a fazer, é hora de entregar", declarou.

O presidente apontou que Barchini é uma pessoa de sua confiança e próximo de Camilo. O futuro ministro é bacharel em Direito e mestre em Ciências Sociais pela Universidade de Brasília (UnB). Foi secretário de Relações Internacionais e Federativas e chefe de gabinete de Fernando Haddad, na Prefeitura de São Paulo, de 2013 a 2016. Barchini atuou também como diretor da Organização de Estados Ibero-Americanos no Brasil (OEI).

Balanço

O anúncio foi feito durante um evento de inauguração simultânea de 107 obras simultâneas da Educação. Na ocasião, Camilo Santana fez um balanço de sua gestão. Um dos pontos destacados pelo ministro foi a criação do programa Pé-de-Meia, que, segundo ele, reduziu pela metade a evasão e o abandono escolar no Ensino Médio brasileiro. A medida consiste no pagamento de uma bolsa para estudantes da etapa que permaneçam na escola. O gestor também destacou as mudanças promovidas pelo governo na modalidade de educação à distância e a implementação do Exame Nacional de Avaliação da Formação Médica (Enamed).

Camilo Santana foi eleito senador em 2022 e não pode se candidatar novamente ao cargo. Com isso, a única opção lógica para ele é tentar mais uma vez o governo do Estado, já que ele não será candidato à Presidência ou a vice-presidente. Seu nome passou a ser cotado para o governo cearense diante do desempenho abaixo do esperado do atual governador Elmano de Freitas (PT).

RIO DE JANEIRO

PL solicita que futuro presidente da Alerj assuma comando interino

André Richter
Agência Brasil

O Partido Liberal (PL) pediu, ontem, ao Supremo Tribunal Federal (STF) que o comando interino do governo do Rio de Janeiro seja transferido para o futuro presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj). O pedido foi feito após o Supremo suspender o julgamento que vai decidir se as eleições para o mandato-tampão de governador serão realizadas de forma direta, com voto popular, ou indireta, por meio dos votos dos deputados da Alerj.

Com a determinação, o presidente do Tribunal de Justiça do Rio, Ricardo Couto de Castro, ficará no cargo até a Corte decidir a questão. O caso será julgado no dia 8 de abril.

Conforme a argumentação do partido, o cargo de presidente da Alerj está na linha sucessória estadual. Dessa forma, após a realização de uma nova eleição para o comando da Casa, prevista para a primeira semana de abril, o estado deve ser governado pelo presidente da assembleia, diante da ausência do governador e vice.

"É exatamente essa explicitação que se requer. O exercício interino da chefia do Poder Executivo do estado do Rio de Janeiro pelo presidente do Tribunal de Justiça possui natureza subsidiária, temporária, excepcional e instrumental, somente subsistindo enquanto inviável a investidura do primeiro sucessor constitucional", alegou o partido.

Na semana passada, a Justiça do Rio anulou a votação da Alerj que elegeu o deputado Douglas Ruas (PL) para a presidência da Casa. De acordo com a decisão judicial, o processo eleitoral da assembleia só pode ocorrer após o Tribunal Regional Eleitoral (TRE) retotalizar os votos que foram recebidos pelo deputado Rodrigo Bacellar, que perdeu o mandato ao ser condenado no mesmo processo no qual o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) puniu o ex-governador Cláudio Castro com a inelegibilidade até 2030.

Entenda

Na última segunda-feira (23), o governador eleito do Rio, Cláudio Castro, renunciou ao cargo para disputar as eleições ao Senado. O prazo de desincompatibilização termina no dia 4 de abril, seis meses antes do primeiro turno. No dia seguinte, Castro foi condenado à inelegibilidade pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

A eleição para mandato-tampão deverá ser realizada porque o ex-vice-governador Thiago Pampolha também deixou o cargo para assumir uma vaga no Tribunal de Contas do estado. O próximo na linha sucessória seria o presidente da Alerj, o deputado estadual Rodrigo Bacellar. No entanto, o parlamentar foi cassado na mesma decisão do TSE que condenou Castro.

Antes da decisão, Bacellar havia sido afastado presidência por decisão do STF. Ele é investigado no caso que envolve o ex-deputado TH Joias. Atualmente, o presidente do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, Ricardo Couto de Castro, exerce interinamente o cargo de governador do estado.

NO STF

Dino amplia investigação sobre emendas para Igreja da Lagoinha

André Richter
Agência Brasil

O ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal (STF), decidiu, ontem, ampliar a apuração sobre supostas irregularidades envolvendo o envio de emendas parlamentares do senador Carlos Viana (Podemos-MG) para a Fundação Oasis, ligada à Igreja Batista da Lagoinha.

A determinação foi tomada após o ministro receber as respostas do parlamentar e do Senado sobre alegações de falta de transparência e rastreabilidade dos repasses, que somaram R$ 3,6 milhões, dos anos de 2019 a 2025. No dia 19 deste mês, Dino pediu esclarecimentos sobre as emendas.

Na decisão proferida ontem, o ministro ampliou a análise do caso e determinou que sejam enviados ao Supremo, no prazo de 10 dias, todos os documentos relativos aos repasses das emendas para a fundação e às prefeituras dos municípios de Capim Branco e Belo Horizonte, que também receberam transferências.

Foto: Victor Piemonte/STF

Ministro deu prazo de 10 dias para envio de documentos

"Diante da insuficiência de transparência e rastreabilidade das emendas sob exame, impõe-se a necessidade de requisição de documentos junto às prefeituras envolvidas, ao Governo Federal e à própria Fundação Oásis", apontou o ministro.

O caso chegou ao Supremo após os deputados Rogério Correia (PT-MG) e Pastor Henrique Vieira (Psol-RJ) citarem a ligação pessoal de Viana com a Lagoinha. Eles o acusaram de "blindar" o avanço, contra as entidades beneficiárias de suas emendas, das investigações da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

Senador

Em publicação nas redes sociais, o senador Carlos Viana disse que é alvo de ataques por ter atuado como presidente da CPMI do INSS. Ele também convocou uma entrevista coletiva para hoje e informou que vai apresentar documentos e dar esclarecimentos técnicos sobre as emendas.

"Com a proximidade das eleições, e diante do medo daqueles que tentaram blindar os responsáveis pelos crimes contra os idosos e enterraram a prorrogação da CPMI, sabemos que a partir de agora será intensificado um verdadeiro ataque à reputação", afirmou.

VIOLAÇÃO DA DOMICILIAR

Defesa de Jair Bolsonaro nega ciência prévia de vídeo de Eduardo

André Richter
Agência Brasil

A defesa de Jair Bolsonaro informou, ontem, ao Supremo Tribunal Federal (STF) que o ex-presidente não teve ciência prévia da gravação feita por seu filho, o ex-deputado federal Eduardo Bolsonaro. A manifestação foi enviada após o ministro Alexandre de Moraes dar prazo de 24 horas para Bolsonaro explicar o suposto acesso a um vídeo durante o cumprimento da prisão domiciliar.

O pedido de explicações ocorreu depois que Eduardo Bolsonaro afirmou, em publicação nas redes socais, que enviaria ao seu pai a gravação da participação dele em um evento de políticos de direita nos Estados Unidos. "Vocês sabem por que eu estou fazendo esse vídeo? Porque eu estou mostrando para o meu pai", disse o ex-parlamentar.

Bolsonaro cumpre prisão domiciliar e está proibido de utilizar celulares ou qualquer outro de meio comunicação externa, direta ou por meio de terceiros. Seus advogados afirmaram ao STF que ele não teve participação no episódio, que foi feito por um "terceiro". A defesa também reafirmou que o ex-presidente cumpre integralmente as regras da prisão domiciliar.

"O peticionário vem observando de forma rigorosa, integral e permanente todas as condições fixadas para o cumprimento da prisão domiciliar humanitária, especialmente as vedações relativas ao uso de aparelhos de comunicação, utilização de redes sociais e gravação de vídeos ou áudios, diretamente ou por intermédio de terceiros, comprometendo-se a permanecer em absoluto cumprimento dessas e das demais medidas impostas", informou a defesa.

Por fim, os advogados negaram que Bolsonaro teve contato com terceiros durante o período em que passou a cumprir domiciliar. "Não há qualquer dado objetivo que indique comunicação atual, direta ou indireta, com o peticionário, tampouco gravação, reprodução ou utilização de qualquer meio vedado no âmbito da prisão domiciliar humanitária temporária", completou a defesa.

Na semana passada, Moraes concedeu prisão domiciliar temporária de 90 dias ao ex-presidente, período no qual ele deverá se recuperar de uma broncopneumonia. Bolsonaro foi condenado a 27 anos e três meses de prisão na ação penal da trama golpista.

COM O IRÃ

Trump afirma negociar novo acordo

Estadunidense alegou haver progressos com o regime persa, que ele considera mais "razoável" que o anterior

Agência Estado

Os Estados Unidos estão negociando com um "novo, e mais razoável regime" do Irã, declarou Donald Trump, ontem, por meio do seu perfil na rede social Truth Social. Na publicação, ele ainda informou que, por esse motivo, grandes progressos foram feitos, indicando que um novo acordo deve ser fechado em breve.

Mesmo assim, o republicano ameaçou a República Islâmica, avisando que os EUA atacarão as usinas elétricas, os poços de petróleo e a Ilha de Kharg do Irã, caso "o Estreito de Ormuz não seja imediatamente aberto para negócios".

Por outro lado, o porta-voz do Ministério das Relações Exteriores do Irã, Esmail Baghaei, reconheceu, ontem, que Teerã recebeu uma proposta de 15 pontos do governo Trump, mas frisou que não houve negociações diretas com Washington. Ele declarou que as exigências americanas eram "excessivas, irrealistas e irracionais".

Anteriormente, o presidente do parlamento iraniano, Mohammad Bagher Qalibaf, classificou as negociações no Paquistão como uma manobra de fachada, enquanto mais tropas americanas eram enviadas para a região. Ele afirmou que as forças iranianas estavam "aguardando a chegada das tropas americanas em solo iraniano para incendiá-las e punir seus parceiros regionais para sempre", segundo a mídia estatal.

A ilha iraniana de Kharg, onde fica um terminal por meio do qual o país exporta a maior parte de seu petróleo, tornou-se um foco da guerra iniciada há um mês pelos Estados Unidos e por Israel. Ataques à infraestrutura petrolífera no local — ou uma invasão terrestre — reduziriam drasticamente as exportações de petróleo do Irã, uma fonte essencial de receita para a República Islâmica. Isso também marcaria uma grande escalada do conflito, que poderia provocar ataques retaliatórios ainda mais intensos contra infraestruturas dos países árabes do Golfo e elevar ainda mais os preços do petróleo. O custo disparado do combustível já ameaça a economia mundial.

Uma ocupação da ilha pelos Estados Unidos colocaria tropas americanas em uma posição estacionária a apenas 33 km da costa do Irã, bem dentro do alcance de seu arsenal de drones e mísseis.

Versão

Porta-voz do Ministério das Relações Exteriores iraniano afirmou, por outro lado, que exigências do presidente norte-americano são "excessivas, irrealistas e irracionais"

Foto: Reprodução/X @WhiteHouse

Apesar da promessa de acordo, líder republicano ameaçou atacar usinas do Irã caso o Estreito de Ormuz siga fechado

Espanha veta uso do espaço aéreo pelos EUA

A Espanha não permitirá o uso do seu espaço aéreo por aviões militares americanos que participam na guerra do Irã, conforme anunciou a ministra da Defesa do governo de Pedro Sánchez, Margarita Robles. O governante de centro-esquerda já expressou oposição frontal ao conflito, o que rendeu atritos com o presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, que ameaçou cortar toda a relação comercial com a Espanha.

"Não são autorizadas as bases e, naturalmente, também não é autorizada a utilização do espaço aéreo espanhol para ações relacionadas com a guerra no Irã", afirmou Robles, em um comunicado transmitido à agência *France-Presse* pelo Ministério da Defesa, que confirma uma informação antecipada pelo jornal *El País*.

"Não vamos autorizar, desde o início já dissemos, a utilização das bases de Morón e Rota para nenhum ato relativo à guerra do Irã", insistiu Robles, mencionando as duas bases militares conjuntas Espanha-EUA, localizadas no sul do país.

"Desde o primeiro momento, a decisão foi transmitida de maneira muito clara ao Exército americano e às forças americanas", acrescentou a ministra, que descreveu a guerra iniciada pelos Estados Unidos e por Israel como "profundamente ilegal e profundamente injusta".

Segundo o *El País*, o Exército dos Estados Unidos pode seguir utilizando as bases para os usos previstos no acordo bilateral, como o de prestar assistência às tropas americanas na Europa. O jornal explica que a recusa espanhola complica as operações dos Estados Unidos, cujos bombardeiros precisam decolar de mais longe e alterar a quantidade de querosene e bombas que transportam.

"Decepcionante"

Nesse cenário, o secretário de Estado dos EUA, Marco Rubio, afirmou que a cooperação com aliados da Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan) tem sido "decepcionante" durante a guerra envolvendo o Irã e Israel, e indicou que a relação poderá ser revista após o fim do conflito.

Em entrevista à Al Jazeera, Rubio criticou a postura de países europeus, citando restrições ao uso de espaço aéreo e bases militares pelos EUA. "Foi muito decepcionante", disse, acrescentando que, diante desse cenário, "tudo isso terá de ser reexaminado" após a operação militar.

O secretário ressaltou que a aliança precisa ser "mutuamente benéfica" e não pode funcionar como "uma via de mão única", ao mencionar questionamentos dentro do governo americano sobre as vantagens estratégicas da Otan. Rubio também afirmou que a ofensiva contra o Irã tem objetivos claros e duração limitada.

De acordo com ele, a operação será encerrada quando essas metas forem atingidas. Entre esses objetivos, estão a destruição das capacidades militares iranianas, incluindo força aérea, marinha, lançadores de mísseis e instalações de produção de armamentos. Rubio alegou que os EUA estão "no caminho certo" para cumprir essas metas e indicou que isso deve ocorrer em "semanas, não meses".

CRISE ENERGÉTICA

Navio russo com petróleo bruto chega a Cuba

Agência Estado

A Rússia informou, ontem, que um petroleiro transportando cerca de 100 mil toneladas de petróleo bruto chegou a Cuba e que Moscou pretende manter o apoio à ilha, apesar das restrições impostas pelos Estados Unidos. A informação sobre a chegada foi publicada pela agência estatal russa *Interfax* e, posteriormente, confirmada pelo Kremlin, segundo divulgou a agência *Reuters*.

De acordo com autoridades russas, o navio Anatoly Kolodkin estava no aguardo para descarregar no porto de Matanzas. O Kremlin afirmou que a situação foi discutida previamente com representantes americanos, mas ressaltou que considera um dever apoiar Cuba, classificado como país aliado.

Os Estados Unidos tinham interrompido as exportações de petróleo da Venezuela para a ilha após a deposição do ditador Nicolás Maduro, em janeiro, além de ameaçar aplicar tarifas a países que enviassem combustível ao governo cubano. No entanto, no último domingo (29), o presidente Donald Trump indicou uma possível mudança de posição ao demonstrar simpatia pela necessidade energética da população cubana.

Segundo o porta-voz do Kremlin, Dmitry Peskov, a questão do envio foi tratada em contatos com Washington. Ele afirmou que, diante da situação considerada "desesperadora" em Cuba, a Rússia pretende continuar trabalhando para garantir novos fornecimentos.

Já o presidente cubano, Miguel Díaz-Canel, declarou que o país não recebia um petroleiro havia cerca de três meses. A escassez de combustível tem provocado apagões frequentes em todo o território, que possui cerca de 10 milhões de habitantes, e agravado os riscos à saúde, especialmente entre pacientes com câncer. O cenário explica-se porque, após a Revolução de 1959, Cuba passou a depender da então União Soviética para o fornecimento de petróleo e, atualmente, precisa importar derivados como óleo combustível e *diesel* para geração de energia.

Foto: Reprodução/X @PeterFerrary

Petroleiro Anatoly Kolodkin foi liberado para aportar na ilha após conversas com os EUA

ARGENTINA

Juiz suspende mais de 80 artigos de lei trabalhista

Agência Estado

Em derrota para o presidente da Argentina, Javier Milei, a Justiça do país suspendeu provisoriamente, ontem, a aplicação de mais de 80 artigos da nova lei trabalhista que buscavam reduzir custos de trabalho e limitar o poder dos sindicatos. O juiz trabalhista Raúl Horacio Ojeda acatou parcialmente a medida cautelar da Confederação Geral do Trabalho (CGT), principal central sindical, contra a reforma aprovada em 27 de fevereiro.

"Há direitos humanos em jogo, com possíveis responsabilidades patrimoniais e institucionais. Milhões de contratos vigentes aguardam definições sobre a aplicação da lei e segurança jurídica quanto ao seu conteúdo", afirmou Ojeda, em decisão à qual a *Associated Press* teve acesso.

Segundo o magistrado, a medida cautelar traz maior segurança jurídica ao permitir a aplicação da norma apenas após o teste de constitucionalidade e convencionalidade solicitado pela CGT. A decisão vale até o julgamento do mérito e pode ser contestada pelo governo.

Ojeda suspendeu a nova base de cálculo das indenizações, tradicionalmente elevadas, que excluía pagamentos não mensais, como o décimo terceiro, férias e horas extras. Também suspendeu o Fundo de Assistência Trabalhista, criado para que os empregadores financiem futuras demissões com uma contribuição de 1% a 3%, dependendo da empresa, sobre os salários.

A decisão incluiu, ainda, artigos que buscavam limitar o poder dos sindicatos, como aqueles que ampliavam a classificação de atividades essenciais — o que obrigaria os sindicatos a manter serviços mínimos em caso de greve —, restringiam a realização de assembleias e endureciam as sanções contra a atuação sindical. O governo argentino não se pronunciou sobre a determinação.

Selic	Sálário mínimo	Dólar $ Comercial	Euro € Comercial	Libra £ Esterlina
Fixado em 18 de março de 2026	R$ 1.621	+0,12%	-0,39%	-0,22%
14,75%		R$ 5,248	R$ 6,013	R$ 6,923

Inflação
IPCA do IBGE (em %)

Fevereiro/2026	0,7
Janeiro/2026	0,33
Dezembro/2025	0,33
Novembro/2025	0,18
Outubro/2025	0,09

Ibovespa

EM NOVE ANOS

Uso de cheque especial por empresas bate recorde

Movimentações no estado chegaram a R$ 415,9 milhões em junho de 2025

O volume de recursos utilizados por empresas em cheque especial e conta garantida na Paraíba chegou a R$ 415,9 milhões, segundo dados do Banco Central do Brasil. O número mais recente, relativo a junho de 2025, é o maior em nove anos e dois meses, ou seja, desde abril de 2016. Em apenas um ano, a alta foi de 23%. O cheque especial empresarial é considerado uma das formas de financiamento mais caras do mercado.

Por se tratar de uma linha de crédito rotativo e de curto prazo, especialistas apontam que o aumento pode refletir tanto a necessidade de capital de giro quanto o ambiente de crédito mais restritivo, marcado por taxas de juros elevadas, o que tende a prolongar o uso de linhas mais caras ao longo do tempo.

Para a analista de Desenvolvimento de Negócios da Central Sicredi Nordeste, Jussara Marques, o uso dessa modalidade por empresas deve ser visto como um recurso emergencial. "O cheque especial empresarial cumpre um papel importante na gestão de curto prazo, principalmente para cobrir descasamentos de caixa. Mas ele não deve ser utilizado como fonte recorrente de financiamento, justamente por ter um custo mais elevado em comparação com outras linhas disponíveis no mercado", afirma.

Foto: Divulgação/EBC

Alta foi de 23% em um ano, refletindo um cenário de restrições na obtenção de crédito

Dados do Sicredi indicam que o crédito comercial na Paraíba tem avançado entre os associados. O saldo cresceu 19% e alcançou R$ 702,6 milhões em 2025, refletindo maior demanda por crédito e diversificação nas modalidades utilizadas pelas empresas. Diferentemente do levantamento do Banco Central, que considera apenas o uso do cheque especial em todo o sistema financeiro, esse resultado abrange diversas linhas de financiamento empresarial.

Segundo Sérgio Guedes, *CEO* da SIR Investimentos, boas práticas como estruturar reservas, proteger o capital, diversificar fontes de receita e planejar investimentos são estratégias essenciais para evitar recursos como o cheque especial, que comumente leva ao endividamento. E, quando há um bom planejamento, essas práticas ajudam a construir um fluxo de caixa e fazer o dinheiro render.

"Empresas que desejam crescer de forma sustentável precisam ir além da busca por faturamento imediato. Estruturar reservas financeiras e desenvolver mecanismos de proteção patrimonial, investindo os recursos estrategicamente, ajuda a atravessar períodos de instabilidade sem recorrer a crédito caro ou ao cheque especial", esclarece Sérgio.

Conforme Jussara Marques, os números demonstram que existem alternativas mais adequadas para empresas que precisam de crédito com maior previsibilidade. "Quando a empresa passa a acessar linhas mais estruturadas, ela consegue planejar melhor o fluxo de caixa e reduzir a dependência de soluções emergenciais. Isso contribui para uma gestão mais sustentável no médio e longo prazo. O ideal é que o empresário avalie o tipo de necessidade antes de contratar o crédito", explica.

A especialista reforça que a educação financeira é um ponto central nesse processo. "Entender o custo efetivo de cada operação, comparar alternativas e alinhar o crédito ao objetivo do negócio são práticas essenciais. O crédito deve ser um aliado do crescimento, e não uma solução permanente para desequilíbrios financeiros", conclui Marques.

QUATRO IMPOSTOS

Prazo para pagamento vence hoje em toda a PB

Hoje é o último dia para pagamento de diversos impostos em todo o estado. É o caso, por exemplo, da cota única à vista do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) para proprietários de veículos de placa com final 3. Quem quitar a tarifa dentro desse prazo terá a garantia do desconto de 10% no tributo.

Os contribuintes paraibanos têm, ainda, outras duas opções para pagamento do imposto, mas, dessa vez, sem o desconto. Uma delas é o parcelamento em três vezes, sendo a primeira parcela com vencimento até hoje. A outra opção é o pagamento total do IPVA, sem desconto, que deve ser efetuado até 29 de maio. Dúvidas na emissão do IPVA podem ser resolvidas pelo *e-mail* gerencia.itcd.ipva@sefaz.pb.gov.br. Para quem optou pelo parcelamento, vencem, também, hoje a terceira parcela da placa com final 1 e a segunda parcela dos veículos com final de placa 2.

Para emitir o boleto do IPVA, o proprietário precisa ter dados como CPF ou CNPJ, número da placa do veículo e do Registro Nacional de Veículos Automotores (Renavam). O boleto está liberado no portal da Secretaria de Estado da Fazenda (Sefaz-PB), por meio do *link* https://abre.ai/ipva-pb.

O pagamento pode ser feito por meio do Pix, bastando o contribuinte, no ato de emitir a guia, fazer a escolha pela modalidade no lado superior da guia, à direita. Já as agências bancárias oficiais do pagamento do IPVA são Banco do Brasil, Bradesco, Itaú, Santander e a Caixa Econômica Federal.

João Pessoa

Já na capital paraibana, chega ao fim, hoje, o prazo para quitação da cota única do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU) e da Taxa de Coleta de Resíduos (TCR) com desconto. O abatimento é de 15% para quem opta por não pagar parcelado e chega a 20% para aqueles contribuintes sem nenhum débito com a Prefeitura de João Pessoa.

O desconto adicional de 5% foi criado para beneficiar os cidadãos que não têm débitos junto à administração pública municipal. Todos que têm direito ao desconto já tem ele aplicado no valor do IPTU e da TCR, independente da forma que escolher para pagamento, seja cota única ou parcelado.

Para efetuar o pagamento, o contribuinte pode utilizar a mesma guia distribuída nos imóveis pelos Correios, mesmo com a data de vencimento no dia 6 de março (prazo original para pagamento antes da prorrogação). Quem não está com a guia pode gerar uma atualizada no Portal do Contribuinte, no endereço https://abre.ai/iptu-jp. É preciso informar os seis primeiros dígitos do número de inscrição do imóvel para emitir as guias.

Encerra-se também, hoje, o prazo para quitação da primeira parcela dos tributos para quem optar pelo pagamento parcelado. As demais datas do calendário de pagamento foram mantidas. A transação pode ser realizada via Pix em qualquer banco ou por meio do código de barras no Banco do Brasil.

Patos

No Sertão, encerra-se, hoje, o prazo para pagamento do preço público referente ao exercício de 2026 para permissionários que ocupam espaços públicos em Patos. A medida é direcionada especialmente aos comerciantes que atuam nos mercados municipais e na Praça Getúlio Vargas. A quitação dentro do prazo garante um desconto de 20% no valor total.

De acordo com o gerente de Administração Tributária, Adilson Silva, os permissionários devem ficar atentos, pois o prazo não será prorrogado. "Os contribuintes que ainda não realizaram o pagamento devem se dirigir à sede da Prefeitura de Patos, onde funciona a Secretaria de Receita, para solicitar a emissão do boleto. Com o pagamento efetuado até a data limite, será aplicado automaticamente o desconto de 20%", enfatizou.

A regularização é necessária para que os permissionários possam emitir o alvará de funcionamento e, assim, garantir o desenvolvimento regular de suas atividades comerciais ao longo de 2026. O gerente ainda reforça a importância de que os contribuintes não deixem para a última hora, evitando transtornos e assegurando o benefício do desconto dentro do prazo estabelecido.

Mercado Imobiliário

Glauco Morais
gaamorais@terra.com.br | Colaborador

Uma Paraíba além do óbvio

Com base no estudo *Uma análise histórica regional do crescimento econômico real nos estados brasileiros (1995–2025)*, elaborado pelo projeto Brasil em Mapas (2026), é possível compreender com maior precisão as transformações econômicas do país nesse período e, sobretudo, o papel que estados como a Paraíba passaram a desempenhar nesse novo cenário.

No estudo, percebe-se claramente que o Brasil cresceu, mas não de forma igual. De 1995 a 2025, o país acumulou expansão real superior a 220% do PIB, porém distribuída de maneira profundamente desigual entre regiões e estados. Nesse contexto, o Nordeste ocupa posição intermediária, com crescimento médio de aproximadamente 265%, acima do Sudeste e alinhado a uma nova lógica de desenvolvimento nacional. A Paraíba, por sua vez, apresenta crescimento real na ordem de 260%, evidenciando não apenas resiliência, mas uma trajetória consistente dentro desse redesenho econômico brasileiro.

Esse desempenho, contudo, não é fruto do acaso, mas se ancora em vocações cada vez mais consolidadas como turismo e mercado imobiliário. João Pessoa, com seu modelo urbano equilibrado, qualidade de vida reconhecida e crescente atratividade migratória, consolidou-se como um dos principais vetores desse crescimento. O Litoral paraibano passou a dialogar com investidores, turistas e novos moradores, criando um ciclo virtuoso que combina ocupação imobiliária, geração de renda e dinamização de serviços.

É justamente nesse ponto que surge um desafio estratégico: o de evitar que o crescimento se concentre apenas na faixa litorânea. A própria análise nacional revela que os maiores saltos econômicos ocorreram em regiões que souberam explorar suas vocações territoriais, como o agronegócio no Centro-Oeste, assim como o Norte, através da expansão de suas fronteiras produtivas, numa lição objetiva de capilaridade associada ao desenvolvimento sustentável.

No caso da Paraíba, essa capilaridade passa, necessariamente, pela interiorização do progresso. Cidades como Bananeiras, Areia, Teixeira, Cabaceiras, Sousa e tantas outras possuem ativos valiosos ainda subexplorados, como clima diferenciado, patrimônio histórico, cultura autêntica, gastronomia regional, entre outros. No entanto, transformar potencial em desenvolvimento exige método, e o primeiro passo é o inventário estruturado dessas vocações. E inventariar não é apenas catalogar atrativos turísticos, mas sim compreender a identidade econômica local, organizar suas cadeias produtivas e criar ambiência para que os investimentos públicos e privados encontrem segurança, previsibilidade e sentido.

O turismo de experiência, o turismo rural, o ecoturismo e o turismo de bem-estar representam oportunidades concretas para o interior paraibano. Quando associados ao mercado imobiliário, com empreendimentos que respeitem a paisagem, a cultura e as raízes locais, tornam-se vetores ainda mais potentes de desenvolvimento.

Esse movimento, contudo, exige alinhamento. O poder público deve atuar como indutor, garantindo infraestrutura, regulação adequada e promoção institucional. Já a iniciativa privada precisa assumir um papel estratégico, indo além da lógica de ocupação e incorporando visão de longo prazo, governança e compromisso com o destino. O fato é que a Paraíba cresceu acima de muitas economias tradicionais, consolidou sua presença no cenário nordestino e passou a ser percebida, nacionalmente, como campo de oportunidade. A associação entre gestores e empresários não deve soar como opção, mas como um passo necessário, até porque, no fim, os estados que prosperam de forma duradoura são aqueles que conseguem fazer do seu território inteiro um ativo econômico, social e humano.

VOLATILIDADE DO PETRÓLEO

Galípolo diz que país está preparado

Presidente do Banco Central alega que vantagem do Brasil é manter exportações acima das importações do produto

Elaine Patricia Cruz
Agência Brasil

O presidente do Banco Central, Gabriel Galípolo, avaliou, ontem, que o Brasil está em uma posição mais favorável que outros países para encarar a volatilidade do preço do petróleo causada pela guerra no Oriente Médio. O executivo participou do J. Safra Macro Day, realizado na capital paulista.

"É lógico que todo mundo preferia estar em uma situação sem todos esses potenciais riscos e choques que o mundo vem sofrendo nos últimos anos. Mas, quando eu comparo relativamente aos seus pares, o Brasil parece estar numa posição relativamente mais favorável", disse.

Galípolo afirmou que essa vantagem deve-se ao fato de o Brasil exportar mais petróleo do que importar e à política monetária contracionista adotada pelo Banco Central, que mantém a taxa Selic em 14,75% ao ano.

"Comparativamente a outros bancos centrais, que estão mais próximos de uma taxa de juros neutra, acho que isso também nos coloca em uma posição mais favorável quando comparado com seus pares", destacou Galípolo.

Para ele, o atual nível de juros elevados no Brasil criou "uma gordura" que vai possibilitar cortar a taxa básica mesmo durante a pressão da guerra no Oriente Médio.

"Essa gordura que foi acumulada com uma posição mais conservadora ao longo das últimas reuniões do Copom nos permitiu, mesmo diante de novos fatos, não alterar a conjuntura como um todo", afirmou. "Então, a gente decidiu seguir com a nossa trajetória e iniciar o ciclo de calibragem da política monetária".

De acordo com o presidente do BC, todos esses fatores apontam que o país, atualmente, é "mais um transatlântico do que um *jet ski*". "Não vamos fazer movimentos bruscos nem extremados. Por isso, no RPM [Relatório de Política Monetária], tomei o cuidado de dizer que a gordura permitiu ganhar tempo para ver, entender e aprender mais", ponderou a autoridade monetária.

Inflação

Segundo Galípolo, essa volatilidade do preço do petróleo no cenário internacional deverá implicar um aumento da inflação no país e também em uma desaceleração da economia brasileira em 2026.

Foto: Lula Marques/Agência Brasil

Presidente do BC avaliou que "gordura" criada com taxa de juros deu vantagens ao país

O presidente do Banco Central avaliou ainda que, no Brasil, o aumento do preço do petróleo, muitas vezes, significou um impacto positivo no Produto Interno Bruto (PIB), o que não deve se concretizar nesse caso. "Essa me parece ser uma elevação do preço do petróleo de natureza bastante distinta do passado. Ela não decorre de um ciclo de demanda, não decorre de uma elevação na demanda e, sim, de um choque de oferta", frisou Galípolo, acrescentando uma projeção para o cenário futuro: "No Banco Central, temos uma visão de que provavelmente é inflação para cima e crescimento para baixo".

ADMISSÕES

Inscritos no CadÚnico sustentam elevação do emprego formal

Agência Gov

As pessoas inscritas no Cadastro Único (CadÚnico) firmaram-se mais nas oportunidades de emprego que surgiram no primeiro mês do ano. Os dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) de janeiro de 2026 mostram que foram 790.581 admissões e 678.101 desligamentos desse público nas vagas com carteira assinada.

O resultado foi um saldo positivo de 112.480 postos de trabalho formais, maior que o saldo geral de empregos que foi negativo em 146 postos. O cruzamento das bases de dados é feito pela Secretaria de Inclusão Socioeconômica (Sisec) do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS).

"A diferença ocorre porque o grupo do CadÚnico conseguiu se fixar nas oportunidades de emprego e apresentou menor rotatividade", analisou o economista Saumíneo Nascimento, diretor do Departamento de Apoio à Inserção no Trabalho da Sisec. Seguno ele, as informações apresentadas demonstram que as admissões desse público são importantes para a redução da variável turnover nas empresas.

Quando o recorte é com os beneficiários do Bolsa Família, foram 332.022 admissões e 247.426 desligamentos, resultando em um saldo positivo de 85.596 empregos.

A participação relativa dos beneficiários nas admissões foi de 15,1%, enquanto nos desligamentos caiu para 11,8%, diferença que também indica maior estabilidade nos postos de trabalho.

A representatividade dos beneficiários do Bolsa Família no saldo de empregos do público do Cadastro Único alcançou 76%, reforçando o papel do programa como ponte para a inclusão produtiva.

Crescimento contínuo

Os dados de emprego do período de 2023 a 2025, apontam que o mercado de trabalho formal apresentou crescimento em todo o país ao longo desses três anos. Todas as 27 Unidades da Federação registraram saldos positivos na geração de empregos com carteira assinada.

Assim como no primeiro mês de 2026, a tendência de permanência nos postos de empregos formais, por parte dos inscritos no CadÚnico, também é observada ao longo dos anos. No período de 2023 a 2025, o saldo geral de empregos ficou em 4.412.352, enquanto o do público do Cadastro Único teve um saldo de 4.862.471. O resultado demonstra as pessoas que não são do Cadastro Único se desligaram mais dos postos formais de trabalho.

Sul e Sudeste

Em janeiro de 2026, cinco estados foram responsáveis por 58% das admissões do público do Cadastro Único: São Paulo, Minas Gerais, Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina.

No saldo geral de empregos do Caged, Santa Catarina liderou com 19.000 postos, seguida por Mato Grosso (18.646), Rio Grande do Sul (18.421), Paraná (18.306) e São Paulo (16.451). Juntas, essas cinco unidades federativas foram responsáveis por, aproximadamente, 80% do saldo de empregos do país no mês.

Setor que mais emprega

Serviços foi o setor que mais empregou pessoas inscritas no Cadastro Único em janeiro. O saldo foi de 49,67 mil postos, seguido pela indústria (31,61 mil) e construção (21,34 mil). No saldo geral do Caged, a indústria liderou com 54,99 mil postos, seguida pela construção (50,55 mil) e serviços (40,52 mil).

"O maior saldo líquido de empregos no setor de serviços para pessoas oriundas do Cadastro Único sinaliza que é um setor que oferece mais oportunidades de capacitação e qualificação específicas para esse público", analisou Saumíneo Nascimento.

IMPOSTO DE RENDA

Mais de 5 milhões de declarações são entregues

Agência Gov

A Receita Federal já recebeu mais de cinco milhões de declarações do Imposto de Renda Pessoa Física (IRPF) desde o início do prazo, no dia 23. Até ontem, o número chegava a 5.258.004 e a expectativa do órgão é receber 44 milhões de declarações dentro do prazo legal, que se estende até o último minuto do dia 29 de maio.

O ritmo de entrega de declarações está superior ao do ano passado. O principal motivo para isso foi a disponibilidade da declaração pré-preenchida desde o primeiro momento de entrega para os contribuintes. Mais de 60% dos contribuintes que entregaram as declarações até agora utilizaram essa ferramenta.

Com a declaração pré-preenchida, o sistema automaticamente atualiza campos da declaração, tais como: rendimentos, deduções, bens, direitos, dívidas e ônus reais. Além de agilizar o procedimento de preenchimento, esta opção reduz a possibilidade de erros de digitação, evitando que a declaração fique retida em malha desnecessariamente. A declaração pré-preenchida está disponível para os cidadãos que tem conta Gov.br nível prata ou ouro.

É importante lembrar que os dados da declaração pré-preenchida são enviados por terceiros, tais como empregadores, prestadoras de serviços de saúde, imobiliárias, cartórios e instituições financeiras. Assim, é importante que o próprio contribuinte verifique se as informações foram efetivamente enviadas por estas entidades e se elas estão corretas. Em caso de divergência, o contribuinte deve informar os valores efetivamente pagos ou recebidos, guardando os comprovantes das transações em caso de fiscalização.

Neste ano, a Receita Federal adicionou mais informações à declaração pré-preenchida, tais como informações sobre renda variável e empregados domésticos, e simplificou alguns procedimentos referente aos dependentes. Agora, não é mais necessário que o dependente emita uma procuração digital para o titular da declaração acesse sua pré-preenchida, caso ele conste com sua inscrição regular no CPF e tenha figurado como dependente nas três declarações anteriores.

Estatísticas

A quantidade de declarações entregues é atualizada em tempo real na página do IRPF 2026 no *site* da Receita Federal. A página também traz todas as informações necessárias para quem vai fazer a declaração. Para acessar a página, basta entrar aqui no *site* da Receita Federal (gov.br/receitafederal) e clicar em Meu Imposto de Renda.

Além da quantidade de declarações entregues, é possível acessar estatísticas, como a forma de declaração (*on-line*, aplicativo ou programa gerador de declaração), porcentagem de declarações feitas no modelo simplificado e completo, dentre outros dados.

A restituição segue a ordem de prioridade: para pessoas com idade igual ou superior a 80 anos; com idade igual ou superior a 60 anos, deficientes e portadores de moléstia grave; pessoa que tenha maior fonte de renda vinda do magistério; quem utilizou conjuntamente a declaração pré-preenchida e optou pela restituição no Pix; quem utilizou exclusivamente a declaração pré-preenchida ou optou pela restituição no Pix; e demais contribuintes.

Agilidade

Ritmo de entrega de declarações está superior ao do ano passado por conta da disponibilidade da declaração pré-preenchida desde os primeiros dias

SEXTA-FEIRA SANTA

Bancos fecham para o atendimento ao público

Agência Brasil

As agências bancárias de todo o país não abrirão para atendimento presencial ao público nesta Sexta-Feira Santa (3). Devido ao feriado nacional, as compensações bancárias, incluindo a TED (Transferência Eletrônica Disponível), não serão efetivadas nessa data. Na quinta-feira, véspera do feriado, os bancos funcionarão normalmente.

Mesmo com o feriado, o Pix funcionará normalmente. Já os boletos de cobrança e contas de consumo (água, energia, telefone, entre outros) com vencimento nos dias em que não há compensação bancária poderão ser pagos, sem acréscimo, no próximo dia útil.

Por outro lado, o pagamento de tributos e impostos que vencem nos dias em que não há compensação bancária deve ser antecipado a fim de evitar a cobrança de juros e multas.

Internet banking, *mobile banking* e caixas eletrônicos podem ser utilizados para pagamento de contas, checagem de saldo e extrato e transferências, entre outros serviços. Boletos bancários de clientes cadastrados como sacados eletrônicos podem ser pagos via DDA.

O diretor de Serviços e Segurança da Federação Brasileira de Bancos (Febraban), Raphael Mielle, destaca que as plataformas digitais dos bancos oferecem segurança nas operações e automatizam processos financeiros. "Com funcionalidades intuitivas e disponíveis 24 horas por dia, o cliente tem autonomia para gerenciar sua vida financeira de forma eficiente, segura e conveniente", afirma Mielle.

Feriados de abril

Também não haverá atendimento bancário presencial no próximo dia 21, feriado de Tiradentes. Na véspera (20), as agências funcionarão normalmente nas localidades onde não houver feriado estadual, municipal ou ponto facultativo.

RECONHECIMENTO

Produtoras rurais são foco de projeto

Em meio aos eventos do Circuito Paraíba Agronegócios, iniciativa apresenta histórias inspiradoras de mulheres

A Secretaria de Estado do Desenvolvimento da Agropecuária e da Pesca (Sedap) iniciou a temporada de 2026 do projeto Mulheres do Agro Antes da Porteira, que tem por objetivo apresentar experiências e contar histórias inspiradoras de mulheres da Zona Rural paraibana. No último fim de semana, durante a realização da Expo Sumé, no Cariri do estado, foi dado destaque ao trabalho de Rita de Cássia Pereira, que confecciona peças artesanais com base no barro, na cidade de Serra Branca.

O titular da Sedap, Joaquim Hugo Vieira, ressaltou a importância de trazer à tona experiências "que mostram a força e o talento de mulheres que superaram obstáculos, desenvolveram seus talentos e tornaram-se exemplos para outras pessoas". O secretário acrescentou: "A ideia é continuar descobrindo e revelando histórias de mulheres talentosas e determinadas que existem em todas as regiões da Paraíba".

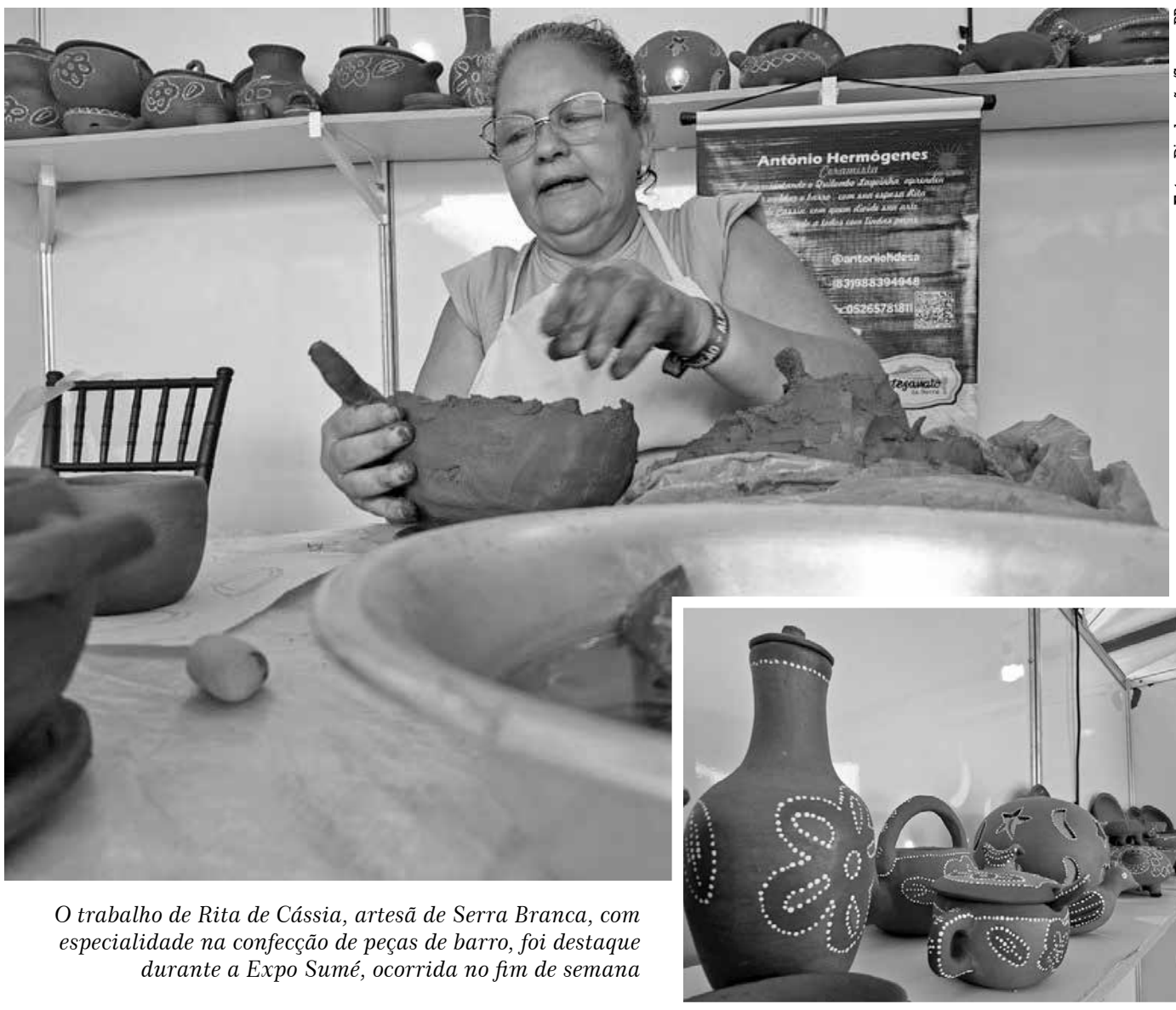
"O artesanato em barro, presente na natureza de forma simples e abundante, carrega consigo uma profunda conexão com a cultura ancestral da humanidade", observou a assessora de Gestão Social da Sedap e idealizadora do projeto, Márcia Dornelles. "Mais do que um recurso material, o barro é um elemento simbólico, representando a ligação direta entre o ser humano e a terra. Ao longo das gerações, técnicas de manuseio e queima da argila foram transmitidas como herança cultural, preservando saberes tradicionais e identidades coletivas. Além disso, o barro se destaca como um material sustentável, reforçando práticas que respeitam o meio ambiente e valorizam o uso consciente dos recursos naturais", complementou.

Trajetória

A história de Rita de Cássia e o artesanato de barro começa por volta de seus oito anos de idade. Filha caçula de uma família de agricultores, com mais cinco irmãs — todas elas atualmente artesãs — e três irmãos, ela via a mãe moldar o barro para vender as peças e conseguir dinheiro para ajudar a família. "Aprendi com a minha mãe, assim como minhas irmãs. Desde então, não parei. Quando fiquei mais velha, fui morar em São Paulo, casei, mas sempre voltei para cá, para fabricar e vender as peças", relembrou.

A artesã costuma participar de eventos do Circuito Paraíba Agronegócios, promovido pela Sedap, e considera os espaços de exposições como vitrines relevantes para apresentar seus produtos, fazer mais negócios e garantir uma renda maior. "Essas feiras são importantes, porque me ajudam a ter conhecimento, dialogar com as pessoas, conhecer os trabalhos dos colegas, fazer contatos", revelou, comemorando: "Hoje, o artesanato está mais valorizado".

Os primeiros passos no ofício de artesã, como ela recordou, seguiram as orientações da mãe. A arte, a propósito, é uma tradição passada de uma geração para outra em sua família. "O artesanato é uma coisa de raiz. Vem da minha bisavó, da avó da minha mãe, que aprendeu com a avó dela. É um legado que não tem preço, e a gente seguir fazendo é como se elas estivessem com a gente".



Fotos: Divulgação/Secom-PB

O trabalho de Rita de Cássia, artesã de Serra Branca, com especialidade na confecção de peças de barro, foi destaque durante a Expo Sumé, ocorrida no fim de semana

O processo de produção do artesanato, como descreveu Rita de Cássia, segue algumas etapas. A primeira é a escolha da matéria-prima. "Para a preparação do barro, a gente tem que conhecer o solo. A gente observa, percebe que ali tem barro, cava o local, retira a terra, acha a veia do barro e vai escolhendo", explicou. Com a prática, o processo de moldagem realizado por ela foi ficando mais rápido: com o barro molhado, no ponto, essa fase leva 20 minutos para uma peça média. Contudo, o item ainda precisa secar, ser queimado — o que requer destreza para evitar deformidades — e, posteriormente, polido — etapa feita com o uso de seixos, para dar acabamento e deixar o barro bem liso. Depois, chegam as fases da pintura e da secagem final. "Vai de dois a três dias para ficar no ponto", indicou.

Segundo Rita de Cássia, o artesanato é, antes de tudo, uma terapia. "Eu me sinto nas nuvens. Quando estou fazendo uma peça, esqueço dos problemas. O artesanato é como um remédio para a mente, porque ajuda a você sair da depressão, da ansiedade, da tristeza", avaliou.

Atualmente, ela ainda dispõe da ajuda do marido, a quem ensinou a técnica. "Ele também é um artesão e segue para os eventos comigo".

AGRICULTURA E INOVAÇÃO

Editais oferecem 243 bolsas para técnicos e acadêmicos

A Empresa Paraibana de Pesquisa, Extensão Rural e Regularização Fundiária (Empaer) e a Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado da Paraíba (Fapesq-PB) lançaram dois editais para a seleção de 243 bolsistas. Os vencedores do certame deverão atuar no âmbito do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Rural Sustentável, visando à qualificação dos serviços prestados para a agricultura familiar e a agropecuária paraibanas, — especialmente nas dinâmicas relacionadas a ciência, tecnologia e inovação.

No primeiro edital, são oferecidas 52 bolsas, sendo a maioria para pesquisadores (todos doutores), técnicos laboratoriais (nível superior) e técnicos em Agropecuária, para atuação nas nove estações experimentais da Empaer. Eles trabalharão na condução de 40 projetos de pesquisa, com demandas voltadas a arranjos produtivos locais (APLs). O segundo edital destina 191 bolsas para atuação nas áreas de extensão rural e regularização fundiária.

Segundo o Governo do Estado, os editais visam promover a inovação e o fortalecimento tecnológico no meio rural, por meio da integração entre pesquisa, assistência técnica, extensão e intercâmbio de experiências, estimulando a adoção de práticas agroecológicas, processos produtivos sustentáveis e soluções digitais que ampliem a eficiência, a produtividade e a geração de renda das famílias agricultoras.

A projeção é atender a 100 mil dessas famílias, de forma direta e indireta, em todos os 223 municípios paraibanos, com um investimento de R$ 53 milhões por parte do Governo da Paraíba.

As inscrições já começaram e seguem até 27 de abril, com a divulgação do resultado final até 5 de junho. Para os profissionais selecionados, serão oferecidas bolsas em valores de R$ 2.500 a R$ 4.500, para uma carga horária de 40 horas semanais. Para mais informações, deve-se contatrar o *e-mail* programas-projetos@fapesq.rpp.br.

Acesse o *QR Code* para conferir os editais

EM MONTEIRO

Programa registra adoções e atendimentos para cães e gatos

Foto: Divulgação/Secom-PB

Na ação do último sábado (28), foram feitos 392 procedimentos de saúde e 20 adoções

A Secretaria Executiva da Proteção Animal (Sepa), que faz parte da Secretaria de Estado da Saúde (SES), realizou no último sábado (28), no município de Monteiro, mais uma edição do programa Adota + Paraíba. A ação resultou em 392 procedimentos, incluindo 170 atendimentos clínicos e cirúrgicos, além da efetivação de 20 adoções responsáveis de cães e gatos.

Para o Governo da Paraíba, a iniciativa é uma das principais políticas públicas voltadas à causa animal no estado, promovendo impacto direto na saúde dos animais e no bem-estar da população. Ao longo do dia, foram ofertados diversos serviços gratuitos, como vacinação antirrábica, testagem para leishmaniose, exames de ultrassonografia, vermifugação e castrações, assim como consultas veterinárias, atendimentos cirúrgicos e orientações sobre saúde animal.

O secretário-executivo da Proteção Animal, Ítalo Oliveira, destacou o alcance da ação e o compromisso do Governo do Estado com a pauta. "Cada ação como essa representa vidas sendo cuidadas e transformadas. Não se trata apenas de números, mas de garantir dignidade aos animais e apoiar as famílias que precisam desse serviço. Seguiremos ampliando o Adota + Paraíba em todas as regiões do estado", garantiu.

Entre os momentos mais marcantes, esteve a adoção de animais por moradores da cidade. Luiza Pereira, uma das adotantes, emocionou-se ao falar sobre a experiência. "Estou muito feliz! Sempre quis ter um bichinho pra cuidar e consegui. É uma alegria grande para a gente, esse projeto é muito bom e ajuda demais o povo. Eu levei [o animal] para consulta e ele já tomou uma vacina", relatou.

Além da assistência ao público, a ação também buscou fortalecer a conscientização da população local sobre a importância do cuidado contínuo com os bichos, a prevenção de doenças e o controle populacional.

O programa Adota + Paraíba prosseguirá sua agenda em diversos municípios, com o fornecimento de serviços essenciais, a promoção da saúde animal e o incentivo à adoção responsável no estado.

ANTISSEMITISMO

Ódio contra judeus soma 989 casos

Do total de registros realizados em 2025, pelo menos 80,8% ocorreram em plataformas digitais, aponta relatório

Bruno Bocchni
Agência Brasil

O Relatório Anual sobre Antissemitismo no Brasil 2025, divulgado ontem pela Confederação Israelita do Brasil (Conib), destaca o registro de 989 denúncias de atos de ódio contra judeus em 2025 no país.

Apesar de o número ser inferior aos 1.788 casos contabilizados em 2024, o relatório do ano passado mostra que há permanência do ódio antijudaico no país. A entidade ressalta que o número superou em 149% o registrado em 2022, quando o volume de denúncias era de 397 casos.

"A leitura imediata esconde um dado que especialistas chamam de mais preocupante do que a própria escalada: a permanência. Em relação ao período que antecedeu o ataque do Hamas ao sul de Israel, em 7 de outubro de 2023, o ódio antijudaico não recuou, ele se instalou", aponta o texto do relatório.

Segundo o documento, dos 989 casos registrados, 800 (80,8%) ocorreram em plataformas digitais. O Instagram concentrou 37,1% das denúncias *on-line*, seguido pelo Twitter/X (13,9%) e Facebook (11,6%).

O levantamento ainda identificou, com uso de inteligência artificial, 115.970 manifestações classificadas como antissemitas na *internet* em 2025. O alcance potencial desse conteúdo, segundo o documento, atingiu 66 milhões de pessoas — mais de um terço da população adulta brasileira.

"O antissemitismo não é um problema restrito à comunidade judaica. Historicamente, ele antecipa processos de erosão democrática, naturalização da violência simbólica e enfraquecimento do estado de direito. Onde ele avança, outras formas de intolerância e autoritarismo tendem a se seguir", destaca o documento.

Foto: Paulo Pinto/Agência Brasil

De acordo com o documento divulgado ontem, o ódio contra os judeus vem sendo perpetuado

EDUCAÇÃO

Colégio Militar reabre inscrição para candidatos com deficiência

Agência Brasil

O Colégio Militar reabriu prazo de inscrições para candidatos com deficiência para o concurso público da instituição, em atendimento à recomendação do Ministério Público Federal (MPF).

São oferecidas 80 vagas para a carreira do magistério do ensino básico, técnico e tecnológico.

Os candidatos com deficiência poderão inscrever-se até o próximo dia 6 de abril, por meio da plataforma eletrônica do concurso.

As 80 vagas do concurso nacional são destinadas a unidades de ensino em 13 unidades brasileiras: Belém, Brasília, Manaus, Rio de Janeiro, Recife, Salvador, Fortaleza, Belo Horizonte, Campo Grande, Curitiba, Porto Alegre, Juiz de Fora e Santa Maria.

Igualdade

A medida foi adotada após o MPF identificar falhas no edital, que comprometem a igualdade de condições do concurso.

Inicialmente, o Colégio Militar exigia a entrega presencial de documentos no Rio de Janeiro, o que, segundo o MPF, criava barreira institucional, logística e financeira desproporcional aos candidatos autodeclarados com eficiência, sobretudo aos que moram em regiões mais distantes.

Havia também a fixação de prazo reduzido para esse grupo de candidatos. Com a medida, a instituição restringiu o acesso aos candidatos que necessitam de maior acessibilidade.

Ações afirmativas

No texto divulgado pelo MPF, a instituição destacou a importância da garantia de ações afirmativas para ampliar a inclusão social e a igualdade material de oportunidades.

"É necessário adotar medidas que eliminem barreiras estruturais e institucionais com a finalidade de assegurar condições reais de participação para grupos historicamente vulnerabilizados", ponderou.

Diante das irregularidades apontadas, o Ministério Público Federal decidiu pela reabertura do prazo de inscrição, além da substituição da entrega presencial de documentos por meios eletrônicos ou postais.

Entre as solicitações divulgadas pelo órgão, também foi recomendada ampla divulgação das alterações no edital, a fim de garantir transparência e alcance nacional das medidas.

■ São oferecidas 80 vagas para a carreira do magistério do ensino básico, técnico e tecnológico. As inscrições vão até o dia 6 de abril

CATOLICISMO

Climatologista brasileiro é nomeado por Leão 14 para conselho da Igreja

Luciano Nascimento
Agência Brasil

O papa Leão 14 nomeou, ontem, o climatologista brasileiro Carlos Nobre para o Dicastério para o Serviço do Desenvolvimento Humano Integral, uma espécie de conselho sobre temas como direitos humanos, justiça, paz, saúde, migrações, emergências humanitárias e obras de caridade da Igreja Católica.

Pesquisador aposentado do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), Nobre é reconhecido internacionalmente por suas pesquisas sobre clima e aquecimento global. Atualmente, possui atuação no Instituto de Estudos Avançados (IEA) da Universidade de São Paulo (USP).

O Dicastério para o Serviço do Desenvolvimento Humano Integral foi criado pelo papa Francisco, em agosto de 2016, na Carta Apostólica Humanam Progressionem.

Ele é resultante da fusão de quatro Pontifícios Conselhos preexistentes: Pontifício Conselho para a Justiça e Paz, o Pontifício Conselho para a Pastoral dos Migrantes e Itinerantes, o Pontifício Conselho Cor Unum e o Pontifício Conselho para os Agentes de Saúde para a Pastoral da Saúde.

Entre as tarefas do órgão está "promover a pessoa humana e sua dignidade, dada por Deus, os direitos humanos, a saúde, a justiça e a paz". Também estão no seu escopo "questões relacionadas à economia e ao trabalho, ao cuidado da criação e da terra como 'lar comum', às migrações e às emergências humanitárias", além de aprofundar e disseminar a doutrina social da Igreja sobre o desenvolvimento humano integral.

Confira a lista de pessoas nomeadas com Carlos Nobre para compor o Dicastério:

• Rogelio Cabrera López (arcebispo metropolitano de Monterrey, México);

• Fulgence Muteba Mugalu (arcebispo metropolitano de Lubumbashi, República Democrática do Congo);

• Lizardo Estrada Herrera (bispo auxiliar e vigário-geral da Arquidiocese Metropolitana de Cuzco, Peru);

• Daniel Gerard Groody (vice-reitor e decano associado para Educação de Pós-Graduação da Universidade de Notre Dame – EUA);

• Rampeoane Hlobo (diretor da Rede Jesuíta de Justiça e Ecologia, em Nairobi, Quênia);

• Linah Siabana (psicóloga);

• Meghan J. Clark (vice-reitora do Departamento de Teologia e Estudos Religiosos da Universidade de St. John's, Nova York – EUA);

• Dylan Mason Corbett (diretor-executivo do Hope Border Institute, em El Paso – EUA);

• Léocadie Wabo Lushombo, I.T. (professora de Ética Teológica na Escola Jesuíta de Teologia da Universidade de Santa Clara, Berkeley – EUA);

• Christine Nathan (presidente da Comissão Católica Internacional de Migração, em Genebra – Suíça).

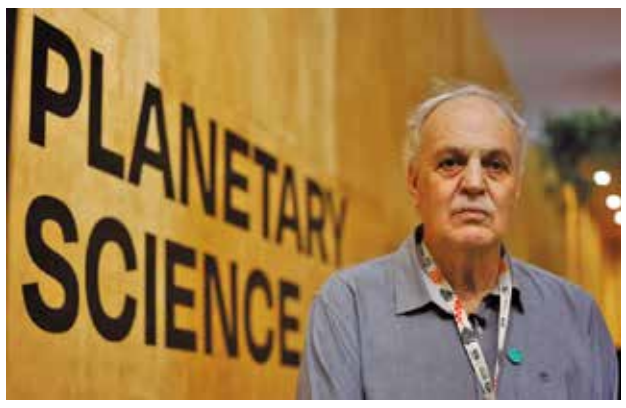


Foto: Tânia Rêgo/Agência Brasil

Pesquisas de Nobre são reconhecidas internacionalmente

MAPAS REDESENHADOS

IBGE atualiza limites territoriais em cidades de 13 estados do país

Bruno de Freitas Moura
Agência Brasil

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) oficializou, ontem, que 784 municípios tiveram alterados seus limites territoriais no período de 1º de maio de 2024 a 31 de abril de 2025. Essas cidades, cujos mapas foram redesenhados estão em 13 estados.

O IBGE explicou que é uma das missões institucionais do órgão tornar oficiais no mapa do país os novos contornos de estados e cidades. De acordo com a atualização, a área territorial oficial do Brasil é de 8.509.360,850 quilômetros quadrados (km²), indicando uma retração de 18,726 km² em relação ao valor publicado em 2024.

O país tem 5.569 municípios, mesmo número de 2024, um distrito federal (Brasília) e um estadual (Fernando de Noronha, em Pernambuco).

Entre as cidades que tiveram alteração de limite estão Petrolina (PE), Ouro Preto (MG), Itapemirim (ES), e as paulistas Cubatão, Diadema, Embu das Artes, Ferraz de Vasconcelos, Guarulhos, Holambra, Itapecerica da Serra, Itapevi, Itaquaquecetuba, Mogi Mirim, Osasco, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul, Taubaté e Taboão da Serra.

Justificativas

O IBGE explica que as atualizações acontecem a partir da publicação de nova legislação, decisão judicial, atualizações cartográficas com disponibilização de novos insumos cartográficos e pareceres emitidos por órgãos estaduais responsáveis pela divisão político-administrativa de cada estado.

O gerente da Divisão Territorial Brasileira do IBGE, José Henrique da Silva, acrescenta que 2025 ficou marcado pela grande quantidade de revisões dos limites municipais no Amazonas e no Paraná.

"Praticamente, todos os limites passaram por atualização, seja por alteração do entendimento do limite pelos respectivos órgãos estaduais ou pela atualização cartográfica a partir da utilização de insumos cartográficos mais precisos", detalha.

O IBGE informou que busca manter acordos de cooperação técnica com estados e assembleias legislativas para receber os contornos dos limites territoriais mais precisos diante dos avanços das geotecnologias, que melhoram as identificações, representações e mensurações dos limites do território nacional.

Novas grafias

A atualização do IBGE traz ainda três mudanças de grafia do nome de cidades. O município de São Luiz (RR) passou a ser chamado de São Luiz do Anauá. As outras duas modificações são no Rio Grande do Norte. Açu passou a ser escrito como Assú e Arês, como Arez.

As alterações de grafia ocorrem após publicação de nova lei estadual ou por revisão documental que leva à correção do registro nos sistemas do IBGE. "Todo e qualquer ajuste deve passar pela aprovação do respectivo estado antes de ser implementada pelo IBGE em seus bancos de dados", esclarece o instituto.

Confira os estados que têm mais municípios com limites alterados:

• Paraná: 399
• São Paulo: 173
• Amazonas: 62
• Piauí: 53
• Minas Gerais: 26
• Bahia: 24
• Santa Catarina: 18
• Pernambuco: 10
• Rio Grande do Sul: 7
• Sergipe: 6
• Maranhão: 2
• Espírito Santo: 2
• Mato Grosso: 2

Acesse a lista completa e os novos mapas no *site* do IBGE pelo *QR Code*

Foto: Rafael Ribeiro/CBF

Depois da derrota para a França, a Seleção faz mais um amistoso nos EUA

BRASIL X CROÁCIA

Último teste antes da lista final

Seleções reencontram-se três anos depois do duelo nas quartas de final da Copa do Mundo do Catar 2022

Da Redação

O Brasil enfrenta a Croácia, hoje, às 21h, no Camping World Stadium, em Orlando, Estados Unidos, em amistoso preparatório para a Copa do Mundo. Será o último compromisso do time de Carlo Ancelotti antes da convocação final para o Mundial, que será divulgada no dia 18 de maio. Nesta Data Fifa, a Seleção Brasileira vem de derrota para a França por 2 a 1, na última quinta-feira (26).

Antes da partida, Carlo Ancelotti concedeu entrevista coletiva e confirmou que vai manter o esquema de jogo 4-2-4, mas não o time que entra em campo. "[Sobre] a escalação, não vou dizer porque não falei com os jogadores. Vamos fazer algumas mudanças. O sistema não vou mudar. Serão quatro atacantes com uma equipe que trabalha forte na frente", disse.

O italiano lamentou as lesões e a falta de oportunidade de treinar o time titular para a estreia na Copa do Mundo, no dia 13 de junho, diante do Marrocos. "O objetivo do jogo contra França e Croácia era testar a equipe titular. Tivemos boa sensação dos jogadores; agora aumentou a concorrência para a lista final. A ideia não era fazer prova nesses jogos. A ideia era testar a equipe titular. Teremos que buscar outro caminho. Estamos no processo correto. Crítica é normal. Eu tenho muito claro que o mais importante é o resultado, mas para nós o resultado mais importante é o primeiro jogo da Copa do Mundo", afirmou.

Reencontro

As seleções reencontram-se três anos depois do duelo nas quartas de final da Copa do Mundo do Catar, em 2022. Naquela oportunidade, o Brasil perdeu nas penalidades após um empate em 1 a 1 no tempo normal. Enquanto o time verde-amarelo tem o seu quarto treinador desde então (Carlo Ancelotti, atual; além de Ramon Menezes, Fernando Diniz e Dorival Júnior), os croatas mantiveram o técnico Zlatko Dalic à frente da equipe, num trabalho que dura desde 2017.

Marquinhos, Danilo, Casemiro e Vini Jr. são os atletas brasileiros que foram titulares em 2022 e que podem aparecer também na escalação inicial de Ancelotti para a partida de hoje. Também estão à disposição outros quatro jogadores que foram reservas em 2022: Bremer, Ederson, Fabinho e Gabriel Martinelli. Do outro lado, Zlatko Dalic mantém uma base do Mundial anterior. São 13 remanescentes nesta Data Fifa. O principal nome é Luka Modrić, hoje com 40 anos, que atua no Milan, da Itália.

Retrospecto

As seleções enfrentaram-se cinco vezes na história. Ao todo, são três vitórias do Brasil e dois empates. A Croácia ainda não venceu, mas um dos empates resultou na eliminação do time brasileiro em 2022. O duelo aconteceu três vezes em Copas do Mundo e duas em amistosos internacionais. Em Mundiais, os números são os seguintes: 2006 (fase de grupos): Brasil 1 x 0 Croácia; 2014 (fase de grupos): Brasil 3 x 1 Croácia; 2022 (quartas de final): 1 x 1 (Croácia venceu por 4 a 2 nos pênaltis).

Repescagem

Hoje e amanhã, a Copa do Mundo de 2026 terá a definição dos seus últimos seis participantes. Quatro vagas serão preenchidas por equipes da Europa, que tem oito seleções ainda sonhando com um lugar no torneio (Bósnia e Herzegovina x Itália; Suécia x Polônia; Kosovo x Turquia; e República Checa x Dinamarca, todos os jogos às 15h45 de hoje). As outras duas virão dos confrontos da repescagem intercontinental (RD do Congo x Jamaica, às 18h de hoje; Iraque x Bolívia, à 0h de amanhã).

BRASILEIRO

Clubes paraibanos estreiam nas séries C e D no fim de semana

Danrley Pascoal
danrleyp.c@gmail.com

Após um fim de semana movimentado, com Copa do Nordeste e amistosos, os clubes paraibanos entram na reta final de preparação para a Série C e a Série D do Campeonato Brasileiro. No sábado (4), o Botafogo estreia na Terceira Divisão, no Almeidão, diante do Barra-SC, às 19h30. Pela Quarta Divisão, um pouco mais cedo, às 16h, o Sousa visita o América-RN na Arena das Dunas, em Natal (RN); e às 17h, o Treze recebe o Retrô no Estádio Amigão. No domingo (5), às 16h30, ainda pela Série D, o Serra Branca joga contra o Sergipe, também no Amigão.

Em 2026, o Botafogo fará a sua 13ª participação consecutiva na Série C. Em 2025, o clube fez uma campanha decepcionante no certame. Até as duas últimas rodadas da fase classificatória para o quadrangular do acesso, o Alvinegro brigou contra o rebaixamento. No duelo derradeiro da temporada, contra o Anápolis-GO, entrou com chances de classificação à segunda fase, mas foi derrotado por 2 a 0. Nos 19 jogos da competição nacional, a equipe venceu seis, empatou cinco e perdeu oito. Foram 23 pontos somados, terminando na 13ª posição.

Sousa, Treze e Serra Branca são os representantes da Paraíba na Série D, que tem novo modelo de disputa nesta temporada. O torneio deixa de ter 64 clubes e passa a ter 96. Na primeira fase, cada equipe fará 10 partidas. Galo e Carcará jogam entre si e também contra Retrô, Decisão-PE, Lagarto-SE e Sergipe, todos do grupo A9. Pelo grupo A8, o Dino vai enfrentar, além do América-RN, ABC, Laguna-RN, Maguary-PE e Central-PE.

Copa do Nordeste

Botafogo e Sousa entraram em campo no domingo (29), pela segunda rodada da fase de grupos do regional. Atuando no Almeidão, o Belo empatou em 2 a 2 com o ASA. Os visitantes largaram na frente, com Wandson. Antes do intervalo, o Alvinegro da Maravilha do Contorno empatou com o estreante Gabriel Tota. O fim da segunda etapa foi bastante movimentado. Rodolfo fez 2 a 1, nos acréscimos; mas, em seguida, após falha do goleiro Luiz Daniel, Keliton empatou a partida para os alagoanos.

Depois de ter goleado o Confiança por 4 a 1, na estreia, o Sousa perdeu por 1 a 0 para o Piauí, no Estádio Albertão, em Teresina. O gol solitário do confronto foi marcado pelo zagueiro Thuram, aos 18 minutos do segundo tempo. Agora, na próxima rodada, Dino e Belo se encontram no Marizão, no primeiro enfrentamento após a final do Estadual. O duelo acontece no dia 8 de abril. Antes, as equipes estreiam no Campeonato Brasileiro, no fim de semana.

Na primeira fase, as equipes estão distribuídas em quatro chaves (A, B, C e D) com cinco agremiações cada uma. O formato tem confrontos cruzados em turno único: clubes do grupo A enfrentam os do grupo B; clubes do grupo C enfrentam os do grupo D. No grupo A, do Sousa, estão também Vitória, ASA, Itabaiana e Fluminense-PI; no grupo B, do Botafogo, estão Juazeirense, CRB, Confiança e Piauí.

Foto: João Neto/Botafogo

Botafogo e ASA empataram em 2 a 2, no Almeidão, pela segunda rodada da Copa do Nordeste de 2026

Amistosos

Dando continuidade aos trabalhos para a Série D, o Treze realizou amistoso no sábado (28), contra o Santa Cruz-PE, no que foi o último jogo-treino antes da estreia na competição nacional. O time pernambucano venceu por 3 a 0, no Arruda, em Recife. Durante a preparação, o Galo já havia realizado duas partidas: ganhou do Sport Sub-20 por 2 a 1 e do Central por 2 a 0, ambos no Presidente Vargas.

Também no sábado, o Serra Branca ficou no empate em 1 a 1 com o Maguary-PE em amistoso realizado na cidade de Bonito, no interior de Pernambuco. A partida marcou o primeiro e único teste da equipe paraibana na preparação visando a estreia no Campeonato Brasileiro Série D. O volante Marquinhos marcou o gol do Carcará.

VÔLEI ADAPTADO

Beach câmbio integra programação

Novidade deste ano é a realização do 1º Torneio 70+, com formato especial, do qual vão participar cinco equipes

Da Redação

O Paraíba World Beach Games vai chegando à sua reta final após cerca de 30 dias de muitas disputas nas areias e no mar de João Pessoa. Hoje e amanhã, acontecem as últimas competições do maior evento de jogos de verão do país. Hoje acontecem os Jogos de Integração de Beach Câmbio, modalidade que se assemelha ao voleibol e que é voltado para pessoas da terceira idade ou que têm mobilidade reduzida.

As partidas da modalidade começam às 8h, e a competição vai até as 18h. O campeonato vai reunir cerca de 200 atletas. Desde a primeira edição do Paraíba World Beach Games, em 2024, o câmbio integra a programação. A novidade deste ano é a realização do 1º Torneio 70+, com formato especial, do qual participam cinco equipes. Além disso, haverá o Torneio de Arbitragem, promovendo a integração entre árbitros veteranos e aspirantes, o que contribui para o fortalecimento da modalidade.

"O câmbio desportivo tem a honra de participar, pela terceira vez, do maior evento de esportes de areia do país. A modalidade vem registrando crescimento contínuo, com aumento significativo na procura por parte de pessoas que buscam uma prática esportiva que alia competição, integração e inclusão. A participação no evento reforça a consolidação do câmbio na Paraíba", analisou Mauro Martins, presidente da Associação Paraibana de Câmbio Desportivo.

A programação do Paraíba World Beach Games encerra-se amanhã, com os Jogos de Verão da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), que vão ocorrer também pela manhã, com as finais marcadas para a tarde.

Handebol

O último fim de semana foi repleto de duelos e desafios, com a Copa Brasil de Handebol de Praia na arena montada entre as praias de Tambaú e Cabo Branco, e com a Ultramaratona Aquática, que aconteceu também entre as duas praias, mas, claro, no mar da capital.

Foto: Divulgação/PWBG

Esporte assemelhado ao vôlei é atração de hoje do Paraíba World Beach Games

Nas areias, a decisão do masculino da Copa Brasil da modalidade aconteceu no domingo (29) entre dois times da Paraíba: o Grêmio Vila e a Apcef/Cascavel. Os gremistas levaram a melhor na final e venceram por 2 *sets* a 0, com parciais de 21/12 e 14/12. Já no feminino, o Cepraea, do Rio de Janeiro, venceu as donas da casa, da Apcef/CT Rossana Marques, também por 2 a 0, com parciais de 24/20 e 19/18, e ficou com a taça em solo paraibano.

"Para a Confederação Brasileira de Handebol, é uma satisfação, mais uma vez, ter o handebol de praia na Paraíba. O estado é um celeiro do handebol de praia. Tem atletas e treinadores campeões do mundo. É uma felicidade tremenda ter realizado essa grande competição, com muitos participantes e que trouxe um retorno significativo não apenas para o estado, mas também para a modalidade", comentou Gulliver Esteves, diretor de handebol de praia da Confederação Brasileira de Handebol (CBHb).

A outra atração do domingo aconteceu nas águas. Nos resultados da principal prova do evento, a ultramaratona de 12 km, Ana Paula Maia, representando VP Assessoria e Acquar1, conquistou o primeiro lugar no feminino, seguida por Renata Caiaffo. No masculino, Pablo Modesto, também da VP Assessoria e Acquar1, ficou com o título, com Ítalo Ouriques, do Grêmio Vila Olímpica Parahyba, na segunda colocação.

Foto: Divulgação/Feap

Atletas que brilharam nas disputas da ultramaratona

Foto: Divulgação/PWBG

A Apcef/Cascavel, da Paraíba, foi o grande vencedor da Copa do Brasil de Handebol, disputada no último fim de semana

Ivo Marques
ivo_esportes@yahoo.com.br

Com a amarelinha é diferente

Hoje, a Seleção Brasileira fará outro teste duro antes da próxima Copa do Mundo, que será disputada a partir de junho, nos EUA, México e Canadá. Desta vez, o adversário será a Croácia, que nos eliminou no último torneio, disputado no Catar, em 2022. No primeiro grande teste, contra a França, uma das favoritas ao título, não passamos e acabamos perdendo por 2 a 1, mesmo com um homem a mais durante boa parte do segundo tempo. O amistoso disputado em Boston serviu para mostrar que ainda estamos em um nível abaixo de algumas seleções, mas também que houve um certo progresso e que há margens para crescermos um pouco mais.

Jogamos com alguns desfalques importantes, mas mesmo assim criamos chances de conseguir um resultado melhor. Porém, nossos maiores craques continuam devendo quando colocam o uniforme da Seleção Brasileira. Este é um fenômeno que eu pensei que sabia explicar, mas na verdade não sei mais.

Isto porque eu pensava que a diferença entre as atuações deles nos seus times na Europa e na Seleção Brasileira se davam porque não conseguiam assimilar as orientações dos técnicos brasileiros. Na época, eu sugeri trazer um técnico europeu ou convocar uma seleção com a maioria dos jogadores que atuavam no futebol brasileiro.

A CBF foi e contratou um excelente técnico europeu, com um dos melhores currículos do mundo e que, inclusive, já tinha treinado alguns dos jogadores que hoje fazem parte da nossa seleção. Meses depois, vejo que a equipe vem melhorando e temos condições de, pelo menos, competir sem fazer feio na próxima Copa. Mas, ainda assim, não podemos contar com a metade do futebol dos nossos maiores craques, que enchem os olhos dos torcedores na Europa.

Só para citar dois exemplos do que estou falando, Vinicius Júnior e Rafinha. O que estes atletas fazem na Liga Espanhola e na Champions, jogando pelo Real Madrid e pelo Barcelona, respectivamente, é um verdadeiro *show*. Eles levam à loucura as defesas adversárias, com dribles desconcertantes e gols incríveis. Porém, quando colocam a amarelinha, se escondem, passam despercebidos e pouco acrescentam ao time de Carlos Ancelotti. Em uma época em que não temos mais revelado tantos gênios como no passado, cabe aos craques que ainda temos a missão de manter a nossa esperança de que possam fazer a diferença, e não fazem. Aí, grande parte da torcida brasileira fica sonhando com a volta do ex-jogador Neymar para nos salvar. Se pelo menos o atleta pudesse fazer uma sequência de 10 jogos seguidos, contribuiria muito, mas já não consegue mais, porque fisicamente seu corpo já não aguenta as exigências do futebol moderno.

As perguntas que não querem calar: como explicar esse fenômeno que acontece com os nossos craques? Por jogo de palavras, não é uma questão de "peso da camisa", é uma questão de não estar jogando ao nível que eles são capazes. Ninguém desaprende a jogar, da noite para o dia, na seleção, e volta a jogar um bolão, dias após, nos seus clubes. Por que isso não acontece com os craques de outras seleções? Ao contrário, alguns chegam a jogar ainda mais quando defendem seus países nas competições. As perguntas ficam no ar e, se alguém conseguir explicar, por favor, me ajude.

Botafogo

Um fenômeno vem acontecendo no Botafogo da Paraíba. O time vem se reforçando, atravessa uma boa fase, após a conquista do título paraibano e uma boa colocação na Copa do Nordeste, mas os seus goleiros andam entregando o ouro aos adversários. Dos cinco do elenco, quatro deles vieram com grandes currículos e boa experiência. Três deles já foram testados e tiveram atuações horríveis. Um já foi embora e os outros se revezam na titularidade, com péssimas atuações. As falhas são bisonhas e parecem até jogar realmente contra o patrimônio. O que a equipe faz, aos trancos e barrancos, eles tentam destruir. Nunca vi nada igual.

NATAÇÃO

Paraíba brilha no Troféu Sérgio Silva

Vila Parahyba conquista o maior número de medalhas, mas perde na pontoação para a equipe da AABB Recife

O tradicional Troféu Sérgio Silva de Natação celebrou seus 30 anos em grande estilo no último sábado (28), no Recife, reunindo 728 atletas de 50 clubes de todo o Norte e Nordeste, em uma das maiores edições da história da competição. Entre os destaques do evento, a Paraíba foi o estado com o maior número de clubes participantes, com um total de oito equipes, demonstrando a força e o crescimento da natação paraibana no cenário regional. O estado esteve representado pela AABB, Acqua R1 Cabo Branco, Campeões do Amanhã, Clube Campestre, Clube dos Oficiais da Polícia Militar (COPM), Sesi, Sest e Vila Parahyba. Esses clubes conquistaram resultados expressivos, com uma série de pódios e desempenhos de destaque, reforçando o trabalho que vem sendo desenvolvido pelas equipes e pela Federação de Esportes Aquáticos da Paraíba (Feap) nos últimos anos.

No quadro de pontoação geral, a AABB Recife — que colocou mais atletas entre o quarto e o oitavo lugar — sagrou-se campeã da competição, com o segundo lugar ficando com a Vila Parahyba, que somou 5.259 pontos contra 5.471 da equipe campeã. As duas equipes protagonizaram uma disputa acirrada do início ao fim, definida apenas no último revezamento, com uma diferença mínima de pontos.

O desempenho das duas equipes também chamou atenção pela ampla vantagem em relação ao terceiro colocado, evidenciando o alto nível técnico apresentado ao longo do campeonato.

A competição teve ainda um momento especial e simbólico com a presença do próprio Sérgio Silva, que foi amplamente homenageado por atletas, técnicos e dirigentes ao longo do evento, marcando as três décadas de uma trajetória que contribuiu significativamente para o desenvolvimento da natação nordestina.

A Feap, por intermédio de sua presidente, Luciana Rabay, parabenizou a equipe da Vila Parahyba pela excelente campanha e pelo mérito da conquista do vice-campeonato geral, resultado que reforça o protagonismo da Paraíba no cenário regional.

Além disso, outros clubes paraibanos também se destacaram no *ranking* geral. O Clube dos Oficiais da Polícia Militar conquistou a nona colocação, enquanto o Sesi finalizou na 11ª posição, ficando muito próximo do *top* 10 da competição.

No quadro de medalhas, a Paraíba teve ainda mais protagonismo. A equipe da Vila Parahyba sagrou-se campeã geral de medalhas, somando 113 (45 de ouro, 35 de prata e 33 de bronze).

A AABB Recife ficou com a segunda colocação, totalizando 105 medalhas (33 de ouro, 35 de prata e 37 de bronze), ou seja, oito medalhas a menos que a equipe paraibana, evidenciando a consistência e o alto desempenho da Vila ao longo de toda a competição.

Já o COPM também teve atuação de destaque, garantindo a terceira colocação geral no quadro de medalhas, com 37 (18 de ouro, 15 de prata e quatro de bronze).

Na competição, também são concedidas premiações individuais de destaque, como o Troféu Eficiência, destinado ao atleta que mais pontua para o seu clube ao longo do campeonato, e o Troféu Índice Técnico, que considera o percentual de desempenho do atleta em relação ao recorde mundial de sua prova.

A Paraíba teve forte presença nessas premiações, com diversos atletas reconhecidos em ambas as categorias. Entre os destaques, Ana Clara Menezes, Giovanna Campos, Isabela Garcia, Levi Linis e Dayalo Xavier; este último conquistou ambos os troféus em sua categoria — Eficiência e Índice Técnico.

Foto: Divulgação/Feap

O Grêmio Vila Parahyba conquistou o maior número de medalhas no Troféu Sérgio Silva, disputado na cidade do Recife

FÓRMULA 1

Max Verstappen pode se aposentar em 2026

Agência Estado

Após um sexto lugar, um abandono e agora a oitava colocação no Japão, o tetracampeão Max Verstappen está considerando seriamente deixar a Fórmula 1 após a temporada de 2026. De acordo com o jornal holandês *De Telegraaf*, de Amsterdã, o piloto de 28 anos, pela primeira vez na carreira, está abertamente questionando o seu futuro na categoria.

Verstappen chegou à Fórmula 1 aos 17 anos e terminou fora do *top* 5 em três corridas consecutivas pela primeira vez desde 2017, quando abandonou as provas no Canadá, no Azerbaijão e na Áustria. Ele já previa que a Red Bull não seria a equipe líder neste início de temporada, mas o maior problema é que a escuderia não sabe identificar exatamente a origem de suas dificuldades. Com várias peças novas em seu RB22 no Japão, Verstappen afirmou que o carro estava muito imprevisível e inconsistente.

A próxima etapa da Fórmula 1 acontece somente no início de maio, nos EUA, e a Red Bull terá tempo para investigar os maiores problemas do carro. E Verstappen deve refletir, nas próximas semanas, sobre sua própria carreira.

A maior frustração do piloto não está no fato de a Red Bull estar tecnicamente atrás de suas adversárias, mas sim no regulamento da Fórmula 1. A ideia de se aposentar após este ano, apesar de ter contrato até 2028, é cogitada pelo holandês. "Como me motivar neste momento? Essa é uma pergunta válida. Todas as manhãs, quando acordo, me convenço a tentar novamente".

Verstappen não é o único crítico das regras atuais, que prevê que metade da potência dos motores venha dos componentes elétricos. Na opinião de alguns pilotos, as ultrapassagens muitas vezes parecem artificiais. É mais frequente um carro ultrapassar o rival à frente apenas para ser superado novamente alguns segundos depois.

"Principalmente aqui neste circuito, com duas retas próximas, era quase impossível ultrapassar. Se você conseguisse, a bateria descarregaria de novo e você estaria fora da disputa", afirmou Verstappen, que não conseguiu ultrapassar Pierre Gasly, seu ex-companheiro de equipe e agora na Alpine. "Na classificação, você não pode ir com tudo. Para fazer uma volta rápida, você precisa ir mais devagar nas curvas. Não deveria ser assim".

"Talvez devêssemos usar o termo 'segurança' com mais frequência. Quando se trata de segurança, as regras podem ser ajustadas rapidamente", afirmou Verstappen, referindo-se ao grave acidente de Oliver Bearman, da Haas, que se viu repentinamente diante de uma enorme diferença de velocidade com Franco Colapinto, da Alpine, à sua frente, no Circuito de Suzuka.

Verstappen espera grandes mudanças para 2027 para avaliar se compensa continuar na Fórmula 1. Se isso acontecer, a Red Bull tentará convencer o holandês de que a equipe ainda é o lugar certo para ele.

Foto: Reprodução/Instagram @maxverstappen1

Verstappen segue criticando bastante o regulamento

Curtas

Flamengo negocia aluguel de um avião exclusivo

O Flamengo trabalha nos bastidores para dar um novo passo na logística do futebol. O clube negocia o aluguel de uma aeronave que ficaria à disposição integral da delegação, com a ideia de reduzir desgaste e ganhar autonomia nas viagens ao longo da temporada. A expectativa interna é fechar o acordo após a Copa do Mundo. A proposta em discussão prevê um contrato de três a quatro anos. Hoje, o Flamengo já utiliza voos fretados em todos os deslocamentos, mas ainda depende da disponibilidade das companhias aéreas. Com uma aeronave dedicada, o cenário muda. A ideia é ter o avião baseado no Rio de Janeiro, pronto para uso conforme a necessidade do clube, tanto nas idas quanto nos retornos. "Vamos garantir 30/35 voos com uma companhia. Se tudo der certo, essa aeronave fica em chão no Rio de Janeiro e só decola quando a gente quiser", afirmou o presidente Bap.

Bernardo Silva está de saída do Manchester City

O ciclo do jogador Bernardo Silva no Manchester City está realmente cumprindo os seus últimos capítulos. Após defender o time inglês por nove temporadas e ser um dos pilares de uma época vencedora, o jogador informou ao clube que está de saída. A informação foi confirmada pelo jornal português *A Bola*. Ainda segundo a publicação, o atleta já tem propostas na mesa para definir o seu futuro nos gramados e dois gigantes da Europa estão em busca da sua contratação: o Barcelona e a Juventus. O clube catalão já teria uma conversa adiantada no sentido de fechar o negócio, mas a equipe de Turim também já se manifestou seu desejo de contar com o astro português já pensando na disputa da próxima temporada. Existe ainda uma terceira via. Correndo por fora, o Galatasaray, da Turquia, também tem interesse no atleta.

Piquerez não deve disputar a Copa do Mundo de 2026

O Palmeiras informou, ontem, que o lateral-esquerdo Piquerez sofreu ruptura ligamentar no tornozelo direito após uma entorse durante amistoso entre Uruguai e Inglaterra, na última sexta-feira (27), em Londres, e vai passar por uma por cirurgia nos próximos dias. O clube não informou o período de retorno do jogador, apenas disse que ele ficará à disposição do Núcleo de Saúde e Performance do clube. A sua participação na Copa, pelo Uruguai, está em risco altíssimo. A contusão de Piquerez aconteceu logo aos 10 minutos do primeiro tempo no amistoso entre Uruguai e Inglaterra, realizado no estádio de Wembley. No lance, o lateral sofreu uma entrada duríssima do atacante Madueke, do Arsenal, e teve que pedir substituição imediatamente. Ele deixou o campo de maca e com o tornozelo imobilizado, sendo posteriormente cortado pela Celeste e autorizado a retornar ao Brasil.

Circuito de Atletismo reúne atletas paralímpicos em SP

O Centro de Treinamento Paralímpico, em São Paulo, recebe, nos dias 1º e 2 de abril, a Primeira Etapa Nacional do Circuito Paralímpico Loterias Caixa de atletismo. A competição será a primeira da modalidade organizada em 2026 pelo Comitê Paralímpico Brasileiro, recebendo 411 atletas para disputas de pista e campo. O canal do CPB no YouTube transmite o evento. O circuito reúne atletas que se destacaram na campanha histórica do Brasil no Mundial de Atletismo Paralímpico de Nova Déli 2025, no qual o Brasil obteve a inédita primeira colocação do quadro de medalhas, com 44 pódios (15 ouros, 20 pratas e nove bronzes). Entre eles, o paraibano Petrucio Ferreira, tricampeão paralímpico e recordista mundial dos 100 m para a classe T47; a paulista Beth Gomes, da classe F53, bicampeã paralímpica do lançamento de disco; e a acriana Jerusa Geber, campeã paralímpica dos 100 m.

ARQUEOLOGIA

Necrópole romana sob cidade croata é achada

Cemitério foi usado continuamente por 500 anos sob as ruas de Zadar e inclui sepulturas com vários artefatos, como cerâmicas, lâmpadas, moedas e joias

Da Redação

Zadar é a cidade mais antiga da Croácia. Foi nesse local que os arqueólogos descobriram novas evidências que confirmam a existência de uma imensa necrópole romana sob a cidade moderna.

As escavações mais recentes, realizadas pelo Departamento de Arqueologia da Universidade de Zadar, no distrito de Relja, revelaram sepulturas adicionais com urnas de cerâmica e vidro, bem como ânforas utilizadas como recipientes funerários. Essas descobertas complementam mais de um século de trabalho arqueológico na área, onde já foram documentados mais de 3.000 jazidos.

Os investigadores, liderados por Igor Borzić e Ivana Jadrić-Kučan, afirmam que o sítio foi utilizado continuamente desde o final do século 1 a.C. até ao século 5 d.C. Esse longo período de utilização ininterrupta tornou a necrópole numa das paisagens funerárias mais importantes da província romana da Dalmácia.

A enorme necrópole estava estrategicamente localizada fora da antiga cidade, em conformidade com as leis romanas que proibiam os enterros dentro das muralhas do local. Em vez disso, segundo o periódico especializado *Arkeonews*, os cemitérios eram geralmente construídos ao longo das principais estradas que conduziam às cidades. O sítio arqueológico da Relja parece que foi desenvolvido ao longo de uma dessas rotas principais, sugerindo que desempenhou um papel central nas práticas funerárias e era provavelmente visível para os viajantes que entravam na cidade.

Foto: Reprodução/Universidade de Zadar

Segundo estudos, enorme zona funerária foi utilizada desde o final do século 1 a.C. até o século 5 d.C.

Vida após a morte

Os bens funerários descobertos no sítio oferecem também informações sobre as crenças romanas relativas à vida após a morte. Itens como lâmpadas de óleo, moedas, joias e peças de cerâmica eram frequentemente colocados junto dos mortos.

Acreditava-se que as lâmpadas forneciam a luz na vida após a morte, enquanto as moedas são frequentemente associadas a rituais relacionados com a passagem para o submundo. A presença de objetos do dia a dia sugere a crença de que a vida continuava após o óbito, de uma forma bastante semelhante à existência terrena.

A diversidade de materiais encontrados nas sepulturas indica que Zadar estava bem ligada às amplas redes comerciais do Mediterrâneo. Os bens importados encontrados no sítio arqueológico realçam o papel da cidade como um importante centro costeiro, ligando as rotas marítimas e as terrestres.

Os arqueólogos acreditam que a extensão total da necrópole ainda não foi descoberta, sendo provável que sejam feitas novas descobertas sob edifícios modernos de Zadar.

Mortes na história

2001 — Eurivaldo Guerra Evangelista (conhecido como Seu Vavá), jogador de futebol e dirigente esportivo paraibano
2006 — Giordani Rodrigues, jornalista paraibano
2016 — Molina Ribeiro, jornalista, escritora, professora e assessora de imprensa paraibano
2021 — Jorge Luiz de Lima Santos (conhecido como Jorge do Povão), político paraibano
2021 — José Hilton Lopes (conhecido como dr. Zé Hilton), médico e político paraibano

Obituário

Foto: Rep./Instagram

Lee Sang-bo
26/3/2026 — Aos 44 anos, na Coreia do Sul. O ator, famoso por participar de *k-dramas* como *Rugal*, *The queen's dynasty* e *Wicked love*, foi encontrado morto em seu apartamento. A causa da morte não foi revelada e a polícia segue investigando o ocorrido. Nascido em Seul, Lee Sang-bo iniciou sua carreira em 2006 e, ao longo de duas décadas, fez sucesso em seriados como *Miss Monte Cristo* e *Graceful empire* e filmes como *Mepisto* e *Secretly great*. Em 2022, no entanto, o artista foi acusado de utilizar drogas ilícitas e foi preso pela polícia, sendo liberado pouco tempo depois. Posteriormente, um exame toxicológico revelou que as substâncias suspeitas se tratavam de medicação para depressão. Ele, então, retomou sua carreira após o ocorrido, assinando um contrato com a Korea Management Group e voltando a atuar em filmes e *k-dramas*.

Foto: Rep./IMDB

James Tolkan
26/3/2026 — Aos 94 anos, em Saranac Lake, no Estado de Nova York, nos EUA. A causa da morte não foi divulgada. Conhecido por interpretar o rígido diretor Strickland em *De volta para o futuro* (1985), Tolkan construiu uma carreira que atravessou o teatro, o cinema e a televisão. Outro papel de destaque foi o do comandante Stinger, superior do personagem de Tom Cruise em *Top Gun* (1986). Nascido em 1931, no estado de Michigan, o ator também trabalhou no teatro por cerca de 25 anos e integrou o elenco original da peça *O sucesso a qualquer preço*, na Broadway. Sua última aparição nas telas foi em *Rastros de maldade*, lançado em 2015. Na TV, fez papéis regulares em séries como *Mary*, *Os justiceiros* e *Cobra*, além de participações em produções como *Miami vice*, *Um maluco no pedaço* e *Arquivo X*.

Foto: Rep./Instagram

Pedro Medeiros
29/3/2026 — Aos 79 anos, em Campina Grande. O ex-deputado estadual estava internado, há cerca de 15 dias, em um hospital da rede privada. Ele havia recebido alta no último sábado (28) e seguia em recuperação sob cuidados domiciliares, mas apresentou piora e não resistiu, falecendo na residência de familiares. Natural de São João do Cariri, Medeiros teve uma longa carreira na vida pública, com quatro mandatos como deputado estadual na Assembleia Legislativa da Paraíba (ALPB), exercidos entre os anos de 1987 e 2007. Ao longo da sua atuação parlamentar, foi reconhecido por sua presença nas pautas regionais e de defesa de interesses do interior do estado, consolidando-se como uma liderança importante no cenário político paraibano.

Jorge Rezende
jorgerezende.imprensa@gmail.com | Colaborador

Santo roubado

Em meados da primeira metade dos anos de 1970, cheguei a surpreender meus pais ao aparentar que não era tão imaturo assim. Não sabia o que significava quando ouvi deles — principalmente do meu pai — que eu era uma criança prodígio. Mais especificamente, ele achava que eu era um precoce comerciante e que, na vida adulta, iria exercer profissionalmente nessa área, me dando muito bem. Cresci, me entendi como gente e hoje, próximo aos 60 anos, não sei vender um palito de fósforo. Se fosse depender da vida de comerciante, acredito que já teria morrido de fome.

Aquela visão de que eu era um comerciante temporão se deve ao fato de que, com apenas oito anos de idade, já ganhava uns trocadinhos fazendo negócio. Numa época em que minha cidade registrava poucos vendedores ambulantes e prestadores de serviço de porta em porta — e muito menos os chamados camelôs —, recolhi uns caixotes de madeira, cadeiras mais surradas da cozinha de minha mãe, uma porta velha utilizada como mesa e montei, em frente à nossa casa, uma banca para venda de produtos variados. Acredito que, assim, fui o primeiro camelô do meu bairro e, quem sabe, da minha terra natal, a mineira Três Corações.

Vendia de tudo: parte dos meus brinquedos conservados que não mais queria, limpando-os, restaurando-os e embalando-os para que ficassem com aparência de novos; laranjas e mexericas recém-colhidas do pé e que existiam em abundância no nosso quintal; ovos excedentes da boa produção da criação de galinhas caipiras (aqui, na Paraíba, denominadas de "capoeira") mantida pelo meu pai; chuchu e abobrinha verde que nasciam feito mato ao redor da casa; e até peças de roupas seminovas sem mais uso da família. Tinha de tudo na minha banca. Uma miscelânea. Aparente bagunça, mas não confusa. Uma mistura organizada e atraente aos olhos dos possíveis clientes — e vendia bastante, quase tudo em poucas horas.

Não éramos pobres. Só não tínhamos dinheiro excedente. Vivíamos de forma pacata, mas nunca faltou comida na nossa mesa, roupa pra vestir ou "momentos de luxo", como ir ao cinema ou a um circo, fazer "uma viagem" de 18 km ao Parque das Águas Minerais na vizinha cidade de Cambuquira, gastar numa quermesse ou comer esporadicamente um sanduíche de mortadela no Bar do Quinca. Ou seja: não havia necessidade de eu trabalhar. O salário do meu pai, de segundo-sargento do Exército, dava para atender à casa, à minha mãe e aos quatro filhos.

Ganhei gosto em ter meu próprio dinheiro "por culpa" do Tio Wilson, irmão mais velho da minha mãe. Ele me dava missões que não eram comuns a uma criança: cobrar mensalidades atrasadas dos sócios "maus pagadores" da antiga praça de esportes (piscinas) da cidade; e recolher o dinheiro em pontos do jogo do bicho (Tio Wilson era apontador desse jogo contraventor lá em Minas Gerais). Cumpria todas as tarefas e era recompensado com uma percentagem do "dinheiro que entrava" no bolso do meu tio.

Certa vez, ganhei de presente do mesmo tio uma caixa de engraxar sapatos diferenciada. Era de metal, de cor preta brilhosa, estilosa e modernosa para a época, com um *designer* que me diferenciava dos demais engraxates da cidade. Fui para a porta do quartel (Escola de Sargento das Armas, a ESA), o que não me faltou coturnos para engraxar. Mas tive que interromper esse serviço depois que meu pai, na saída do expediente do quartel, me pôs pra correr pra casa, me ameaçando dar uma surra. Acho que ele ficou um tanto envergonhado pelo fato de os colegas de farda verem o filho do sargento Carmo trabalhando numa atividade considerada menor, de menino pobre.

Sei que ganhei gosto por ganhar meu dinheiro. Nunca deixei de estudar e tive uma infância muito boa, brinquei bastante. Era muito feliz, mas sempre achava um jeitinho "pra trabalhar". Comecei, então, a ampliar e diversificar "meus negócios": catava alumínio e garrafas velhas para revender; recolhia esterco (bosta de vaca) para vender a quem cultivava hortas em casa; e, com André Rezende, um primo (na verdade, as nossas mães é que eram primas), fizemos uma sociedade para limpar quintais e cortar a grama de quem tinha jardim.

Eu gostava das datas especiais. No Carnaval, vendia saquinhos de confetes e serpentinas de porta em porta. Na Semana Santa, também de casa em casa, vendia velas de todos os tamanhos e preços a quem se programava para ir às procissões que ocorriam à noite. Nesse caso, eu também adquiria a minha vela, comprava um cachorro-quente e seguia na procissão. Mas um dia preferi brincar em vez de vender as velas. Sem dinheiro para ir à procissão, ao passar pela Igreja Matriz Sagrada Família, "recolhi emprestado" os trocados deixados pelos fiéis aos pés de São José, prometendo ao santo devolver "com juros". No dia seguinte, trabalhei dobrado, retornei à igreja e paguei o que foi "disposto" pelo santo. Fiquei com a consciência limpa.

Jorge Rezende é jornalista e coordena o Núcleo de Comunicação da Fundação Casa de José Américo (FCJA), em João Pessoa

Publicidades

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ALAGOA GRANDE
EXTRATO DE APOSTILAMENTO

OBJETO: SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO PARA O FORNECIMENTO PARCELADO DE COMBUSTÍVEIS, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DESTA MUNICIPALIDADE, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO TERMO DE REFERÊNCIA DO EDITAL.

FUNDAMENTO LEGAL: PREGÃO ELETRÔNICO PE 00002/2025. PARTES CONTRATANTES: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALAGOA GRANDE E ALAGOA GRANDE COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA - CONTRATO Nº: 00045/2025-SDC O PREÇO SERÁ REALINHADO NA SEGUINTE PROPORÇÃO: ACRÉSCIMO DE 4,64% (QUATRO VÍRGULA SESSENTA E QUATRO POR CENTO) NO ITEM 2.

ALAGOA GRANDE - PB, 30 DE MARÇO DE 2026.

JOÃO MONTENEGRO NAVARRO
Gestor do Fundo municipal de saúde

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALAGOA GRANDE
EXTRATO DE ADITIVO DO PREGÃO ELETRÔNICO N° 00002/2025

1º Termo Aditivo ao CONTRATO N°: 00045/2025-SDC

OBJETO: SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO PARA O FORNECIMENTO PARCELADO DE COMBUSTÍVEIS, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DESTA MUNICIPALIDADE, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO TERMO DE REFERÊNCIA DO EDITAL.

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Alagoa Grande/PB

CONTRATADO: Alagoa Grande Comercio de Combustíveis LTDA, CNPJ nº 37.462.723/0001-12.

OBJETO: Constitui Acréscimo ao Contrato de valor de R$2.180.425,00 (DOIS MILHÕES CENTO E OITENTA MIL QUATROCENTOS E VINTE E CINCO REAIS), representado em percentual de aproximadamente 25% de aumento do valor total do contrato, referente a um aumento nos itens, 1, 2, 3 e 4 conforme planilha atualizada integrada ao presente aditivo, ficando portanto, o valor do contrato de R$ 545.106,25 (quintos e quarenta e cinco mil cento e seis reais e vinte e cinco centavos)..BASE LEGAL: Cláusula Décima do Contrato Inicial e em conformidade com o artigo 124, inciso I, alínea "b", da Lei 14.133/2021, tal como se encontra em vigor e suas alterações posteriores.

SIGNATÁRIOS: JOÃO BOSCO CARNEIRO NETO e Alagoa Grande Comercio de Combustíveis LTDA.

ALAGOA GRANDE, 30 DE MARÇO DE 2026.

JOÃO BOSCO CARNEIRO NETO
PREFEITO CONSTITUCIONAL.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALAGOA GRANDE
EXTRATO DE APOSTILAMENTO

OBJETO: SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO PARA O FORNECIMENTO PARCELADO DE COMBUSTÍVEIS, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DESTA MUNICIPALIDADE, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO TERMO DE REFERÊNCIA DO EDITAL.

FUNDAMENTO LEGAL: PREGÃO ELETRÔNICO PE 00002/2025. PARTES CONTRATANTES: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALAGOA GRANDE E ALAGOA GRANDE COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA - CONTRATO Nº: 00045/2025-SDC O PREÇO SERÁ REALINHADO NA SEGUINTE PROPORÇÃO: ACRÉSCIMO DE 4,64% (QUATRO VÍRGULA SESSENTA ER QUATRO POR CENTO) NO ITEM 2; ACRÉSCIMO DE 6,47% (SEIS VÍRGULA QUARENTA E SETE POR CENTO) NO ITEM 3, VARIANDO O CORRESPONDENTE PREÇO UNITÁRIO.

ALAGOA GRANDE - PB, 30 DE MARÇO DE 2026.

JOÃO BOSCO CARNEIRO NETO
PREFEITO

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALCANTIL
EXTRATO DE ADITIVO

OBJETO: Contratação de empresa especializada para execução de PAVIMENTAÇÃO EM PARALELEPIPEDO DE RUAS E CANTEIROS do município de Alcantil - PB, conforme Termo de Convênio n° 0135/2021. FUNDAMENTO LEGAL: Dispensa Eletrônica nº 00041/2025. ADITAMENTO: Dar continuidade a execução do objeto contratado. PARTES CONTRATANTES: Prefeitura Municipal de Alcantil e: CT Nº 00156/2025 - Impertec Construções e Serviços Ltda - 1º Aditivo - prorroga o prazo por mais 4 meses. ASSINATURA: 30.03.26

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALCANTIL
ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00013/2026

Nos termos do relatório final apresentado pela Pregoeira e observado parecer da Assessoria Jurídica, referente ao Pregão Eletrônico nº 00013/2026, que objetiva: Aquisição parcelada de Pneus, câmaras de ar, protetores e serviços de alinhamento e balanceamento de rodas destinados à frota de veículos da Município de Alcantil – PB; ADJUDICO o objeto e HOMOLOGO a licitação, com base nos elementos constantes do processo correspondente, os quais apontam como proponentes vencedores: GRANPECAS – COMERCIO E DISTRIBUICAO DE PECAS, RETIFICA E SERVICOS LTDA - R$ 570.132,81; PNEUMAX LTDA - R$ 102.951,00.

Alcantil - PB, 27 de Março de 2026

CICERO JOSÉ FERNANDES DO CARMO
Prefeito

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALCANTIL
ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 00004/2026

Nos termos do relatório final apresentado pelo Agente de Contratação e observado parecer da Assessoria Jurídica, referente a Concorrência Eletrônica nº 00004/2026, que objetiva: Contratação de empresa para execução de pavimentação em intertravado em Alcantil–PB; ADJUDICO o objeto e HOMOLOGO a licitação, com base nos elementos constantes do processo correspondente, os quais apontam como proponente vencedor: CONCRENOR CONSTRUCOES DO NORDESTE EIRELI - R$ 3.177.589,72.

Alcantil - PB, 18 de Março de 2026

CICERO JOSÉ FERNANDES DO CARMO
Prefeito

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALCANTIL
EXTRATO DE CONTRATOS

OBJETO: Aquisição parcelada de Pneus, câmaras de ar, protetores e serviços de alinhamento e balanceamento de rodas destinados à frota de veículos da Município de Alcantil – PB. FUNDAMENTO LEGAL: Pregão Eletrônico nº 00013/2026. DOTAÇÃO: Recursos não Vinculados de Impostos: NFRA 8008.15.122.1010.2041 – DESENVLVER AS ATIVIDADES DE INFRAESTRUTURA 3.3.90.30.00.00 MATERIAL DE CONSUMO FONTES: 500/706 3.3.90.39.00.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA FONTES (500/706) ADMINISTRAÇÃO 2002.04.122.1002.2003 – MANTER AS ATIVIDADES DO SETOR ADMINISTRATIVO 3.3.90.30.00.00 MATERAL DE CONSUMO FONTES (500/706) 3.3.90.30.00.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA FONTES (500/706) SAÚDE 10100.10.301.1008.2107 – MANUTENÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL SAÚDE 3.3.90.30.00.00 MATERIAL DE CONSUMO FONTES (500/502/600) 3.3.90.39.00.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURÍDICA FONTES (500/502/600). VIGÊNCIA: até 30/03/2027. PARTES CONTRATANTES: Prefeitura Municipal de Alcantil e: CT Nº 00054/2026 - 30.03.26 - GRANPECAS - COMERCIO E DISTRIBUICAO DE PECAS, RETIFICA E SERVICOS LTDA - R$ 570.132,81; CT Nº 00055/2026 - 30.03.26 - PNEUMAX LTDA - R$ 102.951,00.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALCANTIL
EXTRATO DE CONTRATO

OBJETO: Contratação de empresa para execução de pavimentação em intertravado em Alcantil–PB. FUNDAMENTO LEGAL: Concorrência Eletrônica nº 00004/2026. DOTAÇÃO: Recursos não Vinculados de Impostos: 8008.15.122.1010.2041 – DESENVOLVER AS ATIVIDADES DE INFRA ESTRUTURA 4.4.90.51.00.00 OBRAS E INSTALAÇÕES FONTE 500 701. VIGÊNCIA: até 30/03/2027. PARTES CONTRATANTES: Prefeitura Municipal de Alcantil e: CT Nº 00053/2026 - 30.03.26 - CONCRENOR CONSTRUCOES DO NORDESTE EIRELI - R$ 3.177.589,72.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALCANTIL
ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO
DISPENSA ELETRÔNICA Nº 00004/2026

Nos termos do relatório final apresentado pela Comissão de Contratação e observado parecer da Assessoria Jurídica, referente a Dispensa Eletrônica nº 00004/2026, fundamentada no Art. 75, inciso II, da Lei 14.133/21, que objetiva: Contratação de empresa especializada em dedetização, desinsetização descupinzação e controle de pragas para atender as necessidades da Prefeitura Municipal de Alcantil – PB; ADJUDICO o objeto e HOMOLOGO o procedimento, com base nos elementos constantes do processo correspondente, os quais apontam como proponente vencedor: PATRICIA DANTAS FERREIRA - R$ 44.700,00.

Alcantil - PB, 27 de Março de 2026

CICERO JOSÉ FERNANDES DO CARMO
Prefeito

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALCANTIL
EXTRATO DE CONTRATO

OBJETO: Contratação de empresa especializada em dedetização, desinsetização descupinzação e controle de pragas para atender as necessidades da Prefeitura Municipal de Alcantil – PB. FUNDAMENTO LEGAL: Dispensa Eletrônica nº 00004/2026, nos termos do Art. 75, inciso II, da Lei 14.133/21. DOTAÇÃO: Recursos não Vinculados de Impostos: 1001 – GABINETE DO PREFEITO 04.122.1002.2002 – MANTER AS ATIVIDADES DO GABINETE DO PREFEITO 3.3.90.39.00.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA □ 500 2002 – SECRETARIA DE ADMINISTRACAO 04.122.1002.2003 – MANTER AS ATIVIDADES DO SETOR ADMINISTRATIVO 3.3.90.39.00.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA □ 500, 706 8008 – SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA 15.122.1010.2041 – DESENVOLVER AS ATIVIDADES DE INFRA ESTRUTURA 3.3.90.39.00.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA □ 500, 706 10060 – SECRETARIA MUN. DE CULTURA, TURISMO E JUVENTUDE 13.392.1007.2102 – MANUTENÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, TURISMO E JUVENTUDE 3.3.90.39.00.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA □ 500, 706 10070 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER 27.812.1006.2103 – MANUTENÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER 3.3.90.39.00.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA □ 500, 706 10080 – SECRETARIA MUN. DE AGRICULTURA, PESCA, REC. HIDRIC 20.608.1011.2104 – MANUTENÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, PESCA, RECURSOS HÍDRICOS E MEIO AMBIENTE 3.3.90.39.00.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA □ 500, 706 10090 – SECRETARIA MUNICIPAL DE DEFESA SOCIAL E MOBILIDADE 3.3.90.39.00.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA □ 500 10100 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE 10.301.1008.2021 – DESENVOLVER AS ATIVIDADES DE SAÚDE □ PAB 3.3.90.39.00.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA □ 600 10.301.1008.2023 – DESENVOLVER AS ATIVIDADES DO ESF 3.3.90.39.00.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA □ 600 10.301.1008.2026 – DESENVOLVER AS ATIV. DE OUTROS PROGRAMAS DA SAUDE 3.3.90.39.00.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA □ 600 10.301.1008.2107 – MANUTENÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE 3.3.90.39.00.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA □ 500, 600, 706 10.302.1008.2028 – DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES DO SAMU 3.3.90.39.00.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA □ 600, 621 10.302.1008.2029 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO CAPS 3.3.90.39.00.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA □ 600 10110 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL 08.122.1009.2106 – GESTÃO ADMINISTRATIVA DO FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL 3.3.90.39.00.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA □ 500, 706 08.243.1009.2078 – MANUTENCAO DO CONSELHO TUTELAR 3.3.90.39.00.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA □ 500 08.243.5000.5002 – PRIMEIRA INFANCIA NO SUAS □ CRIANÇA FELIZ 3.3.90.39.00.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA □ 500, 660 08.244.1009.2036 – MANUTENÇÃO DE OUTROS PROGRAMAS FNAS 3.3.90.39.00.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA □ 660, 706 08.244.1009.2109 – BLOCO DE GESTÃO DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E CADASTRO ÚNICO 3.3.90.39.00.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA □ 500, 660 08.245.1009.2093 – BLOCO DA PROTECAO SOCIAL BASICA(SCFV, CRAS E PAIF) 3.3.90.39.00.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA □ 500, 660 08.245.1009.2095 – EXECUCAO DE EMENDAS PARLAMENTARES P/ ASSIS. SOCIAL 3.3.90.39.00.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA □ 500, 660 10120 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO 12.361.1005.2011 – DESENVOLVER ATIVIDADES COM RECURSOS DO FNDE 3.3.90.39.00.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA, 569 12.361.1005.2053 – MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL – FUNDEB 30% 3.3.90.39.00.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA □ 540 12.361.1005.2064 – MANUTENÇÃO DO SALÁRIO EDUCAÇÃO □ QSE 3.3.90.39.00.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA □ 550 12.361.1005.2081 – MANUTENCAO DA SECRETARIA DE EDUCACAO 3.3.90.39.00.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA □ 500, 706 12.365.5000.5006 – MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DE EDUCAÇÃO INFANTIL PRIMEIRA INFANCIA 3.3.90.39.00.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA □ 500, 569, 706 12.365.5000.5012 – MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL – FUNDEB 30% PRIMEIRA INFANCIA 3.3.90.39.00.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA □ 540. VIGÊNCIA: até 30/03/2027. PARTES CONTRATANTES: Prefeitura Municipal de Alcantil e: CT Nº 00052/2026 - 30.03.26 - PATRICIA DANTAS FERREIRA - R$ 44.700,00.

PREFEITURA MUNICIPAL DE AGUIAR
EXTRATO DE CONTRATO

INSTRUMENTO: Contrato de prestação de serviços, de acordo com o Pregão Presencial nº 00009/2026.

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Aguiar

CONTRATADA: COMÉRCIO DE COMBUSTIVEIS E LUBRIFICANTES B2 LTDA - ME – CNPJ nº 30.385.580/0002-24.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DO RAMO PERTINENTE PARA AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS DESTINADOS AO ABASTECIMENTO DE VEÍCULOS EM TRÂNSITO, DURANTE O EXERCÍCIO DE 2026, EM UM RAIO MINIMO DE 240KM, NO SENTIDO A JOÃO PESSOA, DESTINADOS AOS VEÍCULOS PERTENCENTES AO MUNICÍPIO, AOS LOCADOS OU A DISPOSIÇÃO PARA DIVERSAS SECRETARIAS, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, DE ACORDO COM SUAS NECESSIDADES.

VALOR GLOBAL: R$ 884.400,00 (oitocentos e oitenta e quatro mil e quatrocentos reais).

PRAZO: Da assinatura do contrato até 31.12.2026.

Aguiar - PB, 30 de Março de 2026.

MANOEL BATISTA GUEDES FILHO
Prefeito

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAÇAGI
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00007/2026

Torna público que fará realizar através da Pregoeira Oficial e Equipe de Apoio, sediada na Avenida Olívio Maroja, 278 - Bela Vista - Araçagi - PB, por meio do site www.portaldecompraspublicas.com.br, licitação modalidade Pregão Eletrônico, do tipo menor preço, visando formar Sistema de Registro de Preços objetivando contratações futuras, para: Contratação de empresa do ramo pertinente para aquisição de parceladas de frutas e hortaliças, destinados aos atendimentos de diversos setores da administração deste Município. Abertura da sessão pública: 14:00 horas do dia 15 de Abril de 2026. Início da fase de lances: 14:10 horas do dia 15 de Abril de 2026. Referência: horário de Brasília - DF. Recursos: previstos no orçamento vigente. Fundamento legal: Lei Federal nº 14.133/21; Lei Complementar nº 123/06; Decreto Federal nº 11.462/23; Instrução Normativa nº 73 SEGES/ME/22; e legislação pertinente, consideradas as alterações posteriores das referidas normas. Informações: das 08:00 as 12:00 horas dos dias úteis, no endereço supracitado. Telefone: (83) 981514660. E-mail: licitacaoaracagipma@gmail.com. Edital: https://www.aracagi.pb.gov.br/; www.tce.pb.gov.br; www.portaldecompraspublicas.com.br; www.gov.br/pncp.

Araçagi - PB, 30 de Março de 2026

GIRLENE FERNANDES NUNES
Pregoeira Oficial

PREFEITURA MUNICIPAL DE AROEIRAS
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00007/2026

Torna público que fará realizar através do Pregoeiro Oficial e Equipe de Apoio, sediada na Gedeão de Souza Andrade, 01 - Centro - Aroeiras - PB, por meio do site www.portaldecompraspublicas.com.br, licitação modalidade Pregão Eletrônico, do tipo menor preço, visando formar Sistema de Registro de Preços objetivando contratações futuras, para: Contratação de empresa especializada para Confecção, fornecimento e instalação dos móveis planejados em materiais de MDF, para as diversas secretarias municipais de Aroeiras, conforme especificações técnicas do termo de referência do edital. Abertura da sessão pública: 09:00 horas do dia 16 de Abril de 2026. Início da fase de lances: 09:01 horas do dia 16 de Abril de 2026. Referência: horário de Brasília - DF. Recursos: previstos no orçamento vigente. Fundamento legal: Lei Federal nº 14.133/21; Lei Complementar nº 123/06; Decreto Municipal nº 007/23; Decreto Municipal nº 008/23; e legislação pertinente, consideradas as alterações posteriores das referidas normas. Informações: das 08:00 as 12:00 horas dos dias úteis, no endereço supracitado. Telefone: (083) 3396–1020. E-mail: licitacaopmaroeiras@gmail.com. Edital: https://www.aroeiras.pb.gov.br/home; www.tce.pb.gov.br; www.portaldecompraspublicas.com.br; www.gov.br/pncp.

Aroeiras - PB, 30 de Março de 2026

MAGNO FERREIRA DA SILVA
Pregoeiro Oficial

PREFEITURA MUNICIPAL DE AROEIRAS
EXTRATO DE CONTRATO

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DO RAMO DE ENGENHARIA PARA CONSTRUÇÃO DE UM PORTAL E URBANIZAÇÃO LOCALIZADO NO TRECHO ENTRE A PB090 E A RUA CHÃ DE TORRES – AROEIRAS – PB, conforme especificações do Projeto Básico. FUNDAMENTO LEGAL: Concorrência Eletrônica nº 00001/2026. DOTAÇÃO: Recursos não Vinculados de Impostos: 2100 – SECRETARIA DE INFRA ESTRUTURA 2100.04.122.2001.2027 – ATIVIDADES OPERACIONAIS DA SEINFRA 2100.15.451.2016.1003 – PAVIMENTAÇÃO DE VIAS URBANAS 2100.15.451.2016.1055 – CONST. REF. E AMPLIAÇÃO DE CALÇADAS E CALÇADÃO 2100.15.451.2017.1019 – AMPLIAÇÃO E ADEQUAÇÃO DE PRAÇAS PÚBLICAS 2100.18.544.2020.1013 – EXECUÇÃO DE OBRAS DE IFRA–ESTRUTURA HÍDRICA. VIGÊNCIA: até 29/05/2026. PARTES CONTRATANTES: Prefeitura Municipal de Aroeiras e: CT Nº 00040/2026 - 30.03.26 - PAINEL ENGENHARIA & SERVICOS LTDA - R$ 436.291,46.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ASSUNÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 00004/2026

Torna público que fará realizar através do Agente de Contratação e Equipe de Apoio, sediada na Rua Tereza Balduino da Nobrega, S/N - Centro - Assunção - PB, por meio do site www.portaldecompraspublicas.com.br, licitação modalidade Concorrência Eletrônica, do tipo menor preço, para: Reforma do Estádio de Futebol José Nabor de Andrade localizado na zona urbana às Margens da PB228 – Saída para Taperoá, com recursos federal oriundos de Transferência Especial – Plano de Ação nº 09032024–068846/2024. Abertura da sessão pública: 09:00 horas do dia 17 de Abril de 2026. Início da fase de lances: 09:15 horas do dia 17 de Abril de 2026. Referência: horário de Brasília - DF. Recursos: previstos no orçamento vigente. Fundamento legal: Lei Federal nº 14.133/21; Lei Complementar nº 123/06; Decreto Municipal nº 05/24; e legislação pertinente, consideradas as alterações posteriores das referidas normas. Informações: das 08:00 as 12:00 horas dos dias úteis, no endereço supracitado. Telefone: (83) 34661143. E-mail: licitacoes@assuncao.pb.gov.br. Edital: www.assuncao.pb.gov.br; www.tce.pb.gov.br; www.portaldecompraspublicas.com.br; www.gov.br/pncp.

Assunção - PB, 27 de Março de 2026

MARINALDO DANTAS NASCIMENTO
Agente de Contratação

PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00024/2026

Torna público que fará realizar através do Pregoeiro Oficial e Equipe de Apoio, sediada na Rua Flávio Ribeiro, 74 - Centro - Belém - PB, por meio do site www.portaldecompraspublicas.com.br, licitação modalidade Pregão Eletrônico, do tipo menor preço, para: AQUISIÇÃO DE FARDAMENTO ESCOLAR DESTINADOS AOS ALUNOS MATRICULADOS NA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE ENSINO DE BELÉM/PB. Abertura da sessão pública: 08:00 horas do dia 15 de Abril de 2026. Início da fase de lances: 08:01 horas do dia 15 de Abril de 2026. Referência: horário de Brasília - DF. Recursos: previstos no orçamento vigente. Fundamento legal: Lei Federal nº 14.133/21; Lei Complementar nº 123/06; Instrução Normativa nº 73 SEGES/ME/22; e legislação pertinente, consideradas as alterações posteriores das referidas normas. Informações: das 07:00 as 11:00 horas dos dias úteis, no endereço supracitado. E-mail: licitacaobelem2024@gmail.com. Edital: www.belem.pb.gov.br; www.tce.pb.gov.br; www.portaldecompraspublicas.com.br; www.gov.br/pncp.

Belém - PB, 30 de Março de 2026

MARIA GABRIELLY AVELINO FAUSTINO
Pregoeiro Oficial

PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM
AVISO DE CHAMAMENTO PÚBLICO
CREDENCIAMENTO DE SERVIÇO Nº 00003/2026

Torna público que fará realizar através da Comissão de Contratação, chamamento público de serviço objetivando: CONTRATAÇÃO DE FACILITADORES DE OFICINAS SOCIOEDUCATIVAS NO ÂMBITO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, CONTRIBUINDO PARA O FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS FAMILIARES E COMUNITÁRIOS, O DESENVOLVIMENTO DE HABILIDADES SOCIAIS, CULTURAIS E EMOCIONAIS DOS USUÁRIOS, POR MEIO DE PRÁTICAS ARTÍSTICAS, CULTURAIS E CORPORAIS A SEREM DESENVOLVIDAS POR MEIO DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL DO MUNICÍPIO DE BELÉM/PB. Os interessados deverão apresentar envelope contendo a documentação e respectiva proposta até as 09:00 horas do dia 20 de Abril de 2026, no endereço: Rua Flávio Ribeiro, 74 - Centro - Belém - PB. Neste mesmo local, data e horário será realizada a sessão pública para abertura do respectivo envelope. Recursos: previstos no orçamento vigente. Fundamento legal: Lei Federal nº 14.133/21; Lei Complementar nº 123/06; Decreto Federal nº 11.878/24; e legislação pertinente, consideradas as alterações posteriores das referidas normas. Informações: das 07:00 as 11:00 horas dos dias úteis, no endereço supracitado. E-mail: licitacaobelem2024@gmail.com. Edital: www.belem.pb.gov.br; www.tce.pb.gov.br; www.gov.br/pncp.

Belém - PB, 30 de Março de 2026

JOSIVAN BATISTA DA SILVA
Presidente da Comissão.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM
ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00017/2026

Nos termos do relatório final apresentado pelo Pregoeiro e observado parecer da Assessoria Jurídica, referente ao Pregão Eletrônico nº 00017/2026, que objetiva: AQUISIÇÃO DE PEIXES PARA DISTRIBUIÇÃO ÀS PESSOAS CARENTES E DEMAIS PROGRAMAS SOCIAIS DO MUNICÍPIO DE BELÉM–PB, POR OCASIÃO DA SEMANA SANTA DO EXERCÍCIO FINANCEIRO 2026; ADJUDICO o objeto e HOMOLOGO a licitação, com base nos elementos constantes do processo correspondente, os quais apontam como proponentes vencedores: IVANILDO ARAUJO DA CRUZ - R$ 125.100,00; MAIS ATACADO E VAREJO DO NORDESTE LTDA - R$ 5.500,00.

Belém - PB, 26 de Março de 2026

ALINE BARBOSA DE LIMA
Prefeita

PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM
GESTOR E FISCAL DO CONTRATO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00017/2026

Nos termos da norma vigente e observado o disposto no respectivo processo, que objetiva: AQUISIÇÃO DE PEIXES PARA DISTRIBUIÇÃO ÀS PESSOAS CARENTES E DEMAIS PROGRAMAS SOCIAIS DO MUNICÍPIO DE BELÉM–PB, POR OCASIÃO DA SEMANA SANTA DO EXERCÍCIO FINANCEIRO 2026; DESIGNO os servidores Viviane Silva Barbosa, Secretária de Desenvolvimento Social, como Gestora; e Luciano Grigório, Fiscal de Contratos do Fundo Municipal de Desenvolvimento Social, para Fiscal Técnico do contrato: decorrente da licitação, modalidade Pregão Eletrônico nº 00017/2026, com as competentes atribuições nos termos da norma vigente, especialmente para coordenar as atividades relacionadas à fiscalização e acompanhar e fiscalizar a execução do referido contrato.

Belém - PB, 26 de Março de 2026

ALINE BARBOSA DE LIMA
Prefeita

PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM
EXTRATO DE CONTRATOS

OBJETO: AQUISIÇÃO DE PEIXES PARA DISTRIBUIÇÃO ÀS PESSOAS CARENTES E DEMAIS PROGRAMAS SOCIAIS DO MUNICÍPIO DE BELÉM–PB, POR OCASIÃO DA SEMANA SANTA DO EXERCÍCIO FINANCEIRO 2026. FUNDAMENTO LEGAL: Pregão Eletrônico nº 00017/2026. DOTAÇÃO: 01.01 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL 08.244.0478.2047 MANTER O PROGRAMA DE DISTRIBUIÇÃO DE PEIXE NA SEMANA SANTA 500 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS 390.3.3.90.32.01 MATERIAL BE OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. VIGÊNCIA: até o final do exercício financeiro de 2026. PARTES CONTRATANTES: Prefeitura Municipal de Belém e: CT Nº 00139/2026 - 26.03.26 - IVANILDO ARAUJO DA CRUZ - R$ 125.100,00; CT Nº 00140/2026 - 26.03.26 - MAIS ATACADO E VAREJO DO NORDESTE LTDA - R$ 5.500,00.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM
ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00021/2026

Nos termos do relatório final apresentado pelo Pregoeiro e observado parecer da Assessoria Jurídica, referente ao Pregão Eletrônico nº 00021/2026, que objetiva: AQUISIÇÃO PARCELADA DE LANCHES E REFEIÇÕES PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS DIVERSAS SECRETARIAS E SETORES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL; ADJUDICO o objeto e HOMOLOGO a licitação, com base nos elementos constantes do processo correspondente, os quais apontam como proponente vencedor: FABIOLA SOARES DE OLIVEIRA - R$ 367.250,00.

Belém - PB, 30 de Março de 2026

ALINE BARBOSA DE LIMA
Prefeita

PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM
GESTOR E FISCAL DO CONTRATO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00021/2026

Nos termos da norma vigente e observado o disposto no respectivo processo, que objetiva: AQUISIÇÃO PARCELADA DE LANCHES E REFEIÇÕES PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS DIVERSAS SECRETARIAS E SETORES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL; DESIGNO as servidoras Deborah Nathynelly Soares Pereira, Secretária de Administração, como Gestora; e Larissa Nayara Almeida Gouveia Ribeiro, Fiscal de Contratos da Administração, para Fiscal Técnico do contrato: decorrente da licitação, modalidade Pregão Eletrônico nº 00021/2026, com as competentes atribuições nos termos da norma vigente, especialmente para coordenar as atividades relacionadas à fiscalização e acompanhar e fiscalizar a execução do referido contrato.

Belém - PB, 30 de Março de 2026.

ALINE BARBOSA DE LIMA
Prefeita

PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM
EXTRATO DE CONTRATO

OBJETO: AQUISIÇÃO PARCELADA DE LANCHES E REFEIÇÕES PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS DIVERSAS SECRETARIAS E SETORES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL. FUNDAMENTO LEGAL: Pregão Eletrônico nº 00021/2026. DOTAÇÃO: CONFORME ORÇAMENTO VIGENTE. VIGÊNCIA: até o final do exercício financeiro de 2026. PARTES CONTRATANTES: Prefeitura Municipal de Belém e: CT Nº 00142/2026 - 30.03.26 - FABIOLA SOARES DE OLIVEIRA - R$ 367.250,00.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM
ADJUDICAÇÃO E RATIFICAÇÃO
DISPENSA Nº DP00014/2026

Nos termos dos elementos constantes da respectiva Exposição de Motivos que instrui o processo e observado o parecer da Assessoria Jurídica, referente a Dispensa de Licitação nº DP00014/2026, fundamentada no Art. 75, inciso III, alínea a, da Lei 14.133/21, que objetiva: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS (ITENS REMANESCENTES) PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE BELÉM–PB; ADJUDICO o seu objeto e RATIFICO o correspondente procedimento em favor de: ALDENIZA MARIA DE OLIVEIRA LIMA - R$ 90.040,50.

Belém - PB, 30 de Março de 2026

ALINE BARBOSA DE LIMA
Prefeita

PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM
EXTRATO DE CONTRATO

OBJETO: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS (ITENS REMANESCENTES) PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE BELÉM–PB. FUNDAMENTO LEGAL: Dispensa de Licitação nº DP00014/2026, nos termos do Art. 75, inciso III, alínea a, da Lei 14.133/21. DOTAÇÃO: Recursos não Vinculados de Impostos: 02.01 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO 04.122.0021.2006 MANTER AS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO 500 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS 3.3.90.30.01 MATERIAL DE CONSUMO 03.01 SECRETARIA DE FINANÇAS 04.123.0021.2007 MANTER AS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE FINANÇAS 500 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS 3.3.90.30.01 MATERIAL DE CONSUMO 04.01 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO 12.361.0188.2017 MANTER AS ATIVIDADES DO ENSINO FUDAMENTAL 500 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS 3.3.90.30.01 MATERIAL DE CONSUMO 12.361.0188.2017 MANTER AS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL 500 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS 3.3.90.30.01 MATERIAL DE CONSUMO 540 TRANSFERENCIAS DO FUNDEB – IMPOSTOS E TRANSFERENCIAS DE IMPOSTOS 3.3.90.30.01 MATERIAL DE CONSUMO 541 TRANSFERENCIAS DO FUNDEB – COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO – VAAF 3.3.90.30.01 MATERIAL DE CONSUMO 543 541 TRANSFERENCIAS DO FUNDEB – COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO – VAAR 3.3.90.30.01 MATERIAL DE CONSUMO 12.361.0188.2021 OPERACIONALIZAÇÃO DO PROGRAMA DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR 500 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS 3.3.90.30.01 MATERIAL DE CONSUMO 552 TRANSFERENCIAS DE RECURSOS DO FNDE REFERENTES AO PROGRAMA NACIONAL 3.3.90.30.01 MATERIAL DE CONSUMO 12.361.0185.2025 OPERACIONALIZAÇÃO DO PROGRAMA DE MERENDA EM CRECHE 500 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS 3.3.90.30.01 MATERIAL DE CONSUMO 552 TRANSFERENCIAS DE RECURSOS DO FNDE REFERENTES AO PROGRAMA NACIONAL 3.3.90.30.01 MATERIAL DE CONSUMO 06.01 SECRETARIA DE CULTURA 13.392.0021.2028 MANTER AS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE CULTURA 500 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS 3.3.90.30.01 MATERIAL DE CONSUMO 07.01 SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO, INFRA E TRANSPORTE 15.451.0021.2031 MANTER AS ATIVIDADES DA SEINFRA 500 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS 3.3.90.30.01 MATERIAL DE CONSUMO 08.01 SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE 20.606.0021.2034 MANTER AS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE 500 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS 3.3.90.30.01 MATERIAL DE CONSUMO 09.01 SECRETARIA MUNICIPAL DE MOBILIDADE URBANA – SEMOB 26782.0240.2086 MANTER AS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE MOBILIDADE URBANA 500 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS 3.3.90.30.01 MATERIAL DE CONSUMO 10.01 SECRETARIA MUNICIPAL DE COMUNICAÇÃO 24.131.0021.2087 MANTER A SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO 500 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS 3.3.90.30.01 MATERIAL DE CONSUMO 01.01FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL 08.122.0468.2045 MANTER AS ATIVIDADES DA GESTÃO ADMINISTRATIVA DO FMAS 500 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS 3.3.90.30.01 MATERIAL DE CONSUMO 08.243.0483.2050 MANTER AS ATIVIDADES DO CONSELHO TUTELAR 500 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS 3.3.90.30.01 MATERIAL DE CONSUMO 08.243.0483.2051 PRIMEIRA INFANCIA NO SUAS – PROGRAMA CRIANÇA FELIZ 660 TRANSFERENCIAS DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DE ASSISTENCIA SOCIAL 3.3.90.30.01 MATERIAL DE CONSUMO 08.244.0483.2043 BLOCO DE ATENÇÃO SOCIAL BÁSICA – CRAS/PAIF 660 TRANSFERENCIAS DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DE ASSISTENCIA SOCIAL 3.3.90.30.01 MATERIAL DE CONSUMO 08.244.0487.2053 BLOCO DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA – BL–PSB (SCFV) 661 TRANSFERENCIAS DE RECURSOS DOS FUNDOS ESTADUAIS DE ASSISTENCIA SOCIAL 3.3.90.30.01 MATERIAL DE CONSUMO 08.244.0487.20.54 MANTER OUTROS PROGRAMAS SOCIAIS 669 OUTROS RECURSOS VINCULADOS A ASSISTÊNCIA SOCIAL 3.3.90.30.01 MATERIAL DE CONSUMO 08.244.0487.2056 BLOCO DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE 660 TRANSFERENCIAS DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DE ASSISTENCIA SOCIAL 3.3.90.30.01 MATERIAL DE CONSUMO 08.244.0487.2082 GESTÃO DESCENTRALIZADA DO SUS – IGD – SUAS 660 TRANSFERENCIAS DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DE ASSISTENCIA SOCIAL 3.3.90.30.01 MATERIAL DE CONSUMO 08.30630478.2048 PROGRAMA DE DISTRIBUIÇÃO DE REFEIÇÕES A PESSOAS CARENTE 500 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS 3.3.90.30.01 MATERIAL DE CONSUMO 01.01FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE 10.301.0428.2061 MANTER AS ATIVIDADES DAS AÇÕES EM SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE 500 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS 3.3.90.30.01 MATERIAL DE CONSUMO 600 TRANSFERENCIAS FUNDO A FUNDO DE RECURSOS DO SUS PROVENIENTES DO GOVERNO FEDERAL 3.3.90.30.01 MATERIAL DE CONSUMO 10.302.0083.2067 CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSOCIAL – CAPS 500 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS 3.3.90.30.01 MATERIAL DE CONSUMO 600 TRANSFERENCIAS FUNDO A FUNDO DE RECURSOS DO SUS PROVENIENTES DO GOVERNO FEDERAL 3.3.90.30.01 MATERIAL DE CONSUMO 10.302.0083.2066 PROGRAMA DE ATENÇÃO EM MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE EM SAÚDE 600 TRANSFERENCIAS FUNDO A FUNDO DE RECURSOS DO SUS PROVENIENTES DO GOVERNO FEDERAL 3.3.90.30.01 MATERIAL DE CONSUMO 621 TRANSFERENCIAS FUNDO A FUNDO DE RECURSOS DO SUS PROVENIENTES DO GOVERNO ESTADUAL 3.3.90.30.01 MATERIAL DE CONSUMO. VIGÊNCIA: até o final do exercício financeiro de 2026. PARTES CONTRATANTES: Prefeitura Municipal de Belém e: CT Nº 00141/2026 - 30.03.26 - ALDENIZA MARIA DE OLIVEIRA LIMA - R$ 90.040,50.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VENTURA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO
CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CREDENCIAMENTO Nº 003/2026 – PMBV

O Município de Boa Ventura/PB, através da Secretaria de Administração, torna público o presente edital de chamada pública para CREDENCIAMENTO objetivando a CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CREDENCIAMENTO E FUTURA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA DIVULGAÇÃO DAS AÇÕES INSTITUCIONAIS EM RADIOFUSÃO, NA FORMA DE VEICULAÇÕES DE AÇÕES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VENTURA – PB. O Período de recebimento dos documentos para seleção IMEDIATA será a partir do dia 31/03/2026, a partir das 14:00, devendo ser protocolado na sede do setor de contratações da Prefeitura Municipal de Boa Ventura/PB. Cópia do Edital e seus anexos poderão ser obtidos no Portal da Transparência da Prefeitura Municipal de Boa Ventura: https://boaventura.pb.gov.br/acesso-a-informacao/licitacoes ou por e-mail (licitacopmboaventura1@gmail.com), a partir da publicação deste aviso.

Boa Ventura - PB, 30 de março de 2026.

SASKYA MORETI INÁCIO CABRAL
Secretária Municipal de Administração

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM SUCESSO
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 00004/2026

Torna público que fará realizar através do Pregoeiro Oficial e Equipe de Apoio, sediada na Rua Vereador Eudes Felix de Sousa, S/N - Izaura Veras Diniz - Bom Sucesso - PB, às 13:30 horas do dia 10 de Abril de 2026, licitação modalidade Pregão Presencial, do tipo menor preço, para: Contratação de empresa para o fornecimento contínuo de carne bovina destinadas ao atendimento das demandas do calendário oficial de eventos do Município de Bom Sucesso/PB. Recursos: previstos no orçamento vigente. Fundamento legal: Lei Federal nº 14.133/21; Lei Complementar nº 123/06; Decreto Municipal nº 019/22; Decreto Municipal nº 037/23; Decreto Municipal nº 038/23; Decreto Municipal nº 039/23; Decreto Municipal nº 041/23; Decreto Municipal nº 042/23; Decreto Municipal nº 0042/23; Decreto Municipal nº 044/23; Decreto Municipal nº 045/23; e legislação pertinente, consideradas as alterações posteriores das referidas normas. Informações: no horário das 07:00 as 13:00 horas dos dias úteis, no endereço supracitado. Telefone: (83) 3448–1007. E-mail: licitacao@bomsucesso.pb.gov.br. Edital: www.bomsucesso.pb.gov.br; www.tce.pb.gov.br; www.gov.br/pncp.

Bom Sucesso - PB, 27 de Março de 2026

ERICK FERREIRA DE SOUSA
Pregoeiro Oficial

PREFEITURA MUNICIPAL DE BORBOREMA
EXTRATO DE CONTRATO

OBJETO: Contratação de empresa de engenharia civil para Reforma do Mercado Público, localizado na Rua Antônio Ribeiro da Silva, zona urbana deste Município, conforme Convênio nº 0001/2026, firmado com o Fundo de Desenvolvimento do Estado da Paraíba. FUNDAMENTO LEGAL: Concorrência Eletrônica nº 00003/2026. DOTAÇÃO: Recursos não Vinculados de Impostos e Convênio nº 0001/2026, firmado com o Fundo de Desenvolvimento do Estado da Paraíba: 20.500 SECRETARIA DE AGRICULTURA 20 606 2007 1009 Construção/Reforma e/ou Ampliação Prédios em Geral 20 606 2007 1016 Construção e/ou Reforma de Prédios da Sec. de Agricultura 4490.51 99 Obras e Instalações. VIGÊNCIA: até o final do exercício financeiro de 2026. PARTES CONTRATANTES: Prefeitura Municipal de Borborema e: CT Nº 00074/2026 - 30.03.26 - AFA ENGENHARIA LTDA - CNPJ 61.494.889/0001-03 - R$ 1.215.233,53 (milhão duzentos e quinze mil duzentos e trinta e três reais e cinquenta e três centavos).

PREFEITURA MUNICIPAL DE BORBOREMA
ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 00003/2026

Nos termos do relatório final apresentado pelo Agente de Contratação e observado parecer da Assessoria Jurídica, referente a Concorrência Eletrônica nº 00003/2026, que objetiva: Contratação de empresa de engenharia civil para Reforma do Mercado Público, localizado na Rua Antônio Ribeiro da Silva, zona urbana deste Município, conforme Convênio nº 0001/2026, firmado com o Fundo de Desenvolvimento do Estado da Paraíba; ADJUDICO o objeto e HOMOLOGO a licitação, com base nos elementos constantes do processo correspondente, os quais apontam como proponente vencedor: AFA ENGENHARIA LTDA - CNPJ: 61.494.889/0001-03 - R$ 1.215.233,53.

Borborema - PB, 27 de março de 2026

JOSÉ AMÂNCIO DA FONSECA RAMALHO
Prefeito

PREFEITURA MUNICIPAL DE CALDAS BRANDÃO
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGAO LEI 14.133/21 - N. º 007/2026 SRP

A PREFEITURA MUNICIPAL DE CALDAS BRANDAO, torna público para conhecimento dos interessados nos termos da Lei 14.133/21 e suas alterações, Lei complementar n.º 123/2006 alterações, bem como toda legislação correlata, que realizará licitação que ocorrerá as 10:00 horas do dia 14 de Abril de 2026, tendo como objetivo: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DIVERSOS; Para maiores informações e-mail: caldasbrandaolicitacao@gmail.com; https://pncp.gov.br/app/editais?pagina=1; https://tramita.tce.pb.gov.br/tramita/pages/main.jsf.

Caldas Brandão, 30 de março de 2026

WESLLEY HUDSON CLAUDINO SANTOS
Agente de Contratação

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONDADO
AVISO DE CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CREDENCIAMENTO Nº 00002/2026

O Município de Condado TORNA PÚBLICO que fará realizar, às 11h:00min do dia 13 de abril de 2026 ou ainda em qualquer tempo pelo período de 365 dias, neste Município, Pedidos de Credenciamento objetivando o credenciamento de postos de revenda de combustíveis para fornecimento parcelado de combustíveis, destinado a manutenção da frota de veículos do município de Condado/PB, de acordo com os critérios e condições estabelecidos no Termo de Referência, nos termos da Lei 14.133/2021, por meio do Edital de Chamamento Público nº 00002/2026. A íntegra do edital está disponível nos seguintes endereços eletrônicos: www.condado.pb.gov.br; www.tce.pb.gov.br; www.gov.br/pncp.

Condado/PB, 30 de março de 2026.

MARCÍLIO JORGE BATISTA DE LACERDA
Agente de Contratação

PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZ DO ESPÍRITO SANTO
AVISO DE LICITAÇÃO
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 00009/2026

Torna público que fará realizar através da Comissão de Contratação, sediada na Praça dos Três Poderes, S/N - Centro - Cruz do Espírito Santo - PB, por meio do site www.bll.org.br/, licitação modalidade Concorrência Eletrônica, do tipo menor preço, para: CONSTRUÇÃO DE 20 UNIDADES DE CASAS HABITACIONAIS PADRÃO ESPELHADAS NO MUNICIPIO DE CRUZ DO ESPIRITO SANTO–PB, PROGRAMA PARCEIRO DE HABITAÇÃO (FNHIS SUB 50). Abertura da sessão pública: 13:00 horas do dia 27 de abril de 2026. Início da fase de lances: 13:30 horas do dia 27 de abril de 2026. Referência: horário de Brasília - DF. Recursos: previstos no orçamento vigente. Fundamento legal: Lei Federal nº 14.133/21; Lei Complementar nº 123/06; e legislação pertinente, consideradas as alterações posteriores das referidas normas. Informações: das 08:00 as 13:00 horas dos dias úteis, no endereço supracitado. Telefone: (083) 3142–1265. E-mail: licitacao@cruzdoespiritosanto.pb.gov.br. Edital: www.cruzdoespiritosanto.pb.gov.br; www.tce.pb.gov.br; www.bll.org.br/

Cruz do Espírito Santo - PB, 30 de março de 2026

JOYCE REGINA CRISTOVÃO DA SILVA
Presidente da Comissão

PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZ DO ESPÍRITO SANTO
AVISO DE LICITAÇÃO
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 00007/2026

Torna público que fará realizar através da Comissão de Contratação, sediada na Praça dos Três Poderes, S/N - Centro - Cruz do Espírito Santo - PB, por meio do site www.bll.org.br/, licitação modalidade Concorrência Eletrônica, do tipo menor preço, visando formar Sistema de Registro de Preços objetivando contratações futuras, para: Construção de Passagens Molhadas em Áreas Rurais das Localidades Campos Sementes e Mudas, Engenho São Paulo e Santana 1, no Município de Cruz do Espírito Santo. Abertura da sessão pública: 14:00 horas do dia 24 de abril de 2026. Início da fase de lances: 14:30 horas do dia 24 de abril de 2026. Referência: horário de Brasília - DF. Recursos: previstos no orçamento vigente. Fundamento legal: Lei Federal nº 14.133/21; Lei Complementar nº 123/06; Decreto Federal nº 11.462/23; e legislação pertinente, consideradas as alterações posteriores das referidas normas. Informações: das 08:00 as 13:00 horas dos dias úteis, no endereço supracitado. Telefone: (083) 3142–1265. E-mail: licitacao@cruzdoespiritosanto.pb.gov.br. Edital: www.cruzdoespiritosanto.pb.gov.br; www.tce.pb.gov.br; www.bll.org.br/.

Cruz do Espírito Santo - PB, 25 de fevereiro de 2026

JOYCE REGINA CRISTOVÃO DA SILVA
Presidente da Comissão

PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZ DO ESPÍRITO SANTO
AVISO DE LICITAÇÃO
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 00008/2026

Torna público que fará realizar através da Comissão de Contratação, sediada na Praça dos Três Poderes, S/N - Centro - Cruz do Espírito Santo - PB, por meio do site www.bll.org.br/, licitação modalidade Concorrência Eletrônica, do tipo menor preço, para: Construção de 25 unidades habitacionais padrão espelhadas no Município de Cruz do Espírito Santo – PB, de acordo com o Programa Parceiro da Habitação (FNHIS Sub 50) convênio nº 970261. Abertura da sessão pública: 13:00 horas do dia 24 de Abril de 2026. Início da fase de lances: para ocorrer nessa mesma sessão pública. Referência: horário de Brasília - DF. Recursos: previstos no orçamento vigente. Fundamento legal: Lei Federal nº 14.133/21; Lei Complementar nº 123/06; e legislação pertinente, consideradas as alterações posteriores das referidas normas. Informações: das 08:00 as 13:00 horas dos dias úteis, no endereço supracitado. Telefone: (083) 3142–1265. E-mail: licitacao@cruzdoespiritosanto.pb.gov.br. Edital: www.cruzdoespiritosanto.pb.gov.br; www.tce.pb.gov.br; www.bll.org.br/.

Cruz do Espírito Santo - PB, 30 de março de 2026

JOYCE REGINA CRISTÓVÃO DA SILVA
Presidenta da Comissão

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUITÉ DE MAMANGUAPE
EXTRATO DE TERMO DE SUBSTITUIÇÃO DE VEÍCULO
CONTRATO Nº: 00042/2025-SDC

ORIGEM: Pregão Presencial nº 00002/2025

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Cuité de Mamanguape

CONTRATADA: 58.644.876 JOSE SILVA DOS SANTOS – CNPJ nº 58.644.876/0001-50. **OBJETO**: Substituição do veículo vinculado ao Contrato nº 00042/2025-SDC, referente à locação de veículo tipo passeio, sem motorista, destinado ao atendimento das demandas operacionais da Secretaria Municipal de Educação e demais órgãos municipais. VEÍCULO SUBSTITUÍDO: RENAULT/SANDERO EXPR 1.6 – Placa QFD2518. VEÍCULO SUBSTITUTO: FIAT/SIENA Placa: MOU9B05 Ano/Modelo: 2008/2009 Cor: PRETA. FUNDAMENTO LEGAL: Lei nº 14.133/2021. DATA DA ASSINATURA: 23/02/2026.

Cuité de Mamanguape – PB, 23 de Fevereiro de 2026.

HELIO SEVERINO DE SOUZA
Prefeito

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURRAL DE CIMA
AVISO DE LICITAÇÃO
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 00004/2026

Torna público que fará realizar através do Agente de Contratação e Equipe de Apoio, sediada na Rua Josefa Eugênia, S/N - Centro - Curral de Cima - PB, por meio do site www.portaldecompraspublicas.com.br, licitação modalidade Concorrência Eletrônica, do tipo menor preço, para: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM CONSTRUÇÃO CIVIL PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE CONSTRUÇÃO DO COMPLEXO HABITACIONAL DE CURRAL DE CIMA/PB, CONTENDO 20 UNIDADES HABITACIONAIS E INFRAESTRUTURA DO COMPLEXO (PAVIMENTAÇÃO EM PARALELEPÍPEDOS E PASSEIOS ACESSÍVEIS), CONFORME CONTRATO DE REPASSE 1103932–63 E CONVÊNIO 987223 DO MINISTÉRIO DAS CIDADES/CAIXA. Abertura da sessão pública: 10:00 horas do dia 17 de Abril de 2026. Início da fase de lances: 10:10 horas do dia 17 de Abril de 2026. Referência: horário de Brasília - DF. Recursos: previstos no orçamento vigente. Fundamento legal: Lei Federal nº 14.133/21; Lei Complementar nº 123/06; Instrução Normativa nº 73 SEGES/ME/22; e legislação pertinente, consideradas as alterações posteriores das referidas normas. Informações: das 08:00 Às 12:00 horas dos dias úteis, no endereço supracitado. Telefone: (83) 998608455. E-mail: licitacaocurraldecima@gmail.com. Edital: https://curraldecima.pb.gov.br/transparencia; www.tce.pb.gov.br; www.portaldecompraspublicas.com.br; www.gov.br/pncp.

Curral de Cima - PB, 30 de Março de 2026

RODOLFO BARBOSA COSTA
Agente de Contratação

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURRAL DE CIMA
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00004/2026

Torna público que fará realizar através do Pregoeiro Oficial e Equipe de Apoio, sediada na Rua Josefa Eugênia, S/N - Centro - Curral de Cima - PB, por meio do site www.portaldecompraspublicas.com.br, licitação modalidade Pregão Eletrônico, do tipo menor preço, visando formar Sistema de Registro de Preços objetivando contratações futuras, para: Contratação de empresa especializada para o fornecimento e recarga de Gás Liquefeito de Petróleo (GLP) em botijão de 13 kg, destinados à Secretaria Municipal de Assistência Social, para atendimento do Programa Gás em Casa. Abertura da sessão pública: 09:00 horas do dia 15 de Abril de 2026. Início da fase de lances: 09:10 horas do dia 15 de Abril de 2026. Referência: horário de Brasília - DF. Recursos: previstos no orçamento vigente. Fundamento legal: Lei Federal nº 14.133/21; Lei Complementar nº 123/06; Decreto Federal nº 11.462/23; Instrução Normativa nº 73 SEGES/ME/22; e legislação pertinente, consideradas as alterações posteriores das referidas normas. Informações: das 08:00 Às 12:00 horas dos dias úteis, no endereço supracitado. Telefone: (83) 998608455. E-mail: licitacaocurraldecima@gmail.com. Edital: https://curraldecima.pb.gov.br/transparencia; www.tce.pb.gov.br; www.portaldecompraspublicas.com.br; www.gov.br/pncp.

Curral de Cima - PB, 30 de Março de 2026

RODOLFO BARBOSA COSTA
Pregoeiro Oficial

PREFEITURA MUNICIPAL DE DONA INÊS
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00035/2026

Torna público que fará realizar através do Pregoeiro Oficial e Equipe de Apoio, sediada na Avenida Major Augusto Bezerra, 02 - Centro - Dona Ines - PB, por meio do site www.portaldecompraspublicas.com.br, licitação modalidade Pregão Eletrônico, do tipo menor preço, para: Aquisição de materiais de laboratório, para atender as necessidades do laboratório municipal, visando garantir o acesso da população usuária aos exames laboratoriais, pois os mesmos são de extrema importância na atividade clínica. Exercício 2026. Abertura da sessão pública: 08:00 horas do dia 10 de Abril de 2026. Início da fase de lances: para ocorrer nessa mesma sessão pública. Referência: horário de Brasília - DF. Recursos: previstos no orçamento vigente. Fundamento legal: Lei Federal nº 14.133/21; Lei Complementar nº 123/06; Instrução Normativa nº 73 SEGES/ME/22; e legislação pertinente, consideradas as alterações posteriores das referidas normas. Informações: das 07:30 as 11:30 horas dos dias úteis, no endereço supracitado. Telefone: (53) 97120441. E-mail: licitacao@pmdonaines.pb.gov.br. Edital: www.pmdonaines.pb.gov.br; www.tce.pb.gov.br; www.portaldecompraspublicas.com.br; www.gov.br/pncp.

Dona Ines - PB, 27 de Março de 2026

MARIA GORETE DA SILVA
Pregoeiro Oficial

PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPERANÇA
RATIFICAÇÃO
ADESÃO REGISTRO DE PREÇOS Nº AD00003/2026

Nos termos dos elementos constantes da respectiva Exposição de Motivos que instrui o processo e observado o parecer da Assessoria Jurídica, referente a Adesão Registro de Preços nº AD00003/2026, que objetiva: Adesão à Ata de Registro de Preços nº 026/2024, do Município de Lagarto/SE, visando à contratação de empresa especializada para fornecimento de sistema de gestão educacional em plataforma SaaS, incluindo implantação, treinamento e suporte técnico, para atender às necessidades da Secretaria Municipal de Educação de Esperança/PB; RATIFICO o correspondente procedimento em favor de: SOGO TECNOLOGIA E SERVICOS S/A - R$ 723.078,44.

Esperança - PB, 30 de Março de 2026

THIAGO DE ASSIS MORAES
Prefeito

PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPERANÇA
EXTRATO DE CONTRATO

OBJETO: Adesão à Ata de Registro de Preços nº 026/2024, do Município de Lagarto/SE, visando à contratação de empresa especializada para fornecimento de sistema de gestão educacional em plataforma SaaS, incluindo implantação, treinamento e suporte técnico, para atender às necessidades da Secretaria Municipal de Educação de Esperança/PB.

FUNDAMENTO LEGAL: Adesão Registro de Preços nº AD00003/2026 - Ata de Registro de Preços nº 024/2024, decorrente do processo licitatório modalidade Pregão Eletrônico nº 05/2024, realizado pela PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGARTO – SE.

DOTAÇÃO: Órgão: 2007 – Secretaria de Educação e Cultura Unidade Orçamentária: Secretaria de Educação e Cultura Função: 12 – Educação Subfunção: 361 – Ensino Fundamental Programa: 1003 – Desenvolvimento do Ensino Ação: 2015 – Manutenção das Atividades do Ensino Fundamental – MDE Elemento de Despesa: 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica Fonte de Recursos: 500

VIGÊNCIA: até 30/03/2027.

PARTES CONTRATANTES: Prefeitura Municipal de Esperança e:

CT Nº 00157/2026 - 30.03.26 - SOGO TECNOLOGIA E SERVICOS S/A - R$ 723.078,44.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPERANÇA
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00020/2026

Torna público que fará realizar através do Pregoeiro Oficial e Equipe de Apoio, sediada na Rua Antenor Navarro, 837 - Centro - Esperança - PB, por meio do site www.portaldecompraspublicas.com.br, licitação modalidade Pregão Eletrônico, do tipo menor preço, visando formar Sistema de Registro de Preços objetivando contratações futuras, para: Contratação de empresa especializada para o fornecimento parcelado de materiais odontológicos, destinados a atender as necessidades da rede pública de saúde do Município de Esperança, incluindo as Unidades Básicas de Saúde (UBS), Centro de Especialidade Odontológica (CEO) e demais serviços vinculados à Secretaria Municipal de Saúde. Abertura da sessão pública: 09:00 horas do dia 13 de Abril de 2026. Início da fase de lances: 09:10 horas do dia 13 de Abril de 2026. Referência: horário de Brasília - DF. Recursos: previstos no orçamento vigente. Fundamento legal: Lei Federal nº 14.133/21; Lei Municipal nº 2400/24; Lei Complementar nº 123/06; Instrução Normativa nº 73 SEGES/ME/22; e legislação pertinente, consideradas as alterações posteriores das referidas normas. Informações: das 08h00min Às 12h00min dos dias úteis, no endereço supracitado. Telefone: (83) 3361–3801. E-mail: lictacaopme25@gmail.com. Edital: https://portal.tce.pb.gov.br/aplicativos/sagres/; www.portaldecompraspublicas.com.br; www.gov.br/pncp.

Esperança - PB, 30 de Março de 2026

RAGDE DE ALMEIDA BATISTA
Pregoeiro Oficial

PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPERANÇA
EXTRATO DE CONTRATO

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENCENAÇÃO TEATRAL, PARA APRESENTAÇÃO DO ESPETÁCULO "PAIXÃO DE CRISTO", EM CELEBRAÇÃO À SEMANA SANTA, COM EXIBIÇÃO NOS DIAS 02 E 03 DE ABRIL DE 2026, NO MUNICÍPIO DE ESPERANÇA – PB. FUNDAMENTO LEGAL: Inexigibilidade de Licitação nº IN00014/2026, nos termos do Art. 74, inciso II, da Lei 14.133/21. VIGÊNCIA: até o final do exercício financeiro de 2026. PARTES CONTRATANTES: Prefeitura Municipal de Esperança e: CT Nº 00137/2026 - 25.03.26 - 21.971.896 ALLEF CONNERY FERREIRA CAMARA MARTINS - R$ 20.000,00.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPERANÇA
AVISO DE ADIAMENTO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00019/2026

O Pregoeiro Oficial comunica o adiamento da abertura da sessão pública do Pregão Eletrônico nº 00019/2026, para o dia 13 de Abril de 2026 às 08:30 horas; e do início da fase de lances para ocorrer nessa mesma sessão pública. Referência: horário de Brasília - DF. Informações: das 08h00min Às 12h00min dos dias úteis, na Rua Antenor Navarro, 837 - Centro - Esperança - PB. Telefone: (83) 3361–3801. E-mail: licitacoespme25@gmail.com.

Site: www.portaldecompraspublicas.com.br

Esperança - PB, 31 de Março de 2026

RAGDE DE ALMEIDA BATISTA
Pregoeiro Oficial

PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPERANÇA
EXTRATO DE ADITIVO

OBJETO: Adesão à Ata de Registro de Preços oriunda do Processo Licitatório que tem por objeto o registro de preços para eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviços de confecção de material gráfico, destinados a atender às demandas administrativas, institucionais e de comunicação da Prefeitura Municipal de São Vicente do Seridó, conforme condições, quantidades, especificações e exigências estabelecidas no edital e seus anexos. FUNDAMENTO LEGAL: Adesão a Registro de Preço nº AD00005/2026. ADITAMENTO: Ajuste no quantitativo para adequação à demanda. PARTES CONTRATANTES: Prefeitura Municipal de Esperança e: CT Nº 00049/2026 - E a David de Medeiros Ltda - 1º Aditivo - acréscimo de R$ 109.737,50. ASSINATURA: 30.03.26

PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPERANÇA
EXTRATO DE ADITIVO

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS CONSIGNADO EM ATA, PARA EVENTUALCONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE MATERIAL DEEXPEDIENTE E DESCARTÁVEIS, VISANDO ATENDER AS NECESSIDADES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE BAYEUX - PB. FUNDAMENTO LEGAL: Adesão a Registro de Preço nº AD00005/2025. ADITAMENTO: Ajuste no quantitativo para adequação à demanda. PARTES CONTRATANTES: Prefeitura Municipal de Esperança e: CT Nº 00190/2025 - E a David de Medeiros Ltda - 1º Aditivo - acréscimo de R$ 2.350,00. ASSINATURA: 30.03.26

PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPERANÇA
EXTRATO DE ADITIVO

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE ASSESSORIA NO MONITORAMENTO DOS CONVENIOS DO MUNICIPIO, REALIZAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS, VIA SICONN, FNS (FUNDO NACIONAL DE SAÚDE) FNDE (FUNDO NACIONAL DE EDUCAÇAO) SGI PACTO E OUTROS CONVENIOS FIRMADO COM O GOVERNO ESTADUAL E GOVERNO FEDERAL. FUNDAMENTO LEGAL: Inexigibilidade nº IN00005/2025. ADITAMENTO: Dar continuidade a execução do objeto contratado. PARTES CONTRATANTES: Prefeitura Municipal de Esperança e: CT Nº 00006/2025 - Sandra R R Simoes Servicos - 1º Aditivo - prorroga o prazo por mais 12 meses. ASSINATURA: 08.01.26

PREFEITURA MUNICIPAL DE GADO BRAVO
RATIFICAÇÃO E ADJUDICAÇÃO
DISPENSA Nº DP00043/2025

Nos termos dos elementos constantes da respectiva Exposição de Motivos que instrui o processo e observado o parecer da Assessoria Jurídica, referente a Dispensa de Licitação nº DP 00043/2025, que objetiva: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA ELABORAÇÃO DE PROJETOS COMPLEMENTARES E ELABORAÇÃO DE PLANILHA ORÇAMENTÁRIA DE OBRA PARA A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO; RATIFICO o correspondente procedimento e ADJUDICO o seu objeto a: JL SOLUCOES EM ENGENHARIA CIVIL - R$ 52.000,00.

Gado Bravo - PB, 23 de dezembro de 2025

MARCELO PAULINO DA SILVA
Prefeito

PREFEITURA MUNICIPAL DE GADO BRAVO
EXTRATO DE CONTRATO

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA ELABORAÇÃO DE PROJETOS COMPLEMENTARES E ELABORAÇÃO DE PLANILHA ORÇAMENTÁRIA DE OBRA PARA A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO. FUNDAMENTO LEGAL: Dispensa de Licitação nº DP00043/2025, nos termos do Art. 74, inciso II, da Lei 14.133/21. DOTAÇÃO: 02.010 SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA. CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL: 15.122.1003.2020 – MANTER AS ATIVIDADES DE INFRAESTRUTURA. ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.39 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA 2006 - SECRETARIA DE EDUCACAO 2006.12.361.1005.1003 - CONSTRUÇÃO AMPLIAÇÃO E REFORMA DE ESCOLAS 4.4.90.39.00.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA. VIGÊNCIA: até 23/06/2026. PARTES CONTRATANTES: Prefeitura Municipal de Gado Bravo e: CT Nº 14601/2025 - 23.12.25 - JL SOLUCOES EM ENGENHARIA CIVIL - R$ 52.000,00.

PREFEITURA MUNICIPAL DE GADO BRAVO
ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00014/2026

Nos termos do relatório final apresentado pelo Pregoeiro e observado parecer da Assessoria Jurídica, referente ao Pregão Eletrônico nº 00014/2026, que objetiva: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O ARRENDAMENTO DE BENS MOVÉIS PARA LOCOMOÇÃO DE ALUNOS, DA REDE MUNICIPAL E ESTADUAL DE ENSINO, DESTA MUNICIPALIDADE, ACORDO COM O TERMO DE REFERÊNCIA; ADJUDICO o objeto e HOMOLOGO a licitação, com base nos elementos constantes do processo correspondente, os quais apontam como proponente vencedor: AW TRANSPORTES E SERVIÇOS LTDA - R$ 2.542.047,00.

Gado Bravo - PB, 27 de Março de 2026

MARCELO PAULINO DA SILVA
Prefeito

PREFEITURA MUNICIPAL DE GADO BRAVO
EXTRATO DE CONTRATO

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O ARRENDAMENTO DE BENS MOVÉIS PARA LOCOMOÇÃO DE ALUNOS, DA REDE MUNICIPAL E ESTADUAL DE ENSINO, DESTA MUNICIPALIDADE, ACORDO COM O TERMO DE REFERÊNCIA. FUNDAMENTO LEGAL: Pregão Eletrônico nº 00014/2026. DOTAÇÃO: Recursos não Vinculados de Impostos: : RECURSOS FEDERAL E PRÓPRIOS DO MUNICÍPIO DE GADO BRAVO: 02.006 SEC. DE EDUCAÇÃO 12 361 1005 2012 MANTER AS ATIVIDADES DO TRANSPORTE ESCOLAR ELEMENTO DE DESPESA: 33.90.36 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA FÍSICA 33.90.39 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA. VIGÊNCIA: até 30/03/2027. PARTES CONTRATANTES: Prefeitura Municipal de Gado Bravo e: CT Nº 03401/2026 - 30.03.26 - AW TRANSPORTES E SERVIÇOS LTDA - R$ 2.542.047,00.

PREFEITURA MUNICIPAL DE GURINHÉM
ADJUDICAÇÃO E RATIFICAÇÃO
INEXIGIBILIDADE Nº IN00002/2026

Nos termos dos elementos constantes da respectiva Exposição de Motivos que instrui o processo e observado o parecer da Assessoria Jurídica, referente a Inexigibilidade de Licitação nº IN00002/2026, fundamentada no Art. 74, inciso III, alínea a, da Lei 14.133/21, que objetiva: CONTRATAÇÃO EMPRESA DE ENGENHARIA E PROJETO PARA ELABORAÇÃO DE ESTUDOS TÉCNICOS, LAUDOS E PROJETOS PARA IMPLANTAÇÃO E PROJETOS EXECUTIVOS DE UNIDADES HABITACIONAIS DO PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA. FUNDO NACIONAL DE HABITAÇÃO E INTERESSE SOCIAL – FNHIS NA CIDADE DE GURINHÉM – PB; ADJUDICO o seu objeto e RATIFICO o correspondente procedimento em favor de: RUAN CARLOS COSTA FERNANDES LOPES LTDA - R$ 211.000,00.

Gurinhém - PB, 04 de Fevereiro de 2026

TARCISIO SAULO DE PAIVA
Prefeito

PREFEITURA MUNICIPAL DE GURINHÉM
EXTRATO DE CONTRATO

OBJETO: CONTRATAÇÃO EMPRESA DE ENGENHARIA E PROJETO PARA ELABORAÇÃO DE ESTUDOS TÉCNICOS, LAUDOS E PROJETOS PARA IMPLANTAÇÃO E PROJETOS EXECUTIVOS DE UNIDADES HABITACIONAIS DO PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA. FUNDO NACIONAL DE HABITAÇÃO E INTERESSE SOCIAL – FNHIS NA CIDADE DE GURINHÉM – PB. FUNDAMENTO LEGAL: Inexigibilidade de Licitação nº IN00002/2026, nos termos do Art. 74, inciso III, alínea a, da Lei 14.133/21. DOTAÇÃO: 3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURIDICA. VIGÊNCIA: até 04/02/2027. PARTES CONTRATANTES: Prefeitura Municipal de Gurinhém e: CT Nº 00006/2026 - 04.02.26 - RUAN CARLOS COSTA FERNANDES LOPES LTDA - R$ 211.000,00.

PREFEITURA MUNICIPAL DE INGÁ
AVISO DE ADIAMENTO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00008/2026

O Pregoeiro Oficial comunica o adiamento da abertura da sessão pública do Pregão Eletrônico nº 00008/2026, para o dia 16 de Abril de 2026 às 10:00 horas; e do início da fase de lances para o dia 16 de Abril de 2026 às 10:05 horas. Referência: horário de Brasília - DF. Informações: das 08:00 as 12:00 horas dos dias úteis, na Praça Vila do Imperador, 160 - Centro - Ingá - PB. E-mail: licitacao@inga.pb.gov.br.

Site: www.portaldecompraspublicas.com.br

Ingá - PB, 30 de Março de 2026

CLEBERTO DE SOUZA ARAÚJO ANDRADE
Pregoeiro Oficial

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITABAIANA
EXTRATO DE CONTRATO
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 00003/2026

OBJETO: Contratação de Empresa Especializada para execução das obras de construção de unidades habitacionais – 25 unidades habitacionais – MCMV, no Município de Itabaiana PB, com recursos oriundos de convênio federal 974457/2024.

FUNDAMENTO LEGAL: Concorrência Eletrônica nº 00003/2026.

DOTAÇÃO: RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS: 09.00 SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – SEMAS 16.482.2003.1009 CONSTRUIR UNIDADES HABITACIONAIS DE INTERESSE SOCIAL 700 OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS OU INSTRUMENTOS CONGÊNERES DA UNIÃO 4.4.90.51.01 OBRAS E INSTALAÇÕES – 3.249.000,00 CONVÊNIO FEDERAL Nº 974457/2024.

VIGÊNCIA: até 20/04/2027.

PARTES CONTRATANTES: Prefeitura Municipal de Itabaiana e:

CT Nº 00112/2026 - 26.03.26 - MALOG CONSTRUCOES E SERVICOS LTDA - CNPJ 08.597.968/0001-59 - R$ 2.465.391,04 (dois milhões quatrocentos e sessenta e cinco mil trezentos e noventa e um reais e quatro centavos).

Itabaiana, 30 de Março de 2026.

JOSÉ CLAUDIO CHAVES CAVACANTE NETO
PREFEITO

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOROROCA
EXTRATO DE CONTRATO

OBJETO: AQUISIÇÃO PARCELADA DE ÁGUA MINERAL POTÁVEL, SEM GÁS, ACONDICIONADA EM GARRAFÕES DE 20 LITROS RETORNÁVEL E EMBALAGENS DE 500ML NÃO RETORNÁVEL, DESTINADA A ATENDER AS NECESSIDADES DO GABINETE DO PRFEITO, DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS E ORGÃOS VINCULADOS, CONFORME A DEMANDA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, DURANTE O PERÍODO CONTRATUAL, NOS TERMOS E CONDIÇOES ESTABELECIDOS NO EDITAL E SEUS ANEXOS. FUNDAMENTO LEGAL: Dispensa de Licitação nº DV00013/2026, nos termos do Art. 75, inciso II, da Lei 14.133/21. DOTAÇÃO: Recursos não Vinculados de Impostos: 02.000 Gabinete do Prefeito 03.000 Secretaria de Administração e Recursos Humanos 04.000 Secretaria da Receita 05.000 Secretaria de Educação 05.000 Secretaria de Educação 07.000 Secretaria de Assistência Social 08.000 Secretaria de Infraestrutura e Urbanismo 09.090 Procuradoria Juridica Geral 10.100 Controladoria Interna 11.110 Sec Mun de Agricultura, Pecuaria e Desenv. Agrario 12.120 Fundo Municipal de Saude de Itapororoca 14.000 Secretaria Municipal de Turismo, Eventos, Esporte e Cultura 15.000 Secretaria de Planejamento e Politicas Publicas 16.000 Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos 17.000 Secretaria Municipal de Segurança, Defesa Civil e Trânsito 18.000 Secretaria Municipal de Transportes 20.000 Secretaria Municipal de Obras 21.000 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL 3390.30 MATERIAL DE CONSUMO. VIGÊNCIA: até o final do exercício financeiro de 2026. PARTES CONTRATANTES: Prefeitura Municipal de Itapororoca e: CT Nº 00122/2026 - 30.03.26 - 18.447.837 ANDRE LUIZ SALES SILVA - R$ 51.600,00.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOROROCA
ADJUDICAÇÃO E RATIFICAÇÃO
DISPENSA Nº DV00016/2026

Nos termos dos elementos constantes da respectiva Exposição de Motivos que instrui o processo e observado o parecer da Assessoria Jurídica, referente a Dispensa de Licitação nº DV00016/2026, fundamentada no Art. 75, inciso I, da Lei 14.133/21, que objetiva: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PERFURAÇÃO DE POÇOS ARTESIANOS NO MUNICÍPIO DE ITAPOROROCA COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS E SERVIÇOS, EQUIPAMENTOS E EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DOS SERVIÇOS NECESSÁRIOS À SUA COMPLETA INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO; ADJUDICO o seu objeto e RATIFICO o correspondente procedimento em favor de: H V DE ARAUJO PERFURACOES - R$ 124.300,00.

Itapororoca - PB, 26 de Março de 2026

JOÃO BATISTA SANTOS DA SILVA
Prefeito

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOROROCA
GESTOR E FISCAL DO CONTRATO
DISPENSA Nº DV00016/2026

Nos termos da norma vigente e observado o disposto no respectivo processo, que objetiva: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PERFURAÇÃO DE POÇOS ARTESIANOS NO MUNICÍPIO DE ITAPOROROCA COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS E SERVIÇOS, EQUIPAMENTOS E EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DOS SERVIÇOS NECESSÁRIOS À SUA COMPLETA INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO; DESIGNO os servidores Severino do Ramo Nascimento dos Santos, Secretário, como Gestor; e Antonio Dionízio da Silva, Func. Publico, para Fiscal Técnico do contrato: decorrente do procedimento de Dispensa de Licitação nº DV00016/2026, com as competentes atribuições nos termos da norma vigente, especialmente para coordenar as atividades relacionadas à fiscalização e acompanhar e fiscalizar a execução do referido contrato.

Itapororoca - PB, 26 de Março de 2026

JOÃO BATISTA SANTOS DA SILVA
Prefeito

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOROROCA
RATIFICAÇÃO
ADESÃO REGISTRO DE PREÇOS Nº AD00002/2026

Nos termos dos elementos constantes da respectiva Exposição de Motivos que instrui o processo e observado o parecer da Assessoria Jurídica, referente a Adesão Registro de Preços nº AD00002/2026, que objetiva: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE AMPLIAÇÃO, MELHORIA E MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DO SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA, COM REPOSIÇÃO DE PEÇAS, ATRAVÉS DA TABELA SINAPI, EM TODO MUNICÍPIO; RATIFICO o correspondente procedimento em favor de: LUMINUS COMERCIO E SERVICOS LTDA - R$ 1.200.000,00.

Itapororoca - PB, 18 de Março de 2026

JOÃO BATISTA SANTOS DA SILVA
Prefeito

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOROROCA
GESTOR E FISCAL DO CONTRATO
ADESÃO REGISTRO DE PREÇOS Nº AD00002/2026

Nos termos da norma vigente e observado o disposto no respectivo processo, que objetiva: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE AMPLIAÇÃO, MELHORIA E MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DO SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA, COM REPOSIÇÃO DE PEÇAS, ATRAVÉS DA TABELA SINAPI, EM TODO MUNICÍPIO; DESIGNO os servidores Thiago Madruga de França, Secretário, como Gestor; e Joellen Bernardinne Bustorff, Eng. Civil, para Fiscal Técnico do contrato: decorrente do processo de Adesão a Ata de Registro de Preços nº AD00002/2026, com as competentes atribuições nos termos da norma vigente, especialmente para coordenar as atividades relacionadas à fiscalização e acompanhar e fiscalizar a execução do referido contrato.

Itapororoca - PB, 18 de Março de 2026

JOÃO BATISTA SANTOS DA SILVA
Prefeito

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUAZEIRINHO
EXTRATO DE CONTRATO

OBJETO CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A REALIZAÇÃO DE LEVANTAMENTO ESTATÍSTICO, COLETA, TRATAMENTO E ANÁLISE DE DADOS RELACIONADAS À GESTÃO E À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, VISANDO SUBSIDIAR O PLANEJAMENTO, A AVALIAÇÃO E A TOMADA DE DECISÕES ADMINISTRATIVAS. LEGAL: Dispensa de Licitação nº 00008/2026. DOTAÇÃO: 02.170 SECRETARIA - CHEFE DE GOVERNO - 04 122 0002 2149 ATIVIDADES DA SECRETARIA DE CHEFIA DE GOVERNO - 02.180 SECRETARIA MUNIC. DE PLANJ. ADMNISTRAÇÃO E DE GESTÃO DE PESSOAS - 04 122 0002 2162 ATIVIDADES DA SEC. MUNIC. DE PLANEJ. ADM. E DE GESTÃO DE PESSOAS - 3390.39 00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA. VIGÊNCIA:ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO FINANCEIRO VIGENTE. PARTES CONTRATANTES: PREFEITURA MUNICIPAL DE JUAZEIRINHO e: CT Nº 03201/2026 – 27.03.26 – ANOVA - INOVACAO E INTELIGENCIA EM PESQUISAS LTDA, CNPJ N°: 10.956.929/0001-42– ITENS: 1. - VALOR R$ 35.000,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUAZEIRINHO
RATIFICAÇÃO E ADJUDICAÇÃO
DISPENSA Nº 00008/2026

Nos termos dos elementos constantes da respectiva Exposição de Motivos que instrui o processo e observado o parecer da Assessoria Jurídica, referente a Dispensa de Licitação nº 00008/2026, que objetiva: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A REALIZAÇÃO DE LEVANTAMENTO ESTATÍSTICO, COLETA, TRATAMENTO E ANÁLISE DE DADOS RELACIONADAS À GESTÃO E À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, VISANDO SUBSIDIAR O PLANEJAMENTO, A AVALIAÇÃO E A TOMADA DE DECISÕES ADMINISTRATIVAS. RATIFICO o correspondente procedimento e ADJUDICO o seu objeto a: ANOVA - INOVACAO E INTELIGENCIA EM PESQUISAS LTDA, CNPJ N°: 10.956.929/0001-42– ITENS: 1. - VALOR R$ 35.000,00

Juazeirinho – PB, 26 de Março de 2026

ANNA VIRGINIA DE BRITO MATIAS
PREFEITA CONSTITUCIONAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUAZEIRINHO
RATIFICAÇÃO E ADJUDICAÇÃO
DISPENSA Nº 00007/2026

Nos termos dos elementos constantes da respectiva Exposição de Motivos que instrui o processo e observado o parecer da Assessoria Jurídica, referente a Dispensa de Licitação nº 00007/2026, que objetiva: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS TOPOGRÁFICOS PARA ATENDER DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA DO MUNICÍPIO DE JUAZEIRINHO-PB. RATIFICO o correspondente procedimento e ADJUDICO o seu objeto a: JOAO RAFAEL MACIEL CAMPOS, CNPJ N° 44.124.148/0001-03; - Item(s): 1;2. - Valor: R$ 39.880,00

Juazeirinho – PB, 26 de Março de 2026

ANNA VIRGINIA DE BRITO MATIAS
PREFEITA CONSTITUCIONAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUAZEIRINHO
EXTRATO DE CONTRATO

OBJETO CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS TOPOGRÁFICOS PARA ATENDER DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA DO MUNICÍPIO DE JUAZEIRINHO-PB. LEGAL: Dispensa de Licitação nº 00007/2026. DOTAÇÃO: 02.100 SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRA ESTRUTURA E URBANISMO - 04 122 0002 2119 ATIVIDADES DE INFRA ESTRUTURA - 3390.39 00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA. VIGÊNCIA: ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO FINANCEIRO VIGENTE. PARTES CONTRATANTES: PREFEITURA MUNICIPAL DE JUAZEIRINHO e: CT Nº 02901/2026 – 27.03.26 – JOAO RAFAEL MACIEL CAMPOS, CNPJ N° 44.124.148/0001-03; - ITEM(S): 1;2. - VALOR: R$ 39.880,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUAZEIRINHO
EXTRATO DE ADITIVO

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SONORIZAÇÃO VOLANTE, DIVULGAÇÃO DE FESTIVIDADES, AVISOS, COMEMORAÇÕES, CONFERÊNCIAS MUNICIPAIS, PALESTRAS, CAMPANHAS ENTRE OUTROS. ATENDENDO ASSIM AS NECESSIDADES DE TODAS AS SECRETARIAS E SETORES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, INCLUSIVE DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE JUAZEIRINHO-PB. FUNDAMENTO LEGAL: art. 124, inciso I "b" c/c art. 125, da Lei Federal 14.133 de 01 de abril de 2021. Pregão Eletrônico nº 00017/2025. JUSTIFICATIVA: CONSIDERANDO QUE, a presente Justificativa visa fundamentar a realização do Primeiro Termo Aditivo de Quantitativo, de até 25% ao Contrato Administrativo nº 08601/2025, com vencimento em 08/08/2026, visando cumprir o disposto no art. 124, inciso I "b" c/c art. 125 da Lei 14.133/21. CONSIDERANDO QUE, A solicitação do objeto em tela, é essencial para garantir uma comunicação eficaz e ampla divulgação de eventos e atividades promovidas pela administração, como festividades, conferências, palestras e campanhas de conscientização. CONSIDERANDO QUE, não há mais saldos no item do contrato; e não foi suficiente até o final da vigência do contrato, conforme justificado pelo setor competente; CONSIDERANDO QUE, a função da Administração Pública é garantir o funcionamento de todos os serviços públicos a fim de satisfazer as necessidades da sociedade, de forma eficiente, que seja econômico e não traga prejuízo ao erário. Para que se atenda as demandas administrativas a fim de reduzir tempo para resposta ao cidadão, bem como aplicação dentro das exigências constantes nas legislações inerentes aos serviços públicos, e aplicabilidade dos princípios que regem a administração pública, e garantindo a continuidade da prestação dos serviços executados de forma continuada e com melhor preço da contratada. CONSIDERANDO QUE, a Lei 14.133/2021, permite o aditamento de quantitativo do objeto durante a vigência do contrato, uma vez que a alteração seja feita mediante termo de aditivo e independe de nova licitação, respeite o limite elencado de até 25%. CONSIDERANDO QUE, a necessidade de continuação da contratação é a melhor alternativa socorrer-se para a realização de termo aditivo por razões econômica, financeiras e técnicas e que, uma vez interrompido, trará enormes prejuízo a esta secretaria. Será necessário um acréscimo de 25%, portanto, a contratação desse serviço não só otimiza a comunicação e a divulgação das atividades municipais, mas também contribui para a promoção da saúde pública e o engajamento da população em campanhas e eventos importantes. PARTES CONTRATANTES: PREFEITURA MUNICIPAL DE JUAZEIRINHO – Avenida Juiz Federal Drº Genival Matias e: CT Nº 08601/2025 – EVANGELISTA JUSTINO DE OLIVEIRA – Rua Siqueira Campos, 119, Centro - 3º Aditivo - Aumento de Quantitativo em 25% que corresponde a uma adição de valor de R$ 19.500,00 (DOZE MIL, QUINHENTOS REAIS), passando assim o valor do CONTRATO primitivo/original para R$ 97.500,00 (NOVENTA E SETE MIL E QUINHENTOS REAIS). ASSINATURA: 30.03.26.

ANNA VÍRGINIA DE BRITO MATIAS
Prefeita Constitucional.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA SECA
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00029/2026

Torna público que fará realizar através da Pregoeira Oficial e Equipe de Apoio, sediada na Rua Cícero Faustino da Silva, 647 - Centro - Lagoa Seca - PB, por meio do site www.portaldecompraspublicas.com.br, licitação modalidade Pregão Eletrônico, do tipo menor preço, para: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA E PERIFÉRICOS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DESTA PREFEITURA. Abertura da sessão pública: 09:00 horas do dia 14 de Abril de 2026. Referência: horário de Brasília - DF. Recursos: previstos no orçamento vigente. Fundamento legal: Lei Federal nº 14.133/21; Lei Complementar nº 123/06; Instrução Normativa nº 73 SEGES/ME/22; e legislação pertinente, consideradas as alterações posteriores das referidas normas. Informações: das 08h Às 12h dos dias úteis, no endereço supracitado. E-mail: licitacao@lagoaseca.pb.gov.br. Edital: licitacao@lagoaseca.pb.gov.br; www.tce.pb.gov.br; www.portaldecompraspublicas.com.br; www.gov.br/pncp.

Lagoa Seca - PB, 30 de Março de 2026

AMANDA SOARES FREIRE
Pregoeira Oficial

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARI
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRONICO Nº 00001/2026

Torna público que fará realizar através do Agente de contratação e Equipe de Apoio, Fundo Municipal de Educação de Mari - Rua Pedro Leite, 309 - Centro - Mari - PB, licitação na modalidade Pregão da forma eletrônica, objetivando: Contratação de empresa para o fornecimento parcelado de Gás Liquefeito de Petróleo (GLP), acondicionado em botijões de 13 kg (P13), incluindo recarga e/ou fornecimento de vasilhames em regime de comodato, transporte e entrega nos locais indicados pela Administração, destinados ao atendimento das demandas das unidades da rede municipal de ensino. Abertura da sessão pública: 10:00 horas do dia 17 de abril de 2026. Referência: horário de Brasília - DF. Recursos: previstos no orçamento vigente. Fundamento legal: Lei Federal nº 14.133/21; Lei Complementar nº 123/06 e legislação pertinente, consideradas as alterações posteriores das referidas normas. Informações: das 08:00 as 12:00 horas dos dias úteis, no endereço supracitado. Edital: www.tce.pb.gov.br; https://www.portaldecompraspublicas.com.br ; www.gov.br/pncp, cpleducmari@gmail.com

Mari - PB, 30 de março de 2026

ANTONIO MARTINS DA SILVA JUNIOR
AGENTE DE CONTRATAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE NATUBA
EXTRATO DE ADITIVO

OBJETO: Contratação de empresa para prestação de serviços técnicos especializados no processamento e regulação do DOSIH/SAI, média complexidade, gerenciamento DOSSIS sistema mais médicos, E-GESTOR, PEC, GAL, SISAGUA, SCNES, para a Secretaria de Saúde do Município. FUNDAMENTO LEGAL: Dispensa nº DV00005/2025. ADITAMENTO: Dar continuidade a execução do objeto contratado. PARTES CONTRATANTES: Prefeitura Municipal de Natuba e: CT Nº 00047/2025 - Saulo Soares Ribeiro - 1º Aditivo - prorroga o prazo por mais 12 meses. ASSINATURA: 25.03.26

PREFEITURA MUNICIPAL DE NATUBA
ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO
CREDENCIAMENTO Nº 00001/2026

Nos termos do relatório final apresentado e observado parecer da assessoria jurídica, referente ao Credenciamento nº 00001/2026, que objetiva: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR E DO EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL, PARA O ATENDIMENTO AO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR – PNAE; ADJUDICO o objeto e HOMOLOGO a licitação, com base nos elementos constantes do processo correspondente, os quais apontam como proponentes credenciados: ANALÚCIA PEREIRA DO NASCIMENTO - R$ 32.536,00; ANTÔNIO JOSÉ DE BARROS VASCONCELOS - R$ 28.748,00; EDNALVA BORGES DA SILVA - R$ 39.118,40; ENILSON CESÁRIO DA SILVA - R$ 39.165,00; GABRIEL TRAVASSO TEIXEIRA - R$ 30.490,00; JOAO ESTEVÃO DA SILVA FILHO - R$ 31.963,00; JOAO GOMES DA SILVA - R$ 39.979,10; JORGE GOMES BISERRA - R$ 38.400,30; JOSE ARÃO FERREIRA MACIEL - R$ 39.999,78; JOSÉ MORIEL DE SOUZA SILVA OLIVEIRA - R$ 39.999,78; PAULO JOSE DE BARROS - R$ 19.405,00; ROSIVALDO BARROS DA SILVA - R$ 33.300,00.

Natuba - PB, 27 de Março de 2026

JOSE LINS DA SILVA FILHO
Prefeito

PREFEITURA MUNICIPAL DE NATUBA
EXTRATO DE CONTRATOS

OBJETO: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR E DO EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL, PARA O ATENDIMENTO AO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR – PNAE. FUNDAMENTO LEGAL: Credenciamento nº 00001/2026. DOTAÇÃO: Recursos não Vinculados de Impostos: 02.050 Secretaria da Educação 12 365 5000 2009 Manutenção das Atividades da Educação Infantil Pré Escola – Creche 12 361 1002 2010 Manutenção das Atividades do Ensino Fundamental – FUNDEB 12 361 1002 2011 Manutenção do Programa Nacional de Alimentação Escolar – FUNDAMENTAL 12 361 1002 2013 Manutenção das Atividades do Ensino Fundamental – MDE 12 365 5000 2014 Manutenção do Programa Nacional de Alimentação Escolar – INFANTIL 12 368 1002 2015 Manutenção das atividades de Educação com Salário Educação – QSE 12 361 1002 2016 Manutenção das Atividades da Educação de Jovens e Adultos 12 368 1002 2017 Manutenção das Atividades de Outros Programas do FNDE 3390.30 99 MATERIAL DE CONSUMO. VIGÊNCIA: até o final do exercício financeiro de 2026. PARTES CONTRATANTES: Prefeitura Municipal de Natuba e: CT Nº 00043/2026 - 27.03.26 - JORGE GOMES BISERRA - R$ 38.400,30; CT Nº 00044/2026 - 27.03.26 - JOAO GOMES DA SILVA - R$ 39.979,10; CT Nº 00045/2026 - 27.03.26 - JOSÉ MORIEL DE SOUZA SILVA OLIVEIRA - R$ 39.999,78; CT Nº 00046/2026 - 27.03.26 - ENILSON CESÁRIO DA SILVA - R$ 39.165,00; CT Nº 00047/2026 - 27.03.26 - ROSIVALDO BARROS DA SILVA - R$ 33.300,00; CT Nº 00048/2026 - 27.03.26 - GABRIEL TRAVASSO TEIXEIRA - R$ 30.490,00; CT Nº 00049/2026 - 27.03.26 - JOAO ESTEVÃO DA SILVA FILHO - R$ 31.963,00; CT Nº 00050/2026 - 27.03.26 - EDNALVA BORGES DA SILVA - R$ 39.118,40; CT Nº 00051/2026 - 27.03.26 - JOSE ARÃO FERREIRA MACIEL - R$ 39.999,78; CT Nº 00052/2026 - 27.03.26 - PAULO JOSE DE BARROS - R$ 19.405,00; CT Nº 00053/2026 - 27.03.26 - ANALÚCIA PEREIRA DO NASCIMENTO - R$ 32.536,00; CT Nº 00054/2026 - 27.03.26 - ANTÔNIO JOSÉ DE BARROS VASCONCELOS - R$ 28.748,00.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA PALMEIRA
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00019/2026

Torna público que fará realizar através da Pregoeira Oficial e Equipe de Apoio, sediada na Rua Almisa Rosa, 02 - Centro - Nova Palmeira - PB, por meio do site www.portaldecompraspublicas.com.br, licitação modalidade Pregão Eletrônico, do tipo menor preço, para: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE LABORATÓRIO PARA UNIDADE DE SAÚDE DR. FRANCISCO MEDEIROS DANTAS, DO MUNICÍPIO DE NOVA PALMEIRA–PB, ATRAVÉS DE RECURSO FEDERAL EMENDA – PROPOSTA Nº 08579.944000/1220–01. Abertura da sessão pública: 08:30 horas do dia 13 de Abril de 2026. Início da fase de lances: 08:45 horas do dia 13 de Abril de 2026. Referência: horário de Brasília - DF. Recursos: previstos no orçamento vigente. Fundamento legal: Lei Federal nº 14.133/21; Lei Complementar nº 123/06; Decreto Municipal nº 02/25; e legislação pertinente, consideradas as alterações posteriores das referidas normas. Informações: das 07:00 as 13:00 horas dos dias úteis, no endereço supracitado. E-mail: licitacaonovapalmeira@gmail.com. Edital: http://novapalmeira.pb.gov.br; www.tce.pb.gov.br; www.portaldecompraspublicas.com.br; www.gov.br/pncp.

Nova Palmeira - PB, 30 de Março de 2026

MICAELLY SILVA MACEDO
Pregoeira Oficial

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA PALMEIRA
EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO DE VALOR
CONTRATO Nº: 00220/2025

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA PALMEIRA-PB. CONTRATADO: CONSTRUTORA BURITI, CNPJ nº 48.991.155/0001-63. OBJETO: ACRÉSCIMO DE 29,82% AO VALOR DO CONTRATO Nº 00220/2025, REFERENTE À CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA 00003/2025 À CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REFORMA E CONSTRUÇÃO DE PRAÇAS NO MUNICÍPIO DE NOVA PALMEIRA–PB (PRAÇA IVAN COELHO). VALOR: O VALOR DO CONTRATO PASSA DE R$ 75.557,25 PARA R$ 98.088,42, REPRESENTANDO UM ACRÉSCIMO DE R$ 22.531,17. FUNDAMENTAÇÃO: ART. 124 E ART. 125 DA LEI Nº 14.133/2021.

Nova Palmeira-PB, 25 de março de 2026.

ANTÔNIO ORLANDO PEREIRA DE ARAÚJO
Prefeito Constitucional.

Prefeitura municipal de Piancó
EXTRATO DE CONTRATO

Processo: Pregão Eletrônico – 00002/2026.
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Piancó/PB.
CONTRATADA: H7 COMERCIO E SERVICOS EIRELI – CNPJ:15.360.195/0001-58.
OBJETO: Contratação de empresa especializada para aquisição de materiais de consumo, equipamentos elétrico, hidráulico e engenharia destinados a manutenção das secretarias da Prefeitura Municipal de Piancó – PB.
VALOR GLOBAL ESTIPULADO: R$ 282.950,50 (duzentos e oitenta e dois mil, novecentos e cinquenta reais, cinquenta centavos).

Piancó – PB, 25 de março de 2026.
Júlio Eduardo Venâncio Pinheiro
Prefeito

PREFEITURA MUNICIPAL DE PIANCÓ
CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2024
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 08/2026

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE PIANCÓ, Estado da Paraíba, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, considerando a homologação do Resultado Final do Concurso Público objeto do Edital nº 001/2024, pelo Decreto Municipal nº 04/2025, de 21 de fevereiro de 2025, TORNA PÚBLICO A CONVOCAÇÃO PARA NOMEAÇÃO E POSSE DO (A) CANDIDATO (A) CLASSIFICADO (A) NO CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2024, para o CARGO DE AGENTE ADMINISTRATIVO, em razão da necessidade de preenchimento do mesmo, conforme segue:

CANDIDATO	INSCRIÇÃO	SITUAÇÃO	CARGO
JOÃO TIBURTINO DA COSTA FILHO	165.1.5.14.1.4	APROVADO	AGENTE ADMINISTRATIVO

O (A) candidato (a) APROVADO (A) para o cargo acima mencionado deverá comparecer ao Setor de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Administração e Gestão Pública, na Sede da Prefeitura Municipal de Piancó, situada na Rua Valdemar Costa Filho, nº 145, Centro, Piancó PB, CEP 58.765-000, no prazo de 30 (trinta) dias, iniciando-se a partir de 6 de abril de 2026, no horário das 8h00 às 12h00 horas, para apresentação, entrega de documentos e exames de saúde pré-admissionais.

Em relação à apresentação dos exames de saúde pré-admissionais, antes de protocolar toda a documentação exigida, o (a) candidato (a) convocado (a) deverá comparecer à sede da Policlínica Dr. Antônio de Araújo Quinho, onde será atendido (a) por profissionais que compõem a Comissão Especial de Saúde, para avaliação dos exames médicos, no dia designado pela Secretaria de Administração e Gestão Pública.

Piancó - PB, 30 de março de 2026.
JÚLIO EDUARDO VENÂNCIO PINHEIRO
Prefeito

ANEXO ÚNICO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 08/2026
RELAÇÃO DE DOCUMENTOS NECESSÁRIOS A SEREM APRESENTADOS PELO (A) CANDIDATO (A) HABILITADO (A) E CONVOCADO (A) NO CONCURSO PÚBLICO N° 001/2024

CÓPIAS AUTENTICADAS DA DOCUMENTAÇÃO DESCRITA NO EDITAL NORMATIVO DO CONCURSO PÚBLICO

- Documentos Pessoais: RG; CPF; PIS/PASEP; Carteira de Reservistas, para Homem; Certidão de Casamento, se casado; Certidão de Nascimento, se solteiro; Certidão de Nascimento dos Filhos Menores de 14 anos de idade; Comprovante de Residência; Comprovante de Escolaridade respectivo do cargo para o qual o (a) candidato (a) foi aprovado (a); Certificados de Formação, se for o caso;
- RQE e/ou Comprovante de Residência Médica para o Cargo de Médico Especialista, na sua respectiva especialidade;
- 02 (duas) fotos 3x4;
- Formulário de Não Acumulação de Cargos e Empregos Públicos;
- Título de Eleitor e Comprovante de Quitação Eleitoral;
- Certidão Conjunta Negativa da Dívida Pública e Negativa da Receita Federal (disponível do site da Procuradoria da Fazenda Nacional);
- Certidão Negativa da Justiça Federal – Cível e Criminal (disponível no site da Justiça Federal);
- Certidão Negativa da Justiça Estadual – Cível e Criminal (disponível no site www.tjpb.jus.br);
- Certidão de Antecedentes Criminais – Secretaria de Segurança pública/Casa da Cidadania;
- Declaração de não beneficiário do Seguro Desemprego;
- Documento individual no qual constem agência e conta bancária para depósito para remuneração;
- Exame Admissional – Entrevista psicológica e os seguintes exames: hemograma Completo, Glicemia em jejum. O (A) candidato (a) convocado (a) deverá submeter-se e apresentar os mencionados exames para avaliação médica pré-admissional e/ou realizar exame médico específico (portadores de deficiência), a serem analisados por médicos designados que compõem a Comissão Especial de Saúde;
- Apresentar outros documentos e declarações que se fizerem necessários, à época da posse, de acordo com o Edital de Convocação do (a) candidato (a).

Piancó - PB, 30 de março de 2026.
JÚLIO EDUARDO VENÂNCIO PINHEIRO
Prefeito

PREFEITURA MUNICIPAL DE PICUI
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00008/2026

Torna público que fará realizar através do Pregoeiro Oficial e Equipe de Apoio, sediada na Rua Antônio Firmino – Centro Administrativo, 348 - Monte Santo - Picuí - PB, por meio do site www.licitapicui.com.br, licitação modalidade Pregão Eletrônico, do tipo menor preço, visando formar Sistema de Registro de Preços objetivando contratações futuras, para: SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ELETRICOS, DE FORMA PARCELADA, PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL, CONFORME DISPOSIÇÕES DO TERMO DE REFERÊNCIA. Abertura da sessão pública: 09:00 horas do dia 16 de Abril de 2026. Início da fase de lances: para ocorrer nessa mesma sessão pública. Referência: horário de Brasília - DF. Recursos: previstos no orçamento vigente. Fundamento legal: Lei Federal nº 14.133/21; Lei Complementar nº 123/06; Decreto Federal nº 11.462/23; Instrução Normativa nº 73 SEGES/ME/22; e legislação pertinente, consideradas as alterações posteriores das referidas normas. Informações: das 08:00 as 12:00 horas dos dias úteis, no endereço supracitado. Telefone: (083) 3371–2126. E-mail: pmp.cpl@picui.pb.gov.br ou hab.cd.cpl@picui.pb.gov.br. Edital: www.picui.pb.gov.br/licitacoes/licitapicui.com.br; www.tce.pb.gov.br; www.licitapicui.com.br; www.gov.br/pncp.

Picuí - PB, 27 de Março de 2026
JOSÉ RANIERI SANTOS FERREIRA
Prefeito Constitucional

PREFEITURA MUNICIPAL DE PICUI
AVISO DE LICITAÇÃO
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 00001/2026

Torna público que fará realizar através do Agente de Contratação e Equipe de Apoio, sediada na Rua Antônio Firmino – Centro Administrativo, 348 - Monte Santo - Picuí - PB, por meio do site www.licitapicui.com.br, licitação modalidade Concorrência Eletrônica, do tipo menor preço, para: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE CONSTRUÇÃO CIVIL PARA REALIZAÇÃO DE OBRA DE PAVIMENTAÇÃO DE ACESSOS RURAIS DO MUNICÍPIO. Abertura da sessão pública: 09:00 horas do dia 22 de Abril de 2026. Início da fase de lances: para ocorrer nessa mesma sessão pública. Referência: horário de Brasília - DF. Recursos: previstos no orçamento vigente. Fundamento legal: Lei Federal nº 14.133/21; Lei Complementar nº 123/06; Instrução Normativa nº 73 SEGES/ME/22; e legislação pertinente, consideradas as alterações posteriores das referidas normas. Informações: das 08:00 as 12:00 horas dos dias úteis, no endereço supracitado. Telefone: (083) 3371–2126. E-mail: pmp.cpl@picui.pb.gov.br ou hab.cd.cpl@picui.pb.gov.br. Edital: www.picui.pb.gov.br/licitacoes/licitapicui.com.br; www.tce.pb.gov.br; www.licitapicui.com.br; www.gov.br/pncp.

Picuí - PB, 30 de Março de 2026
JOSÉ RANIERI SANTOS FERREIRA
Prefeito Constitucional

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHO DE SANTO ANTÔNIO
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00005/2026

Torna público que fará realizar através da Pregoeira Oficial e Equipe de Apoio, sediada na Rua Valdecir Mineiro da Costa, S/N - Centro - Riacho de Santo Antônio - PB, por meio do site www.portaldecompraspublicas.com.br, licitação modalidade Pregão Eletrônico, do tipo menor preço, visando formar Sistema de Registro de Preços objetivando contratações futuras, para: SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA LOCAÇÃO DE ESTRUTURAS COM MONTAGEM, DESMONTAGEM E INSTALAÇÃO PARA ATENDER TODAS AS DEMANDAS, DAS DIVERSAS FESTIVIDADES DENTRO DO CALENDÁRIO CULTURAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHO DE SANTO ANTÔNIO/PB. Abertura da sessão pública: 09:00 horas do dia 16 de Abril de 2026. Início da fase de lances: 09:01 horas do dia 16 de Abril de 2026. Referência: horário de Brasília - DF. Recursos: previstos no orçamento vigente. Fundamento legal: Lei Federal nº 14.133/21; Lei Complementar nº 123/06; Decreto Federal nº 11.462/23; Instrução Normativa nº 73 SEGES/ME/22; e legislação pertinente, consideradas as alterações posteriores das referidas normas. Informações: das 08:00 as 12:00 horas dos dias úteis, no endereço supracitado. Telefone: (083) 3641–1019. E-mail: pmrsa.licitacao@hotmail.com. Edital: www.riachodesantoantonio.pb.gov.br; www.tce.pb.gov.br; www.portaldecompraspublicas.com.br; www.gov.br/pncp.

Riacho de Santo Antônio - PB, 30 de Março de 2026
HILDA LUCIA BARBOSA
Pregoeira Oficial

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA INÊS
EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO
TERMO ADITIVO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00004/2025

OBJETO: O presente Termo Aditivo tem por objeto alterar a cláusula segunda do contrato. VIGÊNCIA: O presente Termo Aditivo terá vigência de 12 (doze) meses. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: A alteração contratual de que trata este instrumento é baseada nos art. 106 e art. 107 da Lei nº 14.133/21. E com previsão no contrato original em sua cláusula segunda "2. CLÁUSULA SEGUNDA - VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO 2.1.O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados do(a) assinatura do contrato, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei n° 14.133, de 2021. DA RATIFICAÇÃO: Ficam ratificadas todas as demais cláusulas e condições anteriormente avençadas, não alteradas pelo presente termo aditivo. E por estarem de acordo, depois de lido e achado conforme o presente termo lavrado em 02 (duas) vias de igual teor e forma, assinaram as partes e testemunhas abaixo. CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA INÊS-PB - CNPJ nº 01.612.693/0001-36 CONTRATADA: ADELMO ANTONIO NUNES LOPES - CNPJ nº 46.724.542/0001-08 CONTRATO Nº 90402/2026; CONTRATO Nº 90409/2026; CONTRATADA: FLAVIO PEREIRA DE SOUSA - CNPJ nº 46.689.130/0001-84 CONTRATO Nº 90405/2026 CONTRATADA: FRANCISCO DE SOUSA FERRAZ - CNPJ nº 46.695.319/0001-80; - CONTRATO Nº 90408/2026 JOAO MARCOLINO VIEIRA NETO - CNPJ nº 46.688.845/0001-12; CONTRATO Nº 90412/2026 JOSAFA FERREIRA DE OLIVIERA - CNPJ nº 47.078.672/0001-83; CONTRATO Nº 90403/2026 LEANDRO RODRIGUES BARBOSA - CNPJ nº 46.723.163/0001-01; CONTRATO Nº 90406/2026 MARIA LOPES XAVIER - CNPJ nº 46.732.252/0001-06; CONTRATO Nº 90404/2026 OSMARIO SUELIO PEREIRA DOS SANTOS - CNPJ nº 46.700.567/0001-71; CONTRATO Nº 90407/2026 VALDEMAR NICOLAU BEZERRA - CNPJ nº 46.773.063/0001-81; CONTRATO Nº 90410/2026 VIEIRA LOCAÇÕES E SERVIÇOS LTDA - CNPJ nº 53.956.077/0001-04.

Santa Inês-PB, 30 de Março de 2026.
FELIX HENRIQUE LEITE VIEIRA
Prefeito Constitucional

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA INÊS
EXTRATO DE CONTRATO

OBJETO: Credenciamento de pessoas jurídicas para a prestação de serviços médicos de Clínico Geral, para atuação em regime de plantão presencial, mediante sistema de rodízio periódico de continuidade, visando garantir o vínculo terapêutico e a resolutividade clínica no atendimento da rede municipal de saúde de Santa Inês - PB. FUNDAMENTO LEGAL: Credenciamento nº 00001/2026. DOTAÇÃO: 02.090 Fundo Municipal de Saúde – 10 301 1002 2040 Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde Atenção Primária - 10 301 1002 2045 Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde Atenção Primária - Recursos Próprios - 10 302 1002 2043 Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde Atenção Especializada - 10 302 1002 2046 Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde Atenção Especializada - Recursos Próprios; 02.080 Secretaria de Saúde - 10 301 1002 2038 Manutenção das atividades administrativas da Secretaria de Saúde -. - ELEMENTO DE DESPESA – 339039 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica. VIGÊNCIA: até 30/03/2027. PARTES CONTRATANTES: Prefeitura Municipal de Santa Inês e: CT Nº 60101/2026 30.03.2026 - MARIA EDUARDA ALVARENGA BELMIRO LOPES, CNPJ n° 61.960.260/0001-01, VALOR: R$ 27.030,00 PARTES CONTRATANTES Prefeitura Municipal de Santa Inês e: CT Nº 60102/2026 – 30.03.2026 - CK MEDICINA INTEGRADA LTDA, CNPJ n° 65.831.831/0001-50, VALOR: R$ 27.030,00. CT Nº 60103/2026 – 30.03.2026 - VIDA E SAÚDE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MEDICOS LTDA, CNPJ n° 53.242.578/0001-10, VALOR: R$ 27.030,00; CT Nº 60104/2026 – 30.03.2026 - MARIA REBECA CELIÃO BATISTA PETRONIO LTDA, CNPJ n° 53.517.411/0001-15, VALOR: R$ 27.030,00.

Santa Inês - PB, 30 de Março de 2026.
FELIX HENRIQUE LEITE VIEIRA
Prefeito Constitucional

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA
AVISO DE JULGAMENTO DE DOCUMENTAÇÃO DE CHAMADA PÚBLICA
CREDENCIAMENTO Nº 00002/2026

O Agente de Contratação do Município de Santa Luzia/PB, torna público para conhecimento dos licitantes participantes do Processo da Chamada Pública - Credenciamento nº 00002/2026, que tem como objeto: aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar e do empreendedor rural, para o atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE que serão destinados ao fornecimento da merenda escolar do município de Santa Luzia/PB. O julgamento da habilitação e projeto de vendas apresentada pelos participantes. Considerações da Comissão, licitantes credenciados por atender o instrumento convocatório: 1) ADELSON VALENTIM DA NOBREGA, CPF nº 184.491.581-68 - Item(s): 01, 15, 20, 21, 25 - Valor: R$ 4.330,60; 2) ALUISIO BATISTA DE ARAUJO, CPF nº 020.885.314-67 - Item(s): 01, 04, 06, 11, 16, 17, 19, 20, 21, 24, 25, 27, 28, 30 - Valor: R$ 26.047,25; 3) ANA CRISTINA DE ARAÚJO, CPF Nº 056.801.504-50 - Item(s): 12, 13, 14, 23 - Valor: R$ 27.347,00; 4) BRUNO DE SOUZA DANTAS, CPF nº 074.301.344-16 - Item(s): 13, 16, 18, 28 - Valor: R$ 17.422,50; 5) CLENILDO GERÔNCIO DE MEDEIROS, CPF nº 691.814.034-53 - Item(s): 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 13, 14, 19, 20, 21, 24, 25, 26, 27, 29, 30 - Valor: R$ 31.036,00; 6) FERNANDO DA SILVA NORMANDO, CPF nº 690.618.074-68 - Item(s): 01, 03, 07, 10, 11, 19, 20, 21, 23, 25, 29, 30 - Valor: R$ 26.976,00; 7) FRANCISCA LUZIA DE MEDEIROS ANDRADE, CPF nº 675.350.464-87 - Item(s): 01, 08, 15, 16, 17, 18, 20, 22, 27, 28, 30 - Valor: R$ 13.627,10; 8) ILZA FERNANDES DA SILVA, CPF nº 025.811.474-66 - Item(s): 04, 12, 15, 16, 17, 18, 20, 24, 25, 27, 29 - Valor: R$ 19.902,85; 9) INGRED DAIANE SIQUEIRA, CPF nº 110.346.016-10 - Item(s): 04, 05, 10, 15, 16, 17, 18, 20, 22, 24, 25, 27, 29 - Valor: R$ 19.260,10; 10) JANETE MEDEIROS, CPF nº 037.715.354-09 - Item(s): 11, 12, 13, 14, 16, 17, 18, 19, 28 - Valor: R$ 39.648,50; 11) JOSUÉ BORGES DE MEDEIROS FILHO, CPF nº 035.289.854-29 - Item(s): 11, 12, 13, 14, 16, 17 - Valor: R$ 30.664,50; 12) JOSCÉLIO CÁSSIO DE SOUZA MEDEIROS, CPF nº 691.831.204-91 - Item(s): 01, 16, 17 - Valor: R$ 5.072,50; 13) LUZIA DE LIMA CAMPOS, CPF nº 691.042.984-20 - Item(s): 01, 02, 03, 07, 08, 09, 10, 21, 22, 23, 28, 29 - Valor: R$ 13.142,00; 14) MONALISA FERNANDES PEREIRA, CPF nº 107.444.314-41 - Item(s): 12, 13, 14, 16, 17, 18, 28 - Valor: R$ 32.664,50; 15) REGINALDO ELIZIARIO DOS SANTOS, CPF nº 044.058.494-98 - Item(s): 08, 16, 17, 18, 29 - Valor: R$ 6.648,75; 16) RITA DE CÁSSIA OLIVEIRA DE ANDRADE, CPF nº 023.137.284-12 - Item(s): 01, 11, 15, 19, 22, 27 - Valor: R$ 9.942,85. Total: R$ 323.733,00. Após a divulgação do resultado de julgamento na Imprensa Oficial, os proponentes classificados deverão apresentar amostras de cada produto correspondente àquele que foi vencedor, no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, para avaliação e seleção do produto a ser adquirido, as quais serão submetidas a análises necessárias realizada pelo Responsável Técnico da Secretaria de Educação. As amostras deverão ser entregues no Setor de Licitações, no horário das 07h00min às 13h00min, conforme consta no item 7 do edital. Maiores Informações, na sala da Comissão de Licitação, no Prédio Sede da Prefeitura "Paço Quipauá", no endereço Praça Estanislau de Medeiros, s/nº, Bairro Antônio Bento de Morais, na cidade de Santa Luzia/PB - CEP nº 58.600-000, no horário 07:00 às 13:00hs dos dias úteis. Telefone: (83) 3142-6056. E-mail: licitacao@santaluzia.pb.gov.br.

Santa Luzia/PB, 30 de março de 2026.
JONAS PEREIRA DE ANDRADE
Agente de Contratação

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BENTINHO
AVISO DE CHAMAMENTO PÚBLICO
CREDENCIAMENTO DE SERVIÇO Nº 00004/2026

OBJETO: CREDENCIAMENTO para Contratação de empresa para realização de serviços mecânicos em geral nos veículos e maquinas pertencentes a Prefeitura Municipal de São Bentinho – PB. Data e Local de apresentação da documentação e propostas: ficará aberto para recebimento durante o período de 31/03/2026 a 22/04/2026, por meio do site www.portaldecompraspublicas.com.br. Edital: www.saobentinho.pb.gov.br; www.tce.pb.gov.br; www.gov.br/pncp. www.portaldecompraspublicas.com.br.

São Bentinho - PB, 30 de Março de 2026
JOSÉ ROBERTO SOARES DE ARAÚJO
Presidente da Comissão

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO TIGRE
ADJUDICAÇÃO E RATIFICAÇÃO
INEXIGIBILIDADE Nº IN00005/2026

Nos termos dos elementos constantes da respectiva Exposição de Motivos que instrui o processo e observado o parecer da Assessoria Jurídica, referente a Inexigibilidade de Licitação nº IN00005/2026, fundamentada no Art. 74, inciso III, alínea c, da Lei 14.133/21, que objetiva: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS DE ASSESSORAMENTO NA ELABORAÇÃO DE PROJETOS, CADASTRAMENTO E LANÇAMENTO DE PROPOSTAS E EMENDAS NOS SISTEMAS OFICIAIS DO GOVERNO FEDERAL E ESTADUAL (TRANSFEREGOV, SISMOB, FNS E SIMEC), BEM COMO ACOMPANHAMENTO DA APROVAÇÃO DAS PROPOSTAS E DOS CONTRATOS DE REPASSE FIRMADOS ENTRE O MUNICÍPIO E A UNIÃO, INCLUINDO ACOMPANHAMENTO DE ADITIVOS JUNTO À INSTITUIÇÃO MANDATÁRIA E ORIENTAÇÃO TÉCNICA PARA RETIRADA DE CLÁUSULAS SUSPENSIVAS; ADJUDICO o seu objeto e RATIFICO o correspondente procedimento em favor de: SME SERVIÇOS ESPECIALIZADOS LTDA - CNPJ: 13.519.354/0001-99 - R$ 30.000,00.

São João do Tigre - PB, 23 de Janeiro de 2026
MARCIO ALEXANDRE LEITE
Prefeito.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO TIGRE
ADJUDICAÇÃO E RATIFICAÇÃO
DISPENSA Nº DV00006/2026

Nos termos dos elementos constantes da respectiva Exposição de Motivos que instrui o processo e observado o parecer da Assessoria Jurídica, referente a Dispensa de Licitação nº DV00006/2026, fundamentada no Art. 75, inciso I, da Lei 14.133/21, que objetiva: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A ELABORAÇÃO ORÇAMENTO (COMPATIBILIZAÇÃO) E PROJETO IMPLANTAÇÃO DE UNIDADE BASICAS DE SAUDE PORTE 2 COM 1734 M² AREA CONSTRUIDA E ORÇAMENTO E PROJETO DE IMPLANTAÇÃO DE 20 UNIDADES HABITACIONAIS (PROGRAMA MINHA CASA, MINHA VIDA, FNHIS),DA CIDADE DE SÃO JOÃO DO TIGRE, ESTADO DA PARAIBA; ADJUDICO o seu objeto e RATIFICO o correspondente procedimento em favor de: FRANCISCO SERGIO FERNANDES DINIZ - CNPJ: 14.659.675/0001-51 - R$ 14.685,00.

São João do Tigre - PB, 17 de Fevereiro de 2026
MARCIO ALEXANDRE LEITE
Prefeito.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO TIGRE
ADJUDICAÇÃO E RATIFICAÇÃO
INEXIGIBILIDADE Nº IN00007/2026

Nos termos dos elementos constantes da respectiva Exposição de Motivos que instrui o processo e observado o parecer da Assessoria Jurídica, referente a Inexigibilidade de Licitação nº IN00007/2026, fundamentada no Art. 74, inciso III, alínea b, da Lei 14.133/21, que objetiva: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA OU PROFISSIONAL ESPECIALIZADO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSESSORIA JURÍDICA NA ÁREA DE DIREITO DA GESTÃO PÚBLICA, COMPREENDENDO A ELABORAÇÃO DE MENSAGENS E PROPOSIÇÕES LEGISLATIVAS DO PODER EXECUTIVO, MENSAGENS DE SANÇÃO E VETO, ASSISTÊNCIA TÉCNICO-JURÍDICA NO PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO E NO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO, EMISSÃO DE PARECERES E ELABORAÇÃO DE MINUTAS DE ATOS DE GESTÃO DE PESSOAL, BEM COMO DEMAIS SERVIÇOS JURÍDICOS NECESSÁRIOS À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO TIGRE-PB - R$ 48.000,00.

São João do Tigre - PB, 29 de Janeiro de 2026
MARCIO ALEXANDRE LEITE
Prefeito.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO TIGRE
ADJUDICAÇÃO E RATIFICAÇÃO
INEXIGIBILIDADE Nº IN00015/2026

Nos termos dos elementos constantes da respectiva Exposição de Motivos que instrui o processo e observado o parecer da Assessoria Jurídica, referente a Inexigibilidade de Licitação nº IN00015/2026, fundamentada no Art. 74, inciso III, alínea b, da Lei 14.133/21, que objetiva:

CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSULTORIA E ASSESSORIA JURÍDICA ESPECIALIZADA PARA ACOMPANHAMENTO DIRETO EM AÇÕES JUDICIAIS JUNTO AO MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL NA COMARCA DE MONTEIRO-PB, PARA O MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO TIGRE-PB - R$ 44.000,00.

São João do Tigre - PB, 13 de fevereiro de 2026
MARCIO ALEXANDRE LEITE
Prefeito.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO TIGRE
ADJUDICAÇÃO E RATIFICAÇÃO
INEXIGIBILIDADE Nº IN00016/2026

Nos termos dos elementos constantes da respectiva Exposição de Motivos que instrui o processo e observado o parecer da Assessoria Jurídica, referente a Inexigibilidade de Licitação nº IN00016/2026, fundamentada no Art. 74, inciso I, da Lei 14.133/21, que objetiva: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM FORNECIMENTO DE MATERIAL DIDÁTICO COM PLATAFORMA DIGITAL – POESIA POPULAR, REPENTE E CORDEL PARA ATENDER AOS ALUNOS DO ENSINO FUNDAMENTAL II, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO TIGRE–PB; ADJUDICO o seu objeto e RATIFICO o correspondente procedimento em favor de: FIXAR EDITORA LTDA - CNPJ: 59.744.645/0001-81 - R$ 184.571,60.

São João do Tigre - PB, 06 de Março de 2026
MARCIO ALEXANDRE LEITE
Prefeito.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO TIGRE
EXTRATO DE CONTRATO

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS DE ASSESSORAMENTO NA ELABORAÇÃO DE PROJETOS, CADASTRAMENTO E LANÇAMENTO DE PROPOSTAS E EMENDAS NOS SISTEMAS OFICIAIS DO GOVERNO FEDERAL E ESTADUAL (TRANSFEREGOV, SISMOB, FNS E SIMEC), BEM COMO ACOMPANHAMENTO DA APROVAÇÃO DAS PROPOSTAS E DOS CONTRATOS DE REPASSE FIRMADOS ENTRE O MUNICÍPIO E A UNIÃO, INCLUINDO ACOMPANHAMENTO DE ADITIVOS JUNTO À INSTITUIÇÃO MANDATÁRIA E ORIENTAÇÃO TÉCNICA PARA RETIRADA DE CLÁUSULAS SUSPENSIVAS. FUNDAMENTO LEGAL: Inexigibilidade de Licitação nº IN00005/2026, nos termos do Art. 74, inciso III, alínea c, da Lei 14.133/21. DOTAÇÃO: Recursos não Vinculados de Impostos: 01.010 SECRETARIA DE ADMINISTRACAO - 04 122 2002 2006 - MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DE ADMINISTRACAO GERAL - 3390.3900 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA. VIGÊNCIA: até 23/01/2027. PARTES CONTRATANTES: Prefeitura Municipal de São João do Tigre e: CT Nº 00601/2026 - 23.01.26 - SME SERVIÇOS ESPECIALIZADOS LTDA - CNPJ 13.519.354/0001-99 - R$ 30.000,00.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO TIGRE
EXTRATO DE CONTRATO

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A ELABORAÇÃO ORÇAMENTO (COMPATIBILIZAÇÃO) E PROJETO IMPLANTAÇÃO DE UNIDADE BASICAS DE SAUDE PORTE 2 COM 1734 M² AREA CONSTRUIDA E ORÇAMENTO E PROJETO DE IMPLANTAÇÃO DE 20 UNIDADES HABITACIONAIS (PROGRAMA MINHA CASA, MINHA VIDA, FNHIS), DA CIDADE DE SÃO JOÃO DO TIGRE, ESTADO DA PARAIBA. FUNDAMENTO LEGAL: Dispensa de Licitação nº DV00006/2026, nos termos do Art. 75, inciso I, da Lei 14.133/21. DOTAÇÃO: Recursos Próprios do Município: 04.000 SECRETARIA DE SAUDE – 1009 CONSTRUÇÃO E REFORMA DE POSTOS DE SAÚDE E CONSTRUÃO DO HOSPITAL – 4490.5100 OBRAS E INSTALAÇÕES; 05.000 SECRETARIA DE INFRA–ESTRUTURA – 1019 CONSTRUÇÃO DE CASAS POPULARES – 4490.5100 OBRAS E INSTALAÇÕES. VIGÊNCIA: até o final do exercício financeiro de 2026. PARTES CONTRATANTES: Prefeitura Municipal de São João do Tigre e: CT Nº 03001/2026 - 30.03.26 - FRANCISCO SERGIO FERNANDES DINIZ - CNPJ 14.659.675/0001-51 - R$ 14.685,00.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO TIGRE
EXTRATO DE CONTRATO

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA OU PROFISSIONAL ESPECIALIZADO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSESSORIA JURÍDICA NA ÁREA DE DIREITO DA GESTÃO PÚBLICA, COMPREENDENDO A ELABORAÇÃO DE MENSAGENS E PROPOSIÇÕES LEGISLATIVAS DO PODER EXECUTIVO, MENSAGENS DE SANÇÃO E VETO, ASSISTÊNCIA TÉCNICO-JURÍDICA NO PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO E NO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO, EMISSÃO DE PARECERES E ELABORAÇÃO DE MINUTAS DE ATOS DE GESTÃO DE PESSOAL, BEM COMO DEMAIS SERVIÇOS JURÍDICOS NECESSÁRIOS À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO TIGRE-PB. FUNDAMENTO LEGAL: Inexigibilidade de Licitação nº IN00007/2026, nos termos do Art. 74, inciso III, alínea b, da Lei 14.133/21. DOTAÇÃO: Recursos Próprios do Município: 01.010 SECRETARIA DE ADMINISTRACAO – 02 091 2027 2002 – MANTER A PROCURADORIA JURIDICA MUNICIPAL – 04 122 2002 2004 – MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DE ADMINISTRACAO GERAL – 3.3.90.39 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA. VIGÊNCIA: até 06/02/2027. PARTES CONTRATANTES: Prefeitura Municipal de São João do Tigre e: CT Nº 00801/2026 - 06.02.26 - PEREIRA & CORREIA LIMA – ADVOGADOS ASSOCIADOS - R$ 48.000,00.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO TIGRE
EXTRATO DE CONTRATO

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSULTORIA E ASSESSORIA JURÍDICA ESPECIALIZADA PARA ACOMPANHAMENTO DIRETO EM AÇÕES JUDICIAIS JUNTO AO MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL NA COMARCA DE MONTEIRO-PB, PARA O MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO TIGRE-PB. FUNDAMENTO LEGAL: Inexigibilidade de Licitação nº IN00015/2026, nos termos do Art. 74, inciso III, alínea b, da Lei 14.133/21. DOTAÇÃO: Recursos Próprios do Município: 01.010 SECRETARIA DE ADMINISTRACAO – 02 091 2027 2002 – MANTER A PROCURADORIA JURIDICA MUNICIPAL – 04 122 2002 2004 – MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DE ADMINISTRACAO GERAL – 3.3.90.39 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA. VIGÊNCIA: até 13/01/2027. PARTES CONTRATANTES: Prefeitura Municipal de São João do Tigre e: CT Nº 02401/2026 - 13.02.26 - EMERSON VASCONCELOS SILVA FERREIRA SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA - R$ 44.000,00.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO TIGRE
EXTRATO DE CONTRATO

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM FORNECIMENTO DE MATERIAL DIDÁTICO COM PLATAFORMA DIGITAL – POESIA POPULAR, REPENTE E CORDEL PARA ATENDER AOS ALUNOS DO ENSINO FUNDAMENTAL II, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO TIGRE–PB. FUNDAMENTO LEGAL: Inexigibilidade de Licitação nº IN00016/2026, nos termos do Art. 74, inciso I, da Lei 14.133/21. DOTAÇÃO: Recursos Próprios do Município de São João do Tigre: 03.000 SECRETARIA DE EDUCACAO – 12 361 2017 2014 MANUTENCAO DE ATIV. DA SEC. DE EDUCACAO–ENS.FUNDAMENTAL – 1.500.1001 MATERIAL DE CONSUMO. VIGÊNCIA: até 31/12/2026. PARTES CONTRATANTES: Prefeitura Municipal de São João do Tigre e: CT Nº 02501/2026 - 16.03.26 - FIXAR EDITORA LTDA - CNPJ 59.744.645/0001-81 - R$ 184.571,60.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO TIGRE
EXTRATO DE ADITIVO

OBJETO: ARREDAMENTO DE BENS MOVEIS PARA A LOCOMOÇÃO DE PACIENTES E DEMAIS ATIVIDADES, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS DESTA MUNICIPALIDADE, DE ACORDO COM O TERMO DE REFERÊNCIA. FUNDAMENTO LEGAL: Pregão Eletrônico nº 00005/2025, Clausula Sétima do Contrato Primitivo, Arts. 107 da Lei 14.133/2021. ADITAMENTO: Prorrogação de Prazo do contrato e Adequação de valor. PARTES CONTRATANTES: Prefeitura Municipal de São João do Tigre - PB e: CT Nº 02502/2025 – L&M LOCACOES CONSTRUCOES E SERVICOS LTDA - R JOSE LAURINDO DA COSTA, 14 - CENTRO - CACIMBAS - PB, CNPJ Nº 55.608.874/0001-18 - 1º Aditivo – Prorrogação de prazo e Adequação de valor – ficando a vigência do presente contrato de 11 de Março de 2026 a 11 de Março de 2027 e adequação de valor – R$ 620.700,00 (Seiscentos e vinte mil, e setecentos reais), passando o referido contrato ao valor total de R$ 1.241.400,00 (Um milhão, duzentos e quarenta e um mil e quatrocentos reais).

São João do Tigre – PB, 16 de Março de 2026
MARCIO ALEXANDRE LEITE
Prefeito Constitucional.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE PIRANHAS
AVISO
CONCORRÊNCIA PÚBLICA 003/2026

A Diretora da fase interna torna público, para conhecimento dos interessados, que será realizado o procedimento licitatório na modalidade Concorrência Pública tipo melhor técnica e preço. Objeto: Contratação de pessoa jurídica para prestação mensal de serviços completos de agência de publicidade para a Prefeitura de São José de Piranhas-PB, englobando estudo, planejamento, criação, supervisão e veiculação de campanhas nos meios de comunicação, com o objetivo principal de garantir a transparência pública, o direito à informação e a divulgação das ações institucionais do município. A sessão ocorrerá no dia 28 de maio de 2026, às 10h, no setor de licitação, Rua Inácio Lira, 363, Centro. Os interessados poderão obter o texto integral do edital através dos endereços eletrônicos www.tce.pb.gov.br/E-mail: cplsaojosedepiranhas@gmail.com.

São José de Piranhas -PB, 30 de março de 2026.
Talita de Sousa Coelho Ferreira
Diretora Interna de Processos

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DOS RAMOS
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A REALIZAÇÃO DE SERVIÇO TÉCNICO DE CONFECÇÃO DE PRÓTESES DENTÁRIAS PARA ATENDER A DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE. FUNDAMENTO LEGAL: Concorrência Eletrônica nº 00001/2026. VIGÊNCIA: até 25/03/2027. PARTES: Prefeitura Municipal de São José dos Ramos e: ARP Nº 000112026 - 25.03.26 - MATHEUS MACIEL STUDIO DENTAL LTDA - R$ 77.400,00. ÍNTEGRA DA ATA: Diário Oficial deste Órgão.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DOS RAMOS
EXTRATO DE CONTRATO

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A REALIZAÇÃO DE SERVIÇO TÉCNICO DE CONFECÇÃO DE PRÓTESES DENTÁRIAS PARA ATENDER A DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE. FUNDAMENTO LEGAL: Concorrência Eletrônica nº 00001/2026. DOTAÇÃO: 02.051 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE – 10 301 1007 2033 15001002 3390.39 99 – Manutenção do Fundo Municipal de Saúde – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica. Fonte de recurso: Recursos não vinculados de Impostos – Saúde 02.051 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE – 10 301 1007 2029 16000000 3390.39 99 – Programa Saúde Bucal – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica. Fonte de recurso: Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal – Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde.. VIGÊNCIA: até 25/03/2027. PARTES CONTRATANTES: Prefeitura Municipal de São José dos Ramos e: CT Nº 00080/2026 - 25.03.26 - MATHEUS MACIEL STUDIO DENTAL LTDA - CNPJ **.***.949/0001-** - R$ 77.400,00 (setenta e sete mil e quatrocentos reais).

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DOS RAMOS
ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00003/2026

Nos termos do relatório final apresentado pelo Pregoeiro e observado parecer da Assessoria Jurídica, referente ao Pregão Eletrônico nº 00003/2026, que objetiva: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM LOCAÇÃO DE ESTRUTURA PARA FEIRAS, EVENTOS INSTITUCIONAIS, DATAS COMEMORATIVAS, FESTIVIDADES TRADICIONAIS E PALESTRAS REALIZADAS PELO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DOS RAMOS – PB; ADJUDICO o objeto e HOMOLOGO a licitação, com base nos elementos constantes do processo correspondente, os quais apontam como proponentes vencedores: A P A PROMOCOES E EVENTOS LTDA - CNPJ: **.***.042/0001-** - R$ 75.000,00; ADRIANO DOS SANTOS JALES EIRELI - CNPJ: **.***.086/0001-** - R$ 128.946,72; ALEXANDRE LAURENTINO DA SILVA LTDA - CNPJ: **.***.957/0001-** - R$ 33.900,00; C H BRITO ROLIM - CNPJ: **.***.331/0001-** - R$ 354.800,00. Ficando desde já os vencedores convocados para, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, proceder com a assinatura da ARP.

São José dos Ramos - PB, 30 de Março de 2026
MATHEUS AMORIM MARANHÃO E SILVA
Prefeito

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DOS RAMOS
ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 00002/2026

Nos termos do relatório final apresentado pelo Agente de Contratação e observado parecer da Assessoria Jurídica, referente a Concorrência Eletrônica nº 00002/2026, que objetiva: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA REALIZAÇÃO DE EXAMES DE DIAGNÓSTICO POR IMAGENS PARA ATENDER A DEMANDA DA SECRETARIA DE SAÚDE DE SÃO JOSÉ DOS RAMOS/PB; ADJUDICO o objeto e HOMOLOGO a licitação, com base nos elementos constantes do processo correspondente, os quais apontam como proponente vencedor: DRR CLINICA E SERVICOS MEDICOS LTDA - CNPJ: **.***.833/0001-** - R$ 36.272,00. Ficando desde já a vencedora convocada para, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, proceder com a assinatura da ARP e do Contrato.

São José dos Ramos - PB, 30 de Março de 2026
MATHEUS AMORIM MARANHÃO E SILVA
Prefeito

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DOS RAMOS
ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 00005/2026

Nos termos do relatório final apresentado pelo Agente de Contratação e observado parecer da Assessoria Jurídica, referente a Concorrência Eletrônica nº 00005/2026, que objetiva: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA A CONSTRUÇÃO DE 20 UNIDADES HABITACIONAIS–MCMV NO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DOS RAMOS (PB). PROPOSTA Nº 40282/2025. PROPOSTA NOVO PAC – SELEÇÃO: 56000006192/2025. MINISTÉRIO DAS CIDADES; ADJUDICO o objeto e HOMOLOGO a licitação, com base nos elementos constantes do processo correspondente, os quais apontam como proponente vencedor: PROENG CONSTRUCOES E CONSULTORIAS LTDA - CNPJ: **.***.929/0001-** - R$ 1.973.000,00. Ficando desde já a vencedora convocada para, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, proceder com a assinatura do Contrato.

São José dos Ramos - PB, 30 de Março de 2026
MATHEUS AMORIM MARANHÃO E SILVA
Prefeito

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA GRANDE
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGAO ELETRONICO: 012/2026

A Prefeitura Municipal de Serra Grande – PB, torna público a licitação sob modalidade Pregão Eletrônico, do tipo menor preço por ITEM, para: Aquisição parcelada de material de expediente, para atender as necessidades das secretarias do município de Serra Grande – PB, conforme especificações no edital.

Data e horário do início da disputa: 09:00hs/ min (Horário de Brasília), do dia 14/04/2026.
Fundamento legal: Lei 14.133/21 e subsidiárias.
LOCAL: Portal de Compras Públicas – www.portaldecompraspublicas.com.br.
Modo de Disputa: Aberto e fechado.
Edital: https://www.gov.br/ pncp/pt-br, Portal Compras Públicas e TCE/PB e no cplserragrande@gmail.com, todos os dias úteis das 08h00min às 12h00min.

Serra Grande-PB, 30 de março de 2026.
JOSE ANDRESON FILHO
DIRETOR INTERNO DE LICITAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRARIA
EXTRATO DE CONTRATO

OBJETO: Aquisição de Peixes Congelados, para serem distribuídos com famílias carentes deste Município durante o período da semana santa. FUNDAMENTO LEGAL: Pregão Eletrônico nº 00009/2026. DOTAÇÃO: Recursos não Vinculados de Impostos: 3.3.90.32.01 Material, Bem ou Serviço P/Distr Gratuita. VIGÊNCIA: até o final do exercício financeiro de 2026. PARTES CONTRATANTES: Prefeitura Municipal de Serraria e: CT Nº 00036/2026 - 26.03.26 - FRIGORIFICO ARAUJO PARAIBANO LTDA - CNPJ 35.050.486/0001-57 - R$ 68.000,00 (sessenta e oito mil reais).

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRARIA
ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00009/2026

Nos termos do relatório final apresentado pelo Pregoeiro e observado parecer da Assessoria Jurídica, referente ao Pregão Eletrônico nº 00009/2026, que objetiva: Aquisição de Peixes Congelados, para serem distribuídos com famílias carentes deste Município durante o período da semana santa; ADJUDICO o objeto e HOMOLOGO a licitação, com base nos elementos constantes do processo correspondente, os quais apontam como proponente vencedor: FRIGORIFICO ARAUJO PARAIBANO LTDA - CNPJ: 35.050.486/0001-57 - R$ 68.000,00.

Serraria - PB, 25 de março de 2026
ENEIAS PEREIRA DA SILVA
Prefeito

PREFEITURA MUNICIPAL DE SOLÂNEA
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00021/2026

Torna público que fará realizar através do Pregoeiro Oficial e Equipe de Apoio, sediada na Rua Pernambuco, S/N - Centro - Solânea - PB, por meio do site www.portaldecompraspublicas.com.br, licitação modalidade Pregão Eletrônico, do tipo menor preço, para: Aquisição de material de expediente para as Secretarias deste Município. Abertura da sessão pública: 09:00 horas do dia 14 de Abril de 2026. Início da fase de lances: para ocorrer nessa mesma sessão pública. Referência: horário de Brasília - DF. Recursos: previstos no orçamento vigente. Fundamento legal: Lei Federal nº 14.133/21; Lei Complementar nº 123/06; Instrução Normativa nº 73 SEGES/ME/22; e legislação pertinente, consideradas as alterações posteriores das referidas normas. Informações: das 08:00 as 12:00 horas dos dias úteis, no endereço supracitado. Telefone: (083) 3363–1285. E-mail: licitacaopms@solanea.pb.gov.br.

Edital: www.solanea.pb.gov.br; www.tce.pb.gov.br; www.portaldecompraspublicas.com.br; www.gov.br/pncp.

Solânea - PB, 30 de março de 2026
EDIVALDETE SILVA VIANA
Pregoeiro Oficial

PREFEITURA MUNICIPAL DE SOLÂNEA
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00022/2026

Torna público que fará realizar através do Pregoeiro Oficial e Equipe de Apoio, sediada na Rua Pernambuco, S/N - Centro - Solânea - PB, por meio do site www.portaldecompraspublicas.com.br, licitação modalidade Pregão Eletrônico, do tipo menor preço, para: Aquisição de materiais de limpeza diversos, destinados ao atendimento das necessidades das Secretarias Municipais. Abertura da sessão pública: 13:30 horas do dia 14 de Abril de 2026. Início da fase de lances: para ocorrer nessa mesma sessão pública. Referência: horário de Brasília - DF. Recursos: previstos no orçamento vigente. Fundamento legal: Lei Federal nº 14.133/21; Lei Complementar nº 123/06; Instrução Normativa nº 73 SEGES/ME/22; e legislação pertinente, consideradas as alterações posteriores das referidas normas. Informações: das 08:00 as 12:00 horas dos dias úteis, no endereço supracitado. Telefone: (083) 3363–1285. E-mail: licitacaopms@solanea.pb.gov.br. Edital: www.solanea.pb.gov.br; www.tce.pb.gov.br; www.portaldecompraspublicas.com.br; www.gov.br/pncp.

Solânea - PB, 30 de março de 2026
EDIVALDETE SILVA VIANA
Pregoeiro Oficial

PREFEITURA MUNICIPAL DE SOLÂNEA
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00023/2026

Torna público que fará realizar através do Pregoeiro Oficial e Equipe de Apoio, sediada na Rua Pernambuco, S/N - Centro - Solânea - PB, por meio do site www.portaldecompraspublicas.com.br, licitação modalidade Pregão Eletrônico, do tipo menor preço, para: Aquisição parcelada de refeições, quentinhas e lanches para as diversas Secretarias deste Município, para o exercício de 2026. Abertura da sessão pública: 09:00 horas do dia 16 de Abril de 2026. Início da fase de lances: para ocorrer nessa mesma sessão pública. Referência: horário de Brasília - DF. Recursos: previstos no orçamento vigente. Fundamento legal: Lei Federal nº 14.133/21; Lei Complementar nº 123/06; Instrução Normativa nº 73 SEGES/ME/22; e legislação pertinente, consideradas as alterações posteriores das referidas normas. Informações: das 08:00 as 12:00 horas dos dias úteis, no endereço supracitado. Telefone: (083) 3363–1285. E-mail: licitacaopms@solanea.pb.gov.br. Edital: www.solanea.pb.gov.br; www.tce.pb.gov.br; www.portaldecompraspublicas.com.br; www.gov.br/pncp.

Solânea - PB, 30 de março de 2026
EDIVALDETE SILVA VIANA
Pregoeiro Oficial

PREFEITURA MUNICIPAL DE SOLÂNEA
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00024/2026

Torna público que fará realizar através do Pregoeiro Oficial e Equipe de Apoio, sediada na Rua Pernambuco, S/N - Centro - Solânea - PB, por meio do site www.portaldecompraspublicas.com.br, licitação modalidade Pregão Eletrônico, do tipo menor preço, para: Aquisição parcelada de materiais, instrumentais e equipamentos odontológicos, para o exercício de 2026. Abertura da sessão pública: 09:00 horas do dia 15 de Abril de 2026. Início da fase de lances: para ocorrer nessa mesma sessão pública. Referência: horário de Brasília - DF. Recursos: previstos no orçamento vigente. Fundamento legal: Lei Federal nº 14.133/21; Lei Complementar nº 123/06; Instrução Normativa nº 73 SEGES/ME/22; e legislação pertinente, consideradas as alterações posteriores das referidas normas. Informações: das 08:00 as 12:00 horas dos dias úteis, no endereço supracitado. Telefone: (083) 3363–1285. E-mail: licitacaopms@solanea.pb.gov.br. Edital: www.solanea.pb.gov.br; www.tce.pb.gov.br; www.portaldecompraspublicas.com.br; www.gov.br/pncp.

Solânea - PB, 30 de março de 2026

EDIVALDETE SILVA VIANA
Pregoeiro Oficial

PREFEITURA MUNICIPAL DE SOUSA
CREDENCIAMENTO ELETRÔNICO Nº 003/2026

O diretor interno publica, que será realizado procedimento licitatório na modalidade credenciamento eletrônico: empresas para o fornecimento de materiais de construção, materiais elétricos, hidráulico e similares, destinados a suprir as demandas da Prefeitura do Município de Sousa/PB, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

Data e hora abertura dos primeiros Credenciados: 16/03/2026, às 10:00h (dez horas),
através https://www.portaldecompraspublicas.com.br.
O credenciamento fica aberto por 12 meses.
Edital: www.tce.pb.gov.br e www.sousa.pb.gov.br e www.portaldecompraspublicas.com.br.

Sousa/PB, 30 de março, de 2026.

José Cavalcante Mendes Neto
DIRIGENTE INTERNO DO PROCESSOS LICITATÓRIOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE SOUSA
CREDENCIAMENTO ELETRÔNICO Nº 004/2026

O diretor interno publica, que será realizado procedimento licitatório na modalidade credenciamento eletrônico: empresas para o fornecimento de materiais de construção, materiais elétricos, hidráulico e similares, destinados a suprir as demandas da secretaria de saúde do Município de Sousa/PB, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

Data e hora abertura dos primeiros Credenciados: 16/03/2026, às 10:00h (dez horas),
através https://www.portaldecompraspublicas.com.br.
O credenciamento fica aberto por 12 meses.
Edital: www.tce.pb.gov.br e www.sousa.pb.gov.br e www.portaldecompraspublicas.com.br.

Sousa/PB, 30 de março, de 2026.

José Cavalcante Mendes Neto
DIRIGENTE INTERNO DO PROCESSOS LICITATÓRIOS

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAÍBA
PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO

AVISO DE EDITAL
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90008/2026
Edital 008/2026

O TJ-PB, através do Pregoeiro, torna público, que realizará procedimento licitatório na citada licitação, no dia 22 de abril de 2026 às 09:00 horas, cujo objeto é o Registro de Preços para futura e eventual aquisição de Workstations com garantia de 60 (sessenta) meses conforme quantitativo, especificações e exigências estabelecidas no edital e seus anexos. Demais esclarecimentos ou a obtenção do edital poderão ser atendidos por meio da plataforma Eletrônica do Governo Federal: http://www.comprasnet.gov.br UASG 926222, preferencialmente através do telefone/whatsapp: (83) 9-9400-8910, ou pelo e-mail prege@tjpb.jus.br, e no sítio do TJ-PB: www.tjpb.jus.br

João Pessoa, 30 de março de 2026.

Fransklucio Nunes Gomes

GOVERNO DA PARAÍBA

AVISO DE CONVOCAÇÃO
EDITAL DE CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA N.º 017/2026
REGISTRO Nº 26-00663-8

OBJETO: CONSTRUÇÃO DA POLICLÍNICA EM JOÃO PESSOA – PB.

Modalidade: Concorrência. Formato: Eletrônico. Critério de julgamento: Menor Preço. Modo de disputa: Aberto/Fechado. Abertura da sessão pública: 27 de abril de 2026, às 10h, por meio do site www.comprasnet.gov.br. Para demais informações e obtenção do edital: www.comprasnet.gov.br; www.suplan.pb.gov.br/editais; E-mail: licitacao@suplan.pb.gov.br.

João Pessoa, 27 de março de 2026

Ary de Assunção Santiago Bezerra de Medeiros
Agente de Contratação

GOVERNO DA PARAÍBA

AVISO DE CONVOCAÇÃO
EDITAL DE CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA N.º 018/2026
REGISTRO nº 26-00664-6

OBJETO: CONSTRUÇÃO DA POLICLÍNICA DE CAMPINA GRANDE – PB.

Modalidade: Concorrência. Formato: Eletrônico. Critério de julgamento: Menor Preço. Modo de disputa: Aberto/Fechado. Abertura da sessão pública: 24 de abril de 2026, às 10h, por meio do site www.comprasnet.gov.br. Para demais informações e obtenção do edital: www.comprasnet.gov.br; www.suplan.pb.gov.br/editais; E-mail: licitacao@suplan.pb.gov.br.

João Pessoa, 27 de março de 2026

Ary de Assunção Santiago Bezerra de Medeiros
Agente de Contratação

GOVERNO DA PARAÍBA

AVISO DE CONVOCAÇÃO
EDITAL DE CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA N.º 016/2026
REGISTRO Nº 26-00673-7

OBJETO: CONSTRUÇÃO DA ESCOLA EM TEMPO INTEGRAL DE 13 SALAS DE AULA, PADRÃO FNDE, EM AREIAL - PB.

Modalidade: Concorrência. Formato: Eletrônico. Critério de julgamento: Menor Preço. Modo de disputa: Aberto/Fechado. Abertura da sessão pública: 28 de abril de 2026, às 10h, por meio do site www.comprasnet.gov.br. Para demais informações e obtenção do edital: www.comprasnet.gov.br; www.suplan.pb.gov.br/editais; E-mail: licitacao@suplan.pb.gov.br.

João Pessoa, 30 de março de 2026

Ary de Assunção Santiago Bezerra de Medeiros
Agente de Contratação

CAGEPA

COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTOS DA PARAÍBA – CAGEPA
CNPJ 09.123.654/0001- 87

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

1ª ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA - AGO 2026

Ficam os senhores acionistas convocados, a se reunirem em assembleia geral ordinária, a ser realizada no dia 13/04/2025, às 10 horas, na sede da Companhia, situada na Av. Feliciano Cirne n° 220, nesta Capital, para na forma do Artigo 17 do Estatuto Social, deliberarem sobre a seguinte ordem do dia:

1. Exame, discussão e votação do Relatório Integrado, bem como das Demonstrações Contábeis referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025, acompanhadas do parecer dos Auditores Independentes, do parecer do Conselho Fiscal e da Manifestação do Conselho de Administração;
2. Destinação do lucro líquido do exercício de 2025, conforme proposta da administração;
3. Eleição dos membros titulares e suplentes do Conselho Fiscal da Companhia;
4. Tratamento de outros assuntos pertinentes aos interesses dos acionistas.

Os documentos relativos às matérias em pauta estão disponíveis para consulta na sede da Companhia, em conformidade com o artigo 135, §3º da Lei 6.404/1976.

João Pessoa, 26 de março de 2026

LÚCIO LANDIM BATISTA DA COSTA
Presidente do Conselho de Administração

---

cehap Companhia Estadual de Habitação Popular — SECRETARIA DE ESTADO DA INFRAESTRUTURA E DOS RECURSOS HÍDRICOS — GOVERNO DA PARAÍBA

CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 001/2026
PROCESSSO ADMINISTRATIVO Nº CHP-PRC-2026/00841
AVISO

O GOVERNO DO ESTADO DA PARAIBA, através da COMPANHIA ESTADUAL DE HABITAÇÃO POPULAR-CEHAP, Sociedade de Economia Mista, com sede na Av. Hilton Souto Maior, nº 3059, Bairro de Mangabeira, na cidade de João Pessoa-PB, inscrita no CNPJ nº 09.111.618/0001-01 e Inscrição Estadual nº 16.055.882-4, com fulcro na Lei Federal nº 13.303/2016, Regimento Interno de Licitação, Contratos e Convênios da Cehap e a Portaria MCID nº 1.295, de 05 de outubro de 2023, Instruções Normativas e posteriores alterações do MCID, bem como outras que vierem a ser publicadas, por intermédio da Comissão Especial de Chamamento Público-CECP, nomeada pela Portaria nº 040/2025, torna público para conhecimento dos interessados, a realização do Chamamento Público nº 001/2026, aberto até 31/12/2026 para a seleção pública de EMPREENDIMENTOS HABITACIONAIS URBANOS, estruturados pela iniciativa privada, através de Agente Financeiro e que tenha interesse em disponibilizar à CEHAP, empreendimentos habitacionais a produzir ou em produção e que estejam com todas as unidades habitacionais disponíveis para comercialização, para atendimento de famílias com renda familiar mensal bruta prioritariamente compreendida entre R$ 1.621,00 (hum mil seiscentos e vinte um reais) e R$ 6.000,00 (seis mil reais), podendo ser disponibilizado o aporte de contrapartida financeira ou de bens e serviços, nos termos da Portaria MCID Nº 1.295 de 05 de outubro de 2023 do Ministério das Cidades - MCID, Instruções Normativas e posteriores alterações do MCID, bem como outras que vierem a ser publicadas, de forma a facilitar a obtenção de crédito habitacional junto ao Agente Financeiro, nas condições estabelecidas pelo Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço-CCFGTS, conforme especificações constantes no Edital e seus Anexos. A retirada do Edital e seus Anexos se dará através do E-mail: cehaplicitacao@gmail.com, bem como no sítio eletrônico da Cehap: www.cehap.pb.gov.br, na aba "TRANSPARÊNCIA-Chamamentos Públicos."

João Pessoa-PB, 30 de março de 2026.

Hebert Levy de Oliveira
Presidente da CECP

GOVERNO DA PARAÍBA

SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA EXECUTIVA DA CENTRAL DE COMPRAS
GERÊNCIA EXECUTIVA DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 043/2026
PROCESSO Nº 26.201.005693.2026

OBJETO/ÓRGÃO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO PARA REALIZAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DE CORRIDA DE RUA, destinada ao DETRAN-PB, conforme edital e anexos.

DATA E HORÁRIO: 17/04/2026 às 09h00 (horário de Brasília).

PLATAFORMA ELETRÔNICA: https://www.gov.br/compras - (compras.gov.br) UASG Nº 925302
Processo no COMPRAS.GOV.BR nº 902432026

O GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA, através da Secretaria de Estado da Administração pública, para conhecimento dos interessados que, nos termos da Lei nº 14.133/2021, e demais legislações aplicáveis, realizará a licitação em epígrafe.

Maiores informações, inclusive sobre o Edital, poderão ser obtidas pelos sites https://www.gov.br/compras, www.centraldecompras.pb.gov.br, ou através do e-mail: gelic04@centraldecompras.pb.gov.br. A Gerência de Licitação é localizada na Av. João da Mata, S/N, Bloco III, 1º andar, Jaguaribe, Centro Administrativo Estadual, CEP 58015-020, João Pessoa – PB. Tel. (83) 3208-9839.

Cadastro da CGE nº 26-00625-8

João Pessoa, data da assinatura eletrônica.

Diego de Almeida Santos
Gerente Executivo de Licitação

GOVERNO DA PARAÍBA

SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA EXECUTIVA DA CENTRAL DE COMPRAS
GERÊNCIA EXECUTIVA DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 037/2026
PROCESSO Nº 19.000.000135.2025

OBJETO/ÓRGÃO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS ANTI-HIPERTENSIVOS E DO SISTEMA CARDIOVASCULAR, destinado à SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE - SES, conforme edital e anexos.

DATA E HORÁRIO: 15/04/2026 às 09h00 (horário de Brasília).

PLATAFORMA ELETRÔNICA: https://www.gov.br/compras - (compras.gov.br) UASG Nº 925302
Processo no COMPRAS.GOV.BR nº 900372026

O GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA, através da Secretaria de Estado da Administração pública, para conhecimento dos interessados que, nos termos da Lei nº 14.133/2021, e demais legislações aplicáveis, realizará a licitação em epígrafe.

Maiores informações, inclusive sobre o Edital, poderão ser obtidas pelos sites https://www.gov.br/compras, www.centraldecompras.pb.gov.br, ou através do e-mail: gelic08@centraldecompras.pb.gov.br. A Gerência de Licitação é localizada na Av. João da Mata, S/N, Bloco III, 1º andar, Jaguaribe, Centro Administrativo Estadual, CEP 58015-020, João Pessoa – PB. Tel. (83) 3208-9839.

Cadastro da CGE nº 26-00627-5

João Pessoa, data da assinatura eletrônica.

Diego de Almeida Santos
Gerente Executivo de Licitação

CIA DE ÁGUA E ESGOTOS DA PARAIBA - CAGEPA JOAO PESSOA - CNPJ/CPF Nº 09.123.654/0001-87 Torna público que solicitou a SUDEMA - Superintendência de Administração do Meio Ambiente, SIGMA-RLI-OBRAS CIVIS-RLI=LIA Nº 2187/2025: PROC.Nº2024-003730=INSTALAÇÃO DE INTERCEPTORES, EMISSÁRIOS E REDE COLETORA DE ESGOTO=CÓDIGO: 56.68.286=ÁREA: 0,26 KM=L/AT: SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO, CENTRO, CABEDELO-PB. Processo: 2026-003363/TEC/RLI-0050.

HEMOCENTRO — HEMOCENTRO COORDENADOR DA PARAÍBA — NÚCLEO DE LICITAÇÃO — NCLIC-HC — GOVERNO DA PARAÍBA

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO Nº SES-PRC-2025/41699
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2026
DATA DE SESSÃO: 16/04/2026- ÀS 09:30h.
ACOLHIMENTO DAS PROPOSTAS: 01/04/2026 AS 08:00hs
REGISTRO CGE Nº26-00547-6
LICITAÇÃO COMPRAS.GOV Nº 90101/2026

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE LABORATÓRIO PARA SOROLOGIA COM EQUIPAMENTO EM COMODATO COM GESTÃO DE MANUTENÇÕES E REPOSIÇÃO DE PEÇAS VISANDO ATENDER AS NECESSIDADES DO HEMOCENTRO DA PARAÍBA.

O Hemocentro da Paraíba, através do seu Pregoeiro, Sr. Misael de Jesus Medeiros, Mat. 912.492-6, nomeado pela Portaria nº 334/2025/GS/SES, torna público, para conhecimento dos interessados, que fará a licitação acima, na modalidade Pregão do tipo Eletrônico, sob o critério do menor preço por Lote. O Edital ficará à disposição dos interessados no prazo prescrito na legislação pertinente, na Sala do NÚCLEO DE LICITAÇÃO DO HEMOCENTRO-PB, situada na Av. Dom Pedro II, nº 1548, Jaguaribe, João Pessoa–PB de segunda a sexta-feira, no HORÁRIO das 08h às 12h e das 13:30 às 17h, no Telefone/Fax: 83. 3133-3461 ou pelo e-mail: nclic.hemocentro.pb@gmail.com ou nos endereços eletrônicos dos portais www.gov.br/compras/pt-br, pncp.gov.br e centraldecompras.pb.gov.br. SUPORTE LEGAL: Lei nº 14.133/2021. Fonte de recursos: 600 – TRANSF F A F-MANUTENÇÃO AÇÕES E SERVIÇOS.

João Pessoa, 30 de março de 2026.

Misael de Jesus Medeiros
Agente de contratação
Matrícula nº 912.492-6

COMISSÃO ELEITORAL – ELEIÇÕES 2026
EDITAL DE CONVOCAÇÃO

A Comissão Eleitoral constituída no dia 21 de fevereiro de 2026, para gerir o processo eleitoral do SISEMBANS, atendendo o que preceitua o Estatuto da entidade, para o pleito referente ao mandato da Diretoria para o quadriênio 2026/2030 (01/06/2026 a 31/05/2030), vem convocar todos os servidores públicos municipais da base territorial de Bananeiras-PB, filiados ao SISEMBANS, em dia com as finanças do sindicato e aptos para votarem e serem votados, de acordo com o documento supra citado, que se encontra à disposição de todos na sede do Sindicato, para participarem das Eleições da entidade representativa, para tanto fazendo saber:

1. Eleição/Posse da Diretoria Executiva e Conselho Fiscal
2. Local: Sede do Sindicato, Rua Marechal Deodoro da Fonseca, 10, 1º Andar, Centro, Bananeiras-PB.
3. Data: 25 de abril de 2026.
4. Horário da Eleição: das 08:00h às 16:00h.
5. Prazo para Registro de chapas: 07 (sete) dias corridos após publicação deste edital, conforme Estatuto.
6. Documentação necessária, Artigo 29 do Estatuto da entidade:

a. Solicitação de Registro de Chapa devidamente preenchido em 02 (duas) vias; disponível na sede. Horário expediente, 07:00H às 11:00H – 13:00H às 17:00H.

b. Ficha de qualificação (individual para cada cargo na chapa), devidamente, preenchida e assinada pelo(a) candidato(a); disponível na sede. Horário expediente, 07:00H às 11:00H – 13:00H às 17:00H.

c. Xerox da carteira de identidade e contracheque comprovando o desconto da contribuição sindical ou recibo de pagamento da contribuição, na forma e prazo estabelecidos no Estatuto da entidade.

7. Prazo para impugnação: 05 (cinco) dias após publicação de homologação das chapas, conforme Estatuto.
8. Poderão votar nas eleições para a Diretoria Executiva e o Conselho Fiscal, os servidores que estiverem em dia com suas obrigações sindicais nos termos do art. 6º, alínea A e art. 7º, alínea A, bem como, possuam, antes da realização do pleito, no mínimo 06 (seis) meses de filiação no quadro social do sindicato; e poderão ser votados, os servidores que contarem antes da data do registro de sua chapa, com no mínimo 01 (um) ano de filiação no quadro social do sindicato e mais de 02 (dois) anos no exercício da atividade profissional). (Artigo 6º, alínea "a"; Artigo 43).
9. Concorrendo 02 (duas) ou mais chapas, será declarada vitoriosa a que obtiver 50% (cinquenta por cento) mais 01 (um) dos votos válidos e obedecendo demais requisitos, do Artigo 29, § 6º do Estatuto do SISEMBANS.
10. Havendo somente uma chapa registrada para as eleições, seguirá ritual postulado no Artigo 29, § 7º do Estatuto do SISEMBANS.

Bananeiras-PB, 31 de março de 2026.

A Comissão Eleitoral:
Tonielle Lucena de Moraes-Membro-Presidente
Senildo Henrique da Silva-Membro-Secretário
Gilvando Quirino da Silva-Membro

CIA DE ÁGUA E ESGOTOS DA PARAIBA - CAGEPA JOAO PESSOA - CNPJ/CPF Nº 09.123.654/0001-87 Torna público que solicitou a SUDEMA - Superintendência de Administração do Meio Ambiente, SIGMA-LI-OBRAS CIVIS-LP/LI=IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO= COD.:56.68.286= EXTENSÃO:408METROS=L/ATV:MUNICIPIO: SÃO DOMINGOS/PB. Processo: 2026-003389/TEC/LI-0088.

CIA DE AGUA E ESGOTOS DA PARAIBA - CAGEPA JOAO PESSOA - CNPJ/CPF Nº 09.123.654/0001-87 Torna público que a SUDEMA - Superintendência de Administração do Meio Ambiente emitiu a Licença de Instalação Nº 0524/2026, em João Pessoa, 09 de fevereiro de 2026 - Prazo 365 dias, Ampliação do Sistema de Abastecimento de Água das cidades de Mamanguape, Itapororoca e Rio Tinto/PB, Sistema Adutor de Araçagi Ramal Leste, Mamanguape - PB. Processo: 2026-000507/TEC/RLI-0011.

CIA DE AGUA E ESGOTOS DA PARAIBA - CAGEPA JOAO PESSOA - CNPJ/CPF Nº 09.123.654/0001-87 Torna público que a SUDEMA - Superintendência de Administração do Meio Ambiente emitiu a Licença de Instalação Nº 0586/2026, em João Pessoa, 19 de fevereiro de 2026 - Prazo 730 dias, Sistema de Abastecimento de Água Ramal entre as cidades de Cuitegi e Guarabira - PB. Processo: 2026-000446/TEC/RLI-0010.

CIA DE AGUA E ESGOTOS DA PARAIBA - CAGEPA JOAO PESSOA - CNPJ/CPF Nº 09.123.654/0001-87 Torna público que a SUDEMA - Superintendência de Administração do Meio Ambiente emitiu a Licença de Instalação Nº 0890/2026, em João Pessoa, 20 de março de 2026 - Prazo 1095 dias, Sistema de Abastecimento de Água nos municípios de Paulista e Vista Serrana - PB. Processo: 2026-001937/TEC/RLI-0036.

A COMPANHIA ESTADUAL DE HABITAÇÃO POPULAR - CEHAP-CNPJ/CPF Nº 09.111.618/0001-01, torna público que requereu a SUDEMA – Superintendência de Administração do Meio Ambiente, a LICENÇA DE INSTALAÇÃO – através do Proc. 2026-003237/TEC/LI-0085 para a construção do conjunto habitacional popular composto por 50 unidades habitacionais, com Sistema de Esgotamento sanitário do tipo Tanque Séptico e Sumidouro, no município de TENÓRIO-PB.

CIA DE AGUA E ESGOTOS DA PARAIBA - CAGEPA JOAO PESSOA - CNPJ/CPF Nº 09.123.654/0001-87 Torna público que a SUDEMA - Superintendência de Administração do Meio Ambiente emitiu a Licença de Operação Nº 0970/2026, em João Pessoa, 30 de março de 2026 - Prazo 1825 dias, Sistema de Abastecimento de Água (SAA) integrado Jacaraú/Pedro Régis - PB. Processo: 2026-001357/TEC/RLO-0104.

CIA DE AGUA E ESGOTOS DA PARAIBA - CAGEPA JOAO PESSOA - CNPJ/CPF Nº 09.123.654/0001-87 Torna público que a SUDEMA - Superintendência de Administração do Meio Ambiente emitiu a Licença de Operação Nº 0973/2026, em João Pessoa, 30 de março de 2026 - Prazo 1825 dias, Sistema de Abastecimento de Água - SAA da cidade de Várzea - PB. Processo: 2026-001803/TEC/RLO-0141.

CIA DE AGUA E ESGOTOS DA PARAIBA - CAGEPA JOAO PESSOA - CNPJ/CPF Nº 09.123.654/0001-87 Torna público que a SUDEMA - Superintendência de Administração do Meio Ambiente emitiu a Licença de Instalação Nº 0975/2026, em João Pessoa, 30 de março de 2026 - Prazo 1095 dias, Sistema de Esgotamento Sanitário do município de Bayeux-PB. Processo: 2026-002341/TEC/RLI-0041.

CIA DE AGUA E ESGOTOS DA PARAIBA - CAGEPA JOAO PESSOA - CNPJ/CPF Nº 09.123.654/0001-87 Torna público que a SUDEMA - Superintendência de Administração do Meio Ambiente emitiu a Licença de Instalação Nº 0978/2026, em João Pessoa, 30 de março de 2026 - Prazo 1095 dias, Ampliação do Sistema de Abastecimento de Água de Juazeirinho-PB. Processo: 2026-002655/TEC/LI-0070.

Leve para casa
o Jornal A União,
a melhor informação

Assine agora
3218-6500/83 99117-7042
circulacao@epc.pb.gov.br

JORNAL A UNIÃO

Companhia de Água e Esgotos da Paraíba - CAGEPA

CNPJ/MF 09.123.654/0001-87

RELATÓRIO INTEGRADO DA COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTOS DA PARAÍBA

1. MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

O exercício de 2025 foi marcado por avanços estruturais relevantes na trajetória da Companhia de Água e Esgotos da Paraíba (CAGEPA). Em um cenário de transformações regulatórias, maior exigência por eficiência e aceleração das metas de universalização do saneamento, a Companhia manteve desempenho consistente, reforçando sua capacidade de gerar valor público de forma sustentável.

O ambiente econômico nacional apresentou crescimento moderado, inflação ainda pressionada e custos de financiamento elevados, exigindo disciplina financeira e gestão prudente dos recursos. Mesmo diante desse contexto, a CAGEPA registrou resultados sólidos, com crescimento das receitas, manutenção da rentabilidade e ampliação da capacidade de investimento. O lucro líquido de R$ 177,6 milhões e o EBITDA de R$ 340,9 milhões evidenciam a eficiência operacional e a sustentabilidade econômico-financeira da Companhia, assegurando equilíbrio entre modicidade tarifária, continuidade dos serviços e expansão da infraestrutura.

No campo operacional, 2025 consolidou a Paraíba como referência em eficiência hídrica. O Estado liderou o Nordeste na redução de perdas de água e posicionou-se entre os dez melhores do Brasil nesse indicador. João Pessoa destacou-se como a melhor capital nordestina em saneamento e a quarta do país, refletindo investimentos estruturantes, modernização dos sistemas e qualificação técnica das equipes.

A Companhia avançou na ampliação e modernização de sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário em diversas regiões do Estado, fortalecendo a segurança hídrica, especialmente no semiárido. Projetos estruturantes, ampliação de adutoras, modernização de estações de tratamento, implantação do Centro de Controle Operacional e investimentos em automação consolidaram um novo padrão de gestão orientado por dados, eficiência e resiliência.

A inovação assumiu papel estratégico na evolução institucional. O reconhecimento nacional da solução de Gestão Integrada da Falta d'Água, o registro de propriedade intelectual em parceria com instituição acadêmica (UFPB) e a institucionalização do Laboratório de Inovação evidenciam maturidade tecnológica e integração com o ecossistema científico. A transformação digital ampliou a integração de sistemas, fortaleceu a governança da informação e elevou a capacidade de tomada de decisão baseada em dados.

O relacionamento com municípios, colegiados microrregionais, clientes e órgãos reguladores foi fortalecido, consolidando o modelo regionalizado como instrumento essencial para a universalização sustentável. A ampliação dos canais digitais de atendimento, a consolidação da jornada omnichannel e as campanhas de negociação reforçaram a proximidade com a população e contribuíram para o equilíbrio econômico-financeiro da Companhia.

No âmbito socioambiental, a CAGEPA reafirmou seu compromisso com a proteção dos recursos hídricos, a conformidade ambiental e a adaptação às mudanças climáticas. A ampliação do uso de energias renováveis, a migração para o mercado livre de energia, a implantação de usinas fotovoltaicas e a estruturação do inventário de emissões de gases de efeito estufa demonstram alinhamento às melhores práticas de sustentabilidade. A atuação em comitês de bacias hidrográficas, as ações de recuperação de mananciais e os programas de educação ambiental reforçam a responsabilidade institucional com as gerações atuais e futuras.

A estruturação da Parceria Público-Privada para ampliação do esgotamento sanitário em 85 municípios, com investimentos estimados em aproximadamente R$ 3 bilhões, representa um passo estratégico para acelerar a universalização, ampliar a cobertura e modernizar sistemas, mantendo o controle público, a regulação adequada e o compromisso com a qualidade dos serviços.

Este Relatório Integrado foi elaborado com base no princípio da conectividade das informações, evidenciando a relação entre estratégia, governança, riscos, desempenho e geração de valor público. O documento reflete o compromisso permanente com a transparência, a prestação de contas e o aprimoramento contínuo das práticas institucionais.

A Diretoria executiva declara que as informações aqui apresentadas foram consolidadas com base em dados institucionais oficiais, submetidas a processo interno de validação e aprovadas pelas instâncias competentes de governança, assegurando integridade, consistência e fidedignidade.

O ano de 2025 reafirma que a CAGEPA evolui de forma integrada, conectando desempenho financeiro, eficiência operacional, inovação, responsabilidade socioambiental e fortalecimento institucional. Seguimos firmes no propósito de promover saúde pública, qualidade de vida e desenvolvimento sustentável, ampliando o acesso ao saneamento com responsabilidade, resiliência e geração contínua de valor público para a sociedade paraibana.

2. SOBRE ESTE RELATÓRIO

Este Relatório Integrado apresenta as informações institucionais, estratégicas, operacionais e financeiras da Companhia de Água e Esgotos da Paraíba – CAGEPA, referentes ao exercício de 2025 (1º de janeiro a 31 de dezembro de 2025), além de fatos relevantes previstos para 2026, organizadas a partir da abordagem de geração de valor por meio dos capitais mobilizados no modelo de negócios.

A estrutura do documento está fundamentada na compreensão de que a atuação da Companhia depende da integração equilibrada de diferentes estoques de valor, que são utilizados, transformados e preservados ao longo do tempo. Dessa forma, o relatório evidencia como a CAGEPA mobiliza e conecta o Capital Financeiro, Manufaturado, Humano, Intelectual, Social e Relacional e Natural para assegurar a continuidade, a expansão e a sustentabilidade dos serviços públicos de saneamento no Estado da Paraíba.

Ao adotar essa divisão, o relatório permite compreender de maneira sistêmica como os recursos financeiros sustentam investimentos e garantem equilíbrio econômico; como a infraestrutura operacional viabiliza a prestação contínua dos serviços; como o conhecimento, a tecnologia e a inovação fortalecem a eficiência e a governança; como as pessoas asseguram a execução qualificada das atividades; como as relações institucionais e sociais garantem legitimidade e estabilidade; e como os recursos naturais constituem base essencial para a operação e para a geração de valor público sustentável.

A abordagem por capitais também evidencia a interdependência entre essas dimensões. A sustentabilidade financeira depende da eficiência operacional; a inovação tecnológica apoia a redução de perdas e a preservação dos recursos hídricos; o fortalecimento das relações institucionais contribui para a segurança jurídica e para a universalização dos serviços; e a proteção ambiental assegura a continuidade do abastecimento no longo prazo.

As informações apresentadas foram consolidadas a partir de dados institucionais oficiais e contribuições das áreas técnicas e administrativas, buscando garantir coerência, transparência e conectividade entre estratégia, governança, desempenho e impactos gerados. O relatório combina análise qualitativa e indicadores quantitativos, refletindo o estágio atual de maturidade dos sistemas de informação e reporte da Companhia.

Ao organizar seu relato com base nos capitais, a CAGEPA reafirma seu compromisso com uma visão integrada de gestão, na qual desempenho econômico, responsabilidade socioambiental, eficiência operacional e fortalecimento institucional são compreendidos como dimensões complementares da geração de valor público para a sociedade paraibana.

3. DESTAQUES

Reconhecimento e Compromisso com a Sustentabilidade

Em 2025, a CAGEPA consolidou avanços estruturais que reforçam sua capacidade de gerar valor no curto, médio e longo prazo. Em um cenário de maior exigência regulatória e aceleração das metas de universalização do saneamento, a Companhia manteve trajetória consistente de desempenho econômico, eficiência operacional, inovação tecnológica e fortalecimento institucional, sustentada por práticas sólidas de governança e gestão integrada.

No capital manufaturado e operacional, os resultados alcançados posicionaram a Paraíba como referência em eficiência hídrica. O Estado lidera o Nordeste na redução de perdas de água e figura entre as dez melhores do Brasil, segundo o Instituto Trata Brasil e o Centro de Liderança Pública. João Pessoa consolidou-se como a melhor capital nordestina em saneamento e a quarta do país, refletindo a efetividade dos investimentos, a qualificação técnica das equipes e o aprimoramento contínuo dos processos operacionais.

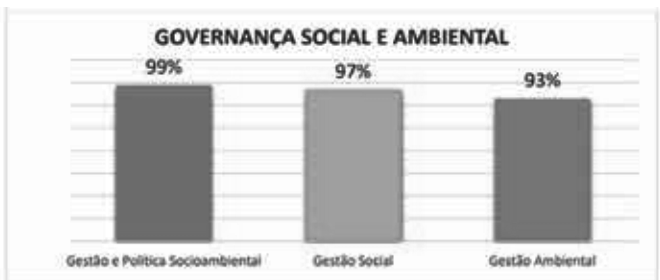
No capital intelectual e tecnológico, a inovação foi fortalecida por meio de parcerias estratégicas com o IFPB, a UFPB e a Funetec, com investimentos em pesquisa aplicada e desenvolvimento de soluções digitais. Destaca-se a conquista do primeiro registro de software no INPI, voltado ao monitoramento inteligente e autossuficiente de sistemas de abastecimento, reforçando a transição para um saneamento orientado por dados, eficiência energética e sustentabilidade.

No capital humano, a Companhia avançou na renovação e qualificação do quadro funcional por meio de concursos públicos, ampliou programas de integração e desenvolvimento e consolidou práticas modernas de gestão de pessoas. O reconhecimento externo das práticas de gestão de pessoas foi evidenciado pela conquista do 3º lugar na categoria ASG do Prêmio Ser Humano da ABRH-PB em 2025, reforçando o compromisso da CAGEPA com a valorização, o desenvolvimento e o engajamento de seus profissionais.

No capital social e relacional, a ampliação da cooperação com municípios e a implantação de soluções digitais de gestão da água em comunidades rurais reafirmam o compromisso com a inclusão hídrica, a redução das desigualdades regionais e o desenvolvimento sustentável do semiárido paraibano. A conquista, pelo terceiro ano consecutivo, da certificação "O Cliente Recomenda" evidencia a centralidade do cliente nas estratégias institucionais e o contínuo fortalecimento da confiança na CAGEPA.

Em 2025, a CAGEPA iniciou o processo de renovação das certificações Selo Verde e ASG, reafirmando seu compromisso com a sustentabilidade, a responsabilidade socioambiental e as boas práticas de governança corporativa. A iniciativa evidencia o fortalecimento de políticas e práticas alinhadas aos pilares ambiental, social e de governança, contribuindo para maior transparência, eficiência operacional e aprimoramento do relacionamento com as partes interessadas. Os resultados desse processo estão sintetizados no gráfico a seguir, que apresenta a evolução do desempenho da Companhia nos critérios avaliados para a renovação das certificações.

Gráfico 1 – Desempenho da Governança Social e Ambiental



Fonte: Companhia de Água e Esgotos da Paraíba

Figura 1 - Selo verde 2023,2024 e 2025

Fonte: Companhia de Água e Esgotos da Paraíba

4. IDENTIDADE INSTITUCIONAL

4.1. Histórico e Natureza Jurídica

Somos uma estatal de economia mista criada em 1966, responsável por garantir o acesso à água potável e o tratamento de esgoto para milhões de paraibanos. Com mais de cinco décadas de atuação, a Companhia se consolidou como um importante agente de desenvolvimento social e econômico do estado, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida da população.

Gráfico 2 – Distribuição das Ações

Fonte: Companhia de Água e Esgotos da Paraíba

4.2. Área de Atuação

Estamos presentes em 213 municípios sede e em mais 21 distritos e povoados do Estado da Paraíba, abrangendo um total de 234 localidades atendidas dentre os 223 municípios que compõem o estado.

4.3. Regionalização

A prestação dos serviços ocorre sob modelo regionalizado, conforme, Lei Complementar Estadual nº 168/2021, assegurando coordenação interfederativa e sustentabilidade econômico-financeira.

4.4. Missão e Direcionadores Estratégicos

A nossa missão é promover saúde pública e qualidade de vida, por meio da universalização do saneamento básico de forma sustentável.

Consolidando uma gestão eficiente dos recursos hídricos, responsabilidade socioambiental e compromisso com a sustentabilidade institucional no longo prazo.

A Companhia orienta sua atuação por:

- Sustentabilidade econômico-financeira;
- Segurança hídrica;
- Eficiência operacional;
- Transparência;
- Universalização progressiva

A CAGEPA exerce papel central no saneamento básico da Paraíba, atuando na execução das políticas públicas do setor. Também atua de forma articulada com colegiados microrregionais, municípios e órgãos estaduais, fortalecendo o planejamento e a continuidade dos serviços. Dessa forma, consolida-se como agente essencial ao desenvolvimento social e econômico do Estado.

5. CONTEXTO ESTRATÉGICO

5.1. Ambiente Econômico

O ano de 2025 foi caracterizado por um cenário macroeconômico de crescimento moderado, inflação ainda pressionada e custos de financiamento sensíveis às condições internas e externas. As estimativas consolidadas de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) mostram que a economia brasileira expandiu cerca de 2,3% em 2025, resultado próximo às projeções divulgadas pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA).

As projeções de mercado também indicaram crescimento robusto em torno de 2,25% para 2025, conforme divulgado pelo Boletim Focus, refletindo ajustes sucessivos ao longo do ano diante de sinais de desaceleração em alguns setores e dinâmica moderada da economia.

Nesse contexto, a inflação oficial medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) para 2025 foi revisada para baixo ao longo do ano e consolidou-se em torno de 4,4% a 4,6%, ainda acima da meta central de 3% com faixa de tolerância, mas indicando tendência de convergência à medida que pressões de preços se moderam.

A política monetária permaneceu restritiva em 2025, com a taxa básica de juros (SELIC) mantendo-se em patamares elevados próximos de 15% ao ano, como parte dos esforços de autoridade monetária para conter pressões inflacionárias e ancorar expectativas.

No mercado de trabalho, indicadores apontaram uma taxa de desocupação relativamente baixa em 2025, refletindo resiliência da demanda por mão de obra em meio a um crescimento econômico ainda positivo, embora moderado. As projeções também sugerem que o desemprego se manteve em níveis considerados reduzidos ao longo do ano, contribuindo para a estabilidade social e de renda.

Quanto ao câmbio, a cotação média do dólar frente ao real ao longo de 2025 oscilou em torno de patamares moderados, influenciada por fluxos de capitais, desempenho das exportações e pelas expectativas sobre política monetária e condições externas, reforçando a necessidade de cautela em operações financeiras vinculadas à dívida externa e reservas internacionais.

Para 2026, as projeções mais recentes indicam uma desaceleração do ritmo de crescimento em comparação a 2025. Segundo o Ipea, a economia brasileira deve crescer cerca de 1,8% em 2026, refletindo impactos persistentes de juros elevados, condições externas incertas e um cenário ainda desafiador para o consumo e investimentos.

De forma semelhante, projeções de mercado (Boletim Focus) apontam para um crescimento do PIB de aproximadamente 1,8% a 1,85% em 2026, reforçando expectativas de moderação da atividade econômica.

As expectativas de inflação para 2026 também sinalizam uma trajetória de gradual convergência ao centro da meta, com projeções variando em torno de 3,5% a 4,2%, ainda dentro da faixa de tolerância estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN).

Esse cenário econômico, com crescimento moderado em 2025, inflação acima do centro da meta do Banco Central, porém mais controlada, e expectativas de menor crescimento em 2026, reforça a importância de uma gestão prudente e estratégica do Capital Financeiro da CAGEPA. Diante de custos de financiamento ainda elevados e de um ambiente de incertezas externas, a Companhia mantém equilíbrio entre modicidade tarifária, continuidade dos serviços essenciais, capacidade de investimento e resiliência institucional.

A atuação integrada do planejamento financeiro, aliada à diversificação das fontes de recursos (incluindo receitas tarifárias, aportes públicos, financiamentos e parcerias institucionais), permite à CAGEPA mitigar os efeitos de variáveis econômicas adversas e garantir a execução eficiente de projetos estratégicos de expansão, modernização e melhoria da infraestrutura de saneamento, gerando valor e promovendo o bem-estar social no Estado da Paraíba.

5.2. Ambiente Regulatório

5.2.1. Marco Legal do Saneamento

O Novo Marco Legal do Saneamento, instituído pela Lei nº 14.026/2020, redefiniu a organização do setor no Brasil ao estabelecer diretrizes voltadas à universalização dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário até 2033. A legislação exige a formalização de contratos regulares e financeiramente sustentáveis, fortalece a atuação das entidades reguladoras, incentiva a regionalização dos serviços e amplia as possibilidades de participação da iniciativa privada, inclusive por meio de parcerias público-privadas. Também promove a adoção de modelos de gestão mais eficientes e previsíveis, assegurando sustentabilidade econômica, social e ambiental aos serviços públicos de saneamento básico, em alinhamento com o interesse público e com a melhoria da qualidade de vida da população.

5.2.2. Regionalização

A regionalização tem se mostrado um instrumento essencial para ampliar a eficiência operacional, promover isonomia tarifária e assegurar maior uniformidade regulatória entre os municípios. Esse modelo favorece a atração de investimentos, o compartilhamento de infraestrutura e a otimização de recursos, gerando ganhos de escala e fortalecendo a coordenação interfederativa. Ao apoiar a sustentabilidade ambiental e financeira dos serviços, a regionalização se consolida como um dos pilares fundamentais para avançar na universalização do saneamento básico de forma eficaz, equilibrada e inclusiva.

5.2.3. Contratos de Longo Prazo

Os contratos de longo prazo constituem um pilar do novo marco regulatório do saneamento, garantindo segurança jurídica, previsibilidade e sustentabilidade econômico-financeira à prestação dos serviços. Eles formalizam a relação entre o poder concedente e a prestadora, estabelecendo obrigações, metas e mecanismos de fiscalização, o que permite melhor planejamento dos investimentos necessários para a expansão e melhoria dos sistemas de água e esgoto. No caso da CAGEPA, todos os contratos de prestação de serviços encontram-se vigentes, atualizados e regulares, assegurando estabilidade institucional e reforçando o compromisso da Companhia com padrões elevados de governança, eficiência e continuidade do atendimento à população.

5.3. Ambiente Climático e Resiliência Regional

5.3.1. Ambiente Climático

O ano de 2025 foi marcado, no Brasil, pela intensificação de eventos climáticos extremos, evidenciando a crescente vulnerabilidade socioambiental do país diante das mudanças climáticas. Episódios de estiagens prolongadas, ondas de calor severas e aumento expressivo de incêndios florestais afetam diferentes regiões, comprometendo a disponibilidade hídrica, a produção agrícola, a geração de energia e a estabilidade de cadeias produtivas estratégicas.

A irregularidade no regime de chuvas impactou reservatórios e bacias hidrográficas, pressionando sistemas de abastecimento urbano e rural, além de influenciar diretamente a geração hidrelétrica. Paralelamente, o aumento das temperaturas médias e a ocorrência de incêndios ampliaram os custos ambientais, sociais e econômicos, exigindo maior coordenação entre entes públicos, setor produtivo e sociedade civil.

5.3.2. Resiliência Regional

Em contraste com os impactos mais severos observados em outras regiões, o Nordeste demonstrou relativa resiliência econômica em 2025, registrando crescimento acima da média nacional. Esse desempenho foi impulsionado por uma estrutura produtiva mais diversificada e por investimentos estratégicos em infraestrutura hídrica, logística e energética.

No caso específico da Paraíba, destacam-se três vetores de dinamismo:

- Agronegócio adaptado ao semiárido: expansão de culturas resistentes à variabilidade climática, uso mais eficiente da irrigação e incorporação de tecnologias de manejo sustentável;
- Turismo: fortalecimento do setor, especialmente no litoral, com impacto positivo na geração de emprego e renda;
- Tecnologia e serviços: crescimento de polos de inovação e ampliação da economia digital, reduzindo a dependência exclusiva de atividades mais sensíveis às condições climáticas.

Além disso, investimentos em infraestrutura hídrica como sistemas adutores integrados e ampliação da capacidade de armazenamento contribuíram para mitigar riscos associados à escassez de água, reforçando a segurança hídrica regional.

A expansão de projetos de energia renovável, especialmente solar e eólica, também desempenhou papel relevante na resiliência regional. A elevada incidência solar no Nordeste consolidou a região como destaque na geração de energia limpa, reduzindo a dependência de fontes hidrelétricas sujeitas à variabilidade climática.

Esse contexto evidencia que a resiliência regional não decorre apenas de condições naturais favoráveis, mas de políticas públicas estruturantes, planejamento estratégico e diversificação econômica. A combinação entre adaptação climática, investimentos em infraestrutura e inovação produtiva fortaleceu a capacidade do Nordeste e da Paraíba de enfrentar adversidades ambientais sem comprometer o crescimento econômico.
Os eventos de 2025 reforçam a necessidade de integração entre gestão ambiental, planejamento econômico e políticas de adaptação climática. Para regiões historicamente marcadas pela variabilidade hídrica, como o semiárido paraibano, a resiliência não é apenas uma resposta conjuntural, mas um elemento estruturante do desenvolvimento sustentável.
Assim, o fortalecimento da segurança hídrica, a expansão das energias renováveis, a inovação tecnológica e a diversificação produtiva consolidam-se como pilares estratégicos para enfrentar os desafios climáticos futuros, mantendo a estabilidade econômica e promovendo desenvolvimento regional sustentável.

6. GERAÇÃO DE VALOR PÚBLICO

O valor gerado transcende resultados financeiros e se traduz em saúde pública, estabilidade social e desenvolvimento regional.

Figura 2 - Geração de Valor Público

Fonte: Companhia de Água e Esgotos da Paraíba

7. MODELOS DE NEGÓCIOS

A CAGEPA atua como prestadora de serviços públicos essenciais, com fundamento em contratos de longo prazo firmados com os municípios e na prestação regionalizada deliberada pelos colegiados microrregionais. Seu modelo de negócios está orientado à geração de valor público, transformando recursos financeiros, humanos, tecnológicos, institucionais e ambientais em serviços contínuos, seguros e sustentáveis, alinhados ao interesse coletivo e às diretrizes do marco legal do saneamento.
Nesse contexto, a Companhia transforma seis capitais em serviços públicos essenciais, por meio de um ciclo contínuo de geração de valor:

7.1. Capitais Mobilizados

Figura 3 - Capitais Mobilizados

Fonte: Companhia de Água e Esgotos da Paraíba

7.2. Atividades Principais

Atuamos na prestação dos serviços públicos de saneamento básico, com foco no abastecimento de água potável e na coleta e tratamento de esgotos sanitários. Em 2025, a Companhia reforçou seu compromisso com a melhoria contínua, estruturando sua atuação de modo a equilibrar qualidade do serviço, inovação e organização operacional. A operação e manutenção dos sistemas são conduzidas por unidades regionais, supervisionadas pela sede administrativa, com acompanhamento técnico e suporte corporativo.

7.2.1. Abastecimento de água

O processo de gestão do abastecimento de água inicia-se na captação, realizada em mananciais superficiais como rios, açudes e barragens ou em fontes subterrâneas, por meio de poços tubulares profundos. A definição da fonte hídrica considera as características hidrogeológicas da região, a disponibilidade e a qualidade da água bruta, bem como as condições ambientais e operacionais do sistema.
Após a captação, a água é conduzida por gravidade ou bombeamento até a Estação de Tratamento de Água (ETA), onde passa por um conjunto de processos físico-químicos destinados à remoção de impurezas, partículas em suspensão, microrganismos patogênicos e substâncias indesejáveis. O tratamento convencional compreende, em regra, as etapas de coagulação, floculação, decantação, filtração e desinfecção, assegurando a potabilidade da água em conformidade com os padrões estabelecidos pela legislação sanitária vigente.
Concluído o tratamento, a água é encaminhada aos reservatórios, estruturas estratégicas para a regularização de vazões, manutenção da pressão na rede e garantia da continuidade do abastecimento, inclusive em situações de pico de consumo ou eventuais interrupções operacionais.
Na etapa final, a água é distribuída à população por meio de um sistema integrado de adutoras, redes de distribuição e ramais prediais, garantindo o atendimento domiciliar, comercial e institucional, com foco na universalização, segurança hídrica, eficiência operacional e controle de perdas.
Esse ciclo configura um processo técnico contínuo e estruturado, que envolve monitoramento permanente da qualidade da água, manutenção preventiva e corretiva das estruturas, gestão de riscos e planejamento sustentável dos recursos hídricos, contribuindo diretamente para a saúde pública, o desenvolvimento socioeconômico e a proteção ambiental.
Paralelamente, a CAGEPA desenvolve ações permanentes de preservação e monitoramento dos mananciais, atuando de forma articulada com a Agência Executiva de Gestão das Águas do Estado da Paraíba (AESA), a Superintendência de Administração do Meio Ambiente (SUDEMA) e a Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA).

Figura 4 - Processo de Abastecimento de Água

Fonte: Companhia de Água e Esgotos da Paraíba

7.2.2. Coleta e Tratamento de Esgoto

No âmbito do esgotamento sanitário, a CAGEPA é responsável por todas as etapas do sistema, que compreendem a coleta, o transporte, o tratamento e a destinação final ambientalmente adequada dos efluentes domésticos. Essas atividades desempenham papel fundamental na proteção dos recursos hídricos, na preservação dos ecossistemas aquáticos e na promoção da saúde pública.
A coleta é realizada por meio de redes coletoras que recebem os efluentes provenientes de residências, estabelecimentos comerciais, indústrias e demais usuários. Posteriormente, o esgoto é conduzido por gravidade ou por meio de estações elevatórias até as Estações de Tratamento de Esgotos (ETEs), onde são realizadas as etapas de tratamento necessárias para a redução da carga poluidora.
O processo de tratamento predominante na Companhia utiliza sistemas de lagoas de estabilização, nos quais o esgoto é submetido a processos biológicos naturais. Nesse sistema, a estabilização da matéria orgânica ocorre pela ação de microrganismos, principalmente bactérias e algas, que promovem a degradação da carga orgânica presente nos efluentes.
As lagoas de estabilização podem apresentar diferentes configurações de tratamento, como lagoas anaeróbias seguidas de lagoas facultativas, ou sistemas compostos por lagoas anaeróbias, facultativas e de maturação. A definição da configuração adotada em cada sistema depende de fatores como a carga orgânica afluente, as condições climáticas locais, a área disponível para implantação, os requisitos de eficiência do tratamento e os padrões ambientais aplicáveis ao corpo receptor. Essas variáveis orientam o dimensionamento das unidades e a escolha da alternativa tecnológica mais adequada para cada localidade atendida.
Nas ETEs, os efluentes passam por processos físicos, químicos e biológicos destinados à remoção de matéria orgânica, sólidos suspensos, nutrientes e microrganismos patogênicos. O tratamento adequado dos esgotos contribui para a melhoria da qualidade dos corpos hídricos receptores, reduz a pressão sobre os ecossistemas e fortalece a segurança ambiental dos territórios atendidos.
Após o tratamento, o efluente é devolvido ao meio ambiente em conformidade com os padrões e normas ambientais vigentes. Em sistemas de maior porte ou complexidade operacional, as unidades contam com monitoramento contínuo e controle operacional sistemático, assegurando a eficiência dos processos, a estabilidade operacional e a conformidade ambiental das unidades de tratamento.

Figura 5 - Processo de Lagoas de Estabilização

Fonte: Companhia de Água e Esgotos da Paraíba

7.2.3. Análises e Qualidade

Para garantir a qualidade da água distribuída e dos efluentes tratados, a CAGEPA mantém estrutura laboratorial própria, responsável pela realização de análises físico-químicas e microbiológicas, seguindo as diretrizes regulamentares do setor. As análises abrangem parâmetros de potabilidade e controle ambiental, sendo complementadas por serviços laboratoriais contratados quando necessário.
No esgotamento sanitário, o monitoramento inclui a avaliação de parâmetros relacionados à carga orgânica, características físico-químicas e presença de microrganismos, de forma a assegurar a conformidade com as normas ambientais.
A prestação contínua dos serviços prestados pela CAGEPA está associada a um conjunto de benefícios de natureza social, ambiental e institucional.
No âmbito de suas atividades essenciais, a CAGEPA assegura o abastecimento de água e a coleta e tratamento de esgoto, contribuindo diretamente para a melhoria das condições de vida da população, para a promoção de práticas adequadas de higiene e para o funcionamento regular das atividades domésticas, produtivas e institucionais.
A atuação da Companhia também possui relevante dimensão ambiental, ao reduzir o lançamento de efluentes no meio ambiente, proteger os corpos hídricos e promover o uso racional dos recursos naturais, alinhando-se às políticas públicas de preservação e sustentabilidade.
Sob a perspectiva urbanística e institucional, os serviços de saneamento constituem infraestrutura estruturante ao desenvolvimento das cidades, ao ordenamento territorial e à expansão planejada das atividades econômicas, reforçando a segurança hídrica e a confiabilidade no acesso à água, especialmente diante dos desafios climáticos.
Dessa forma, o conjunto das atividades da CAGEPA configura elemento fundamental para o bem-estar coletivo e para o desenvolvimento sustentável do território atendido.

7.3. Resultados

- Serviços contínuos;
- Cumprimento regulatório;
- Impactos positivos na saúde e no meio ambiente

8. GOVERNANÇA E GESTÃO DE RISCOS

8.1. Estrutura de Governança

A nossa governança compreende o conjunto de estruturas, instâncias decisórias, práticas e mecanismos de controle que orientam a condução institucional da Companhia, assegurando integridade, transparência, responsabilidade e eficiência na prestação dos serviços públicos de saneamento.
A estrutura é organizada de modo a garantir a adequada segregação de funções entre a direção executiva, as instâncias de supervisão e os órgãos de controle, promovendo equilíbrio decisório, conformidade regulatória e alinhamento estratégico com a missão institucional. Esse arranjo fortalece a tomada de decisão qualificada, o acompanhamento da gestão e a proteção do interesse público.
No nível estratégico, a governança é exercida pelo Conselho de Administração e por seus comitês de apoio, responsáveis pela definição de diretrizes institucionais, supervisão da gestão e deliberação sobre matérias relevantes. No nível executivo, a Diretoria Executiva conduz a gestão operacional, técnica, administrativa e financeira, em consonância com as orientações emanadas das instâncias superiores de governança.
A Companhia mantém estruturas específicas voltadas ao controle, à conformidade e à integridade, incluindo funções de auditoria e gestão de riscos, que contribuem para o monitoramento dos processos, a prevenção de irregularidades e o fortalecimento das práticas de gestão responsável. Esses mecanismos asseguram a aderência às normas legais, regulatórias e institucionais aplicáveis ao setor de saneamento e às empresas estatais.
A governança da CAGEPA fundamenta-se ainda na observância dos princípios de ética, transparência e prestação de contas, refletidos na divulgação de informações institucionais e no relacionamento com órgãos reguladores, entes concedentes, órgãos de controle e demais partes interessadas. Essa interação integra o modelo de governança e reforça a legitimidade institucional da Companhia.
De forma integrada, a estrutura de governança sustenta a capacidade da CAGEPA de planejar, executar e monitorar sua atuação no curto, médio e longo prazos, conectando estratégia, gestão de riscos, alocação de recursos e desempenho institucional. Essa base contribui para a geração de valor e para a continuidade responsável dos serviços essenciais de saneamento.
Estamos sujeitos às disposições das Leis Federais nº 6.404/1976 (Lei das Sociedades por Ações), nº 13.303/2016 (Lei das Estatais) e nº 14.026/2020 (Novo Marco Legal do Saneamento), bem como à legislação estadual aplicável, incluindo a Lei Complementar Estadual nº 168/2021 e as normas da Agência de Regulação do Estado da Paraíba – ARPB. Internamente, a Companhia é regida por seu Estatuto Social, por políticas aprovadas pelo Conselho de Administração e por normas administrativas da Diretoria Executiva.
Nesse contexto, a CAGEPA adota diversas políticas corporativas, a exemplo das Políticas de Gestão de Riscos Estratégicos, Transações com Partes Relacionadas, Divulgação de Informações, Inovação e Combate à Redução de Perdas, entre outras. O Código de Conduta e Integridade (CCI) constitui instrumento central para a promoção de práticas éticas, estabelecendo diretrizes claras sobre comportamentos aceitáveis e vedados no âmbito da Companhia.
Ao associar-se ao Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC) e alinhar-se às orientações do Institute of Internal Auditors (IIA), a CAGEPA reafirma seu compromisso com o fortalecimento da governança corporativa e a adoção das melhores práticas nacionais e internacionais. Essa iniciativa proporciona acesso a conhecimento especializado e ferramentas estratégicas que impulsionam a melhoria contínua dos processos, a mitigação de riscos e o fortalecimento da confiança dos stakeholders.

8.2. Remuneração dos administradores

A remuneração dos administradores segue a Política de Remuneração vigente desde 2019, aprovada pelos Conselhos de Administração, Fiscal e Diretoria Executiva, sendo o montante global definido pela Assembleia Geral, conforme a Lei nº 6.404/1976 e o Estatuto Social da CAGEPA. A política considera responsabilidades, tempo dedicado, competência e valor de mercado. Informações sobre remuneração dos administradores e demais colaboradores estão disponíveis publicamente no sistema SAGRES do TCE/PB em https://sagres.tce.pb.gov.br.

7.2.3. Análises e Qualidade

Para garantir a qualidade da água distribuída e dos efluentes tratados, a CAGEPA mantém estrutura laboratorial própria, responsável pela realização de análises físico-químicas e microbiológicas, seguindo as diretrizes regulamentares do setor. As análises abrangem parâmetros de potabilidade e controle ambiental, sendo complementadas por serviços laboratoriais contratados quando necessário. No esgotamento sanitário, o monitoramento inclui a avaliação de parâmetros relacionados à carga orgânica, características físico-químicas e presença de microrganismos, de forma a assegurar a conformidade com as normas ambientais.
A prestação contínua dos serviços prestados pela CAGEPA está associada a um conjunto de benefícios de natureza social, ambiental e institucional.
No âmbito de suas atividades essenciais, a CAGEPA assegura o abastecimento de água e a coleta e tratamento de esgoto, contribuindo diretamente para a melhoria das condições de vida da população, para a promoção de práticas adequadas de higiene e para o funcionamento regular das atividades domésticas, produtivas e institucionais.
A atuação da Companhia também possui relevante dimensão ambiental, ao reduzir o lançamento de efluentes no meio ambiente, proteger os corpos hídricos e promover o uso racional dos recursos naturais, alinhando-se às políticas públicas de preservação e sustentabilidade.
Sob a perspectiva urbanística e institucional, os serviços de saneamento constituem infraestrutura estruturante ao desenvolvimento das cidades, ao ordenamento territorial e à expansão planejada das atividades econômicas, reforçando a segurança hídrica e a confiabilidade no acesso à água, especialmente diante dos desafios climáticos.
Dessa forma, o conjunto das atividades da CAGEPA configura elemento fundamental para o bem-estar coletivo e para o desenvolvimento sustentável do território atendido.

7.3. Resultados

● Serviços contínuos;
● Cumprimento regulatório;
● Impactos positivos na saúde e no meio ambiente

8. GOVERNANÇA E GESTÃO DE RISCOS

8.1. Estrutura de Governança

A nossa governança compreende o conjunto de estruturas, instâncias decisórias, práticas e mecanismos de controle que orientam a condução institucional da Companhia, assegurando integridade, transparência, responsabilidade e eficiência na prestação dos serviços públicos de saneamento.
A estrutura é organizada de modo a garantir a adequada segregação de funções entre a direção executiva, as instâncias de supervisão e os órgãos de controle, promovendo equilíbrio decisório, conformidade regulatória e alinhamento estratégico com a missão institucional. Esse arranjo fortalece a tomada de decisão qualificada, o acompanhamento da gestão e a proteção do interesse público.
No nível estratégico, a governança é exercida pelo Conselho de Administração e por seus comitês de apoio, responsáveis pela definição de diretrizes institucionais, supervisão da gestão e deliberação sobre matérias relevantes. No nível executivo, a Diretoria Executiva conduz a gestão operacional, técnica, administrativa e financeira, em consonância com as orientações emanadas das instâncias superiores de governança.
A Companhia mantém estruturas específicas voltadas ao controle, à conformidade e à integridade, incluindo funções de auditoria e gestão de riscos, que contribuem para o monitoramento dos processos, a prevenção de irregularidades e o fortalecimento das práticas de gestão responsável. Esses mecanismos asseguram a aderência às normas legais, regulatórias e institucionais aplicáveis ao setor de saneamento e às empresas estatais.
A governança da CAGEPA fundamenta-se ainda na observância dos princípios de ética, transparência e prestação de contas, refletidos na divulgação de informações institucionais e no relacionamento com órgãos reguladores, entes concedentes, órgãos de controle e demais partes interessadas. Essa interação integra o modelo de governança e reforça a legitimidade institucional da Companhia.
De forma integrada, a estrutura de governança sustenta a capacidade da CAGEPA de planejar, executar e monitorar sua atuação no curto, médio e longo prazos, conectando estratégia, gestão de riscos, alocação de recursos e desempenho institucional. Essa base contribui para a geração de valor e para a continuidade responsável dos serviços essenciais de saneamento.
Estamos sujeitos às disposições das Leis Federais nº 6.404/1976 (Lei das Sociedades por Ações), nº 13.303/2016 (Lei das Estatais) e nº 14.026/2020 (Novo Marco Legal do Saneamento), bem como à legislação estadual aplicável, incluindo a Lei Complementar Estadual nº 168/2021 e as normas da Agência de Regulação do Estado da Paraíba – ARPB. Internamente, a Companhia é regida por seu Estatuto Social, por políticas aprovadas pelo Conselho de Administração e por normas administrativas da Diretoria Executiva.
Nesse contexto, a CAGEPA adota diversas políticas corporativas, a exemplo das Políticas de Gestão de Riscos Estratégicos, Transações com Partes Relacionadas, Divulgação de Informações, Inovação e Combate à Redução de Perdas, entre outras. O Código de Conduta e Integridade (CCI) constitui instrumento central para a promoção de práticas éticas, estabelecendo diretrizes claras sobre comportamentos aceitáveis e vedados no âmbito da Companhia.
Ao associar-se ao Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC) e alinhar-se às orientações do Institute of Internal Auditors (IIA), a CAGEPA reafirma seu compromisso com o fortalecimento da governança corporativa e a adoção das melhores práticas nacionais e internacionais. Essa iniciativa proporciona acesso a conhecimento especializado e ferramentas estratégicas que impulsionam a melhoria contínua dos processos, a mitigação de riscos e o fortalecimento da confiança dos stakeholders.

8.2. Remuneração dos administradores

A remuneração dos administradores segue a Política de Remuneração vigente desde 2019, aprovada pelos Conselhos de Administração, Fiscal e Diretoria Executiva, sendo o montante global definido pela Assembleia Geral, conforme a Lei nº 6.404/1976 e o Estatuto Social da CAGEPA. A política considera responsabilidades, tempo dedicado, competência e valor de mercado. Informações sobre remuneração dos administradores e demais colaboradores estão disponíveis publicamente no sistema SAGRES do TCE/PB em https://sagres.tce.pb.gov.br.

8.3. Gestão de Riscos

A atuação da CAGEPA na prestação dos serviços públicos de saneamento está inserida em um ambiente regulatório, operacional, ambiental e institucional dinâmico, sujeito a incertezas e transformações ao longo do tempo. Nesse contexto, a identificação e o acompanhamento de riscos e oportunidades constituem elementos relevantes para a gestão e para a capacidade da Companhia de gerar valor público no curto, médio e longo prazos.
Os riscos e oportunidades são compreendidos como fatores internos e externos que podem influenciar a continuidade da prestação dos serviços, a sustentabilidade econômico-financeira, a execução da estratégia institucional e a utilização dos diferentes capitais envolvidos no modelo de negócios.
A análise adotada pela Companhia possui caráter institucional e prospectivo, considerando tendências regulatórias, condições operacionais, disponibilidade de recursos, fatores ambientais e arranjos de governança interfederativa associados ao setor de saneamento.

8.3.1. Principais categorias de riscos

De forma geral, os riscos associados à atuação da Companhia podem ser agrupados nas seguintes categorias:
Riscos regulatórios e institucionais - relacionados a mudanças normativas, exigências regulatórias, processos de regionalização, revisão de contratos e condicionantes legais aplicáveis à prestação dos serviços.
Riscos operacionais - associados à manutenção e expansão da infraestrutura, à complexidade dos sistemas, à continuidade operacional e à eficiência dos processos de produção e distribuição de água e de coleta e tratamento de esgoto.
Riscos econômico-financeiros - relacionados ao equilíbrio entre receitas, custos, necessidade de investimentos, estrutura de financiamento e sustentabilidade financeira da operação no longo prazo.
Riscos ambientais e climáticos - associados à disponibilidade hídrica, à variabilidade climática, a eventos extremos e às condicionantes ambientais que afetam a captação de água e a operação dos sistemas.
Riscos sociais e de relacionamento institucional - relacionados à coordenação com municípios, entes regionais, órgãos reguladores e demais partes interessadas envolvidas na prestação dos serviços.
A abordagem deste documento não tem por objetivo detalhar matrizes técnicas de risco, probabilidades ou níveis de impacto, mas sim evidenciar os principais vetores de incerteza que podem afetar a capacidade de geração de valor da Companhia.

8.3.2. Principais oportunidades

O ambiente atual do setor de saneamento também apresenta oportunidades relevantes para o fortalecimento institucional e para a ampliação da capacidade de geração de valor público pela Companhia.
Entre as principais oportunidades observadas destacam-se:
● o avanço de arranjos regionais e institucionais voltados à universalização dos serviços;
● o acesso a fontes estruturadas de financiamento para investimentos em infraestrutura;
● a modernização tecnológica dos sistemas operacionais e de gestão;
● iniciativas de eficiência operacional e redução de perdas;
● o fortalecimento de parcerias institucionais e cooperações técnicas;
● a ampliação progressiva da cobertura de abastecimento e esgotamento sanitário.
Essas oportunidades, quando adequadamente estruturadas e alinhadas à estratégia institucional, contribuem para o fortalecimento dos capitais utilizados pela Companhia e para a ampliação do valor público entregue à sociedade. Além disso, a estrutura de governança e compliance consolida o pilar de Governança da agenda Ambiental, Social e Governança - ASG, assegurando maior integridade, transparência e alinhamento às melhores práticas de gestão.

8.3.3. Gestão e tratamento de riscos

A CAGEPA adota práticas de gestão, monitoramento e acompanhamento de riscos e oportunidades integradas à sua estrutura de governança, planejamento e controle. Essas práticas envolvem instâncias decisórias, processos de acompanhamento operacional, observância regulatória e instrumentos de planejamento financeiro e institucional.
O tratamento de riscos e oportunidades está associado:
● ao planejamento estratégico;
● à gestão dos capitais;
● à priorização de investimentos;
● aos mecanismos de controle e conformidade;
● ao diálogo com entes reguladores e institucionais.
Essa abordagem busca reduzir vulnerabilidades, ampliar a capacidade de resposta institucional e orientar a tomada de decisão de forma consistente com a missão pública da Companhia.

8.3.4. Conexão com o modelo de negócios e os capitais

Os riscos e as oportunidades identificadas possuem relação direta com os capitais mobilizados no modelo de negócios da CAGEPA. Fatores regulatórios e institucionais afetam o capital social e relacional; fatores ambientais impactam o capital natural; aspectos econômico-financeiros influenciam o capital financeiro; e os riscos operacionais e tecnológicos se relacionam com os capitais manufaturado, humano e intelectual.
A consideração integrada desses elementos reforça a visão sistêmica adotada no Relatório Integrado, permitindo compreender como incertezas e oportunidades podem influenciar a capacidade de geração de valor público ao longo do tempo.

9. ESTRATÉGIA E ALOCAÇÃO DE CAPITAL

9.1. Estratégia

A estratégia institucional da CAGEPA está orientada por objetivos estruturantes de curto, médio e longo prazos, alinhados à sua missão.
No horizonte de curto prazo, a Companhia prioriza a continuidade operacional dos sistemas, a estabilidade da prestação dos serviços, o cumprimento das obrigações regulatórias e contratuais e o fortalecimento dos mecanismos de controle e governança.
No médio prazo, a atuação estratégica está voltada à ampliação progressiva da cobertura dos serviços, à modernização da infraestrutura operacional, ao aperfeiçoamento dos processos de gestão e ao fortalecimento da sustentabilidade econômico-financeira da operação.
No longo prazo, a orientação estratégica considera os desafios da universalização do saneamento, da resiliência hídrica, da adaptação às condicionantes regulatórias e ambientais e do fortalecimento institucional da Companhia como agente público estruturante do desenvolvimento estadual.
Os objetivos estratégicos são considerados de forma integrada à gestão dos capitais, à priorização de investimentos e à alocação responsável de recursos, em consonância com a natureza pública e essencial dos serviços prestados.

9.2. Alocação de Capital

Os recursos utilizados pela CAGEPA constituem a base que sustenta a prestação dos serviços de saneamento e, portanto, representam os principais inputs do seu modelo de negócios. Entre eles estão, os recursos físicos e operacionais, os recursos humanos, os recursos tecnológicos e organizacionais, os recursos financeiros, e os recursos institucionais e regulatórios.

Gráfico 3 –Receita dos Serviços

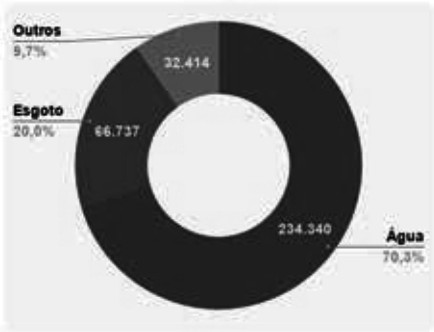
Fonte: Companhia de Água e Esgotos da Paraíba

Os investimentos realizados com recursos próprios somaram R$ 151,3 milhões, dos quais R$ 89,6 milhões foram destinados aos sistemas de abastecimento de água, R$ 29,3 milhões aos sistemas de esgotamento sanitário e R$ 32,4 milhões à aquisição de bens de uso geral, assegurando suporte às atividades operacionais e administrativas.
Além dos recursos próprios, a Companhia amplia sua capacidade de investimento por meio da captação de recursos federais, como o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC/OGU), operações associadas ao FGTS e iniciativas apoiadas pela Funasa. Em 2025, esses projetos financiados totalizaram aproximadamente R$ 48,1 milhões, contribuindo para a expansão e modernização dos sistemas em diversas regiões do Estado.
Os aportes do acionista majoritário, o Governo do Estado da Paraíba, reforçam a estrutura financeira, especialmente em iniciativas estratégicas alinhadas às políticas públicas de saneamento. Em 2025, foram destinados R$ 133,9 milhões em recursos, reforçando a capacidade de investimento e a sustentabilidade econômico-financeira da CAGEPA.

Gráfico 4 – Investimentos

Fonte: Companhia de Água e Esgotos da Paraíba

Gráfico 5 – Investimentos por categorias em 2025



Fonte: Companhia de Água e Esgotos da Paraíba

I. Projetos Estruturantes e Financiamentos

Entre os principais projetos estruturantes, destaca-se o Projeto de Segurança Hídrica da Paraíba (PSH-PB), viabilizado por contrato de empréstimo com o Banco Mundial. A CAGEPA atua como executora, aplicando recursos na implantação de obras como a adutora da Transparaíba Cariri, ampliando a integração hídrica regional e a oferta de água no semiárido paraibano. O projeto prevê a implantação de mais de 360 km de adutora, além de intervenções no sistema de esgotamento sanitário da Região Metropolitana de João Pessoa, beneficiando diretamente João Pessoa, Bayeux e Cabedelo, com acompanhamento ambiental e social do Banco Mundial e ações na área de perdas como a construção do novo Centro de Controle Operacional e Automação do Sistema Integrado Região metropolitana de João Pessoa, e automação do Sistema de Abastecimento d´água das cidades de João Pessoa e Cabedelo..
Em 2025, o Governo do Estado formalizou operação de crédito junto ao Novo Banco de Desenvolvimento (Banco do BRICS) no valor de R$430 milhões, dos quais R$85 milhões correspondem à contrapartida estadual. Os recursos serão integralmente direcionados à execução de projetos de infraestrutura hídrica, com foco na mitigação da escassez de água e no fortalecimento do desenvolvimento regional.
Parte relevante desse montante será destinada à 2ª etapa da Adutora do Curimataú, ampliando a capacidade de abastecimento em municípios historicamente afetados pela insuficiência hídrica, como Juazeirinho, Pedra Lavrada, Nova Palmeira, Olivedos, Damião, Barra de Santa Rosa, Araruna, Cacimba de Dentro, Cuité e Nova Floresta.
A operação de crédito também contempla a implantação da Adutora da Região de Catolé do Rocha, beneficiando os municípios de Jericó, Mato Grosso, Brejo dos Santos, Bom Sucesso e Lagoa, reforçando a segurança hídrica no Sertão paraibano.
Complementando a carteira de investimentos estruturantes, foi anunciada, em 2025, a publicação de edital para construção de quatro novas barragens, com investimento total de R$177 milhões. As estruturas serão implantadas nos municípios de:
● Sumé – Barragem Formigueiro (7,93 hm³);
● Uiraúna – Barragem Olho d'Água Seco (2,483 hm³);
● Pombal – Barragem Estrelo (4,430 hm³);
● Catingueira – Barragem com capacidade de 37,986 hm³.
A capacidade de investimento também é ampliada por meio da parceria com a Agência Francesa de Desenvolvimento (AFD), no valor de € 50 milhões, destinada à implementação do Programa de Água e Esgotamento do Estado da Paraíba. O programa contempla 24 projetos de abastecimento de água e esgotamento sanitário, incluindo implantação e ampliação de redes coletoras, adutoras, estações elevatórias, reservatórios e modernização de estações de tratamento.
Além dos investimentos físicos, os recursos mobilizados junto à AFD abrangem ações de fortalecimento institucional, como assistência técnica, aprimoramento do planejamento financeiro, gestão socioambiental e promoção da igualdade profissional.
A Companhia também conta com apoio complementar do fundo FEXTE, voltado à cooperação técnica na gestão e valorização do lodo das ETEs, reforçando práticas ambientalmente sustentáveis.

II. Instrumentos de Ampliação da Capacidade de Investimento

Com o objetivo de acelerar a universalização do saneamento e fortalecer sua sustentabilidade econômico-financeira, a CAGEPA adota instrumentos estruturantes de ampliação da capacidade de investimento, destacando-se a modelagem de Parcerias Público-Privadas (PPP).
Nesse contexto, foi formalizado contrato entre o Estado da Paraíba e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para estruturação de projeto voltado à ampliação da cobertura de esgotamento sanitário em até 93 municípios. A iniciativa integra a estratégia estadual de adequação ao novo marco legal do saneamento básico e de antecipação das metas de universalização.
Em 2025, a Companhia publicou a Consulta Pública nº 01/2025, marco inicial do processo de estruturação da PPP destinada à universalização do esgotamento sanitário nas microrregiões do Alto Piranhas e do Litoral. A modelagem prevê investimentos estimados em aproximadamente R$ 3 bilhões, ao longo de contrato com prazo de 25 anos, direcionados à expansão da cobertura, modernização de sistemas, incremento da eficiência operacional e melhoria da qualidade dos serviços.
A contratação ocorrerá na modalidade de concessão administrativa, contemplando, entre outros objetivos:
● ampliação e requalificação das redes de esgotamento sanitário;
● modernização de estruturas existentes;
● ganhos de eficiência energética e hidráulica;
● melhoria das condições operacionais;
● atendimento contínuo e regular à população;
● alinhamento às diretrizes regulatórias vigentes.

O leilão da PPP, previsto para o 1° semestre de 2026, representa uma etapa estratégica para viabilizar a mobilização de capital privado complementar, ampliar a escala dos investimentos e acelerar a entrega de resultados à sociedade.
Importante destacar que a CAGEPA permanece como empresa pública responsável pela titularidade, regulação contratual e controle da qualidade dos serviços. A parceria não implica transferência de decisões estratégicas à iniciativa privada, mas constitui instrumento de cooperação voltado à ampliação da capacidade de investimento, à redução de riscos financeiros e à otimização da execução dos projetos.
A iniciativa integra os Planos Regionais de Saneamento Básico das microrregiões envolvidas e reforça o compromisso institucional com eficiência operacional, sustentabilidade de longo prazo e geração de valor público, contribuindo para a melhoria das condições de vida da população paraibana.

III. Política de Cobrança e Preservação do Capital Financeiro

A Política de Cobrança constitui instrumento estratégico para preservação do Capital Financeiro, assegurando regularidade no fluxo de caixa, redução da inadimplência e manutenção do equilíbrio econômico-financeiro.
A Companhia adota régua de cobrança estruturada e conforme a legislação vigente, iniciando com medidas administrativas, notificações eletrônicas, telecobrança e inclusão em órgãos de proteção ao crédito, priorizando soluções extrajudiciais. Somente após o esgotamento dessas etapas é que são avaliadas medidas como a suspensão do abastecimento, protesto e cobrança judicial.
A ampliação da notificação eletrônica aumentou a eficiência e reduziu custos. Em 2025, o volume superior a 1 milhão de inclusões em cadastros restritivos contribuiu diretamente para o fortalecimento da arrecadação, elemento essencial à sustentabilidade financeira.

IV. Contratos de Performance e Proteção da Receita

Desde 2021, a Companhia implementa contratos de performance para redução de perdas comerciais, modelo no qual a remuneração do contratado está condicionada ao alcance de metas previamente estabelecidas, sem desembolso inicial por parte da CAGEPA.
O primeiro contrato, na Região Metropolitana de João Pessoa, resultou na recuperação de mais de 5 milhões de m³ apenas em 2025, acumulando redução superior a 24,6 milhões de m³ desde sua implantação.
Em 2023, foi celebrado o segundo contrato na Região Metropolitana de Campina Grande, com recuperação de aproximadamente 2 milhões de m³ em 2024 e 2,8 milhões de m³ em 2025, com expectativa de alcançar 9 milhões de m³ ao longo da execução contratual.
Os indicadores de desempenho observam parâmetros regulatórios estabelecidos pela Agência de Regulação do Estado da Paraíba, assegurando alinhamento entre eficiência operacional e conformidade normativa.

V. Fiscalização e Redução de Perdas Comerciais

Em 2025, a Companhia estruturou contrato para fiscalização de ramais inativos e identificação de ligações irregulares. As ações resultaram em 61.788 ordens de serviço, arrecadação superior a R$ 2,2 milhões e recuperação de mais de 126 mil m³ de água, com taxa de conversão de 12,8% das ligações fiscalizadas para status ativo.
A redução de perdas aparentes, decorrentes de submedição, fraudes, ligações clandestinas e inconsistências cadastrais, constitui prioridade estratégica, dado seu impacto direto sobre o faturamento e a geração de caixa.
Entre as principais ações estruturadas destacam-se:
● Modernização do parque de hidrômetros;
● Substituição de ramais;
● Fiscalização de ligações inativas e irregulares;
● Implementação de contratos de performance.

A modernização dos medidores reduz o subfaturamento e amplia a confiabilidade da medição, fortalecendo a receita e a capacidade de investimento.

VI. Lucro Líquido e EBITDA

Figura 6 - Lucro e Ebitda

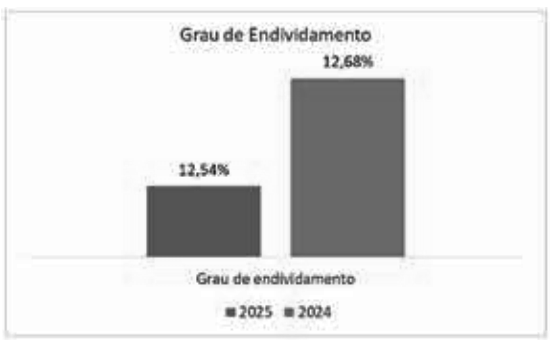
Fonte: Companhia de Água e Esgotos da Paraíba

Em 2025, a Companhia manteve um desempenho consistente, registrando lucro líquido de R$ 177,6 milhões e reafirmando sua capacidade de geração de resultados. O EBITDA alcançou R$ 340,9 milhões, com margem de 22,73%, evidenciando a eficiência operacional e a solidez do modelo de negócios. Mesmo diante de um cenário desafiador em comparação a 2024, a Companhia preservou sua rentabilidade e manteve margens estáveis, demonstrando disciplina na gestão e sustentabilidade financeira.

VII. Grau de endividamento

O Grau de Endividamento da CAGEPA permaneceu em patamar baixo e controlado, passando de 12,68% em 2024 para 12,54% em 2025, evidenciando leve redução e manutenção do equilíbrio na estrutura de capital.
Esse desempenho demonstra gestão financeira prudente, forte capacidade de geração de caixa e uso responsável de recursos de terceiros, mesmo com a ampliação dos investimentos em infraestrutura. O indicador reforça a solidez do Capital Financeiro, reduz riscos e preserva a capacidade futura de captação para projetos estratégicos, assegurando sustentabilidade econômico-financeira no curto, médio e longo prazos.

Gráfico 6 – Grau de Endividamento



Fonte: Companhia de Água e Esgotos da Paraíba

10.1.2. Aplicação no Modelo de Negócios

O Capital Financeiro é o elemento que sustenta o modelo de negócios da CAGEPA, garantindo recursos para operação, manutenção e expansão dos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário. Com base principalmente nas receitas tarifárias, que alcançaram R$ 1,8 bilhão de receita bruta e R$ 1,7 bilhão de receita líquida em 2025, a Companhia assegura equilíbrio econômico-financeiro e capacidade de investimento contínuo.
A gestão estratégica desses recursos envolve política de cobrança estruturada, contratos de performance, combate a perdas comerciais e modernização da micromedição, fortalecendo a arrecadação e a eficiência operacional. O desempenho financeiro, refletido em lucro líquido de R$ 177,6 milhões e EBITDA de R$ 340,9 milhões, sustenta investimentos próprios e viabiliza a captação de recursos externos, como financiamentos multilaterais e modelagens de PPP, ampliando a infraestrutura sem comprometer a modicidade tarifária.

10.1.3. Conexão com a Geração de Valor Público

O Capital Financeiro gera valor público ao transformar resultados financeiros em investimentos que ampliam a segurança hídrica, a cobertura de esgotamento sanitário e a qualidade dos serviços prestados.
Os recursos aplicados em obras estruturantes, modernização dos sistemas e redução de perdas contribuem para melhoria da saúde pública, preservação ambiental, desenvolvimento regional e redução de desigualdades. Ao conciliar responsabilidade financeira, eficiência operacional e expansão dos serviços, a CAGEPA utiliza o Capital Financeiro como instrumento de sustentabilidade institucional e promoção do bem-estar da população paraibana no curto, médio e longo prazos.

10.2. Capital Manufaturado

O Capital Manufaturado da CAGEPA corresponde ao conjunto de ativos físicos e infraestruturais que sustentam a prestação dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário no Estado da Paraíba. Esse capital reúne a base material necessária à execução das atividades operacionais da Companhia, compreendendo sistemas de captação, tratamento, adução, reservação e distribuição de água, redes de coleta e unidades de tratamento de esgoto, estações operacionais, bem como frota e equipamentos de apoio.
No modelo de negócios da CAGEPA, o Capital Manufaturado constitui elemento essencial para viabilizar a operação contínua dos sistemas, assegurar a confiabilidade da infraestrutura instalada e atender às distintas realidades territoriais do Estado. A existência e a disponibilidade dessa base física permitem que a Companhia execute sua missão pública, garantindo regularidade, segurança e estrutura operacional adequada à prestação de um serviço essencial.

Capital Manufaturado: Componentes, Gestão, Aplicação no Modelo de Negócios e Conexão com a Geração de Valor Público

10.2.1. Componentes do Capital Manufaturado

Integram o Capital Manufaturado os sistemas de abastecimento de água, que abrangem as etapas de captação, tratamento e distribuição; os sistemas de esgotamento sanitário, responsáveis pela coleta, transporte e tratamento de efluentes; as Estações de Tratamento de Água (ETAs) e as Estações de Tratamento de Esgoto (ETEs); os reservatórios, adutoras e estações elevatórias; além da frota e dos equipamentos operacionais de apoio.

Tabela 1 – Principais Ativos de Operação

Indicador	Quantidade
Sistemas de Abastecimento de Água (captação, tratamento e distribuição)	143
Estações de Tratamento de Água (ETAs)	149
Estações de Tratamento de Esgoto (ETEs)	39
Reservatórios e Unidades Administrativas	658

Fonte: Companhia de Água e Esgotos da Paraíba

Tabela 2 – Extensão de Rede

Indicador	Extensão
Rede de Distribuição de Água	14.960 km
Rede de Esgotamento Sanitário	2.834 km

Fonte: Companhia de Água e Esgotos da Paraíba

Esses ativos representam a capacidade instalada necessária à oferta regular e segura dos serviços públicos de saneamento.

10.2.2. Gestão do Capital Manufaturado

A gestão é conduzida de forma estruturada, com foco na preservação da funcionalidade e da disponibilidade dos ativos. Abrange:
● Manutenção sistemática da infraestrutura;
● Planejamento de investimentos em ativos críticos e estruturantes;
● Garantia de continuidade operacional;
● Conformidade técnica e legal;
● Visão de longo prazo alinhada às metas de universalização do saneamento.

Essa abordagem assegura que a infraestrutura permaneça apta a sustentar a missão institucional da Companhia.

10.2.3. Expansão e Modernização dos Sistemas de Abastecimento

No fortalecimento do Capital Manufaturado, a CAGEPA tem ampliado e modernizado a infraestrutura de abastecimento em diversas regiões do Estado, promovendo segurança hídrica, regularidade no fornecimento e melhoria da qualidade de vida da população.
No Sertão paraibano, foram realizados investimentos estruturantes relevantes:
● **Distrito de Campo Alegre (Vieirópolis):** implantação de novo sistema de abastecimento, com investimento superior a R$ 1 milhão, beneficiando cerca de 800 moradores, incluindo 7 mil metros de adutora e 2.500 metros de rede de distribuição.
● **Riacho dos Cavalos:** entrega de novo sistema com investimento superior a R$ 17,9 milhões, fruto de convênio entre o Governo do Estado e a Fundação Nacional de Saúde (Funasa), garantindo água tratada para 1.172 famílias.
● **Sistema Adutor de Nazarezinho:** concluído com investimento de R$ 6,78 milhões, financiado pelo Governo do Estado, interligando a ETA de São Gonçalo ao reservatório elevado do município.
● **Sistema integrado adutor (Vista Serrana e distritos de Paulista – Sanharão, Maravilhas e Ipueiras):** investimento previsto de R$ 4,7 milhões, beneficiando aproximadamente 16 mil pessoas, com início das obras previsto para 2026.
● **Adutora do Pajeú (Teixeira):** obra do Governo Federal que leva as águas da Transposição do Rio São Francisco ao município, encerrando histórico colapso no abastecimento e assegurando segurança hídrica permanente.

Na região do Brejo paraibano:
● **Boqueirão de Gurinhém (Gurinhém):** investimento de R$ 1,8 milhão em sistema que atende o distrito, o novo presídio e o bairro Ribeirão, beneficiando mais de 2 mil moradores, com implantação de adutoras (8,6 km e 7,5 km) e rede de distribuição, com vazão de 54 m³/h.
● **Distrito de Zumbi (Alagoa Grande):** sistema executado em parceria com a Prefeitura Municipal, com investimento de R$ 188,8 mil, beneficiando 175 famílias.

Na Região Metropolitana, destaca-se o Projeto Água na Medida: Controle e Eficiência, voltado à modernização do sistema de abastecimento de João Pessoa e Cabedelo. Com investimento de R$34 milhões, financiado pelo Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), no âmbito do Projeto de Segurança Hídrica da Paraíba (PSH-PB), o projeto beneficiará cerca de 210 mil pessoas, com conclusão prevista até dezembro de 2026. Dentre as ações, destacam-se:

● Setorização do abastecimento com implantação de Distritos de Medição e Controle (DMCs);
● Substituição de redes antigas;
● Reparo de vazamentos não visíveis;
● Reforço de aproximadamente 27 km de redes de distribuição.
As ações permitem maior controle de pressão e vazão, redução de perdas e aumento da eficiência hidráulica do sistema.

10.2.4. Modernização do Parque de Hidrômetros

O Programa Estadual de Modernização do Parque de Hidrômetros, instituído em 2021, possui horizonte de cinco anos e revisões anuais. O objetivo é reduzir a idade média dos hidrômetros para menos de cinco anos, ampliando a precisão das medições e reduzindo perdas aparentes.

Figura 7 - Movimentação de Hidrômetros

Fonte: Companhia de Água e Esgotos da Paraíba

A iniciativa fortalece a política de gestão de ativos e contribui para a confiabilidade das informações de consumo e a sustentabilidade operacional.

10.2.5. Automação e Modernização Operacional

A transformação digital da operação é um dos pilares estratégicos da CAGEPA para garantir eficiência, sustentabilidade e qualidade na prestação dos serviços. Por meio da ampliação da automação e da integração tecnológica dos sistemas, a Companhia consolida um novo padrão de gestão operacional orientado por dados, monitoramento em tempo real e tomada de decisão ágil.
Entre os principais avanços destaca-se a construção do Centro de Controle Operacional (CCO), em João Pessoa, com investimento de R$ 28 milhões, além da Automação do Sistema Integrado de Abastecimento de Água da Grande João Pessoa, com aporte de R$ 25 milhões.

Figura 8 - Controle Operacional de João Pessoa

Fonte: Companhia de Água e Esgotos da Paraíba

O CCO possibilita o monitoramento contínuo de pressão, vazão e níveis de reservatórios, permitindo:
● controle preciso da distribuição de água em tempo real;
● detecção imediata de vazamentos e falhas operacionais;
● otimização do funcionamento das estações de bombeamento;
● redução de perdas físicas e melhoria do desempenho hidráulico;
● racionalização do consumo de energia, com potencial de redução de até 30%.

A modernização também fortalece o controle da qualidade da água, com acompanhamento permanente de parâmetros como pH, cloro residual e turbidez, assegurando resposta rápida a eventuais não conformidades e ampliando a segurança sanitária do sistema.
Além disso, a automação permite gestão inteligente de reservatórios, previsão de demanda com base em dados históricos e informações em tempo real, otimização do uso de insumos químicos e ampliação da vida útil dos equipamentos, contribuindo para a redução de custos e para a sustentabilidade ambiental.
Com esses investimentos, a CAGEPA posiciona-se entre as companhias de saneamento mais modernas do país, consolidando um modelo operacional mais eficiente, resiliente e alinhado às melhores práticas tecnológicas do setor.
As iniciativas de automação e modernização ampliam a capacidade de monitoramento, elevam a confiabilidade do sistema e fortalecem a geração de valor público por meio de serviços contínuos, eficientes e ambientalmente responsáveis.

10.2.6. Regularização e Expansão de Redes

Foram executados aproximadamente 112 mil metros de regularização de redes nas Gerências Regionais do Litoral, Brejo, Borborema e Rio do Peixe, além da implantação de mais de 8 mil novas ligações domiciliares, com investimento de cerca de R$19,9 milhões.
As ações ampliam o acesso formal aos serviços, fortalecem a segurança operacional e reduzem perdas.

10.2.7. Modernização de ETAs, Laboratórios e Gestão de Ativos

A Companhia adquiriu novas Estações de Tratamento de Água (ETAs) para municípios do Estado, contemplando as cidades de Belém do Brejo do Cruz, Santa Helena, Caraúbas, Serra Redonda, Pombal, Serra Grande e Duas Estradas, ampliando significativamente a capacidade operacional dos sistemas de abastecimento.
Para 2026, está prevista a aquisição de mais 15 unidades, destinadas aos municípios de Chã dos Pereiros, Conceição, Serraria, São José da Lagoa Tapada, Cajazeirinhas, Imaculada, Condado, Várzea, São José do Sabugi, Manaíra, São José das Espinharas, Santa Gertrudes, Salgadinho, Barra de Santana e São Domingos do Cariri, fortalecendo a infraestrutura hídrica e a segurança no fornecimento de água à população.
Paralelamente, a Companhia também investe na modernização de laboratórios e no desenvolvimento de soluções para o tratamento e a destinação adequada do lodo gerado nas Estações de Tratamento de Esgoto (ETEs), reforçando seu compromisso com a sustentabilidade ambiental e a melhoria contínua dos serviços prestados.
A gestão de ativos inclui substituições contínuas de registros, válvulas, leitos filtrantes, redes, subestações de energia, reservatórios e estruturas elevatórias. Embora tais despesas não sejam classificadas contabilmente como investimentos, são essenciais para assegurar eficiência, qualidade e continuidade dos serviços.

10.2.8. Evento Operacional Relevante - Rompimento de Reservatório - Campina Grande – Novembro de 2025

Em novembro de 2025, ocorreu o rompimento estrutural de reservatório localizado no município de Campina Grande, ocasionando extravasamento significativo de água e impacto direto na área adjacente.
O evento resultou em danos materiais a imóveis vizinhos, interrupção temporária do abastecimento na região e, de forma lamentável, uma vítima fatal. As equipes de emergência foram acionadas imediatamente após a ocorrência.
A Companhia manifesta profunda solidariedade aos familiares da vítima e às famílias afetadas, reiterando seu compromisso com a assistência necessária e com a apuração rigorosa dos fatos.

Resposta Imediata
Imediatamente após a ocorrência, foram adotadas as seguintes providências:
● Acionamento de Resposta a Emergências da CAGEPA;
● Mobilização das equipes técnicas e operacionais;
● Comunicação às autoridades competentes, incluindo Defesa Civil, Corpo de Bombeiros, órgãos reguladores e Ministério Público;
● Isolamento da área e suporte inicial às famílias atingidas;
● Implementação de soluções contingenciais para restabelecimento do abastecimento, concluído em menos de 24 horas.
A atuação coordenada das equipes permitiu a mitigação dos impactos operacionais e a normalização célere dos serviços essenciais.
Apoio às Famílias Atingidas

A Companhia instaurou imediatamente processo estruturado de apoio às famílias impactadas, contemplando:
● Levantamento técnico detalhado dos danos materiais;
● Acompanhamento social das famílias afetadas;
● Prestação de assistência emergencial;
● Estruturação de medidas reparatórias, conforme apuração técnica e legal.
Em decorrência das ações efetivadas e da articulação institucional realizada entre os vários órgãos envolvidos, em menos de 30 dias, todas as indenizações de natureza patrimonial foram pagas, ações essas que para além da questão patrimonial buscou mitigar os efeitos desse sinistro na vida das pessoas afetadas.
O processo de reparação está sendo conduzido com base nos princípios de responsabilidade institucional, transparência, diálogo e respeito às autoridades competentes e à comunidade local.

Investigação e Governança
Embora o reservatório estivesse submetido a manutenção rotineira, sem registros prévios que indicassem risco iminente à população, foi imediatamente instaurado procedimento técnico para apuração das causas do rompimento, envolvendo:

● Análise estrutural detalhada do reservatório;
● Revisão de laudos técnicos e inspeções anteriores.

O acompanhamento do caso é realizado pela Diretoria Executiva e pelo Conselho de Administração, reforçando o compromisso com a governança e a responsabilização institucional.
A Companhia mantém cooperação integral e transparente com todos os órgãos de controle e fiscalização.

Gestão de Riscos e Aprendizados
O ocorrido reforçou a necessidade de aprofundamento e atualização de normativos e políticas relacionadas à:
● Gestão e monitoramento de ativos críticos;
● Modernização dos sistemas de inspeção e monitoramento.

Como desdobramento institucional, foram deliberadas as seguintes ações:
● Revisão da matriz de criticidade dos reservatórios;
● Antecipação de investimentos;
● Ampliação das auditorias técnicas preventivas;
● Atualização e fortalecimento dos protocolos de emergência.

As medidas visam ampliar a resiliência operacional e fortalecer a cultura de prevenção e segurança.

Impacto nos Capitais
O evento impactou diretamente múltiplos capitais considerados no modelo de Relatório Integrado:
● Capital Humano: perda irreparável de vida;
● Capital Social e de Relacionamento: impacto na comunidade local e na confiança institucional;
● Capital Manufaturado: comprometimento de ativo estratégico de infraestrutura;
● Capital Financeiro: reconhecimento de provisões e desembolsos para reparação;
● Capital Natural: impactos pontuais decorrentes do extravasamento.

A resposta institucional busca restaurar a confiança social, assegurar a devida reparação e fortalecer a resiliência operacional no curto, médio e longo prazo.

Transparência e Accountability
O evento foi formalmente comunicado às autoridades competentes e está devidamente refletido na gestão de riscos corporativos da Companhia.
Os impactos financeiros decorrentes foram registrados e integralmente pagos, em conformidade com as normas contábeis aplicáveis.
A Companhia reafirma seu compromisso com:
● A integridade operacional de seus sistemas;
● A segurança das comunidades atendidas;
● A melhoria contínua de controles internos e processos de gestão;
● A transparência na prestação de contas à sociedade.

10.2.9. Aplicação no Modelo de Negócios

No modelo de negócios da CAGEPA, o Capital Manufaturado é mobilizado para:
● Operação contínua dos sistemas de abastecimento e esgotamento sanitário;
● Execução de manutenções preventivas e corretivas;
● Expansão da capacidade de atendimento por meio da incorporação de novas estruturas;
● Modernização tecnológica dos processos operacionais.

Sua utilização está diretamente relacionada à continuidade, confiabilidade e adequação dos serviços às exigências regulatórias e às demandas da sociedade.

10.2.10. Conexão com a Geração de Valor Público

O Capital Manufaturado é elemento central na geração de valor público, pois:
● Sustenta a continuidade dos serviços;
● Apoia a expansão do atendimento e a universalização;
● Promove segurança hídrica e confiabilidade operacional;
● Contribui para a melhoria das condições de vida da população;
● Reforça a sustentabilidade institucional.

Dessa forma, ultrapassa a dimensão física da infraestrutura e integra a estrutura estratégica que viabiliza a atuação da Companhia na implementação das políticas públicas de saneamento, com impactos positivos no curto, médio e longo prazos.

10.3. Capital Humano

O Capital Humano da CAGEPA constitui a base estruturante da execução dos serviços públicos de saneamento, reunindo o conjunto de profissionais responsáveis pela operação, coordenação, planejamento e supervisão das atividades institucionais em todo o Estado da Paraíba. Em 2025, a Companhia contou com 3.008 colaboradores distribuídos em suas unidades administrativas e operacionais, reconhecendo seu capital humano como o principal ativo institucional e como elemento central para a efetivação de sua visão de futuro, orientada à excelência na prestação dos serviços.
Capital Humano: Componentes, Gestão, Aplicação no Modelo de Negócios e Conexão com a Geração de Valor Público

10.3.1. Componentes do Capital Humano

O Capital Humano da CAGEPA constitui a base estruturante da capacidade técnica, operacional e institucional necessária à prestação dos serviços. Representa o conjunto de profissionais responsáveis pela continuidade dos sistemas, pela governança organizacional e pelo relacionamento permanente com a sociedade, sendo um dos principais vetores de geração de valor da Companhia.
Em 2025, a estrutura de pessoal registrou 3.008 vínculos ativos, distribuídos da seguinte forma: 2.644 empregados efetivos, 44 comissionados, 56 servidores à disposição, 113 jovens aprendizes, 98 estagiários, 34 egressos do sistema prisional e 19 diretores e conselheiros.
A Companhia conta com um corpo técnico, composto por engenheiros de diversas especialidades (civil, sanitária, ambiental, elétrica, mecânica, química, entre outras) responsáveis pelo planejamento, desenvolvimento de projetos, dimensionamento de sistemas, supervisão de obras, controle de qualidade, inovação tecnológica e conformidade com normas técnicas e regulatórias no âmbito da engenharia.
A estrutura operacional inclui ainda 762 operadores, profissionais que atuam tanto diretamente na operação dos sistemas de captação, tratamento e distribuição de água, bem como na coleta e transporte de esgoto, quanto em outras áreas estratégicas da Companhia. Esses colaboradores asseguram o funcionamento contínuo de estações de tratamento, redes, reservatórios e elevatórias, executando manutenções preventivas e corretivas, inspeções técnicas e atividades de suporte operacional. Além da atuação em campo, parte desses profissionais contribui em áreas de apoio técnico, logística, controle operacional e suporte às equipes de manutenção e engenharia, ampliando a eficiência dos processos internos. Assim, os operadores representam a linha de frente da prestação dos serviços essenciais e desempenham papel fundamental na garantia da continuidade, qualidade e segurança operacional em todo o Estado.
O quadro funcional também é composto por técnicos em saneamento, eletrotécnicos, mecânicos, encanadores, laboratoristas, analistas administrativos e financeiros, profissionais de tecnologia da informação, advogados, contadores, economistas, administradores, especialistas em regulação, profissionais das áreas socioambiental, comunicação institucional e recursos humanos, além de gestores e lideranças estratégicas.
Quanto à distribuição por gênero, o quadro funcional é composto por 2.547 homens e 461 mulheres. Nos cargos de gestão, Diretores, Gerentes, Chefes de Assessorias, Subgerentes e Coordenadores, há 323 homens e 43 mulheres em posições de liderança. Considerando as categorias aptas ao exercício de funções gerenciais, 11,98% das mulheres ocupam cargos de liderança, enquanto entre os homens o percentual é de 13,44%, evidenciando oportunidades de avanço nas políticas de equidade de gênero, especialmente em posições estratégicas.
As áreas administrativas e de apoio garantem sustentabilidade econômico-financeira, gestão contratual e regulatória, eficiência na alocação de recursos e integridade institucional. A área de tecnologia da informação e automação fortalece a transformação digital, viabilizando monitoramento em tempo real, integração de dados e maior capacidade de resposta operacional. As lideranças promovem alinhamento estratégico entre planejamento, execução e governança, assegurando aderência às políticas públicas, às diretrizes institucionais e às metas de universalização do saneamento.

10.3.2. Gestão do Capital Humano

A gestão do Capital Humano é orientada por planejamento estruturado, capacitação contínua, promoção da saúde e segurança e valorização das pessoas, com visão de longo prazo.

10.3.3. Saúde e Segurança do Trabalho

A Companhia mantém estrutura consolidada de Saúde e Segurança do Trabalho, com monitoramento ocupacional, fortalecimento do Serviço Especializado em Segurança e Medicina do Trabalho - SESMT, aquisição sistemática de Equipamentos de Proteção Individual - EPIs e Equipamento de Proteção Coletiva - EPCs e implementação de programas obrigatórios como Programa de Gerenciamento de Riscos - PGR, Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO e Laudo Técnico das Condições Ambientais do Trabalho - LTCAT.
Em 2025:
● Foram emitidos 1.412 Atestados de Saúde Ocupacional (ASOs), incluindo 1.048 exames periódicos;
● Identificaram-se 261 adicionais de insalubridade (144 por agentes químicos e 117 por agentes biológicos);
● Realizaram-se 1.140 atendimentos de enfermagem nas principais regionais;
● Foram executadas mais de 9.000 horas-aula/aluno em capacitações específicas de segurança.
Os treinamentos abrangeram temas críticos à operação, como NR 10, NR 35, CIPA, Brigada de Incêndio e segurança em sistemas de tratamento de água.
A ampliação do SESMT, por meio de concurso público, permitiu modernização de processos, informatização de rotinas e aprimoramento da rastreabilidade das ações, elevando o padrão de controle e conformidade.
Essas iniciativas reforçam a mitigação de riscos ocupacionais, a redução de passivos trabalhistas e o fortalecimento da governança. Adicionalmente, reforçam o pilar Social da agenda ASG, ao promover um ambiente de trabalho mais seguro, responsável e alinhado às melhores práticas institucionais.

10.3.4. Inclusão, Formação e Responsabilidade Social

O Capital Humano também incorpora políticas estruturadas de inclusão e formação profissional:
● estagiários;
● jovens aprendizes vinculados a parcerias com CIEE, IEL e Instituto João Bittar;
● egressos do sistema prisional atuando por meio do Programa Trabalho Liberta.

Essas ações promovem inclusão produtiva, formação técnica e reintegração social, alinhando desempenho organizacional à responsabilidade social.

10.3.5. Bem-Estar e Qualidade de Vida

A promoção do bem-estar integra a estratégia de sustentabilidade do Capital Humano.
O Programa Viver Melhor ofertou atividades físicas regulares (quadras, campo, pilates e assessorias esportivas), beneficiando empregados da Sede e regionais. As assessorias esportivas totalizaram 473 sessões para 52 participantes.
O incentivo à participação em eventos esportivos alcançou 589 empregados(as), fortalecendo a integração institucional e cultura de saúde.
As campanhas de prevenção (Setembro Amarelo, Outubro Rosa, Novembro Azul), realizadas em formato híbrido, ampliaram o acesso à informação e estimularam o autocuidado.

10.3.6. Suporte Psicossocial

A política de cuidado integral à saúde mental foi fortalecida por meio de:
● 667 participações e atendimentos no Programa de Valorização da Vida (PVV);
● 369 atendimentos especializados no Programa de Atendimento Psicossocial (PAP).
Também foram estruturados o Programa de Acompanhamento Funcional e o protótipo do Diagnóstico de Riscos Psicossociais (DRPS), instrumentos estratégicos para gestão preventiva.
O reconhecimento externo das práticas de gestão de pessoas foi evidenciado pela conquista do 3º lugar no Prêmio Ser Humano da ABRH-PB em 2025.

10.3.7. Aplicação no Modelo de Negócios

No modelo de negócios da CAGEPA, o Capital Humano é mobilizado de forma transversal para:
● Operação contínua dos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário;
● Manutenção preventiva e corretiva da infraestrutura;
● Planejamento técnico e gestão administrativa;
● Atendimento aos clientes e execução de serviços comerciais;
● Cumprimento das obrigações institucionais, regulatórias e de governança.
A atuação integrada das equipes assegura regularidade, confiabilidade e qualidade na prestação dos serviços, consolidando a capacidade institucional da Companhia de cumprir sua missão pública.

10.3.8. Conexão com a Geração de Valor Público

O Capital Humano conecta-se diretamente à geração de valor público ao assegurar:
● Continuidade e confiabilidade dos serviços essenciais;
● Aplicação qualificada do conhecimento técnico;
● Segurança operacional dos sistemas;
● Relacionamento estruturado com a sociedade;
● Sustentabilidade institucional de longo prazo.
Colaboradores capacitados, engajados e alinhados aos valores institucionais constituem a base da eficiência operacional, da conformidade regulatória e do cumprimento das políticas públicas de saneamento.
Assim, o Capital Humano configura-se como elemento central do modelo de negócios da CAGEPA, representando a capacidade humana instalada que sustenta sua missão institucional e viabiliza a geração contínua de valor público no curto, médio e longo prazos.

10.4. Capital Intelectual

O Capital Intelectual da CAGEPA compreende o conjunto de ativos intangíveis associados ao conhecimento organizacional, aos sistemas de informação, aos processos estruturados, às rotinas formalizadas e às práticas institucionais que sustentam a gestão e a operação dos serviços públicos de saneamento. Trata-se de um patrimônio estratégico que integra o saber técnico acumulado, a experiência de seus profissionais, os modelos de governança, os instrumentos normativos e as soluções tecnológicas que garantem eficiência, continuidade e qualidade na prestação dos serviços.
Esse capital manifesta-se na capacidade institucional de planejar, executar, monitorar e aprimorar suas atividades com base em critérios técnicos, dados confiáveis e processos padronizados. Abrange, ainda, a estruturação de fluxos internos, a formalização de procedimentos, a sistematização de informações gerenciais e a consolidação de mecanismos de controle e conformidade que assegurem transparência, integridade e mitigação de riscos.
Capital Intelectual: Componentes, Gestão, Aplicação no Modelo de Negócios e Conexão com a Geração de Valor Público

10.4.1. Componentes do Capital Intelectual

O Capital Intelectual da Companhia é composto por um conjunto estruturado de ativos intangíveis interdependentes que sustentam sua capacidade institucional, organizacional e tecnológica. Esses ativos envolvem sistemas de informação, plataformas integradas de gestão, processos e rotinas formalizadas, conhecimento técnico acumulado e práticas de inovação aplicada, que, de forma articulada, viabilizam a gestão eficiente e segura dos serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário.
No campo dos sistemas de informação, destacam-se as plataformas e soluções tecnológicas que apoiam a gestão, a operação e o controle dos serviços, assegurando o registro, processamento e disponibilização de informações institucionais. Em 2025, foram desenvolvidas e aprimoradas soluções como Cagepa Mobile (CM), SIGO Mobile (SM), Sistema de Gestão de Frota (SGFT), Sistema de Informações de Obras e Projetos (SIOP), Sistema de Análise de Risco (SAR), Sistema de Informações Regulatórias (SIRE) e Sistema de Envio de Documentos – Concurso Público (SCD). além da criação de APIs e integrações voltadas à comunicação de falta de água e ao atendimento de exigências regulatórias.
Complementarmente, os sistemas integrados de gestão (ERP) promovem a integração entre processos administrativos, comerciais e operacionais. No âmbito do Projeto Hydra, com a implantação do ERP Protheus, foram realizadas integrações com sistemas legados, migração estruturada de dados históricos, personalizações para atendimento às áreas de negócio e capacitações técnicas, ampliando a padronização, a rastreabilidade e a confiabilidade das informações corporativas.
A solidez do Capital Intelectual é igualmente sustentada por processos e rotinas formalizados por normas, procedimentos e fluxos estruturados, que asseguram previsibilidade e alinhamento institucional. O aprimoramento dos controles de acesso e a implantação de supergrupos gestores nos sistemas corporativos elevaram o nível de maturidade da governança e fortaleceram a segurança da informação.
Nesse contexto, o PBDOC (Sistema de Protocolo e Gestão Eletrônica de Documentos) consolida-se como instrumento estruturante da gestão do conhecimento, ao organizar fluxos documentais, garantir rastreabilidade e assegurar maior eficiência na tramitação processual. Sua atuação contribui para a preservação da memória institucional, para a transparência e para o cumprimento de prazos e normativos, reforçando a integridade das informações e a continuidade administrativa.
O fortalecimento da governança documental foi ampliado, em 2025, com a homologação do Plano de Classificação de Documentos e da Tabela de Temporalidade Documental (Tabela Fim), validados pela Comissão Permanente de Avaliação de Documentos (CPAD) e pelo Arquivo Público do Estado da Paraíba. A iniciativa estabeleceu critérios técnicos claros para classificação, guarda e destinação de documentos, assegurando conformidade legal, racionalização de custos e proteção adequada de registros estratégicos e históricos.
O conhecimento técnico, decorrente da experiência acumulada e da memória institucional no setor de saneamento, constitui base essencial para a operação dos sistemas e para o aprimoramento contínuo das soluções adotadas. Esse conhecimento é permanentemente atualizado por meio de práticas de capacitação e disseminação interna.
No eixo da inovação aplicada, a Companhia promove a incorporação contínua de melhorias técnicas e tecnológicas. Em 2025, houve modernização da infraestrutura tecnológica, com atualização de ambientes de hiper convergência, evolução das plataformas geoespaciais (ArcGIS), ampliação da conectividade em novas localidades, implantação de soluções de monitoramento, fortalecimento do controle de identidades e acessos, adoção de ferramentas avançadas de segurança (como SIEM integrado e testes especializados de intrusão) e renovação do parque tecnológico, com a substituição de 1.920 ativos em todo o Estado da Paraíba.
A existência e disponibilidade desses componentes evidenciam a capacidade institucional de sistematizar, integrar e aplicar o conhecimento necessário à gestão dos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário, fortalecendo a segurança operacional e a continuidade dos serviços no curto, médio e longo prazos.

10.4.2. Gestão do Capital Intelectual

A gestão do Capital Intelectual está orientada à preservação do conhecimento institucional, à atualização tecnológica e ao aprimoramento contínuo dos processos organizacionais.
No âmbito da gestão do conhecimento, a Companhia adota práticas de registro, formalização e disseminação de normas e procedimentos, garantindo a preservação da memória organizacional e a continuidade das rotinas institucionais.
Em 2025, foram investidos R$ 872,5 mil em treinamento e desenvolvimento, com 4.572 participações registradas e mais de 109 mil horas-aula, em ações presenciais e digitais. Destacam-se:
● Programa Integra CAGEPA, com 36 horas presenciais de imersão institucional para novos empregados;
● Programa de Desenvolvimento de Líderes (PDL), alcançando 233 gestores, com foco em liderança humanizada, comunicação, tomada de decisão e inteligência artificial;
● Implantação da Plataforma EAD e Trilhas de Aprendizagem, no âmbito do Programa Moderniza CAGEPA;
● Concessão de 146 incentivos à pós-graduação;
● Capacitações semestrais em Segurança na Operação dos Sistemas de Tratamento de Água nas Gerências Regionais.
Essas ações fortalecem a capacidade institucional de atualizar e disseminar o conhecimento técnico necessário à sustentação das operações e à adaptação a novos desafios regulatórios e operacionais.
No campo da transformação digital e da governança da informação, houve avanço na integração de bases de dados, no fortalecimento dos sistemas corporativos e no aprimoramento das ferramentas de apoio à decisão, ampliando a rastreabilidade, segurança e confiabilidade das informações.
Em 2025, a Companhia consolidou sua governança em proteção de dados pessoais, com publicação de políticas e normas em conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD). Foram implementadas, entre outras ações, a plataforma de Inventário de Dados Pessoais integrada ao SIC, com emissão automatizada de Relatórios de Impacto à Proteção de Dados (RIPD); evolução do sistema de gestão de conformidade; ferramenta de tarjamento de documentos; mapeamento de processos; emissão de pareceres técnicos; monitoramento contínuo de riscos, inclusive na interface com a LAI; e capacitação interna em segurança da informação.

A Companhia também disponibiliza canal direto de comunicação com seu Encarregado pelo Tratamento de Dados Pessoais, por meio do endereço eletrônico https://sic.cagepa.pb.gov.br/lgpd_solicitacao_form/, reforçando seu compromisso com os princípios da transparência, responsabilidade e governança institucional.
Além disso, mantém página específica em seu sítio eletrônico destinada à divulgação de informações essenciais sobre a proteção de dados pessoais, em conformidade com o inciso I do art. 23 da Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD).
O objetivo deste espaço é assegurar a transparência, facilitar o acesso à informação e evidenciar o compromisso da CAGEPA com a privacidade e a proteção dos dados pessoais.
A página pode ser acessada por meio do link: https://www.cagepa.pb.gov.br/lgpd/

10.4.3. Integridade e Compliance

O Programa de Compliance integra o conjunto de ativos intangíveis que fortalecem o Capital Intelectual da Companhia, ao estruturar práticas de governança e promoção da cultura de integridade. Fundamentado na conformidade com leis, regulamentos e normas internas, o programa consolida políticas institucionais, código de conduta, diretrizes regulatórias e mecanismos formais de controle que orientam a atuação de dirigentes e colaboradores, assegurando alinhamento ético e institucional.
A consolidação dessas práticas reforça o capital estrutural da Companhia, ao incorporar procedimentos, fluxos de controle e instrumentos de monitoramento que permanecem como patrimônio institucional, independentemente de mudanças na gestão. Ao mesmo tempo, contribui para o fortalecimento do capital humano, ao disseminar valores, capacitar equipes e internalizar padrões de comportamento ético.
Em 2025, a Companhia ampliou seu compromisso público com a integridade ao participar do Encontro Paraibano de Integridade Empresarial, ocasião em que formalizou sua adesão ao Pacto Brasil pela Integridade Empresarial, iniciativa promovida pela Controladoria-Geral da União (CGU). A adesão representa um marco institucional, ao alinhar a Cagepa a um movimento nacional voltado ao fortalecimento da ética, da transparência e da responsabilidade corporativa nas práticas empresariais brasileiras. A participação ativa da alta gestão no ato de assinatura da parceria reforça o comprometimento institucional com a agenda de integridade.
O Compliance, nesse contexto, transcende o cumprimento normativo e configura-se como instrumento estratégico de geração de valor, ao ampliar a confiança institucional, reduzir riscos reputacionais e aprimorar a capacidade organizacional de tomada de decisão baseada em critérios éticos, transparentes e sustentáveis.
Dessa forma, a Companhia reforça seu Capital Intelectual por meio da institucionalização de práticas que promovem integridade, responsabilidade e melhoria contínua da governança corporativa.
O Código de Conduta e Integridade (CCI) estabelece padrões éticos e parâmetros de comportamento, sendo monitorado por avaliações de riscos, auditorias e ações conduzidas pelo Comitê de Conduta e Integridade. Sua revisão anual assegura aderência às normas vigentes e às necessidades estratégicas da Companhia, enquanto treinamentos periódicos reforçam a internalização da cultura de integridade.
Ao incorporar metodologias externas e fortalecer seus controles internos, a Companhia amplia a robustez de seus ativos intangíveis relacionados à integridade e à conformidade.

10.4.4. Aplicação no Modelo de Negócios

O Capital Intelectual é mobilizado de forma transversal no funcionamento do modelo de negócios da Companhia.
No suporte à operação, os sistemas de informação e plataformas digitais viabilizam o controle das atividades técnicas, o registro em tempo real de ocorrências e o acompanhamento das rotinas operacionais.
Na padronização das atividades, normas e procedimentos orientam a execução das ações operacionais, administrativas e institucionais, assegurando consistência entre as unidades.
No apoio à tomada de decisão, as informações geradas pelos sistemas estruturados e pelo ERP subsidiam a gestão estratégica e operacional com dados integrados e confiáveis.

Na integração organizacional, as plataformas corporativas conectam atividades comerciais, administrativas e operacionais, proporcionando visão sistêmica da atuação institucional.
Na inovação e melhoria contínua, o conhecimento acumulado é aplicado na revisão de práticas, no fortalecimento da segurança da informação e na incorporação de novas soluções tecnológicas.
Assim, o Capital Intelectual sustenta o funcionamento coordenado do modelo de negócios, assegurando transformação digital progressiva, aplicação consistente do conhecimento técnico e continuidade da prestação dos serviços públicos de saneamento.

10.4.5. Conexão com a Geração de Valor Público

O Capital Intelectual conecta-se diretamente à geração de valor público ao sustentar a organização, a qualidade e a confiabilidade da prestação dos serviços de saneamento.
Na continuidade dos serviços, a padronização operacional, a modernização tecnológica e a integração sistêmica asseguram estabilidade e previsibilidade das rotinas.
Na qualidade da prestação, o conhecimento técnico acumulado e o uso de sistemas integrados promovem a execução consistente e segura das atividades.
Na eficiência organizacional, a digitalização de processos e a interoperabilidade entre plataformas ampliam a coordenação entre áreas e a racionalidade administrativa.
Na transparência e governança, a rastreabilidade e confiabilidade das informações fortalecem os mecanismos de controle e a prestação de contas à sociedade.
Na sustentabilidade institucional, a preservação do conhecimento e o investimento contínuo em capacitação garantem capacidade de adaptação ao longo do tempo.
Dessa forma, o Capital Intelectual configura-se como elemento estratégico do modelo de negócios da CAGEPA, assegurando integração organizacional, maturidade digital, fortalecimento da governança e geração contínua de valor público no curto, médio e longo prazos.

10.4.6. Inovação como estratégia de desenvolvimento sustentável

Chegamos a um momento da trajetória institucional em que não é mais possível alcançar padrões de excelência sem romper com caminhos convencionais. Inovar deixou de ser uma opção e tornou-se condição essencial para enfrentar os desafios estruturais do saneamento. Esse contexto exige sensibilidade para a urgência de soluções sustentáveis, eficientes e capazes de acelerar a universalização dos serviços. A política de inovação da CAGEPA, nesse sentido, está orientada à geração de respostas concretas aos desafios do setor, contribuindo para assegurar à população o direito fundamental ao abastecimento de água e à coleta e tratamento de esgotos.
Para ampliar a geração de valor em suas diversas áreas de atuação, a Companhia vem estruturando mecanismos institucionais que impulsionam a inovação com responsabilidade, assegurando adequada gestão dos riscos tecnológicos e integração das novas soluções ao seu modelo de negócios. Em 2025, foram consolidados avanços significativos nessa agenda, fortalecendo o Capital Intelectual e reafirmando o posicionamento da CAGEPA como referência no setor.
Um dos principais marcos do período foi o reconhecimento nacional da solução de Gestão Integrada da Falta d'Água, selecionada para compor a plataforma Vitrine Gov, do Governo Federal. A CAGEPA tornou-se a primeira companhia de saneamento do país a integrar a iniciativa, que reúne projetos inovadores voltados ao fortalecimento da administração pública. A distinção evidencia a capacidade institucional de transformar desafios operacionais recorrentes em soluções tecnológicas estruturadas, com impacto direto na eficiência da gestão e na qualidade dos serviços prestados.
No mesmo exercício, a Companhia alcançou um feito histórico ao registrar sua primeira patente, em regime de co-titularidade com a Universidade Federal da Paraíba (UFPB). O registro demonstra a maturidade das parcerias com Instituições de Ciência e Tecnologia e a incorporação da propriedade intelectual como instrumento estratégico de proteção e valorização dos ativos intangíveis gerados internamente.
A promoção da inovação também avançou por meio da criação do Prêmio Guarany Marques Viana, iniciativa destinada a incentivar projetos inovadores nas áreas de abastecimento de água e esgotamento sanitário. Voltado a pesquisadores de instituições de ensino superior da Paraíba, o prêmio estimula a produção científica aplicada ao saneamento, fortalece a aproximação com o meio acadêmico e amplia o fluxo de conhecimento para dentro da Companhia.
No campo da inovação aberta e das soluções com impacto social, destaca-se o desenvolvimento e implantação de sistema de gestão comercial voltado a comunidades rurais atendidas por sistemas de abastecimento comunitários, em apoio ao Cooperar, com recursos do Banco Mundial. A iniciativa ampliou a eficiência da gestão comercial local, fortaleceu a sustentabilidade operacional dos povoados e aprimorou os mecanismos de acompanhamento e tomada de decisão, reforçando o compromisso da Companhia com a universalização do saneamento rural.
Outro avanço estruturante foi a criação do Laboratório de Inovação da CAGEPA, com instalação de ambiente físico no Parque Tecnológico Horizontes de Inovação (PTH) e institucionalização do Laboratório de Inovação no organograma corporativo. O laboratório consolida um espaço permanente para experimentação e validação de soluções, além de fomentar a articulação com o ecossistema de inovação. Com isso, fortalece-se a governança da inovação e amplia-se a capacidade institucional de desenvolver e escalar tecnologias alinhadas às demandas estratégicas da Companhia.
Paralelamente, a CAGEPA manteve presença ativa em eventos regionais, nacionais e internacionais voltados à inovação, ciência e saneamento, ampliando sua visibilidade institucional, fortalecendo parcerias estratégicas e promovendo a atualização contínua do conhecimento técnico, elemento central do seu Capital Intelectual.
Os avanços registrados em 2025 evidenciam a consolidação de uma política estruturada de inovação, integrada à gestão do conhecimento, à proteção da propriedade intelectual e à geração de valor público. Ao incorporar a inovação como eixo estratégico, a CAGEPA reforça sua capacidade de responder aos desafios do setor com soluções tecnológicas sustentáveis, socialmente responsáveis e institucionalmente maduras, contribuindo de forma decisiva para a universalização dos serviços de saneamento no Estado da Paraíba.

10.5. CAPITAL SOCIAL E RELACIONAL

O Capital Social e Relacional da CAGEPA abrange as relações institucionais mantidas com municípios, colegiados microrregionais, clientes, reguladores, acionistas, órgãos de controle, fornecedores, parceiros, colaboradores e sociedade. Essas conexões sustentam a legitimidade da atuação da Companhia e viabilizam a prestação contínua e sustentável dos serviços de saneamento na Paraíba.
A Companhia mantém diálogo estruturado, ético e transparente com suas partes interessadas, incorporando suas expectativas aos processos de gestão e decisão. Esse relacionamento ocorre por meio de canais de atendimento, instrumentos contratuais, instâncias de governança e mecanismos formais de prestação de contas.
Capital Social e Relacional: Componentes, Gestão, Aplicação no Modelo de Negócios e Conexão com a Geração de Valor Público

10.5.1. Componentes do Capital Social e Relacional

O Capital Social e Relacional da CAGEPA é composto por diferentes dimensões estratégicas:
No âmbito institucional, a CAGEPA mantém relacionamento permanente com os municípios e com as instâncias colegiadas de governança microrregional, assegurando alinhamento contratual, cooperação técnica e articulação para a expansão e a universalização do saneamento. Essa relação é essencial para garantir segurança jurídica, estabilidade operacional e planejamento de longo prazo.
Com os clientes, a Companhia estabelece diálogo por meio de canais presenciais e digitais de atendimento, ouvidoria, pesquisas de satisfação e ações de educação ambiental. A escuta ativa das demandas da população permite aprimorar processos, qualificar os serviços e fortalecer a confiança social na instituição.
A relação com os órgãos reguladores é pautada pelo cumprimento rigoroso das normas e metas estabelecidas, pela transparência no fornecimento de informações técnicas, operacionais e econômico-financeiras e pela participação em consultas e audiências públicas. Essa interação assegura conformidade regulatória, previsibilidade e melhoria contínua dos serviços.
No que se refere aos acionistas e órgãos de controle, a CAGEPA adota práticas estruturadas de governança, prestação de contas e divulgação de resultados, observando princípios de legalidade, transparência, eficiência e integridade. Auditorias, relatórios de gestão e demonstrações financeiras reforçam a accountability e a responsabilidade na aplicação dos recursos públicos.
Com fornecedores e parceiros, a Companhia mantém relações baseadas em critérios técnicos, legais e éticos, por meio de processos licitatórios transparentes e contratos formalizados. Essas parcerias são fundamentais para garantir qualidade, inovação, eficiência operacional e desenvolvimento da cadeia produtiva associada ao saneamento.
Internamente, o relacionamento com os colaboradores é sustentado por políticas de valorização profissional, capacitação contínua, comunicação institucional estruturada e promoção de uma cultura organizacional orientada pela ética e pelo compromisso público. O engajamento das equipes fortalece o desempenho institucional e a qualidade dos serviços prestados.

10.5.2. Gestão do Capital Social e Relacional

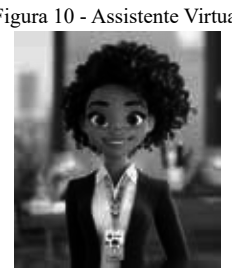
A relação institucional e com os clientes configura eixo estruturante do Capital Social e Relacional da CAGEPA, organizando-se em duas dimensões complementares e interdependentes.
A primeira refere-se ao poder concedente, representado pelos colegiados microrregionais, titulares dos serviços públicos de saneamento, que exerce a governança interfederativa, define diretrizes estratégicas e assegura a legitimidade da prestação dos serviços.

Figura 9 - Mapa das Microrregiões de Saneamento

Fonte: Companhia de Água e Esgotos da Paraíba

Com a instituição das microrregiões de saneamento, nos termos da Lei Complementar Estadual nº 168/2021, a gestão passou a ser exercida de forma compartilhada entre o Estado e os municípios, por meio desses colegiados. Compostos por representantes municipais (60% dos votos) e estaduais (40%), os colegiados exercem a função de poder concedente, sendo responsáveis pela governança interfederativa do saneamento, pelo planejamento regionalizado, pela definição de diretrizes estratégicas, pela aprovação de instrumentos contratuais e pela deliberação sobre metas e investimentos, bem como pelo acompanhamento das metas de universalização.
Esse arranjo fortalece a regionalização, promove maior integração entre os entes federativos e assegura alinhamento às diretrizes e metas do Novo Marco Legal do Saneamento. A interação da Companhia com os colegiados ocorre de forma permanente e institucionalizada, por meio da prestação sistemática de informações técnicas, econômico-financeiras e operacionais, além da participação em instâncias deliberativas.
A CAGEPA mantém vínculo formal com os entes titulares por meio de instrumentos de delegação e contratos vigentes, que estabelecem direitos, deveres e responsabilidades, garantindo segurança jurídica e estabilidade institucional à prestação dos serviços. Nesse contexto, a Companhia atua de forma integrada ao planejamento regionalizado, contribuindo para a pactuação de metas, a estruturação de investimentos e o cumprimento das normas regulatórias.
Dessa forma, o relacionamento com os colegiados microrregionais sustenta a legitimidade institucional da atuação da CAGEPA, viabiliza a continuidade da operação e fortalece a coordenação entre Estado e municípios na implementação das metas de expansão, melhoria e universalização dos serviços de saneamento no Estado da Paraíba.
A segunda dimensão do relacionamento refere-se ao cliente, destinatário direto dos serviços prestados pela Companhia. Os clientes são segmentados nas categorias residencial, comercial, industrial e órgãos públicos, o que permite uma atuação mais precisa e alinhada aos diferentes perfis de consumo, padrões de demanda e necessidades específicas.

Figura 10 - Assistente Virtual



Fonte: Companhia de Água e Esgotos da Paraíba

Para a CAGEPA, a universalização não se limita à ampliação da cobertura dos serviços, mas compreende a oferta com qualidade, regularidade, eficiência operacional e foco permanente na experiência do cliente. Esse compromisso orienta a melhoria contínua dos processos de atendimento, comunicação e prestação dos serviços.
O relacionamento com os clientes é sustentado por um ecossistema integrado de atendimento, estruturado em canais presenciais e digitais disponíveis 24 horas por dia. Em 2025, foram registrados 3.726.747 acessos aos canais de atendimento, representando crescimento de 11,38% em relação ao ano anterior. Desse total, 60,49% ocorreram por meios digitais e robotizados, mantendo-se, ainda assim, mais de 400 mil atendimentos presenciais, o que evidencia a estratégia de inclusão e acessibilidade multicanal.
Entre as principais iniciativas implementadas no período, destacam-se a ampliação do atendimento em Libras por meio de vídeo atendimento mediante agendamento; a consolidação da jornada omnichannel em plataforma única; o lançamento da assistente virtual EVA; o lançamento do novo aplicativo da Companhia, que alcançou mais de 100 mil clientes conectados nos primeiros oito meses; e a atuação territorial por meio da Caravana do Cuidar, em João Pessoa, ampliando o acesso à negociação de débitos e ao cadastro na Tarifa Social.
Essa dimensão relacional fortalece a confiança dos clientes, aprimora a qualidade percebida dos serviços e contribui para a geração de valor público sustentável.
A Ouvidoria atua como canal independente e imparcial para recebimento e tratamento de reclamações, sugestões, elogios e denúncias. Os prazos de resposta são:
● Sugestões e elogios: até 10 dias;
● Reclamações: até 20 dias;
● Denúncias de improbidade administrativa ou ilícitos: até 30 dias.
O Canal de Denúncias recebe registros relativos a violações legais ou ao Código de Conduta e Integridade, incluindo fraude, corrupção, assédio, discriminação e irregularidades contratuais. As manifestações passam por averiguação preliminar, com garantia de anonimato e direito de defesa.
A Companhia mantém interlocução estruturada com Procons estaduais e municipais, utilizando canais dedicados como Linha Direta Procon, plataformas Pró-Consumidor e consumidor.gov, fortalecendo a governança relacional.
A interação contínua com a Agência de Regulação do Estado da Paraíba e demais órgãos reguladores assegura o cumprimento das obrigações legais, regulatórias e contratuais, sustentando a conformidade institucional.
O relacionamento com fornecedores é estratégico para a sustentabilidade operacional da CAGEPA. A Companhia utiliza Cadastro de Fornecedores que reúne empresas de materiais, insumos e serviços diversos, exigindo documentação e critérios técnicos, legais e éticos em conformidade com a legislação vigente. Os processos de contratação asseguram preços justos, qualidade, responsabilidade social, sustentabilidade ambiental e legalidade. O Código de Conduta e Integridade reforça os padrões éticos esperados, fortalecendo a transparência, a confiança e a integridade nas relações comerciais.

10.5.3. Campanhas de Negociação e Sustentabilidade Institucional

As campanhas de negociação de débitos constituem instrumento relevante de relacionamento institucional, promovendo regularização contratual e manutenção do acesso aos serviços.

Em 2025, a Companhia participou de 16 mutirões organizados pelo Procon Estadual. A 6ª edição da campanha "Fique em Dia com a CAGEPA", realizada entre novembro e dezembro, resultou em mais de 132 mil negociações formalizadas, com condições diferenciadas inclusive para clientes com demandas judicializadas ou administrativas.
Essas iniciativas articulam equilíbrio econômico-financeiro e preservação do vínculo contratual com os clientes.

10.5.4. Transparência e Controle Social

A transparência é elemento estruturante do Capital Social e Relacional, fortalecendo a confiança, legitimidade e credibilidade institucional.

Em consonância com a Constituição Federal, a Lei de Acesso à Informação e a Lei das Estatais, a Companhia adota o princípio da transparência ativa, disponibilizando informações institucionais, operacionais, financeiras e contratuais em seu sítio eletrônico.

O Serviço de Informação ao Cidadão (SIC) assegura atendimento tempestivo às solicitações de dados, ampliando a participação social. Adicionalmente, os processos licitatórios conduzidos pela Comissão Permanente de Licitações são transmitidos ao vivo em plataforma digital, permitindo acompanhamento público em tempo real.

10.5.5. Abra a Torneira da Bondade e dê um Banho de Solidariedade

A campanha "Abra a Torneira da Bondade e dê um Banho de Solidariedade", promovida pela CAGEPA em parceria com o Governo do Estado, demonstra como a mobilização solidária pode gerar impactos positivos na sociedade.
Em 2025, a iniciativa arrecadou R$517.7 mil, destinados ao apoio de 10 instituições que atendem pessoas em situação de vulnerabilidade social. Os recursos contribuem para o desenvolvimento de projetos voltados à inclusão social, promoção da saúde e melhoria da qualidade de vida de crianças, adolescentes, idosos e famílias em situação de vulnerabilidade.
A campanha reforça o compromisso da Companhia com a responsabilidade social e o fortalecimento das relações com a comunidade, ampliando o alcance de ações que promovem dignidade e bem-estar.

10.5.6. Aplicação no Modelo de Negócios

O Capital Social e Relacional sustenta a legitimidade institucional e a estabilidade operacional da Companhia, ao estruturar o relacionamento com municípios, colegiados microrregionais, clientes, reguladores, acionistas, órgãos de controle, fornecedores, colaboradores e sociedade.
A interação permanente com os colegiados microrregionais assegura governança interfederativa, segurança jurídica e alinhamento às metas de universalização. Com os clientes, a atuação multicanal de atendimento, a Ouvidoria e as campanhas de negociação fortalecem o vínculo contratual, a confiança e a sustentabilidade financeira. A relação com órgãos reguladores e de controle garante conformidade normativa e transparência, enquanto a parceria com fornecedores assegura eficiência e qualidade operacional.
Assim, o Capital Social e Relacional integra estratégia, governança e operação, reduz riscos institucionais e cria as condições necessárias para a continuidade, expansão e sustentabilidade dos serviços de saneamento no Estado da Paraíba.

10.5.7. Conexão com a Geração de Valor Público

O Capital Social e Relacional contribui diretamente para a geração de valor público ao:
● Assegurar continuidade dos serviços por meio de vínculos formais com titulares;
● Viabilizar acesso estruturado e inclusivo aos serviços;
● Promover transparência e controle social;
● Sustentar legitimidade institucional por meio da conformidade regulatória;
● Fortalecer a estabilidade operacional e a sustentabilidade de longo prazo.
Dessa forma, consolida-se como elemento essencial à estabilidade institucional, à confiança das partes interessadas e à capacidade da Companhia de cumprir sua missão no Estado da Paraíba.

10.6. Capital Natural

O Capital Natural constitui a base ecológica que sustenta, de forma direta e estruturante, a prestação dos serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário pela Companhia. Esse capital compreende os recursos hídricos superficiais e subterrâneos utilizados na captação, as áreas associadas às fontes de água, os corpos receptores de efluentes tratados, os ecossistemas locais com interface com as unidades operacionais e os demais elementos ambientais vinculados às operações.
Nas últimas décadas, a intensificação da exploração dos recursos naturais, associada ao avanço da industrialização, ao aumento do consumo de combustíveis fósseis e à expansão urbana desordenada, tem provocado desequilíbrios ambientais relevantes. As mudanças climáticas consolidaram-se como realidade concreta, com efeitos diretos sobre os regimes hidrológicos, a disponibilidade hídrica, a qualidade ambiental e a segurança hídrica das populações. Alterações nos padrões de precipitação, eventos extremos mais frequentes, degradação de mananciais e redução da resiliência dos sistemas naturais impõem desafios crescentes à gestão do saneamento.
No contexto do Nordeste brasileiro, especialmente no Estado da Paraíba, esses desafios são ampliados pelas características do semiárido, historicamente marcado pela variabilidade climática e pela necessidade de soluções estruturantes, como sistemas adutores integrados e reservatórios estratégicos. Nesse cenário, o saneamento básico assume papel central não apenas como instrumento de promoção da saúde pública, mas como vetor de adaptação às mudanças climáticas, proteção dos recursos hídricos e garantia do direito humano à água e ao esgotamento sanitário.
É nesse ambiente de múltiplas pressões ambientais que a CAGEPA mobiliza e gerencia seu Capital Natural, reconhecendo que suas atividades mantêm relação direta com os recursos ambientais utilizados e influenciados pela operação dos sistemas.
Capital Natural: Componentes, Gestão, Aplicação no Modelo de Negócios e Conexão com a Geração de Valor Público

10.6.1. Componentes do Capital Natural

No âmbito do modelo de negócios da Companhia, o Capital Natural abrange:
● Recursos hídricos: mananciais superficiais e subterrâneos utilizados na captação de água para produção e distribuição de água tratada.
● Áreas de captação: zonas associadas à origem da água captada, incluindo reservatórios, açudes, rios e aquíferos.
● Corpos receptores: corpos d'água que recebem efluentes tratados provenientes das Estações de Tratamento de Esgotos (ETEs).
● Meio ambiente local: ecossistemas inseridos nas áreas onde se localizam Estações de Tratamento de Água e Esgotos (ETAs) e ETEs, adutoras, reservatórios e demais infraestruturas operacionais.
● Recursos ambientais associados: elementos naturais impactados direta ou indiretamente pelas atividades operacionais, como solo, cobertura vegetal e fauna local.
A identificação desses componentes permite compreender a dependência operacional da Companhia em relação aos recursos hídricos e ao equilíbrio ambiental das áreas onde atua, evidenciando o contexto natural que sustenta a prestação dos serviços.

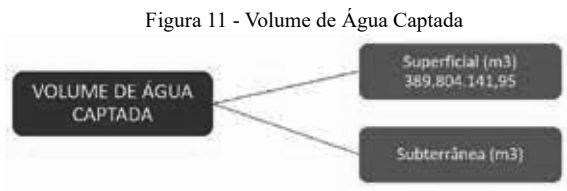
10.6.2. Gestão e Proteção do Capital Natural

A gestão dos recursos hídricos constitui elemento central do Capital Natural da Companhia, orientando a prestação dos serviços de captação, tratamento e distribuição de água com elevado senso de responsabilidade socioambiental. Todas as operações são realizadas em conformidade com a legislação ambiental e de saúde pública vigente, devidamente amparadas pelas respectivas outorgas de uso de recursos hídricos. Esse arcabouço assegura a regularidade das captações, a preservação dos mananciais, a manutenção da qualidade da água fornecida à população e a mitigação de impactos ambientais associados às atividades operacionais.

10.6.2.1. Captação da água

Todas as operações são realizadas em conformidade com a legislação ambiental e de saúde pública vigente, devidamente amparadas pelas respectivas outorgas de uso de recursos hídricos. Esse arcabouço assegura a regularidade das captações, a preservação dos mananciais, a manutenção da qualidade da água fornecida à população e a mitigação de impactos ambientais associados às atividades operacionais.

Figura 11 - Volume de Água Captada



Fonte: Companhia de Água e Esgotos da Paraíba

Figura 12 - Barragem de Gramame/PB

Fonte: Companhia de Água e Esgotos da Paraíba

10.6.2.2. Lançamento de efluentes

No âmbito do esgotamento sanitário, os sistemas operados pela Companhia possuem outorgas de lançamento de efluentes que estabelecem critérios, limites e condicionantes para a disposição final em corpos hídricos receptores. O cumprimento desses parâmetros é acompanhado por monitoramento contínuo e inspeções periódicas, com controle sistemático da qualidade dos efluentes tratados. Essa prática permite a identificação preventiva de eventuais não conformidades, a implementação tempestiva de ações corretivas e a redução de riscos ambientais, operacionais e reputacionais.

Volumes de efluentes lançados em 2025, conforme outorgas vigentes
92.642.583,21

Figura 13 - Estação de Tratamento de Esgoto de Mangabeira em João Pessoa

Fonte: Companhia de Água e Esgotos da Paraíba

A gestão de efluentes também se integra à agenda climática, especialmente no que se refere ao controle de emissões de gases de efeito estufa provenientes dos processos de tratamento e à busca por maior eficiência energética. A Companhia avalia e incorpora, de forma progressiva, tecnologias voltadas à redução da carga orgânica, ao aproveitamento de subprodutos do tratamento e à otimização do consumo energético, contribuindo para o fortalecimento da resiliência ambiental e operacional de seus sistemas.
Essas iniciativas são conduzidas em consonância com as exigências legais e regulatórias aplicáveis ao setor, assegurando que a operação das unidades de tratamento ocorra dentro dos padrões ambientais estabelecidos. Nesse sentido, ressalta-se também que todas as unidades operacionais encontram-se devidamente licenciadas junto aos órgãos ambientais competentes, evidenciando o compromisso institucional da CAGEPA com a conformidade regulatória e com a gestão responsável dos recursos naturais.

10.6.2.3. Proteção do Capital Natural

A proteção do capital natural constitui uma diretriz estratégica para a CAGEPA, considerando que a disponibilidade e a qualidade dos recursos hídricos são elementos fundamentais para a continuidade e a sustentabilidade dos serviços de saneamento.
Nesse contexto, a Companhia desenvolve e implementa um conjunto de medidas voltadas à conservação dos mananciais, ao monitoramento sistemático da qualidade da água, à gestão adequada dos efluentes e ao cumprimento rigoroso das condicionantes ambientais estabelecidas pelos órgãos reguladores e licenciadores.
Essas ações são conduzidas de forma integrada às políticas de gestão socioambiental da Companhia, contemplando iniciativas de prevenção de impactos, recuperação de áreas degradadas, educação ambiental e fortalecimento do diálogo com instituições parceiras e comunidades locais. Ao adotar essas práticas, a CAGEPA busca não apenas assegurar a conformidade ambiental de suas operações, mas também contribuir para a preservação dos ecossistemas aquáticos, a segurança hídrica regional e a sustentabilidade de longo prazo dos recursos naturais que sustentam suas atividades.

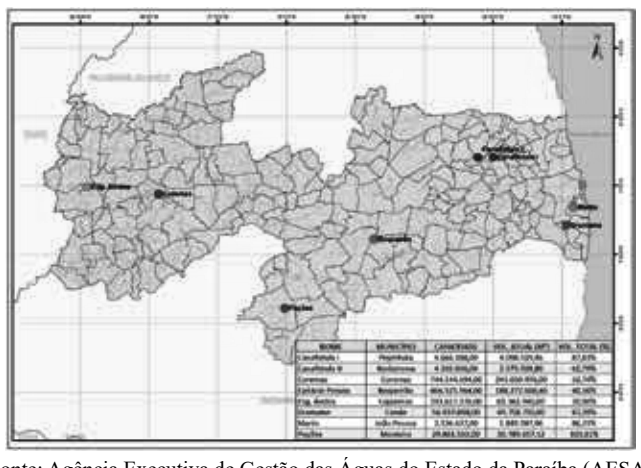
10.6.2.4. Mudanças Climáticas e Resiliência Hídrica

Diante desse cenário, as mudanças climáticas representam um fator adicional de atenção para a gestão do capital natural, especialmente em regiões suscetíveis a eventos extremos, como períodos prolongados de estiagem ou episódios de chuvas intensas. Tais fenômenos podem afetar a disponibilidade hídrica, a qualidade dos mananciais e a estabilidade dos sistemas de abastecimento e esgotamento sanitário.
Considerando esses desafios, a CAGEPA tem incorporado progressivamente a dimensão climática em seus processos de planejamento e gestão, buscando fortalecer a resiliência de suas infraestruturas, aprimorar o monitoramento dos recursos hídricos e adotar soluções que contribuam para a adaptação às mudanças do clima e para a proteção dos ecossistemas que sustentam a prestação dos serviços de saneamento.
A CAGEPA realiza o monitoramento contínuo dos potenciais impactos das mudanças climáticas sobre suas atividades, com atenção especial aos aspectos hidrológicos. O principal risco identificado está associado à disponibilidade e à qualidade da água, diretamente influenciadas pelas alterações nos regimes de precipitação e pela maior frequência de eventos extremos.
A redução e a irregularidade das chuvas comprometem a vazão dos mananciais, os níveis dos reservatórios e a capacidade de recuperação dos sistemas hídricos, ampliando os desafios para a segurança hídrica e a continuidade operacional. Frente a esse cenário, a Companhia adota uma gestão estratégica e resiliente dos recursos hídricos, voltada à antecipação de riscos, adaptação às variabilidades climáticas e preservação dos mananciais no curto, médio e longo prazo.
Vale destacar que, no ano de 2025, atenta aos desafios decorrentes das mudanças climáticas e aos seus potenciais impactos sobre a segurança hídrica regional, a CAGEPA, em parceria com o NDB, contratou a elaboração do Estudo de Impacto das Mudanças Climáticas no Sistema Adutor da Transparaíba – Ramal Curimataú, sistema responsável pelo abastecimento de 10 municípios do estado da Paraíba. O estudo tem como objetivo avaliar cenários de vulnerabilidade climática, subsidiando o planejamento de medidas de adaptação e o fortalecimento da resiliência das infraestruturas hídricas.
Nesse contexto, destacam-se as seguintes iniciativas:

I. Monitoramento Hidrológico

A CAGEPA utiliza sistematicamente dados oficiais disponibilizados pela Agência Executiva de Gestão das Águas do Estado da Paraíba (AESA), incluindo informações sobre níveis de reservatórios, vazões, precipitação e condições dos mananciais superficiais e subterrâneos. Esses dados subsidiam a análise contínua do comportamento hidrológico das bacias, permitindo antecipar cenários de escassez, orientar o planejamento operacional e fortalecer a segurança do abastecimento.

Figura 14 - Monitoramento Hidrológico da Paraíba



Fonte: Agência Executiva de Gestão das Águas do Estado da Paraíba (AESA)

II. Planejamento Preventivo

A Companhia vem incorporando soluções técnicas que ampliam a flexibilidade operacional das captações, como alternativas de tomada de água em reservatórios estratégicos, a exemplo do Açude Epitácio Pessoa (Boqueirão). Essa flexibilidade possibilita operar em níveis mais adequados, assegurando melhor qualidade da água captada, redução de custos no tratamento e maior confiabilidade no fornecimento.

III. Redução de Perdas e Eficiência Operacional

A redução e o controle de perdas de água nos nossos sistemas de abastecimento constituem uma política estratégica para a preservação do capital natural e para a sustentabilidade dos serviços de saneamento. Ao minimizar vazamentos, combater fraudes, modernizar a micro e macromedição e aprimorar a eficiência operacional, a CAGEPA contribui diretamente para a conservação dos recursos hídricos, a redução da pressão sobre mananciais e a promoção do uso racional da água, assegurando benefícios ambientais, econômicos e sociais.
A partir de maio de 2024, o Programa de Redução e Controle de Perdas (PRCOP) deixou de ser um projeto e passou a integrar, de forma permanente, os processos internos da Companhia, sendo gerido exclusivamente pela CAGEPA. O programa é alinhado às melhores práticas internacionais, especialmente às diretrizes da International Water Association (IWA), e está regulamentado pela Política de Combate às Perdas da Companhia. O acompanhamento sistemático do controle e combate às perdas ocorre por meio das Reuniões de Análise Crítica (RACs), realizadas mensalmente nas Gerências Regionais. Nessas reuniões são avaliados os principais indicadores, Índice de Perdas na Distribuição (IPD) e Índice de Perdas por Ligação (IPL) e definidas ações corretivas e preventivas, garantindo melhoria contínua e maior eficiência na gestão hídrica.
Em 2025, o PRCOP foi consolidado em toda a Companhia, com foco em projetos estruturantes, tais como: macromedição de vazão e pressão, automação operacional, implantação de Distritos de Medição e Controle (DMCs), combate a fraudes e ligações clandestinas, vistoria de unidades inativas, gestão de ativos, desenvolvimento de lideranças e ações de aculturamento organizacional.

IV. Eficiência Energética e Energias Renováveis

Como parte de sua estratégia de mitigação das emissões de gases de efeito estufa e fortalecimento da transição energética, a CAGEPA vem implementando um conjunto estruturado de iniciativas voltadas à ampliação do uso de fontes renováveis, à eficiência energética e à redução de custos operacionais.
Entre as ações já implementadas, destacam-se a implantação de cinco usinas fotovoltaicas em unidades operacionais e a migração de 95 unidades para o Ambiente de Contratação Livre (ACL), no Mercado Livre de Energia. Nesse contexto, foi firmado acordo entre a CAGEPA e a Kroma Energia, empresa pernambucana especializada no desenvolvimento, gestão e comercialização de energia renovável, após regular processo licitatório. A partir de julho, a Companhia passou a consumir energia elétrica proveniente de fontes renováveis fornecidas pela Kroma, com suprimento contratado até 31 de dezembro de 2027, alcançando 4,8 megawatts médios (MWm), equivalentes a aproximadamente 42.000 megawatts-hora (MWh) por ano. A expectativa é que, a partir de 2026, a medida gere economia estimada em R$5 milhões anuais.
A agenda de transição e eficiência energética vem sendo conduzida desde 2022 e contempla, além da migração para o mercado livre e da implantação de usinas solares, projetos de retrofit de acionamentos de motores com a aquisição de mais de 200 inversores de frequência. Essa iniciativa deverá evitar a emissão de mais de 20 mil toneladas anuais de gases de efeito estufa, representando avanço significativo na agenda de descarbonização da Companhia.
Atualmente, cerca de 80% da energia consumida pela CAGEPA já é proveniente de fontes renováveis. O plano em execução prevê elevar esse percentual para 90%, com a incorporação de soluções de geração distribuída. Esse conjunto de medidas amplia a previsibilidade de custos, reduz a dependência de fontes convencionais e fortalece a sustentabilidade e a resiliência operacional da Companhia no médio e longo prazo.

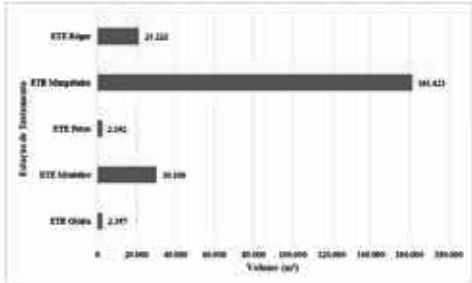
V. Inventário de Emissões de Gases de Efeito Estufa

Com o objetivo de estruturar sua agenda climática, a Companhia conduz processo de contratação de consultoria especializada para elaboração do inventário de emissões de GEE, formulação de plano estratégico de descarbonização e estudo de viabilidade para inserção no Mercado de Créditos de Carbono. A iniciativa busca consolidar a gestão das emissões, identificar oportunidades de mitigação e avaliar mecanismos inovadores de financiamento climático.
Essas ações demonstram a integração da agenda climática ao planejamento estratégico da CAGEPA, reforçando sua capacidade de adaptação, mitigação e geração de valor sustentável diante dos desafios impostos pelas mudanças climáticas.

VI. Gestão de Resíduos e Economia Circular

● Gestão de Resíduos
A gestão adequada dos resíduos gerados nas atividades operacionais integra a estratégia de preservação do Capital Natural da Companhia. O lodo proveniente das Estações de Tratamento de Água (ETAs) e das Estações de Tratamento de Esgotos (ETEs) constitui o principal resíduo das operações. Classificado como não perigoso, apresenta elevado teor de umidade, podendo alcançar até 80% de água em sua composição, o que demanda soluções técnicas específicas para seu manejo, tratamento e destinação ambientalmente adequada.
Diante desse cenário, a CAGEPA vem aprimorando continuamente suas práticas operacionais, promovendo intercâmbio de experiências e avaliando tecnologias voltadas à gestão eficiente do lodo, em consonância com os princípios da sustentabilidade, da responsabilidade ambiental e da economia circular.
Nesse contexto, com a cooperação técnica da Agence Française de Développement (AFD), foi contratado a realização de diagnóstico técnico em cinco ETEs do Estado, com foco na caracterização e quantificação do lodo gerado, bem como na análise de suas propriedades físicas, químicas e operacionais. O estudo contempla a avaliação de alternativas para retirada, adensamento, secagem e destinação final, considerando critérios técnicos, ambientais, econômicos e regulatórios. A iniciativa contribui para o aprimoramento da gestão dos resíduos do saneamento, reduz impactos ambientais e amplia as possibilidades de reaproveitamento, fortalecendo a sustentabilidade operacional da Companhia e seu alinhamento às boas práticas internacionais.
Em 2025 foram realizadas batimetrias em 5 Estações de Tratamento de Esgotos (ETEs), conforme ilustrado no gráfico abaixo, as quais se encontram em operação há mais de dez anos, com o objetivo de quantificar o volume de lodo depositado nas lagoas de tratamento. A realização desses levantamentos técnicos constitui etapa fundamental para o planejamento das ações de manejo, remoção e destinação ambientalmente adequada desse material. A partir dos dados obtidos, será possível avaliar as condições operacionais das lagoas, dimensionar as intervenções necessárias e definir as melhores práticas para o tratamento, reaproveitamento ou disposição final do lodo, em conformidade com as diretrizes ambientais e sanitárias aplicáveis.

Gráfico 7 – Batimetrias em ETEs



Fonte: Companhia de Água e Esgotos da Paraíba

Complementarmente, destaca-se o Termo de Cooperação Técnica firmado com a Associação de Plantadores de Cana da Paraíba (ASPLAN), que prevê a coleta e o reaproveitamento controlado do lodo gerado pela ETA de Gramame na cultura da cana-de-açúcar, em conformidade com a legislação ambiental. Embora a execução não tenha sido iniciada em 2025, sua implementação está estabelecida como prioridade para 2026, reforçando o compromisso institucional com soluções ambientalmente responsáveis e com a valorização de subprodutos do tratamento.

Figura 15 - Lodo Gerado da ETE de Mangabeira

Fonte: Companhia de Água e Esgotos da Paraíba

Em 2025 foram realizadas 133 inspeções ambientais em 31 municípios do estado paraibano.

Com foco na avaliação das condições ambientais, de saúde e segurança, bem como na identificação de riscos e na verificação da conformidade com a legislação vigente, diversas ações foram implementadas ao longo do período. Essas ações consolidam a gestão ambiental preventiva da Companhia, reduzem a exposição a riscos regulatórios e ambientais e reforçam o compromisso institucional com a proteção do meio ambiente, a eficiência operacional e a sustentabilidade dos serviços prestados. As iniciativas descritas também reforçam o pilar Ambiental da agenda ASG da Companhia, evidenciando a integração das práticas ambientais à estratégia corporativa.

O fortalecimento contínuo do desempenho ambiental consolida o Capital Natural como base estratégica para a geração de valor público e para a sustentabilidade de longo prazo dos serviços de saneamento no Estado da Paraíba.

10.6.3. Capital Natural e Sociedade

Capital natural e sociedade estão diretamente interligados no contexto da prestação dos serviços de saneamento, uma vez que a proteção dos recursos hídricos, dos ecossistemas associados e do patrimônio cultural contribui para a qualidade de vida das comunidades e para o desenvolvimento sustentável dos territórios atendidos. Nesse sentido, a CAGEPA desenvolve iniciativas voltadas à conservação ambiental, à valorização do patrimônio cultural e ao fortalecimento da governança das águas, promovendo benefícios que extrapolam a dimensão operacional e alcançam impactos positivos para a sociedade.

10.6.3.1. Recuperação de Mananciais

Em 2025, foram distribuídas aproximadamente 3.871 mudas destinadas a ações prioritárias de recuperação ambiental nos açudes Epitácio Pessoa e Poções, mananciais estratégicos, essenciais para a segurança hídrica e o abastecimento de diversos sistemas no estado da Paraíba. A iniciativa contribui para a proteção das áreas de entorno dos reservatórios, o fortalecimento da cobertura vegetal e a preservação da qualidade dos recursos hídricos que sustentam o abastecimento das populações atendidas.

10.6.3.2. Patrimônio Cultural

A CAGEPA realiza consultas formais ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) em todos os seus empreendimentos, em estrita observância à legislação de proteção ao patrimônio histórico, cultural e arqueológico. Conforme o enquadramento técnico definido pelo IPHAN para cada obra, e quando aplicável, a Companhia adota as medidas necessárias, incluindo o acompanhamento arqueológico durante a fase de implantação, com o objetivo de prevenir, identificar e mitigar eventuais impactos ao patrimônio arqueológico.
Adicionalmente, encontra-se em fase de conclusão o convênio com a Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), destinado a atender às diretrizes estabelecidas pelo IPHAN. A parceria tem como finalidade promover a valorização e a divulgação do patrimônio cultural brasileiro, com foco no patrimônio arqueológico sob a jurisdição da Superintendência do IPHAN na Paraíba.
O convênio prevê ações como a produção de publicações técnicas, o mapeamento de sítios arqueológicos e a capacitação de guias de turismo, contribuindo para a socialização do conhecimento e a valorização dos sítios localizados nos municípios de Boa Vista, Boqueirão e Cabaceiras, localidades que já registram visitação turística e interesse da população local.

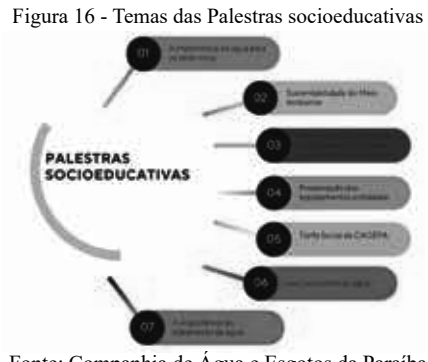
10.6.3.3. Governança das água (Comitês de Bacias Hidrográficas)

A CAGEPA desempenha papel ativo e estratégico nos Comitês de Bacias Hidrográficas da Paraíba, integrando atualmente quatro colegiados, sendo três de âmbito estadual e um de âmbito federal. Essas instâncias constituem espaços essenciais de governança das águas, responsáveis pela formulação de diretrizes, mediação de conflitos e promoção da gestão integrada, participativa e descentralizada dos recursos hídricos.
A atuação da Companhia nesses colegiados fortalece a governança compartilhada e amplia o diálogo entre poder público, usuários e sociedade civil, contribuindo para decisões mais equilibradas e sustentáveis. Por meio dessa participação institucional, a CAGEPA colabora na definição de prioridades, no planejamento do uso múltiplo da água e na preservação dos mananciais, contribuindo para o fortalecimento da segurança hídrica no estado da Paraíba.

10.6.3.4. Ação Social

A CAGEPA atua de forma contínua para estreitar sua relação com as comunidades atendidas, reconhecendo o diálogo social como elemento essencial para a qualidade, a legitimidade e a sustentabilidade dos serviços de saneamento. Nesse contexto, a Companhia investe na construção de vínculos de confiança e no fortalecimento de canais permanentes de comunicação, assegurando que a população se sinta acolhida, ouvida e integrada aos processos que impactam diretamente seu território.
Essas iniciativas partem do entendimento de que a proteção do meio ambiente e a segurança hídrica não dependem apenas de investimentos em infraestrutura e soluções tecnológicas, mas também do engajamento consciente e da participação ativa das comunidades atendidas.
As ações sociais desenvolvidas pela CAGEPA abrangem tanto o acompanhamento social das obras, conduzido de forma estruturada nas fases prévia, de implantação e pós-implantação, quanto iniciativas nas localidades operadas. Essa atuação garante o diálogo contínuo com as comunidades, contribui para a mitigação de impactos sociais associados aos empreendimentos e fortalece a licença social para operar, reafirmando o compromisso da Companhia com a inclusão, a transparência e o desenvolvimento sustentável.
No exercício de 2025, as ações sociais desenvolvidas pela Companhia incluíram, entre outras iniciativas:
● Palestras socioeducativas voltadas à promoção da educação sanitária, ambiental e da cidadania;
● Formação de multiplicadores para a disseminação de práticas socioambientais junto às comunidades;
● Realização de oficinas para geração de emprego e renda;
● Reuniões sistemáticas com comunidades e lideranças locais;
● Ações de articulação e fortalecimento de parcerias institucionais;
● Visitas técnicas às obras, com acompanhamento social antes, durante e após a execução;
● Plantão Social;
● Reuniões integradas com as equipes de engenharia;
● Ações de conscientização junto aos clientes e comunidades atendidas, reforçando o uso responsável da água, a preservação ambiental e a participação social.
Dentre as palestras socioeducativas foram abordados diversos temas voltados à sensibilização da população quanto à importância da preservação dos recursos naturais e do uso responsável da água. Além de promover a disseminação de conhecimento, essas ações reforçam o papel fundamental da sustentabilidade na melhoria da qualidade de vida e na construção de um ambiente ecologicamente equilibrado, contribuindo para a proteção dos recursos naturais e para o bem-estar das presentes e futuras gerações.

Figura 16 - Temas das Palestras socioeducativas



Fonte: Companhia de Água e Esgotos da Paraíba

Os Projetos Técnicos Sociais (PTS), implementados em municípios como Cajazeiras, Patos e na Região Metropolitana de João Pessoa, priorizaram a mobilização para o uso racional da água, a preservação das redes implantadas e a adesão adequada aos sistemas de esgotamento sanitário, contribuindo diretamente para a redução de perdas, a prevenção de contaminações e a proteção dos corpos hídricos.
A Companhia também promoveu ações de sensibilização em municípios que passaram a integrar sua área de operação, reforçando orientações sobre sustentabilidade ambiental, funcionamento dos sistemas e preservação das infraestruturas instaladas. Essas iniciativas fortalecem a conservação dos ativos ambientais e ampliam a eficiência dos sistemas de saneamento.
Nos empreendimentos financiados por organismos internacionais, a elaboração do Plano de Engajamento das Partes Interessadas (PEPI) integra a gestão socioambiental, assegurando que as intervenções ocorram com transparência, diálogo estruturado e atenção aos impactos ambientais ao longo de todo o ciclo do projeto. Em 2025, foram elaborados sete PEPIs, abrangendo 11 municípios contemplados por obras financiadas pelo Banco Mundial e pela Agence Française de Développement (AFD).
Por meio dessas ações, a CAGEPA fortalece a gestão participativa dos serviços de saneamento, contribuindo para a proteção dos recursos hídricos, a sustentabilidade dos sistemas implantados e a promoção de territórios mais saudáveis, resilientes e socialmente inclusivos.

10.6.3.5. Educação Ambiental

A educação ambiental constitui um instrumento estratégico para a promoção do uso responsável dos recursos naturais e para o fortalecimento da participação social na gestão do saneamento. Nesse sentido, a CAGEPA desenvolve iniciativas voltadas à sensibilização e ao engajamento das comunidades atendidas, promovendo a disseminação de informações sobre a importância da preservação dos recursos hídricos, do uso racional da água e do correto funcionamento dos sistemas de esgotamento sanitário.
Por meio de ações educativas, atividades de mobilização social e iniciativas de comunicação ambiental, a Companhia busca aproximar o tema do saneamento do cotidiano da população, estimulando a reflexão crítica e a adoção de práticas mais sustentáveis. Essas iniciativas contribuem para ampliar a conscientização ambiental, fortalecer o vínculo entre a Companhia e a sociedade e promover a corresponsabilidade na proteção dos recursos naturais e na melhoria da qualidade de vida das comunidades.

● **Eventos e Difusão do Conhecimento Ambiental**
Ao longo de 2025, a CAGEPA desenvolveu um conjunto abrangente de ações e eventos voltados à preservação dos recursos hídricos, à redução de impactos ambientais e à promoção de práticas sustentáveis junto à sociedade.
A **Van de Educação Ambiental** Interativa consolidou-se como instrumento estratégico de difusão de conhecimento sobre o ciclo do saneamento, os sistemas de tratamento de água e esgoto e a importância do uso responsável da água. Durante o 39º Salão do Artesanato Paraibano, realizado em João Pessoa, a iniciativa alcançou 1.642 pessoas, incluindo visitantes de diferentes regiões do Brasil e do exterior, ampliando o alcance das mensagens relacionadas à conservação dos recursos hídricos.
O programa **"CAGEPA de Portas Abertas"**, realizado em comemoração ao Dia Mundial da Água, promoveu visitas simultâneas às principais Estações de Tratamento de Água do Estado, proporcionando maior transparência sobre os processos de tratamento e fortalecendo a conscientização sobre a proteção dos mananciais e o uso sustentável da água.
No contexto da redução de resíduos e do enfrentamento à poluição plástica, destacaram-se as ações da campanha **"Junho sem Plástico"**, incluindo o experimento "Mensagem para o Futuro" e a realização de webinar sobre o combate à poluição plástica. Essas iniciativas reforçaram a importância da redução de descartáveis, da gestão adequada de resíduos sólidos e da responsabilidade ambiental.
A Companhia também investiu em metodologias inovadoras de educação ambiental, como a oficina de teste do jogo educativo **"Missão Território"**, voltado à compreensão de impactos ambientais e soluções sustentáveis, estimulando o pensamento crítico e a construção de soluções colaborativas.
A participação na **Expotec**, em eventos culturais, científicos e escolares, e nas comemorações do **Dia da Árvore e do Dia das Crianças** ampliou o alcance das ações de sensibilização ambiental. Em 2025, foram registrados 6.442 atendimentos por meio da Van Interativa, com atuação em 43 municípios paraibanos, abrangendo diferentes faixas etárias e níveis de ensino. O atendimento em escolas apresentou crescimento significativo em relação a 2024, consolidando o programa como ferramenta estruturante de formação ambiental.
As trilhas ecológicas e as ações comemorativas do **Dia da Árvore** reforçaram a conexão entre saneamento, conservação dos ecossistemas e bem-estar, evidenciando a integração entre infraestrutura de saneamento, preservação ambiental e qualidade de vida.
Por meio dessas iniciativas, a CAGEPA fortalece a proteção do capital natural ao promover a conscientização ambiental, incentivar o uso racional da água, estimular a redução de resíduos e ampliar a compreensão coletiva sobre a importância da preservação dos recursos naturais, contribuindo para a sustentabilidade ambiental de longo prazo no estado da Paraíba.

● **Saneamento em Arte**
A CAGEPA, por meio do projeto **Saneamento em Arte: Muros que Educam**, utiliza o grafite como instrumento de educação ambiental e mobilização social, levando às comunidades mensagens acessíveis e impactantes sobre sustentabilidade, saúde pública e preservação ambiental. As intervenções artísticas destacam a importância de evitar o lançamento de esgoto a céu aberto e evidenciam o papel essencial das Estações de Tratamento de Esgotos na proteção dos recursos hídricos e na promoção da qualidade de vida.
Ao transformar muros de unidades operacionais em espaços de expressão artística e conscientização, o projeto aproxima o tema do saneamento do cotidiano da população, estimula a reflexão crítica e incentiva mudanças de comportamento. A iniciativa reforça o compromisso institucional da Companhia com a educação ambiental, a participação social e a construção de cidades mais sustentáveis e integradas.
O projeto segue em expansão. Em 2025, a Gerência Regional do Litoral realizou nova intervenção artística no muro da Estação de Tratamento de Esgotos de Mangabeira, fortalecendo a valorização dos espaços operacionais e ampliando o diálogo entre a Companhia e a comunidade local.

Figura 17 - Muros de ETEs

Fonte: Companhia de Água e Esgotos da Paraíba

10.6.3.6. Parcerias e Engajamento Digital

A CAGEPA fortaleceu parcerias estratégicas voltadas à valorização da biodiversidade, à educação ambiental e à sensibilização da sociedade para a preservação dos recursos naturais.
Destaca-se a parceria com o projeto "Biodiversidade da Paraíba", desenvolvido por pesquisadores da UFPB, UEPB e UFCG. A partir dessa iniciativa, a Companhia passou a utilizar, nas ações da Van Interativa e nas atividades de educação ambiental, um livro para colorir sobre a biodiversidade do Estado. O material foi adaptado para estimular, de forma lúdica e pedagógica, o interesse das crianças pelas riquezas naturais da Paraíba, promovendo a conscientização sobre a importância da água, dos ecossistemas e da conservação ambiental desde a infância.
A iniciativa amplia o alcance das ações de educação ambiental ao integrar conhecimento científico, valorização da fauna e flora locais e formação de uma cultura de proteção aos recursos naturais, contribuindo para o fortalecimento da consciência ambiental nas novas gerações.
No campo da comunicação ambiental, a CAGEPA também intensificou o engajamento por meio de suas redes sociais institucionais, divulgando projetos, campanhas e ações voltadas à sustentabilidade, como o programa "CAGEPA de Portas Abertas" e a parceria com o projeto "Biodiversidade da Paraíba". As publicações e conteúdos audiovisuais ampliaram a transparência, o alcance das mensagens ambientais e o diálogo com a sociedade, totalizando expressivo número de visualizações e interações ao longo de 2025.
Ao integrar parcerias acadêmicas, educação ambiental e comunicação digital, a Companhia reforça sua atuação na preservação do Capital Natural, promovendo conhecimento, valorização da biodiversidade e uso sustentável dos recursos hídricos, essenciais para a manutenção da qualidade ambiental e da segurança hídrica no Estado da Paraíba.

10.6.4. Uso do Capital Natural no Modelo de Negócios

O Capital Natural é mobilizado como insumo essencial à operação. A água constitui o elemento estruturante do ciclo produtivo do saneamento, desde a captação até a distribuição e posterior destinação de efluentes tratados.
No modelo de negócios da CAGEPA, destacam-se as seguintes finalidades:
● Captação de água: A CAGEPA realiza a captação de água bruta em mananciais superficiais e subterrâneos, dependendo da disponibilidade e da qualidade dos recursos hídricos das bacias hidrográficas.
● Tratamento da água: A água captada é encaminhada às ETAs, onde passa por processos que garantem sua potabilidade conforme os padrões sanitários.
● Adução e distribuição: a água é transportada por sistemas adutores e distribuída por redes de abastecimento até reservatórios e unidades consumidoras.
● Coleta de esgotos: Os efluentes são coletados por redes de esgotamento sanitário e conduzidos por estações elevatórias até as unidades de tratamento.
● Tratamento de esgotos: Nas ETEs, os efluentes passam por processos que reduzem a carga poluidora, permitindo seu retorno ao meio ambiente de forma segura.
A CAGEPA depende diretamente da integridade ambiental dos mananciais, das áreas de recarga e da vegetação associada às margens de rios, açudes e reservatórios, que desempenham papel essencial na regulação do ciclo hidrológico e na manutenção da qualidade da água bruta captada. Nesse contexto, a Companhia incorpora em seu modelo de gestão práticas voltadas à proteção e ao monitoramento desses recursos, promovendo ações de preservação ambiental, recuperação de áreas degradadas, acompanhamento da qualidade da água e articulação com órgãos gestores e demais instituições responsáveis pela gestão dos recursos hídricos.
Todas as captações são amparadas por outorgas de uso dos recursos hídricos, e os sistemas de esgotamento sanitário operam com outorgas de lançamento de efluentes, assegurando que a utilização do Capital Natural ocorra de forma regular e institucionalmente autorizada. Os sistemas operados encontram-se devidamente licenciados junto aos órgãos ambientais competentes.
A Companhia participa ativamente dos Comitês de Bacias Hidrográficas da Paraíba, fortalecendo a governança compartilhada da água e contribuindo para a gestão integrada dos recursos hídricos.

10.6.5. Conexão com a Geração de Valor Público

O Capital Natural está diretamente relacionado à geração de valor público pela Companhia. Sua proteção e uso responsável contribuem para:
● Segurança hídrica: preservação das fontes de água e garantia de disponibilidade sustentável para a população atendida.
● Continuidade dos serviços: manutenção da base ambiental necessária à operação dos sistemas de abastecimento e esgotamento sanitário;
● Saúde pública: tratamento adequado da água distribuída e dos efluentes gerados;
● Proteção ambiental: operação em conformidade com normas e licenças ambientais;
● Sustentabilidade de longo prazo: preservação dos recursos naturais essenciais às gerações atuais e futuras.

Ao integrar a gestão do Capital Natural ao seu modelo de negócios, a CAGEPA reforça seu compromisso institucional com a transparência, a responsabilidade socioambiental e a criação de valor sustentável no curto, médio e longo prazos, reconhecendo que a base ecológica que sustenta suas operações é também fundamento da qualidade de vida e do desenvolvimento do Estado da Paraíba.

11. MATERIALIDADE

A materialidade, representa o processo de identificação, priorização e gestão dos temas que são mais relevantes tanto para a sustentabilidade do negócio quanto para seus públicos estratégicos incluindo poder concedente, órgãos reguladores, colaboradores, fornecedores, sociedade e meio ambiente.

11.1. Capital Natural como Tema Material Estruturante

Em 2025, a CAGEPA realizou uma pesquisa estruturada com stakeholders com o objetivo de identificar e priorizar os temas materiais relevantes para a Companhia, contribuindo para o fortalecimento de sua agenda de sustentabilidade e para o alinhamento das estratégias corporativas às expectativas das partes interessadas. A consulta foi conduzida pelo Comitê ESG da Companhia, por meio da aplicação de questionário específico destinado à coleta de percepções sobre os temas considerados mais relevantes para a gestão e para a geração de valor da organização. Ao todo, foram avaliados 24 (vinte e quatro) temas.
Para a elaboração da matriz de materialidade, foram consideradas as respostas obtidas junto aos diferentes grupos de stakeholders. Os resultados evidenciaram um elevado grau de proximidade e experiência dos participantes com a atuação da Companhia, sendo observado um tempo médio de relacionamento com a CAGEPA de 14 (quatorze) anos, tanto entre stakeholders internos quanto externos. Esse histórico de interação contribuiu para qualificar as percepções coletadas, conferindo maior consistência ao processo de definição dos temas materiais e fortalecendo a base de diálogo entre a Companhia e suas partes interessadas.
Com base nas respostas obtidas e considerando a sustentabilidade do negócio, bem como a capacidade de atuação da CAGEPA, foram identificados os dez temas mais relevantes para a Companhia:

Tabela 3 – Tema Materialidade

Nº	TEMA MATERIAL	DESCRIÇÃO SINTÉTICA
1	Universalização do acesso à água e ao esgoto	Ampliação da cobertura dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário, promovendo saúde pública, dignidade e melhoria da qualidade de vida da população.
2	Redução de perdas de água	Implementação de ações para controle e redução das perdas físicas e comerciais nos sistemas de abastecimento, promovendo maior eficiência operacional e preservação dos recursos hídricos.
3	Qualidade da água e saúde dos clientes	Garantia da qualidade da água distribuída, por meio de monitoramento contínuo e conformidade com os padrões de potabilidade, assegurando a proteção da saúde da população atendida.
4	Gestão de resíduos	Gestão adequada dos resíduos gerados nas operações da Companhia, incluindo lodo de estações de tratamento e demais materiais, com foco em destinação ambientalmente adequada e redução de impactos ambientais.
5	Desempenho econômico-financeiro	Sustentabilidade econômico-financeira da Companhia, assegurando a capacidade de investimento, manutenção dos serviços e expansão da infraestrutura de saneamento.
6	Gestão de impactos socioambientais	Identificação, prevenção, mitigação e monitoramento dos impactos socioambientais decorrentes das atividades e empreendimentos da Companhia.
7	Adaptação às mudanças climáticas	Desenvolvimento de estratégias e ações voltadas à resiliência hídrica, à gestão de riscos climáticos e à adaptação dos sistemas de saneamento frente às mudanças climáticas.
8	Governança corporativa e transparência	Fortalecimento das práticas de governança, integridade, prestação de contas e transparência na gestão institucional.
9	Conformidade regulatória e ambiental	Atendimento às exigências legais, regulatórias e ambientais aplicáveis ao setor de saneamento.
10	Satisfação do cliente	Melhoria contínua da qualidade dos serviços prestados, fortalecendo os canais de relacionamento e a confiança dos usuários.

Fonte: Companhia de Água e Esgotos da Paraíba

Ainda se faz necessária a apreciação e aprovação dos temas materiais pelo Conselho da CAGEPA. Considerando que se encontra em fase avançada o processo de contratação de consultoria especializada para apoio à implantação da agenda ASG na Companhia, optou-se por aguardar a formalização dessa contratação para que os temas sejam submetidos à análise técnica da equipe consultora. Essa etapa permitirá a revisão metodológica dos temas identificados, assegurando maior robustez ao processo de materialidade e alinhamento às melhores práticas de sustentabilidade, governança e relato corporativo.

12. AGENDA ASG E SUSTENTABILIDADE CORPORATIVA

A agenda Ambiental, Social e Governança (ASG) da CAGEPA constitui diretriz estruturante de sua atuação institucional, integrando estratégia, modelo de negócios, gestão de riscos, alocação de capital e geração de valor público. Mais do que um conjunto de iniciativas isoladas, a abordagem ASG está incorporada de forma transversal às decisões corporativas, refletindo o compromisso da Companhia com a sustentabilidade econômico-financeira, a responsabilidade socioambiental e a solidez da governança.
A natureza essencial dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário posiciona a CAGEPA no centro de temas críticos para o desenvolvimento sustentável, como segurança hídrica, saúde pública, resiliência climática, inclusão social e integridade institucional. Nesse contexto, a agenda ASG não é complementar à estratégia: ela é parte integrante da própria missão institucional.

12.1. Estrutura e Integração da Agenda ASG

A governança da agenda ASG está inserida na estrutura corporativa da Companhia e articulada às seguintes instâncias e instrumentos:
● Conselho de Administração e Diretoria Executiva, responsáveis pela orientação estratégica e supervisão institucional;
● Estruturas de governança, auditoria, compliance e gestão de riscos;
● Planejamento estratégico e instrumentos de alocação de capital;
● Políticas corporativas e normativos internos;
● Sistemas de monitoramento operacional, ambiental e regulatório.

A integração ocorre por meio da conexão entre os pilares ASG e os capitais mobilizados no modelo de negócios da Companhia, assegurando abordagem sistêmica e alinhada à geração de valor público.

12.1.1. Pilar Ambiental (A)

O pilar Ambiental da agenda ASG está diretamente relacionado à gestão do Capital Natural e à mitigação dos impactos ambientais associados às operações de saneamento.
A CAGEPA reconhece que os recursos hídricos constituem insumo essencial à sua atividade-fim, ao mesmo tempo em que suas operações interagem com o meio ambiente por meio da captação de água, lançamento de efluentes tratados, consumo de energia e geração de resíduos.
Entre as principais diretrizes ambientais destacam-se:
● Gestão responsável dos recursos hídricos, com captações e lançamentos devidamente outorgados;
● Monitoramento contínuo da qualidade da água distribuída e dos efluentes tratados;
● Cumprimento de condicionantes ambientais e manutenção de licenças operacionais;
● Redução de perdas de água e melhoria da eficiência hidráulica;
● Ampliação do uso de energias renováveis e migração para o mercado livre de energia;
● Implantação de usinas fotovoltaicas e projetos de eficiência energética;
● Estruturação do inventário de emissões de gases de efeito estufa;
● Gestão adequada de resíduos e desenvolvimento de soluções de economia circular;
● Recuperação de mananciais e distribuição de mudas nativas;
● Participação ativa nos Comitês de Bacias Hidrográficas.

A incorporação da agenda climática ao planejamento institucional fortalece a resiliência hídrica e operacional da Companhia, especialmente em um contexto de variabilidade climática crescente no semiárido paraibano.
O desempenho ambiental é compreendido não apenas como obrigação regulatória, mas como condição estratégica para a sustentabilidade de longo prazo da prestação dos serviços.

12.1.2. Pilar Social (S)

O pilar Social está associado à geração de impactos positivos na saúde pública, na qualidade de vida, no desenvolvimento regional e na inclusão social.
A atuação da CAGEPA contribui diretamente para a redução de doenças de veiculação hídrica, a melhoria das condições sanitárias urbanas e rurais e a promoção da dignidade humana por meio do acesso à água potável e ao esgotamento sanitário.
No âmbito interno, o Capital Humano constitui vetor essencial da dimensão social, com iniciativas voltadas à:
● Capacitação contínua e desenvolvimento de lideranças;
● Saúde e segurança do trabalho;
● Promoção do bem-estar e da saúde mental;
● Inclusão produtiva de jovens aprendizes, estagiários e egressos do sistema prisional;
● Ampliação de oportunidades de equidade e diversidade;
● Valorização profissional e fortalecimento da cultura organizacional.

No relacionamento externo, destacam-se:
● Atendimento multicanal acessível e inclusivo;
● Atendimento em Libras e ampliação da jornada omnichannel;
● Campanhas de negociação e regularização contratual;
● Projetos técnicos sociais associados às obras;
● Educação ambiental e mobilização comunitária;
● Transparência ativa e fortalecimento do controle social.

A dimensão social da agenda ASG é indissociável da missão institucional da Companhia, pois os serviços de saneamento constituem infraestrutura estruturante do desenvolvimento sustentável.

12.1.3. Pilar Governança (G)

O pilar Governança sustenta a integridade, a transparência e a responsabilidade institucional da Companhia.
A CAGEPA está sujeita às disposições da Lei das Sociedades por Ações, da Lei das Estatais e do Novo Marco Legal do Saneamento, mantendo estrutura de governança que assegura segregação de funções, supervisão estratégica e mecanismos de controle interno.
Entre os principais instrumentos de governança destacam-se:
● Conselho de Administração e comitês de apoio;
● Diretoria Executiva com competências definidas;
● Código de Conduta e Integridade;
● Canal de Denúncias independente;
● Gestão estruturada de riscos;
● Auditorias internas e externas;
● Transparência ativa por meio do sítio institucional e do Serviço de Informação ao Cidadão;
● Adesão ao Pacto Brasil pela Integridade Empresarial da CGU;
● Alinhamento às melhores práticas do IBGC e às orientações do IIA.

A governança também se integra à transformação digital, à proteção de dados pessoais (LGPD), à segurança da informação e à modernização dos sistemas corporativos, fortalecendo a confiabilidade das informações e a qualidade da tomada de decisão.
A consolidação do pilar Governança amplia a confiança das partes interessadas, reduz riscos institucionais e assegura previsibilidade à atuação da Companhia.

12.1.4. Integração com Estratégia e Gestão de Riscos

A agenda ASG está integrada:
● Ao planejamento estratégico de curto, médio e longo prazos;
● À priorização de investimentos e alocação de capital;
● À gestão de riscos regulatórios, ambientais, sociais e financeiros;
● À modelagem de parcerias e financiamentos estruturantes;
● À busca pela universalização sustentável dos serviços.

A abordagem adotada considera o princípio da dupla materialidade:
● Os impactos das variáveis ambientais, sociais e regulatórias sobre o negócio;
● Os impactos das atividades da Companhia sobre o meio ambiente e a sociedade.
Essa lógica fortalece a coerência entre estratégia, responsabilidade institucional e geração de valor público.

12.1.5. ASG como Vetor de Geração de Valor Público

Na CAGEPA, a agenda ASG transcende o atendimento a exigências normativas ou expectativas reputacionais. Ela constitui instrumento de sustentabilidade institucional e de perenidade da prestação dos serviços.

Ao integrar responsabilidade ambiental, impacto social positivo e governança sólida, a Companhia:
● Reforça sua capacidade de investimento;
● Amplia sua resiliência frente às mudanças climáticas;
● Fortalece a confiança dos clientes e dos entes concedentes;
● Reduz riscos regulatórios e reputacionais;
● Contribui para o desenvolvimento sustentável do Estado da Paraíba.

Assim, a agenda ASG consolida-se como elemento estruturante do modelo de negócios da CAGEPA e como fundamento da geração contínua de valor público no curto, médio e longo prazos.

13. ALINHAMENTO AOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS)

A atuação da CAGEPA está alinhada à Agenda 2030 das Nações Unidas, reconhecendo que os serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário constituem vetor estruturante para o alcance de múltiplos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).
O alinhamento aos ODS não ocorre de forma isolada ou declaratória, mas por meio da integração efetiva entre estratégia institucional, modelo de negócios, agenda ASG, gestão de riscos e geração de valor público. A natureza essencial do saneamento posiciona a Companhia como agente direto na promoção do desenvolvimento sustentável no Estado da Paraíba.

Figura 18 - Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

Fonte: Companhia de Água e Esgotos da Paraíba

A seguir, são apresentados os principais ODS aos quais a atuação da CAGEPA se conecta de forma mais estruturante.

13.1. ODS 6 – Água Potável e Saneamento

Assegurar a disponibilidade e a gestão sustentável da água e saneamento para todos.
O ODS 6 constitui o eixo central da atuação institucional da CAGEPA. A ampliação da cobertura de abastecimento de água, a expansão do esgotamento sanitário, os investimentos estruturantes em adutoras e reservatórios e a modelagem da Parceria Público-Privada para universalização do esgoto refletem o compromisso com a meta de universalização até 2033, conforme o Novo Marco Legal do Saneamento.
As ações de redução de perdas, modernização dos sistemas, proteção de mananciais e melhoria contínua da qualidade da água distribuída reforçam a gestão sustentável dos recursos hídricos.
O alinhamento ao ODS 6 está diretamente relacionado ao Pilar Ambiental da Agenda ASG e à mobilização do Capital Natural e do Capital Manufaturado.

13.2. ODS 3 – Saúde e Bem-Estar

Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades.
O saneamento básico é determinante social da saúde. A ampliação da coleta e tratamento de esgoto, o monitoramento da qualidade da água e as ações de educação ambiental contribuem para a redução de doenças de veiculação hídrica e para a melhoria das condições sanitárias da população.
Internamente, a Companhia promove saúde ocupacional, programas de segurança do trabalho e ações de apoio psicossocial, fortalecendo a dimensão social da Agenda ASG.

13.3. ODS 11 – Cidades e Comunidades Sustentáveis

Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis.
A infraestrutura de saneamento constitui base estruturante do desenvolvimento urbano sustentável. A expansão de redes, regularização de ligações, modernização de sistemas e integração regionalizada dos serviços contribuem para o ordenamento territorial e para a melhoria da qualidade ambiental urbana.
A modelagem da PPP e os investimentos estruturantes ampliam a capacidade das cidades paraibanas de crescer com infraestrutura adequada, promovendo resiliência e sustentabilidade.

13.4. ODS 12 – Consumo e Produção Responsáveis

Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis.
A gestão eficiente da água, a redução de perdas físicas e aparentes, a modernização do parque de hidrômetros e as iniciativas de logística reversa demonstram compromisso com o uso racional de recursos naturais.
A gestão de resíduos operacionais, incluindo estudos para reaproveitamento do lodo das estações de tratamento, reforça a incorporação progressiva de princípios da economia circular.
Esse alinhamento conecta-se diretamente ao pilar ambiental da Agenda ASG.

13.5. ODS 13 – Ação Contra a Mudança Global do Clima

Tomar medidas urgentes para combater a mudança do clima e seus impactos.
A atuação da CAGEPA incorpora estratégias de adaptação e mitigação climática, especialmente relevantes no contexto do semiárido nordestino.
Destacam-se:
● Monitoramento hidrológico contínuo;
● Planejamento preventivo de captação;
● Redução de perdas de água;
● Implantação de usinas fotovoltaicas;
● Migração para o mercado livre de energia;
● Estruturação do inventário de emissões de gases de efeito estufa;
● Projetos de eficiência energética.

Essas iniciativas fortalecem a resiliência operacional e reduzem a intensidade de carbono das atividades da Companhia, integrando o Pilar Ambiental da Agenda ASG à estratégia institucional.
13.6. ODS 7 – Energia Acessível e Limpa
Assegurar o acesso confiável, sustentável, moderno e a preço acessível à energia.
A ampliação do uso de fontes renováveis e a migração para o Ambiente de Contratação Livre de energia demonstram compromisso com a transição energética e com a redução de custos operacionais, fortalecendo simultaneamente a sustentabilidade ambiental e eficiência financeira.
A utilização crescente de energia renovável conecta-se aos pilares Ambiental e Governança da Agenda ASG, ao combinar responsabilidade climática e racionalidade econômica.

13.7. ODS 8 – Trabalho Decente e Crescimento Econômico

Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos.
A geração de empregos diretos e indiretos, a realização de concursos públicos, os programas de capacitação e desenvolvimento de lideranças e as iniciativas de inclusão produtiva reforçam o compromisso com trabalho digno e qualificação profissional.
Os investimentos estruturantes também estimulam cadeias produtivas locais e contribuem para o dinamismo econômico regional.

13.8. ODS 10 – Redução das Desigualdades

A CAGEPA contribui para a redução das desigualdades socioeconômicas no Estado da Paraíba ao promover a ampliação progressiva do acesso aos serviços essenciais de abastecimento de água e esgotamento sanitário, especialmente em áreas vulneráveis, periféricas e municípios de menor porte. Ao reduzir assimetrias regionais no acesso à infraestrutura básica de saneamento, a Companhia fortalece a coesão social e contribui para o desenvolvimento equilibrado do território paraibano.

13.9. ODS 16 – Paz, Justiça e Instituições Eficazes

Promover sociedades pacíficas e inclusivas e construir instituições eficazes, responsáveis e transparentes.
A estrutura de governança corporativa, e Compliance, o Código de Conduta e Integridade, o Canal de Denúncias, a transparência ativa e a adesão ao Pacto Brasil pela Integridade Empresarial reforçam o compromisso com ética, integridade e accountability.
A consolidação de mecanismos de controle, gestão de riscos e conformidade regulatória fortalece a credibilidade institucional e sustenta o Pilar Governança da Agenda ASG.

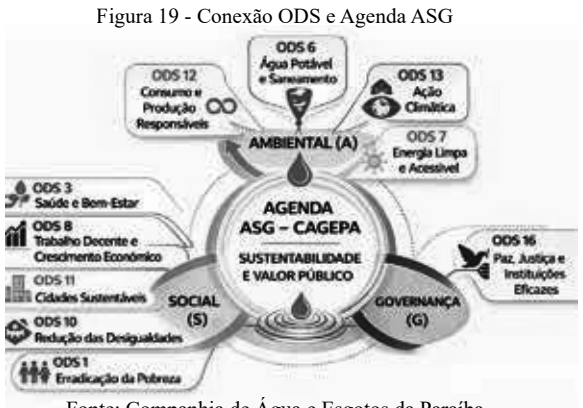
13.10. Integração dos ODS ao Modelo de Negócios e à Agenda ASG

O alinhamento aos ODS está incorporado ao modelo de negócios da CAGEPA por meio:
● Da priorização de investimentos estruturantes;
● Da gestão integrada dos capitais;
● Da incorporação da agenda climática ao planejamento;
● Do fortalecimento da governança e da integridade institucional;
● Da ampliação da inclusão social e do acesso aos serviços.

13.11. ODS 1 – Erradicação da Pobreza

A tarifa social pode ser vinculada à Meta 1.4 do ODS 1, que trata de garantir que pessoas em situação de vulnerabilidade tenham acesso a serviços básicos.
A tarifa social reduz o custo do acesso aos serviços de água e esgotamento sanitário para famílias de baixa renda. Ao diminuir o peso da conta de água no orçamento doméstico, a política contribui para ampliar o acesso de populações vulneráveis a serviços essenciais, reduzir a vulnerabilidade socioeconômica de famílias de baixa renda, garantir condições mínimas de dignidade e saúde e apoiar políticas públicas de inclusão social.
A conexão entre ODS e Agenda ASG pode ser sintetizada da seguinte forma:

Figura 19 - Conexão ODS e Agenda ASG



Fonte: Companhia de Água e Esgotos da Paraíba

Essa integração demonstra que a contribuição da Companhia à Agenda 2030 é estruturante, sistêmica e alinhada à sua missão pública.

13.12. Contribuição para o Desenvolvimento Sustentável da Paraíba

Ao expandir o acesso ao saneamento, proteger recursos hídricos, fortalecer a governança e promover inclusão social, a CAGEPA contribui diretamente para o desenvolvimento sustentável do Estado da Paraíba.
A atuação institucional transcende a dimensão operacional e consolida-se como instrumento de promoção da saúde pública, redução de desigualdades regionais, fortalecimento da resiliência climática e melhoria da qualidade de vida da população.
Dessa forma, o alinhamento aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável reafirma o compromisso da Companhia com a geração de valor público sustentável, integrando desempenho econômico, responsabilidade socioambiental e governança sólida em uma perspectiva de longo prazo.

13.13. MATRIZ INTEGRADA - ASG x ODS x CAPITAIS x GERAÇÃO DE VALOR PÚBLICO

A matriz a seguir evidencia a integração entre os pilares da Agenda ASG, os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável prioritários e os capitais mobilizados no modelo de negócios da CAGEPA, demonstrando a abordagem sistêmica adotada na geração de valor público sustentável.

Tabela 4 - Matriz Asg X ODS X Capitais X Geração de Valor Público

PILAR ASG	ODS PRIORITÁRIOS	CAPITAIS MOBILIZADOS	PRINCIPAIS FRENTES DE ATUAÇÃO DA CAGEPA	VALOR PÚBLICO GERADO
AMBIENTAL (A)	ODS 6 – Água e Saneamento ODS 7 – Energia Limpa ODS 12 – Consumo Responsável ODS 13 – Ação Climática	Capital Natural Capital Manufaturado Capital Intelectual Capital Financeiro	Segurança hídrica Redução de perdas Energias renováveis Eficiência energética Gestão de efluentes e resíduos Inventário de GEE	Continuidade operacional Proteção ambiental Resiliência climática Sustentabilidade de longo prazo
SOCIAL (S)	ODS 3 – Saúde e Bem-Estar ODS 8 – Trabalho Decente ODS 10 - Redução das Desigualdades ODS 11 – Cidades Sustentáveis	Capital Humano Capital Social e Relacional Capital Manufaturado Capital Financeiro	Expansão do acesso Saúde e segurança ocupacional Inclusão produtiva Capacitação profissional Atendimento multicanal Educação ambiental	Melhoria da saúde pública Redução de desigualdades Desenvolvimento regional Fortalecimento da confiança social
GOVERNANÇA (G)	ODS 16 – Instituições Eficazes	Capital Intelectual Capital Social e Relacional Capital Financeiro	Governança corporativa Compliance e integridade Gestão de riscos Transparência ativa Proteção de dados Conformidade regulatória	Estabilidade institucional Redução de riscos Credibilidade e accountability Segurança jurídica

Fonte: Companhia de Água e Esgotos da Paraíba

14. PERSPECTIVAS E SUSTENTABILIDADE DE LONGO PRAZO

Vetores estratégicos futuros incluem:
● Implementação da PPP;
● Ampliação do acesso a água – Universalização;
● Expansão do esgotamento sanitário;
● Transformação digital;
● Resiliência climática;
● Sustentabilidade econômico-financeira

15. CONECTIVIDADE DAS INFORMAÇÕES

O Relatório foi estruturado com base na integração entre governança, estratégia, modelo de negócios, riscos, capitais, desempenho e geração de valor público. A narrativa evidencia como os recursos institucionais são mobilizados, geridos e transformados em resultados ao longo do tempo, adotando abordagem sistêmica e orientada à criação de valor.

16. ESCOPO, PREMISSAS E LIMITAÇÕES

O documento abrange as principais atividades, práticas de gestão e resultados relacionados à prestação dos serviços de saneamento na Paraíba, considerando a totalidade das operações da Companhia.
As informações foram consolidadas a partir de registros institucionais e contribuições das áreas responsáveis. Parte do conteúdo possui caráter qualitativo, especialmente nas seções relativas aos capitais e à geração de valor público. Alguns indicadores refletem o atual estágio de maturidade dos sistemas de informação, sujeitos a aprimoramento contínuo.

17. PÚBLICO-ALVO

O Relatório é destinado a clientes, municípios atendidos, órgãos reguladores, entes governamentais, financiadores, parceiros institucionais, órgãos de controle e à sociedade em geral. O conteúdo apoia a transparência, a prestação de contas e a tomada de decisão informada.

18. BASE DE PREPARAÇÃO E METODOLOGIA

O Relatório consolida informações estratégicas, operacionais e institucionais referentes ao período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2025. Quando aplicável, inclui diretrizes estruturais de caráter contínuo.
A elaboração considerou documentos corporativos, instrumentos de planejamento, normativos internos e dados operacionais.
A estrutura foi orientada por referenciais reconhecidos de reporte institucional, sustentabilidade e governança, adotando perspectiva integrada de impactos econômicos, sociais, ambientais e institucionais.

19. CONSOLIDAÇÃO E GOVERNANÇA DO RELATÓRIO

As informações possuem abrangência institucional e foram submetidas a processo interno de validação técnica, assegurando consistência, rastreabilidade e alinhamento estratégico. O documento foi encaminhado às instâncias competentes para ciência e aprovação, conforme os procedimentos de governança da Companhia.
As demonstrações financeiras foram auditadas por entidade independente, em conformidade com as normas contábeis brasileiras e IFRS, reforçando a confiabilidade das informações apresentadas.

20. PERSPECTIVAS ESTRATÉGICAS

A atuação futura da Companhia está orientada à universalização sustentável dos serviços, fortalecimento da infraestrutura, eficiência operacional, adaptação às mudanças climáticas e ampliação da capacidade de financiamento.
O aprimoramento da governança, da gestão de riscos e da digitalização de processos integra o direcionamento estratégico, assegurando continuidade, resiliência institucional e geração de valor público no longo prazo.

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO 2025

Companhia de Água e Esgotos da Paraíba CAGEPA
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido
Período findo em 31 de Dezembro de 2024
(Valores em milhares de Reais)

	Notas Explicativas	Capital Social	Reserva de Capital: AFAC	Reserva de Lucros: Reserva Legal	Reserva de Lucros: Reserva para Contingência	Outros Resultados Abrangentes: Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros (Prejuízo) Acumulados	Total
Saldos em 01 de Janeiro de 2024		1.016.082	384.841	22.473	421.581	3.227.766	-	5.072.743
Aumento de Capital	22.4	124.326	(124.326)	-	-	-	-	-
Crédito para Aumento de Capital	22.4		101.951	-	-	-	-	101.951
Realização de AAP - Custo Atribuído	22.3	-	-	-	-	(157.927)	157.927	-
Realização de AAP - Tributo Diferido s/ Custo Atribuído	22.3	-	-	-	-	14.213	(14.213)	-
Realização de AAP - Ajuste de Convergência	22.3	-	-	-	-	4.202	(4.202)	-
Realização de AAP - Tributo Diferido s/ C.A. (Passivo)		-	-	-	-	-	14.213	14.213
Lucro Líquido do Exercício		-	-	-	-	-	231.020	231.020
Constituição de Reserva Legal		-	-	11.551	-	-	(11.551)	-
Constituição de Reserva para Contingência		-	-	-	373.194	-	(373.194)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024		**1.140.408**	**362.466**	**34.024**	**794.775**	**3.088.254**		**5.419.927**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Companhia de Água e Esgotos da Paraíba CAGEPA
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Valores em milhares de Reais)

	Notas Explicativas	Capital Social	Reserva de Capital: AFAC	Reserva de Lucros: Reserva Legal	Reserva de Lucros: Reserva para Contingência	Outros Resultados Abrangentes: Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros (Prejuízo) Acumulados	Total
Saldos em 01 de Janeiro de 2025		1.140.408	362.466	34.024	794.775	3.088.254	-	5.419.927
Aumento de Capital		101.951	-	-	-	-	-	101.951
Crédito para Futuro Aumento de Capital	22.4	-	32.038	-	-	-	-	32.038
Realização de AAP - Custo Atribuído	22.3	-	-	-	-	(152.778)	152.778	-
Realização de AAP - Tributo Diferido s/ Custo Atribuído	22.3	-	-	-	-	13.750	(13.750)	-
Realização de AAP - Ajuste de Convergência	22.3	-	-	-	-	4.203	(4.203)	-
Realização de AAP - Tributo Diferido s/ C.A. (Passivo)		-	-	-	-	-	13.750	13.750
Lucro Líquido do Exercício		-	-	-	-	-	177.695	177.695
Constituição de Reserva Legal		-	-	8.885	-	-	(8.885)	-
Constituição de Reserva para Contingência		-	-	-	317.385	-	(317.385)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2025		**1.242.359**	**394.504**	**42.909**	**1.112.160**	**2.953.429**	-	**5.745.361**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Companhia de Água e Esgotos da Paraíba
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)
Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024
(Valores em milhares de Reais)

	01/01/2025 a 31/12/2025	01/01/2024 a 31/12/2024
Fluxo de Caixa Decorrente das Atividades Operacionais:		
Ajustes para Conciliação do Resultado com Caixa Gerado pelas Atividades Operacionais:		
Atividades Operacionais		
Lucro Líquido do Período	177.695	231.020
Apropriação das Despesas Antecipadas	[illegible]	[illegible]
Depreciação	[illegible]	[illegible]
Amortização	[illegible]	[illegible]
Provisão de Perdas Estimadas com Créditos de Liquidação Duvidosa (Constituição/Reversão)	[illegible]	[illegible]
Encargos Financeiros sobre Empréstimos e Financiamentos	13.213	15.288
Provisão para Demandas Judiciais (Constituição/Reversão)	[illegible]	[illegible]
Baixa de Alienação de Ativo Imobilizado	[illegible]	[illegible]
Variação Cambial	98	5.606
Lucro Líquido Ajustado	[illegible]	[illegible]
Fluxo de Caixa Decorrente das Atividades Operacionais:		
(Aumentos) Reduções nos Ativos		
Contas a Receber de Clientes	[illegible]	[illegible]
Tributos a Recuperar	24.794	[illegible]
Estoques	[illegible]	[illegible]
Depósitos Judiciais	[illegible]	[illegible]
Outros Ativos	(1.350)	[illegible]
Despesas Antecipadas	[illegible]	[illegible]
Aumentos (Reduções) nos Passivos		
Fornecedores	[illegible]	[illegible]
Impostos, Taxas e Contribuições	[illegible]	[illegible]
Obrigações Trabalhistas	[illegible]	[illegible]
Outros Passivos	12.876	(5.828)
	(42.892)	(247.428)
Fluxo de Caixa Aplicado nas Atividades de Investimentos:		
Aplicações Financeiras Longo prazo	[illegible]	-
Imobilizado	[illegible]	[illegible]
Intangível	[illegible]	[illegible]
	(284.785)	(243.941)
Fluxo de Caixa Aplicado nas Atividades de Financiamentos:		
Ingressos de Empréstimos e Financiamentos	[illegible]	[illegible]
Amortização de Empréstimos e Financiamentos	[illegible]	[illegible]
Pagamento de Juros de Empréstimos e Financiamentos	[illegible]	[illegible]
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	[illegible]	[illegible]
	[illegible]	[illegible]
Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa	166.619	106.522
Saldos Finais de Caixa e Equivalentes de Caixa	[illegible]	[illegible]
Saldos Iniciais de Caixa e Equivalentes de Caixa	[illegible]	[illegible]
Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa	166.619	106.522

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração do Valor Adicionado
Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024
(Valores em milhares de Reais)

	Notas Explicativas	01/01/2025 a 31/12/2025	01/01/2024 a 31/12/2024
Receitas			
Água, Esgoto e Serviços		1.556.430	1.396.397
Provisão para Devedores Duvidosos		(45.748)	(26.558)
Receitas de construções		243.888	219.961
Outras Receitas Operacionais		2.688	101.590
		1.757.257	1.691.390
Insumos Adquiridos de Terceiros:			
Materiais Consumidos		(62.990)	(55.897)
Serviços de Terceiros		(364.860)	(311.116)
Despesas Gerais / Perdas		(130.011)	(69.359)
Multas		(55)	(222)
Custos de construções		(243.888)	(219.961)
		(801.804)	(656.555)
Valor Adicionado Bruto		955.453	1.034.836
Retenções			
Depreciação e Amortização		(224.597)	(227.007)
Valor Adicionado Líquido Produzido pela Companhia		730.856	807.828
Valor Adicionado Recebido em Transferência:			
Receitas Financeiras	27	125.767	107.592
Valor Adicionado a Distribuir		856.623	915.421
Distribuição do Valor Adicionado			
Pessoal:			
Remuneração Direta	26	335.036	310.714
Encargos	26	117.876	111.342
Benefícios	26	92.612	85.558
Outros	26	172	125
		545.696	507.939
Tributos:			
Federal		99.952	135.958
Estadual		2.323	2.033
Municipal		131	167
		102.306	138.153
Remuneração de Capital de Terceiros:			
Juros e Atualizações	27	30.926	38.309
		30.926	38.309
Remuneração de Capital Próprios:			
Lucro Líquido do Período		177.695	231.020
Valor Adicionado Distribuído		856.623	915.421

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
(VALORES EM MILHARES DE REAIS)

1. Contexto Operacional

1.1. Informações Gerais

A Companhia de Água e Esgotos da Paraíba – CAGEPA é uma sociedade de economia mista, de capital fechado, cujo maior acionista é o Governo do Estado da Paraíba, está vinculada à Secretaria de Estado da Infraestrutura e dos Recursos Hídricos – SEIRH, foi constituída nos termos da Lei Estadual n° 3.459, de 31 de dezembro 1966, alterada pela Lei n° 3.702, de 11 de dezembro de 1972. A Companhia tem como objetivo planejar, executar e operar serviços de saneamento básico em todo o território do Estado da Paraíba, compreendendo as atividades de captação, adução, tratamento, reservação e distribuição de água e coleta, tratamento e disposição final do esgoto sanitário, comercializando esses serviços e os benefícios que direta ou indiretamente decorrerem de seus empreendimentos, bem como quaisquer outras atividades correlatas ou afins.

1.2. Concessão dos Serviços Públicos

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia opera serviços de abastecimento de água em 213 (duzentos e treze) municípios e 21 (vinte e um) distritos e povoados, totalizando 234 (duzentos e trinta e quatro localidades atendidas, sendo realizado serviços de esgotamento sanitário em 25 (vinte e cinco) municípios.
Com a criação das Microrregiões pela Lei Complementar Estadual nº 168, de 22 de junho de 2021, a gestão dos serviços públicos de saneamento básico na Paraíba foi fortalecida por um modelo de compartilhamento entre os municípios e o Estado. Esse compartilhamento é exercido por meio dos colegiados microrregionais, que garantem uma tomada de decisão conjunta e democrática, visando à regionalização das ações e ao cumprimento das metas do Novo Marco Legal do Saneamento, incluindo a universalização dos serviços.
Os colegiados, compostos por representantes dos municípios e que detém 60% dos votos, bem como por representantes do Estado da Paraíba, que possui 40% dos votos, têm como principais atribuições o planejamento estratégico e a definição de diretrizes para os serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário. Esse modelo busca integrar esforços e recursos, promovendo soluções eficientes e equitativas para todos os municípios envolvidos. A CAGEPA obteve aprovação dos colegiados microrregionais para prestar serviços diretamente em 30 municípios da Microrregião do Litoral até 2055, garantindo viabilidade econômico-financeira e cumprimento das metas de universalização. Em abril de 2024, essa regularização foi ampliada para 122 municípios das microrregiões da Borborema, Espinharas e Alto Piranhas, consolidando sua atuação na maioria dos municípios sob sua gestão, enquanto outros 11 estão em fase de transição para operação pela Companhia, são eles: São Domingos, Coremas, São José de Princesa, Alcantil, Baraúna, Santa Cecília, São Sebastião do Umbuzeiro, Tenório, Borborema, Curral de Cima e Itapororoca.
Em dezembro de 2025, a CAGEPA deu início à assinatura dos Termos de Cooperação Técnica com esses 11 municípios, representando mais um avanço no processo de regionalização e fortalecimento da prestação dos serviços de saneamento básico na Paraíba.
O instrumento possui prazo de vigência de 240 dias, concluído esse prazo, e com a formalização do Termo de Transferência dos Sistemas, a CAGEPA passará a operar oficialmente os serviços, promovendo mais qualidade, regularidade e segurança no abastecimento de água e no esgotamento sanitário, em benefício direto da população.

1.3. Custo médio ponderado (WACC)

Conforme RE DIR 062/2025, a Diretoria Executiva da CAGEPA aprovou a atualização do Custo Médio Ponderado de Capital (WACC) para o Exercício de 2025, registrado na 7º Ata da Reunião Extraordinária da DIREX, realizada em Julho de 2025.
A Nota técnica apresenta a fundamentação, memória de cálculo e os parâmetros aplicados, apontando a WACC Nominal de 10,61% e WACC Real de 7,97%.
Em observância à referida deliberação, o Custo médio ponderado de Capital passa a ser referência obrigatória para as análises de viabilidade econômico-financeira, o planejamento de investimentos, as revisões tarifárias, a avaliação de propostas de financiamento, a captação de recursos e as decisões estratégicas de Companhia.

2. Apresentação das Demonstrações Contábeis

2.1. Base de Preparação

As demonstrações contábeis intermediárias foram elaboradas e estão sendo apresentadas integralmente em conformidade com a legislação societária brasileira, bem como obedecem os Pronunciamentos, Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – (CPC 21) - Demonstração Intermediária, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, e aprovado pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), e alinhados com as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards – IAS 34), e demais legislações correlatas. Tais informações contábeis devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras anuais da companhia do exercício findo em 31 de dezembro de 2025, que contemplam o conjunto completo de notas explicativas.

Moeda Funcional e Moeda de Apresentação

As demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Reais foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando apresentado de outra forma.

2.2. Uso de Estimativas Contábeis

A elaboração de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração da Companhia use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem, principalmente, depreciação, amortização, provisão para riscos de créditos, provisão para contingências. Dessa forma, os resultados efetivos das transações envolvendo essas estimativas poderão ter valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa essas estimativas periodicamente.

2.3. Base de Mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, o custo atribuído (deemed cost), para mensuração de alguns itens classificados no Ativo não Circulante (imobilizado e intangível) e os ativos financeiros mensurados ao valor justo, exceto quando de outra forma indicado, conforme demonstrado nas notas explicativas.

2.4. Aprovação das Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis da Companhia, relativas ao período findo em 31 de dezembro de 2025, foram autorizadas para emissão pela Administração em 05 de março de 2026.

3. Principais Práticas Contábeis

3.1. Passivo Fiscal Diferido

A Resolução do CFC nº 1.189/09, que aprovou a NBC TG 32, cita que o passivo fiscal diferido é o valor do tributo sobre o lucro devido em período futuro relacionado às diferenças temporárias tributáveis.
No exercício social de 2022, devido à adoção das Normas Internacionais de Contabilidade, em consonância com o CPC 37 (R1), foi efetuado o reconhecimento do custo atribuído para os bens da Companhia e, consequentemente, foi constituído um ajuste de avaliação patrimonial, correspondente à atualização dos valores dos bens em relação ao seu valor justo. Sobre o montante do custo atribuído, foi calculada a CSLL, originando um passivo fiscal diferido, em atendimento ao disposto no CPC 32.
A realização desse valor ocorre na mesma proporção das baixas e depreciações dos bens registrados no ativo imobilizado e intangível.
Enquanto não computada a realização dos bens que deram origem ao custo atribuído, em obediência ao regime de competência, o tributo diferido foi registrado em conta de passivo, em contrapartida de Ajustes de Avaliação Patrimonial.
A partir do primeiro trimestre do exercício de 2023, estão sendo reconhecidas contabilmente a realização das parcelas do Custo Atribuído e do tributo diferido para a conta Lucros Acumulados, em decorrência do lançamento da depreciação a ele referente. Também está sendo reconhecida a realização do Passivo - Tributo Diferido e posteriormente realizada a transferência da Despesa de Depreciação não dedutível para lucros acumulados.

3.2. Análise do Valor Recuperável de Ativos

A Companhia avalia nas datas de reporte anual se existe alguma evidência objetiva que determine se o valor do ativo, ou do grupo de ativos, não é recuperável. Um ativo, ou grupo de ativos, é considerado como não recuperável se, e somente se, houver evidência objetiva de ausência de recuperabilidade como resultado de um ou mais eventos que tenham acontecido depois do reconhecimento inicial do ativo ("um evento de perda" incorrido) e este evento de perda tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado para o ativo, ou do grupo de ativos, que possa ser razoavelmente estimado.
A Companhia realiza teste de impairment em ativos de vida útil longa, principalmente nos ativos imobilizados e Intangíveis, que incluem os bens do sistema de água e esgoto detidos e usados no negócio, para determinar quando eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos pode não ser recuperável. A avaliação do impairment dos ativos de vida útil longa exige o uso de premissas e estimativas com relação a assuntos inerentemente incertos, incluindo projeções de receitas operacionais e fluxo de caixa futuros, taxas de crescimento estimadas e a vida útil remanescente dos ativos, entre outros fatores. Além disso, as projeções são calculadas para um longo período de tempo, o que sujeita essas premissas e estimativas a um grau de incerteza ainda maior.
Ainda que a Companhia acredite que as estimativas utilizadas são razoáveis, o uso de premissas diferentes pode afetar materialmente o valor recuperável.

A realização do teste de irrecuperabilidade dos ativos, foi executado da seguinte forma:
a) Identificação de todos os ativos pertencentes à empresa enquadrados como válidos para serem testados quanto a irrecuperabilidade;
b) Identificação das Unidades Geradora de Caixa ;
c) Identificação dos Ativos Corporativos ;
d) Apuração do valor em uso das UGCs e cálculo do valor presente do fluxo de cálculo projetado deste valor em uso;
e) Comparação do valor presente dos fluxos de caixa projetados a partir do valor em uso das UGCs com o valor dos ativos das Unidades Geradora de Caixa identificadas;
f) Verificar se existem perdas por irrecuperabilidade.

A taxa de desconto utilizada para descontar o valor presente dos fluxos de caixa projetados foi de 7,97%, que corresponde a WACC calculado para a companhia na data de realização do teste.
Diante do exposto, verificou-se que o valor presente dos Fluxos de Caixa futuros projetados da CAGEPA para o período de 2026 a 2055 é de R$ mil R$ 7.850.763 mil (sete bilhões, oitocentos e cinquenta milhões, setecentos e sessenta e três mil). Esse valor, portanto, é SUPERIOR ao total dos ativos imobilizados e intangíveis da Companhia, que perfazem o total de R$ 5.523.157 (cinco bilhões, quinhentos e vinte e três milhões, cento e cinquenta e sete mil), conforme verificado em demonstrações auditadas e publicadas, portanto não será necessário contabilizar perdas por irrecuperabilidade para o Exercício de 2025.

3.3. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2025

As novas normas IFRS somente serão aplicadas no Brasil após a emissão das respectivas normas em português pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovação pelo Conselho Federal de Contabilidade.
No exercício iniciado em 1º de janeiro de 2025, passaram a vigorar alterações em pronunciamentos contábeis emitidos pelo IASB e convergidos no Brasil pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aplicáveis às demonstrações financeiras da Companhia.
A principal alteração aplicável refere-se a:
Alterações ao CPC 02 (R2) — Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis (equivalente à alteração da IAS 21 — Lack of Exchangeability)
As alterações introduzem orientações específicas para situações em que uma moeda não é conversível em outra na data de mensuração, estabelecendo critérios para estimativa da taxa de câmbio à vista nessas circunstâncias, bem como novos requisitos de divulgação relacionados às premissas adotadas e aos riscos associados à não conversibilidade.
A Administração avaliou os impactos dessas alterações e concluiu que não produziram efeitos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia no período.

3.4. Novas normas, revisões e interpretações emitidas que ainda não entraram em vigor em 31 de dezembro de 2025

Foram emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) novas normas e alterações de pronunciamentos que não estavam em vigor até 31 de dezembro de 2025 e que não foram adotadas antecipadamente pela Companhia. As principais são:

IFRS 18 — Presentation and Disclosure in Financial Statements
Nova norma que substituirá a IAS 1 (equivalente ao CPC 26), estabelecendo nova estrutura de apresentação das demonstrações financeiras, incluindo subtotais obrigatórios na demonstração do resultado, novas categorias de receitas e despesas e requisitos específicos de divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração. Vigência para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027.

IFRS 19 — Subsidiaries without Public Accountability: Disclosures
Norma que permite a adoção de um conjunto reduzido de divulgações para subsidiárias sem obrigação pública de prestação de contas que aplicam IFRS. Vigência para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027.

Melhorias Anuais às Normas IFRS — Volume 11
Conjunto de melhorias pontuais e ajustes redacionais em diversas normas, incluindo IFRS 1, IFRS 7, IFRS 9, IFRS 10 e IAS 7 (equivalentes CPCs correlatos), com vigência para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2026.

Alterações às IFRS 9 e IFRS 7 — Contratos com características dependentes de fatores naturais
Alterações relacionadas à classificação, mensuração e divulgação de determinados contratos, especialmente no contexto de contratos de energia com características dependentes de fatores naturais. Vigência para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2026.
A Administração encontra-se avaliando os potenciais impactos da adoção dessas normas e alterações e, com base em análises preliminares, não espera efeitos relevantes nas demonstrações financeiras quando de sua aplicação inicial.

4. Análise dos principais fatores de riscos da Companhia

4.1. Riscos de Crédito (Operacional)

A Companhia está exposta ao risco de crédito da contraparte em suas operações financeiras (caixa e equivalentes de caixa, depósitos bancários e instituições financeiras) e contas a receber (crédito a clientes).
Risco de Taxa de Juros: incertezas de taxas de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado. A exposição da Companhia ao risco de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se, principalmente, às obrigações de longo prazo sujeitas a taxas de juros variáveis. Esse risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas aos empréstimos e financiamentos ou diminuam as receitas financeiras. A Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para fazer "hedge" contra esse risco;
Risco de taxas de câmbio: refere-se às potenciais perdas devido às inesperadas mudanças nas taxas de câmbio das moedas às quais estão vinculados os financiamentos obtidos pela Empresa;
Risco de Liquidez: o risco de liquidez consiste na eventualidade da Companhia não dispor de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função das diferentes moedas e prazos de realização e/ou liquidação de seus direitos e obrigações. O gerenciamento de liquidez e fluxo de caixa é efetuado rotineiramente pelas áreas de gestão da Companhia, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos, reduzindo riscos de liquidez.

Para manter a liquidez e a capacidade de pagamento a Companhia utiliza como métrica de alavancagem a relação dívida líquida financeira/EBITDA. A Dívida líquida financeira significa a soma dos empréstimos, financiamentos, subtraído do caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras de liquidez imediata.

4.2. Perdas

Riscos - A Companhia monitora os riscos de uma eventual insuficiência de capital para os investimentos em eficiência operacional e redução de perdas, com impacto no fluxo de caixa e nos resultados.
Ações - Com o objetivo de aprimorar ainda mais esse processo, a Companhia está ampliando seu plano de automação, que abrange captações, Estações de Tratamento de Água (ETAs) e Estações Elevatórias (EES). Um dos marcos desse plano é a construção de um Centro de Controle Operacional (CCO) em João Pessoa. Paralelamente, a Companhia vem dando continuidade ao Programa Estadual de Modernização do Parque de Hidrômetros, que visa diminuir a idade média dos hidrômetros para menos de cinco anos, isso garante maior precisão na medição do consumo e reduz falhas que possam comprometer o controle das perdas. A Cagepa tem intensificado o combate às fraudes e à redução de perdas aparentes por meio de contratos de performance nas regiões metropolitanas de João Pessoa e Campina Grande, bem como por meio do contrato de fiscalização de águas ativas e inativas, alem de contratação de empresa especializada na fiscalização de ramais de água ativos e inativos com indícios de irregularidades.

4.3. Inadimplência

Riscos - Está relacionado à possibilidade de a Companhia computar prejuízos decorrentes de dificuldades em cobrar os valores faturados vencidos, principalmente, junto aos clientes públicos (estaduais e municipais).
Ações - Esse tipo de risco é diminuído em razão de procedimentos de monitoramento e cobranças específicas voltadas às contas a receber do segmento público, destacando-se a importância de manter-se o fornecimento dos produtos da Companhia a essas entidades, pelo seu caráter de essencialidade. Além de campanhas de negociação de débitos aos consumidores em geral, fundamentais para promover a equidade financeira, reduzir a inadimplência e manter o equilíbrio econômico-financeiro. A CAGEPA adota uma régua de cobrança estruturada, alinhada à legislação, para reduzir a inadimplência e aumentar a arrecadação, garantindo investimentos contínuos na melhoria dos serviços.

4.4. Liquidez

Riscos - O risco de liquidez consiste na eventualidade da Companhia não dispor de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função das diferentes moedas e prazos de realização e/ou liquidação de seus direitos e obrigações. O gerenciamento de liquidez e fluxo de caixa é efetuado rotineiramente pelas áreas de gestão da Companhia, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos, reduzindo riscos de liquidez.
Ações - Para manter níveis adequados de liquidez e assegurar sua capacidade de pagamento, a Companhia realiza o monitoramento contínuo e o controle gerencial das entradas e saídas de caixa, bem como o planejamento das programações financeiras, de forma a garantir o cumprimento tempestivo de suas obrigações. Adicionalmente, a Companhia mantém políticas de gestão financeira voltadas à otimização da estrutura de capital.

4.5. Mudanças Climáticas – Crise Hídrica

Riscos – A Companhia monitora de forma contínua os impactos das mudanças climáticas em suas atividades, com especial atenção aos aspectos hidrológicos. O principal risco identificado envolve a disponibilidade e qualidade da água, afetadas por variações nos padrões de precipitação.
A redução das chuvas e a irregularidade compromete a vazão dos mananciais, os níveis dos reservatórios e a capacidade de recuperação dos sistemas hídricos, ampliando os desafios para a segurança hídrica e a continuidade operacional. Diante desse cenário, adotamos uma gestão hídrica estratégica e resiliente, voltada à antecipação de riscos, a adaptação às variabilidades climáticas e a preservação dos recursos hídricos no curto, médio e longo prazo, assegurando a continuidade dos serviços essenciais e o atendimento às gerações presentes e futuras.
Ações - Em resposta aos riscos associados às mudanças climáticas, especialmente aqueles relacionados à disponibilidade e à qualidade dos recursos hídricos, a CAGEPA vem implementando um conjunto de ações estruturantes voltadas ao fortalecimento da resiliência hídrica e operacional de seus sistemas. Essas ações integram o planejamento estratégico da Companhia e estão alinhadas às boas práticas de adaptação climática no setor de saneamento.
No âmbito do monitoramento hidrológico, a CAGEPA utiliza de forma sistemática os dados oficiais disponibilizados pela Agência Executiva de Gestão das Águas do Estado da Paraíba (AESA), que abrangem informações hidrometeorológicas, níveis de reservatórios, vazões, precipitação e condições dos mananciais superficiais e subterrâneos. Esses dados subsidiam a análise contínua do comportamento hidrológico e hidrogeológico das bacias hidrográficas, permitindo à Companhia antecipar cenários de escassez hídrica, apoiar o planejamento operacional e orientar a tomada de decisões estratégicas relacionadas à captação, à operação dos sistemas e à segurança do abastecimento.
Com base nesse monitoramento e no planejamento preventivo, a CAGEPA vem adotando, em suas obras e sistemas, soluções técnicas que ampliam a flexibilidade operacional das captações, como alternativas de tomada de água em reservatórios estratégicos, a exemplo do Açude Epitácio Pessoa (Boqueirão). Essa flexibilidade na escolha dos métodos de captação permite operar em níveis mais favoráveis, garantindo água de melhor qualidade, reduzindo os custos operacionais do tratamento nas Estações de Tratamento de Água (ETAs) e assegurando o fornecimento contínuo de água com padrões elevados de qualidade à população beneficiada.
Paralelamente, a Companhia adota práticas voltadas à eficiência operacional, à redução de perdas de água e à melhoria contínua dos processos de tratamento, reforçando a segurança hídrica e a qualidade dos serviços prestados. Essas ações são complementadas por investimentos em infraestrutura estratégica, como adutoras integradas e reservatórios, e pelo fortalecimento da governança hídrica, em articulação com órgãos gestores e Comitês de Bacias Hidrográficas.
Como parte da estratégia de enfrentamento aos riscos das mudanças climáticas, a CAGEPA também vem avançando na transição energética e na mitigação das emissões de gases de efeito estufa. Destacam-se a implantação de cinco usinas fotovoltaicas em unidades operacionais e a migração de 95 unidades da Companhia para o Mercado Livre de Energia, iniciativas que ampliam o uso de fontes renováveis, reduzem a dependência de energia convencional e contribuem para a previsibilidade de custos. Essas ações fortalecem a eficiência energética, reduzem riscos de transição climática e reforçam a sustentabilidade e a resiliência operacional no médio e longo prazo.
No campo da conservação ambiental e da proteção dos mananciais, a Companhia mantém o Viveiro de Mudas de Campina Grande como instrumento estratégico de apoio às ações de recuperação ambiental, reflorestamento e compensação florestal. O viveiro contribui para a produção de mudas de espécies nativas, utilizadas em projetos de recomposição de áreas degradadas, proteção de nascentes, recuperação de matas ciliares e atendimento às condicionantes ambientais de empreendimentos e licenças ambientais.
Essa iniciativa reforça o compromisso da CAGEPA com a preservação dos ecossistemas, a melhoria da infiltração e da retenção hídrica no solo e o aumento da resiliência dos mananciais frente aos efeitos das mudanças climáticas, configurando-se como ação relevante tanto de adaptação climática quanto de mitigação de impactos ambientais.
No exercício de 2025, o projeto viabilizou a distribuição de aproximadamente 3.871 mudas, destinadas prioritariamente à recomposição de áreas de mata ciliar, contribuindo para a recuperação de ecossistemas degradados, a proteção dos corpos hídricos e o fortalecimento da resiliência ambiental. Essa iniciativa reafirma o compromisso da Companhia com a sustentabilidade ambiental, a conservação dos recursos naturais e a adaptação às mudanças climáticas.

4.5.1 Crise Hídrica

Riscos - A crise hídrica na Paraíba é um desafio persistente, agravado pelas mudanças climáticas e pela localização geográfica do estado, onde mais de 90% do território está inserido no Polígono das Secas. Essa região é caracterizada por chuvas irregulares, longos períodos de estiagem e altas taxas de evaporação, fatores que comprometem a disponibilidade dos recursos hídricos. A CAGEPA desempenha um papel fundamental na gestão dos recursos hídricos da Paraíba, buscando garantir o abastecimento de água para a população e promover a sustentabilidade ambiental.
Ações - Com foco em prontidão, eficiência e planejamento, a Companhia tem implementado
ações estratégicas de curto, médio e longo prazos, visando garantir o fornecimento emergencial de água em cidades afetadas por racionamentos e colapso no abastecimento.
A CAGEPA é executora do Projeto de Segurança Hídrica da Paraíba (PSH-PB), uma iniciativa do Governo do Estado em parceria com o Banco Mundial, a Companhia gerencia investimentos de US$ 127 milhões voltados para a gestão eficiente dos recursos hídricos, a
ampliação da oferta de água potável no semiárido paraibano e a modernização dos sistemas de abastecimento e esgotamento sanitário na Grande João Pessoa.
Nesse contexto, estão em andamento obras fundamentais, como a construção da Adutora do Cariri, que captará água do Rio São Francisco para abastecer municípios da região. Além disso, avançam as obras da Adutora do Ramal Curimataú, beneficiando diversas cidades do Curimataú Paraibano. No total, o projeto contempla mais de 700 km de adutoras, cada uma com cerca de 350 km, fortalecendo a resiliência hídrica do estado e beneficiando as áreas mais afetadas pela escassez.
Nos últimos anos, a CAGEPA também consolidou parcerias estratégicas para ampliar investimentos. Pela primeira vez em duas décadas, a Companhia firmou um contrato com uma instituição financeira internacional, a Agência Francesa de Desenvolvimento (AFD), garantindo recursos para o Programa de Água e Esgotamento do Estado da Paraíba. Esse recurso financiará 24 projetos, sendo 21 voltados ao abastecimento de água e três à expansão do esgotamento sanitário, reforçando o compromisso com a infraestrutura hídrica e o desenvolvimento sustentável.
Além das obras estruturantes, a CAGEPA se destaca nacionalmente na redução de perdas de água, evitando o desperdício de 5 bilhões de litros por ano. Esse resultado é fruto de investimentos em tecnologia, melhorias operacionais e ações rigorosas contra fraudes e ligações clandestinas. O Programa de Redução e Controle de Perdas, alinhado a padrões internacionais, impulsiona medidas como os "contratos de performance" para eficiência no abastecimento de dois dos maiores municípios da Paraíba, João Pessoa e Campina Grande. Essas iniciativas garantem maior segurança hídrica, controle preciso de pressão e vazão, além da implementação de novas tecnologias de leitura e fiscalização.

4.6. Meio Ambiente e Sustentabilidade

Comprometida com o desenvolvimento sustentável, pautada no equilíbrio dos aspectos econômico, social e ambiental e alinhada à sua missão, a Companhia busca oferecer seus serviços com um menor custo para a sociedade e atender com abastecimento de água e coleta e tratamento de esgoto toda a população e, principalmente, a das regiões que mais necessitam. A Companhia cumpre em seus serviços os padrões estabelecidos pela legislação e adota práticas de sustentabilidade no aspecto social como o consumo responsável.
Na CAGEPA, a sustentabilidade é praticada de maneira cada vez mais integrada, considerando os aspectos socioambientais e econômicos, reconhecendo que o cuidado com o meio ambiente e com as pessoas é imprescindível para o seu crescimento.
Os serviços de abastecimento de água e de esgotos sanitários são parte prioritária e essencial das atividades que integram as ações voltadas para a proteção, conservação, recuperação ambiental e, quando executados, contribuem decisivamente para recuperar e proteger o subsolo, o solo e as águas de situações de degradação e contaminação. Sem saneamento básico não há ambiente saudável.
Os programas de investimento em saneamento básico da Companhia obedecem a uma visão sistémica perfeitamente integrada e interligada com a responsabilidade socio ambiental e são direcionadas para minimizar os impactos no meio ambiente. A execução das obras está em conformidade com a legislação ambiental em vigor e em respeito ao patrimônio arqueológico de todo o Estado.
A Companhia busca cada vez mais implementar a adoção de práticas que demonstrem a sua preocupação e a sua atuação em relação as práticas ambientais, sociais e de governança, a CAGEPA vê a necessidade de incorporar um Environmental, Social and Governance (ESG) à Companhia. O mercado passa a analisar tanto seus aspectos económicos e financeiros, como também os sociais, éticos e de sustentabilidade de forma unificada, trabalhando para o uso equilibrado e eficiente desses recursos e a consequente preservação do meio ambiente. O assunto é tratado com transparência e é alvo de esforço contínuo para conscientizar todos os profissionais sobre a importância das questões ambientais para a continuidade do negócio.

5. Instrumentos Financeiros

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros registrados em contas patrimoniais, tais como disponibilidades, aplicações financeiras, empréstimos e financiamentos, por estarem indexados a taxas de mercado, equivalem ao seu valor justo, sendo que, a Companhia não participa de operações envolvendo instrumentos financeiros não registrados em contas patrimoniais ou derivativos.
A Companhia tem exposição a riscos financeiros, porém administrados ou amenizados de forma a não impactar, significativamente, os resultados de suas operações. Os principais ativos financeiros da Companhia referem-se (i) caixa e equivalentes, (ii) contas a receber de clientes. Já os passivos financeiros referem-se: (i) contas a pagar a fornecedores; (ii) empréstimos e financiamentos. A Administração supervisiona a gestão dos riscos à que está exposta a Companhia.

6. Caixa e Equivalentes de Caixa

Política Contábil:
Estão representados por fundo fixo de caixa, recursos em contas bancárias de livre movimentação e aplicações financeiras de liquidez imediata, os quais são registrados pelos valores de custos acrescidos dos rendimentos auferidos até a data de encerramento do exercício.

	31/12/2025	31/12/2024
Caixa	-	-
Depósitos Bancários	23.858	2.706
Aplicações Financeiras (i)	256.126	108.660
Total de Caixa e Equivalentes de Caixa	**279.984**	**111.366**

(i) Ao final do trimestre as Aplicações Financeiras apresentaram um aumento de valor. O montante mais significativo dessas aplicações está investido em fundos de rendimentos específicos, que possuem rentabilidade pós-fixada e liquidez imediata. O acompanhamento desses rendimentos foi realizado mensalmente, por meio dos extratos fornecidos pelas instituições financeiras.

7. Aplicações Financeiras

As aplicações financeiras da empresa estão alocadas em fundos de investimentos específicos com rentabilidade pós-fixada e liquidez imediata. O acompanhamento dessas aplicações é realizado mensalmente por meio dos extratos de rendimentos emitidos pelas instituições financeiras.
Dentre as aplicação destaca-se o montante referente a Reserva contratual vinculada ao Empréstimo obtido junto à Agência Francesa de Desenvolvimento (AFD), vide Nota Explicativa nº 16 - Empréstimos. Esta aplicação foi registrada no Ativo Não Circulante, pois não é prontamente conversível em um montante conhecido de caixa e possui prazo superior a 365 dias para resgate, pois terá duração por toda a vigência do Contrato de Empréstimo ou até a integral quitação das obrigações garantidas, desta forma classificado como não circulante, perfazendo o montante de R$ 10.449(dez milhões, quatrocentos e quarenta e nove mil reais).
O valor referente à reserva contratual foi aplicado no Fundo de Investimento renda fixa Caixa Diamante Corporativo Crédito Privado, com aplicação de recursos em ativos financeiros de renda fixa, com carteira composta cumulativamente, por Títulos privados, Títulos Públicos Federais, Operação compromissada lastreada em título públicos, Ativos financeiros de renda fixa, ativos financeiros privados, indexados a taxas de juros prefixadas, pós-fixadas (SELIC/CDI) e/ou índices de preços.

8. Contas a Receber de Clientes

Política Contábil:
Estão apresentados pelos valores efetivamente faturados, decorrentes do serviço público de abastecimento de água e de esgotamento sanitário. O saldo de Clientes é reconhecido pelo valor justo e deduzido das perdas estimadas para Créditos com liquidação duvidosa, que foi constituída em montante considerado suficiente pela Administração da Companhia para cobrir eventuais perdas nas realizações dos valores a receber.
Com o intuito de estimar os montantes de provisão para perdas na realização de créditos, a serem reconhecidos no período, a Administração da Companhia realiza análises de suas contas a receber, especialmente sobre os montantes vencidos, considerando a composição dos saldos de contas a receber por idade de vencimento e a expectativa de recuperação em cada classe de consumo.
De acordo com o CPC 48 – Instrumentos Financeiros a estimativa de perdas - foi constituída a provisão com base na construção de uma matriz de provisão dos valores a receber de consumidores residenciais, comerciais, industriais e do Poder Público, considerando a política de recuperação de créditos atualmente adotada pela Companhia, a qual contempla a interrupção dos serviços prestados aos clientes inadimplentes.
A referida matriz foi elaborada levando-se em consideração a estimativa de perdas de crédito esperadas, segmentadas por tipo de cliente (residencial, comercial, industrial e público), ponderado pela sua probabilidade de ocorrência. As perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa que foram contabilizadas são baixadas quando atingido o prazo prescricional (10 anos).
Os critérios citados acima referem-se a PECLD Societária, mas a Companhia também calcula as perdas com base em critérios fiscais, conforme o art.9º da Lei 9.430/96.
Apresentamos a seguir a composição do total das contas a receber, líquidas das perdas na realização de créditos:

	31/12/2025		31/12/2024	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Faturamento de água e esgotamento sanitário	972.742	-	893.947	-
Parcelamentos de contas de usuários	31.551	23.084	29.334	23.882
Financiamentos e serviços	6.676	10.774	6.079	11.622
	1.010.969	**33.858**	**929.361**	**35.505**
Agentes arrecadadores	12.746	-	12.750	-
(-) Prov. para créditos de liquidação duvidosa	(425.929)	-	(392.969)	-
Total de Contas a Receber	**597.786**	**33.858**	**549.142**	**35.505**

a) Composição dos Valores do Contas a Receber por Idade de Vencimento

	31/12/2025					
	Residencial	Comercial	Industrial	Público Outros	Público Daesa(ª)	Total
A vencer	72.132	7.813	1.521	13.921	1.089	96.476
Vencidas						
Até 30	45.775	4.728	1.106	4.120	994	56.723
De 31 a 60 dias	17.935	2.219	457	2.925	965	24.501
De 61 a 90 dias	9.756	1.398	218	2.881	951	15.204
De 91 a 180 dias	20.763	2.956	412	7.455	2.874	34.460
Mais de 180 dias	343.928	90.314	6.099	276.942	100.180	817.463
Total Vencidas	**438.157**	**101.615**	**8.292**	**294.323**	**105.964**	**948.351**
Total de Contas a Receber	**510.289**	**109.428**	**9.813**	**308.244**	**107.053**	**1.044.827**

	31/12/2024					
	Residencial	Comercial	Industrial	Público Outros	Público Daesa(ª)	Total
A vencer	68.887	8.579	1.305	12.842	843	92.457
Vencidas						
Até 30	42.440	4.249	987	3.812	922	52.409
De 31 a 60 dias	17.636	2.215	476	2.642	854	23.823
De 61 a 90 dias	9.012	1.235	343	2.645	821	14.055
De 91 a 180 dias	19.080	2.767	361	7.418	2.565	32.191
Mais de 180 dias	316.161	85.841	5.544	252.358	90.026	749.930
Total Vencidas	**404.329**	**96.307**	**7.711**	**268.873**	**95.188**	**872.408**
Total de Contas a Receber	**473.216**	**104.887**	**9.016**	**281.715**	**96.031**	**964.865**

(ª) Trata-se de débitos junto ao Departamento de Água e Esgotos e Saneamento Ambiental de Sousa – DAESA, autarquia da Prefeitura Municipal de Sousa. Parte deste débito encontra-se sub judice nos Processos nº 0004921-45.2012.815.0371 (Período: março de 2006 a julho de 2012) e teve o Agravo de Instrumento julgado, e voltou a tramitar na 5ª Vara Mista de Sousa desde novembro de 2025, voltando para a fase de Cumprimento de Sentença. Contudo, a decisão pouco interferirá quanto ao valor devido pela DAESA e nº 0809464-72.2023.8.15.0371 (Período: novembro de 2013 a outubro de 2023) a sentença julgou procedente o pedido da CAGEPA, condenando a DAESA ao pagamento da quantia de R$ 79.809.281,87. Houve a interposição do recurso de apelação por ambas as partes, no mês de agosto de 2025, e a apelação interposta pela DAESA está com pauta prevista para ser julgada no dia 03/02/2026. O Processo nº 0800634-88.2021.8.15.0371 foi extinto sem julgamento do mérito.

b) Agentes Arrecadadores

Os valores registrados na conta Agentes Arrecadadores referem-se aos numerários recebidos dos clientes, pelas instituições financeiras e comerciais e ainda não repassados à Companhia, em decorrência do float acordado nos contratos com estas instituições.

c) Movimentação da Provisão de Perdas Estimadas com Créditos de Liquidação Duvidosa – PECLD

	31/12/2025	31/12/2024
Saldo Inicial do Período	(392.969)	(377.757)
Constituição	(45.756)	(28.492)
Reversão	12.796	13.280
	(32.960)	(15.212)
Saldo Final do Período	(425.929)	(392.969)

9. Tributos a Recuperar

Política Contábil:
Os ativos fiscais são mensurados ao custo e incluem principalmente: (i) recebíveis de impostos que se esperam que sejam recuperados como restituições, como redução de futuras obrigações fiscais; (ii) diferenças temporárias apuradas entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis, e mensurados pelas alíquotas esperadas de serem aplicáveis no exercício quando for realizado o ativo ou liquidado o passivo.
O ativo fiscal diferido é reconhecido para todas as diferenças temporárias dedutíveis, inclusive para prejuízos e créditos fiscais não utilizados, na medida em que seja provável a existência de lucro tributável contra o qual a diferença temporária dedutível possa ser utilizada, a não ser que o ativo fiscal diferido surja do reconhecimento inicial de ativo ou passivo na transação que não é uma combinação de negócios e no momento da transação não afeta nem o lucro contábil nem o lucro tributável (prejuízo fiscal).

	31/12/2025	31/12/2024
IRPJ a Recuperar (i)	78.796	103.768
IRPJ a Compensar (ii)	1.395	1.432
CSLL a Compensar (ii)	61	61
Outros Créditos (ii)	654	399
Tributos a Recuperar	**80.906**	**105.660**

(i) A Companhia obteve a declaração de imunidade tributária recíproca, na forma do art. 150, inciso VI, alínea "a", da Constituição Federal, não se sujeitando à cobrança de impostos sobre seu patrimônio, renda ou serviços. Tal condição repercute, entre outros, no Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ). Em decorrência foi constituído o Indébito Tributário relativo a quantia recolhida indevidamente aos cofres públicos. A CAGEPA valeu-se do direito assegurado pelo artigo 165 do Código Tributário Nacional (CTN), para pleitear a recuperação total ou parcial dos valores pagos indevidamente ou em duplicidade, independentemente da modalidade de pagamento, por meio de restituição e/ou compensação.
Adicionalmente, houve uma alteração na sistemática de tributação da Companhia, que passou do regime não-cumulativo para o regime cumulativo. Em decorrência dessa mudança, a CAGEPA deixou de acumular créditos tributários diferidos de PIS e COFINS.
(ii) Os saldos registrados referem-se a impostos pagos em exercícios anteriores, cujo reconhecimento da imunidade tributária recíproca foi confirmado por decisão judicial no Recurso Extraordinário nº 1.320.054/SP (Tema 1.140) do Supremo Tribunal Federal. Em conformidade com os preceitos normativos da Receita Federal do Brasil, esses valores estão sendo utilizados para compensação de outros tributos federais.

10. Estoques

Política contábil:
Os estoques são formados principalmente por materiais de operação e manutenção das redes de água e esgoto, bem como de materiais de tratamento químico utilizados na prestação de serviço de coleta e distribuição de água e tratamento do esgoto sanitário, os quais são registrados por seus custos médios de aquisição. O custo dos estoques pode não ser recuperável se estes estiverem danificados, se tornarem total ou parcialmente obsoletos ou se os seus preços de venda tiverem diminuído. A prática de reduzir o valor de custo dos estoques para o valor realizável líquido é consistente com o ponto de vista de que os ativos não devem ser escriturados por quantias superiores àquelas que se espera que sejam realizadas com a sua venda ou uso.

Unidade	Operacional Circulante	Operacional Não Circulante	Obras Circulante	Obras Não Circulante	Total
0 - Sede Administrativa	7.621	2.128	8.773	-	18.522
1 - Litoral	21.900	529	2.807	-	25.236
2 - Borborema	10.497	407	4.058	-	14.962
3 - Brejo	975	813	984	-	2.772
4 - Espinharas	571	8.704	625	-	9.900
5 - Rio do Peixe	1.604	85	509	-	2.198
6 - Alto Piranhas	1.268	359	808	-	2.435
Material em trânsito	-	-	-	-	-
Ajustes de Estoque	-	-	-	-	-
Saldo	44.436	19.022	21.560	-	76.818

31/12/2024					
Unidade	Operacional	Operacional	Obras	Obras	Total
0 - Sede Administrativa	5.400	2.770	8.999	-	17.309
1 - Litoral	14.057	190	930	-	15.176
2 - Borborema	8.363	256	3.154	-	11.773
3 - Brejo	805	130	22	-	958
4 - Espinharas	5.000	199	333	-	5.532
5 - Rio do Peixe	656	86	618	-	1.358
6 - Alto Piranhas	761	338	420	-	1.520
Material em trânsito	-	-	-	-	47
Saldo	35.762	3.988	14.276	-	54.074

11. Despesas Antecipadas

Política contábil:
As despesas antecipadas refletem aplicações em gastos que tenham realização no curso do período subsequente à data do Balanço Patrimonial. São aquelas pagas ou devidas com antecedência, mas referindo-se a períodos de competência subsequentes.
As despesas do exercício seguinte serão apresentadas no balanço pelas importâncias aplicadas, diminuídas das apropriações efetuadas no período, de forma a obedecer ao regime de competência, conforme demonstrativo abaixo:

	31/12/2025		
	Circulante	Não Circulante	Total
Fundo Municipal de Saneamento	4.076	117.880	121.956
Prêmio de Seguros	79	-	79
Total de Despesas Antecipadas	4.155	117.880	122.035

Em virtude da formalização da prestação direta de serviços de saneamento básico ao Município de João Pessoa, a Diretoria Executiva da CAGEPA, através da RE DIR 296/2022, atendendo ao requerimento da Prefeitura Municipal de João Pessoa, aprovou e efetuou o pagamento antecipado, em 16 de março de 2023, do montante de R$ 60.000 (sessenta milhões de reais), correspondente à parte dos valores mensais estimados, conforme Estudos de Viabilidade Econômico-financeira, a serem recolhidos ao Fundo Municipal de Saneamento do Município de João Pessoa. Esta antecipação foi realizada em conformidade com a previsão do art. 29, §3º, Incisos I a IV, do Regulamento da Microrregião do Litoral.
A Diretoria Executiva da CAGEPA, através da RE DIR 073/2023, atendendo ao requerimento da Prefeitura Municipal de Patos, aprovou e efetuou o pagamento antecipado em 29 de junho de 2023, do montante de R$ 9.000 (nove milhões de reais), correspondente à parte dos valores mensais estimados, conforme Estudos de Viabilidade Econômico-financeira, a serem recolhidos ao Fundo Municipal de Saneamento do Município de Patos.
Considerando que o município de Patos tem contrato vigente e já prorrogado com a Cagepa, em conformidade com o Decreto Estadual nº 41.983/2021, que dispõe sobre o Regimento Interno provisório da Microrregião das Espinharas, conforme previsão contida na legislação anteriormente mencionada e art.10 da Lei º 14.026/2020, aplica-se in casu, por analogia a possibilidade de pagamento do Fundo de Saneamento Básico ao município de Patos, operado pela Empresa, que atende aos requisitos constantes no art.29, §3º, incisos I a IV.
Em 18 de dezembro de 2024 foi autorizada pela Diretoria Executiva da Companhia mais uma antecipação para o Fundo Municipal de Saneamento da Prefeitura Municipal de João Pessoa no valor de R$ 20.000 (vinte milhões de reais), referente a antecipação da taxa de 3,5% sobre a receita da arrecadação da CAGEPA, proveniente da prestação direta dos Serviços por meio da Microrregião do Litoral, conforme regulamentação do art. 29, §3º, Incisos I a IV, do Regulamento da Microrregião do Litoral.
Em atendimento à solicitação da Prefeitura Municipal de João Pessoa, conforme Ofício Externo 393/2025, em 16 de junho de 2025 foi autorizado pela Diretoria Executiva da Companhia mais uma antecipação para o Fundo Municipal de Saneamento da Prefeitura Municipal de João Pessoa no valor de R$ 20.000 (vinte milhões de reais), referente a antecipação da taxa de 1,8% sobre a receita da arrecadação da CAGEPA, proveniente da prestação direta dos Serviços por meio da Microrregião do Litoral, conforme regulamentação do art. 29, §3º, Incisos I a IV, do Regulamento da Microrregião do Litoral.
Em 22 de outubro de 2025 foi autorizado pela Diretoria Administrativa Financeira da CAGEPA mais uma antecipação para o Fundo Municipal de Saneamento da Prefeitura Municipal de João Pessoa, em atendimento à solicitação da Prefeitura Municipal, conforme Ofício Externo 231/2025-GS/SEPLAN. O no valor de R$ 20.000 (vinte milhões de reais), refere-se a antecipação da taxa de 1,8% sobre a receita da arrecadação da Companhia, proveniente da prestação direta dos Serviços por meio da Microrregião do Litoral, conforme regulamentação do art. 29, §3º, Incisos I a IV, do Regulamento da Microrregião do Litoral.
Os valores contabilizados em Despesas Antecipadas, serão apropriados, ao resultado do exercício, mensalmente e de forma linear, durante o período de vigência do referido contrato de prestação de serviço.

12. Depósitos Judiciais

Política contábil:
A Companhia é parte integrante em diversos processos judiciais de natureza Cível, Juizados Especiais, todos em virtude do curso normal de suas operações. A empresa efetua depósitos por determinação judicial, destinados a prover a parte julgada vencedora. Os depósitos judiciais são apresentados de acordo com a natureza das correspondentes causas, conforme demonstrativo abaixo:
A companhia realizou até o final do exercício depósitos judiciais no montante de R$ 17.091(dezessete milhões, e noventa e um mil reais), com destaque para:
(i) Depósitos Judiciais provenientes de Mandado judicial de Bloqueio no valor total de R$ 3.597 (três milhões, quinhentos e noventa e sete mil reais) ;
(ii) Depósitos referente a Ordem judicial em processos provenientes de acionamento da Companhia por consumidores, perfazendo o valor total de R$ 6.000 (seis milhões, novecentos e cinquenta e nove mil reais);
(iii) Depósitos Judiciais para indenização referente a desapropriações, servidões administrativas ou aquisição de imóveis através de demandas judiciais, perfazendo o valor total de R$ 7.494 (sete milhões, quatrocentos e noventa e quatro mil reais).

	31/12/2025		
	Circulante	Não Circulante	Total
Mandados de bloqueio (i)	3.597	-	3.597
Depósitos judiciais (ii)	-	6.000	6.000
Aquisição imoveis via Dep. Judicial (iii)	-	7.494	7.494
Total de Depósitos Judiciais	3.597	13.494	17.091

	31/12/2024		
	Circulante	Não Circulante	Total
Mandados de bloqueio (i)	3.963	-	3.963
Depósitos judiciais (ii)	-	5.710	5.710
Aquisição imoveis via Dep. Judicial (iii)	-	7.468	7.468
Total de Depósitos Judiciais	3.963	13.178	17.141

13. Ativo Financeiro da Concessão

Política contábil:
Trata-se de um direito incondicional de receber caixa ou equivalente de caixa ao final da concessão a título de indenização pelos investimentos efetuados e não recuperados por meio da prestação de serviços relacionados à concessão, referente aos créditos a receber do Poder Concedente, decorrente da aplicação das Interpretações Técnicas ICPC 01 (R1) Contrato de Concessão e ICPC 17 - Contrato de Concessão: Evidenciação e da Orientação Técnica OCPC 05 - Contrato de Concessão. Conforme disposto no ICPC 01 (R1), o concessionário deve reconhecer um ativo financeiro à medida em que tem o direito contratual incondicional de receber caixa (ou outro ativo financeiro) do concedente pelos serviços de construção ou melhoramento do ativo e o poder concedente tem pouca ou nenhuma opção para evitar o pagamento, normalmente porque o contrato é executável por lei.
Os Ativos Financeiros de concessão da CAGEPA representam a parcela do valor total dos ativos operacionais que possuem vida útil superior ao prazo contratual da concessão e que, consequentemente, deverá ser indenizado pelo Poder Concedente quando do término do contrato, caso este não seja renovado.
Os valores contabilizados como Ativos Financeiros de Concessão são atualizados a valor presente por meio da aplicação da taxa Selic.
Na tabela a seguir, evidencia-se a composição dos valores do ativo financeiro, segmentados por Microrregião:

	31/12/2024		
	Composição Ativo Financeiro		
Microrregião	Total do Ativo Financeiro	Receita Financeira Acumulada	Total do Ativo Financeiro Atualizado
M.R. Litoral	113.683	28.802	142.485
M.R. Alto Piranhas	37.343	9.461	46.804
M.R. Borborema	90.808	23.006	113.814
M.R. Espinharas	35.046	8.879	43.925
Total	276.880	70.148	347.028

Abaixo verifica-se a aplicação da Taxa Selic para a atualização dos Ativos Financeiros da Concessão:

	31/12/2025		
	Composição Ativo Financeiro		
Microrregião	Total do Ativo Financeiro	Receita Financeira Acumulada	Total do Ativo Financeiro Atualizado
M.R. Litoral	113.683	49.224	162.907
M.R. Alto Piranhas	37.343	16.169	53.512
M.R. Borborema	90.808	39.320	130.128
M.R. Espinharas	35.046	15.174	50.220
Total	276.880	119.887	396.767

14. Imobilizado

Política contábil:
Os bens registrados no imobilizado não possuem vinculação com as concessões de serviços públicos e se caracterizam por serem bens de uso geral, edificações da Companhia e redes adutoras que atendem a mais de um município, não sendo considerado vinculada a nenhuma concessão.
O imobilizado é apresentado pelo custo histórico como base de valor, menos depreciação e perdas ao valor recuperável, se for o caso. Inclui-se no custo histórico os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens, bem como os juros sobre financiamentos incorridos na aquisição até a data de entrada do bem em operação.
Os encargos financeiros capitalizados são depreciados considerando os mesmos critérios de vida útil determinado para o item do imobilizado aos quais foram incorporados.
Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecido como um ativo separado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que possam ser mensurados com segurança e a vida útil for superior a 12 meses. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida do resultado do exercício, quando incorridos. Os terrenos não são depreciados.
Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação do preço de venda com o valor contábil, líquido de depreciação, e são reconhecidos em “Outras receitas líquidas” na demonstração do resultado.

a) Depreciação

As taxas de depreciação e as respectivas vidas úteis dos bens do ativo imobilizado que foram utilizadas, conforme estabelecido em Laudo de Avaliação, são as seguintes:

Descrição	Taxa anual	Vida útil
Edificações	1,43% a 5%	20 a 70 anos
Benfeitorias	1,67% a 6,67%	15 a 60 anos
Máquinas e Equipamentos Geral	4% a 10%	10 a 25 anos
Equipamentos de Energia	4%	25 anos
Máquinas de Oficina	4% a 5%	20 a 25 anos
Equipamentos de laboratório	10%	10 anos

b) Bens Oferecidos em Garantia

A Companhia não possui bens de seu ativo imobilizado oferecidos em garantia.

14.1 Posição do Ativo Imobilizado

	31/12/2025				
	Valor Contábil de Custo	Depreciação Acumulada (VCL)	Custo Atribuído	Depreciação Acumulada - CA	Saldo Líquido
Imobilizado em Operação					
Sistema de abastecimento d'água	956.040	(120.252)	868.872	(120.606)	1.604.054
Sistemas de esgotos sanitários	2.379	(256)	-	-	2.123
Bens de uso geral	38.113	(3.939)	120.299	(17.265)	137.208
	1.016.532	(124.447)	989.171	(137.871)	1.743.385
Imobilizado em Andamento					
Sistema de abastecimento d'água	825.378	-	-	-	825.378
Sistemas de esgotos sanitário	147.090	-	-	-	147.090
Bens de uso geral	4.678	-	-	-	4.678
Total do Ativo Imobilizado	977.146	-	-	-	977.146
	1.993.678	(124.447)	989.171	(137.871)	2.720.531

	31/12/2024				
	Valor Contábil de Custo	Depreciação Acumulada (VCL)	Custo Atribuído	Depreciação Acumulada - CA	Saldo Líquido
Imobilizado em Operação					
Sistema de abastecimento d'água	952.153	(80.197)	868.872	(80.525)	1.660.303
Sistemas de esgotos sanitários	1.231	(171)	-	-	1.060
Bens de uso geral	25.291	(2.509)	120.327	(13.058)	130.051
	978.675	(82.877)	989.199	(93.583)	1.791.414
Imobilizado em Andamento					
Sistema de abastecimento d'água	614.489	-	-	-	614.489
Sistemas de esgotos sanitário	113.869	-	-	-	113.869
Bens de uso geral	4.905	-	-	-	4.905
Total do Ativo Imobilizado	733.263	-	-	-	733.263
	1.711.938	(82.877)	989.199	(93.583)	2.524.677

14.2 Movimentação do Imobilizado

	31/12/2025	31/12/2024
Saldo Inicial do Período	2.524.677	2.382.290
Aquisições (i)	281.740	230.617
Custo atribuido	(28)	(667)
Depreciação - Constituição e reversão	(85.858)	(87.563)
Saldo Final do Período	2.720.531	2.524.677

15. Intangível

15.1 Intangível da Concessão

Política contábil:
Contratos de concessão de serviços: O modelo de concessão celebrado entre a CAGEPA e os municípios do Estado da Paraíba estabelece que a Companhia tem o direito de operar a infraestrutura concedida e, por outro lado, os usuários dos serviços (consumidores finais) têm a responsabilidade de pagar pelos serviços oferecidos. De acordo com o ICPC 01 (R1), nesta modalidade de concessão, os ativos relativos à operação da concessão, sejam eles preexistentes ou posteriormente construídos, são contabilizados como intangíveis, os quais são mensurados pelo seu valor justo no momento inicial, sendo posteriormente mensurados pelo custo amortizado, o qual inclui os custos de empréstimo capitalizados, deduzidos da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas (quando existentes).
A amortização dos Intangíveis vinculados aos Contratos de Concessão é calculada pelos prazos de vigência dos contratos ou pela vida útil económica dos bens componentes da infraestrutura para prestação dos serviços públicos, dos dois o menor.
A amortização do intangível inicia-se no momento em que o ativo estiver no local e com total condição de uso e cessa no momento em que estiver totalmente consumido ou no momento da baixa, deixando de integrar a base de cálculo da tarifa da prestação do serviço da Concessão.

15.2. Demais Intangíveis

Política contábil:
Os demais ativos intangíveis compreendem os ativos adquiridos de terceiros que têm vidas úteis finitas e são mensurados pelo custo total de aquisição, deduzido da despesa de amortização e das perdas por redução do valor recuperável acumuladas. A amortização é calculada sobre o custo de um ativo ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual, quando este está disponível para o uso.
A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear em relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis ou prazo remanescente de contrato de concessão, a partir da data em que os intangíveis estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais de perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

15.3. Composição do Intangível

	31/12/2025		
	Custo Corrigido	Amortização Acumulada	Saldo Contábil
Software	2.656	(1.559)	1.097
Contrato de Concessão de Serviços - Campina Grande	45.000	(7.087)	37.913
Sistema de abastecimento d'água - Concessão	2.262.563	(302.036)	1.960.527
Sistemas de esgotos sanitários - Concessão	912.090	(110.613)	801.477
	3.222.309	(421.295)	2.801.014
Intangível em Andamento			
Bens de Uso Geral (Software)	1.612	-	1.612
	1.612	-	1.612
Total do Intangível	3.223.921	(421.295)	2.802.626

	31/12/2024		
	Custo Corrigido	Amortização Acumulada	Saldo Contábil
Intangível de Concessão			
Contrato de Concessão de Serviços - Campina Grande	45.000	(4.194)	40.806
Sistema de abastecimento d'água - Concessão	2.262.480	(203.090)	2.059.390
Sistema de esgoto sanitário - Concessão	912.090	(73.767)	838.323
	3.219.570	(281.051)	2.938.519
Demais Intangíveis			
Software	2.934	(1.543)	1.391
	2.934	(1.543)	1.391
Total do Intangível	3.222.504	(282.594)	2.939.910

(i) Contrato de concessão de serviços: O modelo de concessão celebrado pela CAGEPA e o município de Campina Grande, em 19 de junho de 2020, estabelece que a Companhia tem o direito de operar a infraestrutura concedida pelo prazo de 35 anos e, por outro lado, os usuários dos serviços (consumidores finais) têm a responsabilidade de pagar pelos serviços oferecidos.

a) Movimentação do Intangível

	31/12/2025	31/12/2024
Saldo Inicial do Período	2.939.910	3.065.008
Aquisições	1.417	13.991
Amortização	(138.701)	(139.089)
Saldo Final do Período	2.802.626	2.939.910

16. Empréstimos

A entidade deve converter os itens expressos em moeda estrangeira para sua moeda funcional e deve reportar os efeitos de tal conversão em consonância com os itens 20 a 37 e 50 do CPC 02.

Política Contábil:
As contas de Empréstimos e Financiamentos registram as operações da Companhia junto a Instituições Financeiras do país ou exterior, cujos recursos são destinados a financiar compra de ativos, obras e ou capital de giro.
Montante inicial dos recursos captados de terceiros são classificáveis no passivo circulante e não circulante, conforme a Companhia tenha o direito de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.
O principal propósito desse instrumento financeiro é gerar recursos para financiar os programas de expansão da Companhia e eventualmente gerenciar as necessidades de seus fluxos de caixa no curto prazo.
Empréstimos e financiamentos em moeda nacional – são classificados como passivos financeiros mensurados ao valor justo. O valor contábil desses empréstimos reflete o seu valor de mercado.
Empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira – coerentes com a política financeira da Companhia são reconhecidos contabilmente, no momento inicial, pela moeda funcional, mediante a aplicação da taxa de câmbio à vista entre a moeda funcional e a moeda estrangeira, na data da transação, sobre o montante em moeda estrangeira.
Posteriormente, ao término de cada período de reporte os itens monetários em moeda estrangeira devem ser convertidos, usando-se a taxa de câmbio de fechamento.
Mensalmente são calculados os juros e encargos com base nas taxas contratuais pré-definidas. Assim, os contratos de empréstimos mantêm-se atualizados até a data do fechamento de cada mês, com adesão do tipo de taxa selecionada no desembolso realizado pela AFD.
As variações cambiais referente aos empréstimos e/ou financiamentos de longo prazo, pagáveis em moeda estrangeira, são apuradas entre o saldo contábil do empréstimo à taxa cambial anterior e o saldo do mesmo empréstimo convertido à taxa cambial vigente na data do balanço, e são reconhecidas como receitas ou despesas financeiras.
A seguir demonstramos os Empréstimos ajustados a valor presente, conforme a taxa contratual de cada contrato.

	31/12/2025		31/12/2024	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Banco Sofisa (i)	2.572	1.929	2.573	4.500
Banco santander (ii)	15.345	18.750	15.428	33.750
Contas Garantia	3.743	-	4.236	-
Agência Francesa - AFD (iii)	1.169	64.364	1.471	64.253
Total de Empréstimos	22.829	85.043	23.708	102.503

(i) Contratação de Empréstimo junto ao Banco Sofisa, sob cédula de Crédito Bancário nº PMT 31839-1, com encargos pós-fixados, pagamento em 48 parcelas, e vencimento final para 30/09/2027, tendo como garantia Cessão fiduciária de Direito de Crédito.
(ii) Contratação de Empréstimo junto ao Banco Santander, sob cédula de Crédito Bancário Capital de Giro nº 000270010223, com prazo de amortização de 60 meses, sendo o vencimento final para 10 de março de 2028. Carência de 12 meses com amortização de juros pós fixados, e a partir do 13º mês até o 60º mês será realizada a amortização do principal mais juros.
(iii) Primeiro aporte realizado pela Agência Francesa de Desenvolvimento (AFD), realizado em 11 de junho de 2024, conforme contrato de Câmbio nº415866383, no valor total de €$10.000 (dez milhões de euros), convertidos em reais à taxa Cambial de 5,746000 à época, do qual resultou o montante em Moeda Nacional na data da operação de R$ 57.460.000 (cinquenta e sete milhões e quatrocentos e sessenta mil reais).
Ao final do 4º trimestre de 2025 o valor do Empréstimo AFD totaliza R$ 65.533(sessenta e cinco milhões, quinhentos e trinta e três mil reais). A variação do saldo decorre das flutuações cambiais e dos encargos do período, com o câmbio de fechamento a R$ 6,4364 o motante da variação cambial no trimestre foi de R$ 6.904 (seis milhões novecentos e quatro mil reais).

16.1 Financiamento da Agência Francesa de Desenvolvimento (AFD)

A CAGEPA e a Agência Francesa de Desenvolvimento (AFD) formalizaram em 14 de junho de 2023, o contrato de financiamento nº CBR 1107 02 M, para implementação do Programa de Água e Esgotamento do Estado da Paraíba, no qual foi disponibilizado uma linha de crédito num montante total máximo no valor de €$50,0 (cinquenta milhões de euros), aproximadamente R$ 263 (duzentos e sessenta e três milhões de reais) à época, com prazo de pagamento de 15 (quinze) anos, sendo 05(cinco) de carência, e sobre este financiamento incidirão encargos financeiros com taxas fixas e flutuantes com adesão do tipo de taxa a cada desembolso realizado pela AFD.
Os recursos serão destinados para 24(vinte e quatro) projetos, dos quais 21(vinte e um) são de abastecimento de água e 03 (três) de esgotamento sanitário. O projeto prevê construções de redes coletoras de esgoto, adutoras, estações elevatórias, reservatórios, modernização de estações de tratamento e aquisições de equipamentos operacionais. Além do projeto de infraestrutura, os recursos financiarão a assistências técnicas para três frentes: a execução do programa de apoio ao planejamento financeiro, de gestão e valorização de lodos de tratamento de esgotos e da implantação da abordagem de igualdade profissional da Companhia.
Fazem parte do Grupo a Agence Française de Développement (AFD), responsável pelo financiamento do setor público, de ONGs e de pesquisas e capacitações sobre o desenvolvimento sustentável; a sua filial Proparco, dedicada ao financiamento do setor privado;

e a Expertise France, agência de cooperação técnica.

O Contrato de empréstimo junto a AFD está sujeito a Convenants, devendo a CAGEPA sempre garantir que:
a) O Índice de cobertura do serviço da dívida (DSCR) não seja inferior a 1,2x;
b) A relação Endividamento Financeiro Líquido/EBITDA não deva exceder 4,0x;
c) O Índice de alavancagem não deve exceder 1,0x;
d) O Índice Corrente não seja inferior a 1,5x;
e) O Índice de Cobertura de Recebíveis não deva ser inferior a 125%.

Os empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira serão convertidos para reais, mediante a utilização das taxas de câmbio vigentes na data de fechamento do trimestre e taxa de juros do financiamento será definida nas datas dos desembolsos.
Tendo em vista que a Companhia realizou esse empréstimo especificamente com o propósito de financiar despesas elegíveis, com o fim de obter um ativo qualificável particular, os custos do empréstimo que são diretamente atribuíveis ao ativo qualificável podem ser prontamente identificados, conforme descrição dos projetos e plano de Financiamento estabelecido nos anexos do contrato de empréstimo firmado.
A Companhia concedeu como garantia para o Empréstimo a Cessão fiduciária regida pela lei brasileira em favor do credor sobre:
(i) Contas a Receber de clientes considerados aceitáveis pelo credor, nos termos do contrato de fornecimento, cedidos fiduciariamente em favor do credor no final de cada período de juros que deve representar um mínimo de 125% dos juros e da parcela do principal a pagar pelo mutuário na data de pagamento seguinte;
(ii) todos os direitos relacionados e créditos e fundos decorrentes de pagamentos efetuados nos termos dos contratos aceitáveis depositados;
(iii) todos os direitos relacionados e créditos e fundos contidos na conta de recebíveis e na conta reserva; a carta de conforto assinada pelo Estado da Paraíba, como acionista majoritário da Mutuária, em forma e substância satisfatórias para o credor.
Com fundamento no CPC 20 (R1), IAS 23 (IASB – BV2011) a Companhia deve capitalizar os custos do empréstimo que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis como parte do custo do ativo. A empresa deve reconhecer os outros custos de empréstimos como despesa no período em que são incorridos.
Sendo os custos desse empréstimo identificados, correlacionados e diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de ativo qualificável, devem ser capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiabilidade.

Saldo devedor dos empréstimos (não circulante) por ano de vencimento

Vencimento	31/12/2025	Vencimento	31/12/2024
Dezembro/2027 a Dezembro/2028	18.429	Dezembro/2026 a Dezembro/2027	16.286
Dezembro/2028 a Dezembro/2029	2.250	Dezembro/2027 a Dezembro/2028	17.571
Após Dezembro/2029	64.364	Após Dezembro/2028	68.646
Total do Saldo Devedor	**85.043**	**Total do Saldo Devedor**	**102.503**

a) Movimentação dos saldos de empréstimos e financiamentos

	31/12/2024	Captação	variação Cambial	Juros Incorridos	Principal Pago	Juros Pagos	31/12/2025
Banco Sofisa 1 (PMI31839-1)	7.072	-	-	1.037	(2.571)	(1.037)	4.501
Banco Santander (000270000223)	49.178	-	-	7.249	(15.000)	(7.332)	34.095
AFD (CBR 1107 02 M)	65.724	-	98	4.926	-	(5.225)	65.523
Conta Garantia	4.237	46.098	-	-	(46.592)	-	3.743
Total	**126.211**	**46.098**	**98**	**13.212**	**(64.163)**	**(13.594)**	**107.872**

	31/12/2023	Captação	variação Cambial	Juros Incorridos	Principal Pago	Juros Pagos	31/12/2024
Banco Sofisa 1 (PMI31839-1)	9.108	-	-	1.230	(3.929)	(1.337)	7.072
Banco Sofisa 2 (85076-9)	3.582	-	-	86	(3.571)	(97)	-
Banco Santander (000270000223)	60.499	-	-	8.616	(11.250)	(8.687)	49.178
AFD (CBR 1107 02 M)		57.460	6.806	5.353	-	(3.895)	65.724
Conta Garantia	2.848	46.370	-	-	(44.990)	-	4.237
Total	**76.037**	**103.829**	**6.806**	**15.285**	**(61.740)**	**(14.016)**	**126.211**

17. Fornecedores e Empreiteiros

Política Contábil:
Os saldos com fornecedores e empreiteiros são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas no passivo circulante se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, os referidos valores são classificados no grupo dos passivos exigíveis a longo prazo.
A Companhia mantém contratos com diversos fornecedores e empreiteiros, cujos prazos médios de pagamentos são de 30 dias. Segue descrição abaixo:

	31/12/2025	31/12/2024
Fornecedores de Materiais (i)	4.725	3.599
Prestadores de Serviço (ii)	12.754	8.676
Empreiteiros de Obras (iii)	8.633	1.501
Fornecedores de Energia Elétrica	51	6.842
AESA (iv)	3.741	3.564
Outros fornecedores	8.211	2.184
Total	**38.115**	**26.366**

(i) Corresponde, principalmente, a aquisições de tubulações e materiais para manutenção das redes e tratamentos.
(ii) Corresponde, principalmente, à prestação de serviço com Plano de Saúde, Ticket de Alimentação, e outros serviços de segurança, leitura, hidrometração, corte e religação.
(iii) Corresponde à prestação de serviço de construção através de empreiteiras para viabilização dos projetos de investimento da Companhia.
(iv) Corresponde a dois parcelamentos junto à Agência Executiva de Gestão das Águas do Estado da Paraíba – AESA, referentes a valores devidos pelo uso de água bruta de domínio do Estado da Paraíba, em conformidade com a Lei n° 6.308/96 e Decreto n° 33.613/12.

18. Impostos, Taxas e Contribuições

Política contábil:
Em observância ao ICPC 22, a Companhia efetuou todos os ajustes tributários na apuração dos impostos e contribuições sobre o lucro em conformidade com a legislação fiscal federal, não ensejando interpretação tributária diversa.
Dado a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, podem exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registradas.
A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia.
Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor dos tributos diferidos que podem ser reconhecidos com base num prazo considerado como razoável, bem como no nível de lucros tributáveis esperados nos próximos exercícios, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

18.1. Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes

A Companhia possui Imunidade Tributária Recíproca conforme (Processo nº 0810749-41.2019.4.05.8200, transitado em julgado no TRF) sobre os impostos de competência da União, com especial atenção para o IRPJ, IRRF e IOF.
A Imunidade Tributária acima descrita não contempla a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido que é calculada com base na alíquota de 9% sobre o lucro tributável. Esta despesa compreende os tributos correntes e diferidos, ambos reconhecidos no resultado.

18.2. Impostos, Taxas e Contribuições Diferidos

Tributos sobre as prestações de serviços são formados por PIS (0,65%) e COFINS (3%). As Receitas de prestações de serviços são apresentadas nas demonstrações de resultado e líquidas dos tributos incidentes sobre faturamento.
O regime de tributação das contribuições para o PIS/PASEP e COFINS foi alterado a partir do mês 09/2024 para a forma de apuração pelo regime cumulativo. A alteração ocorreu como consequência da ação judicial em que a Companhia obteve a declaração de que possui imunidade tributária na forma do art. 150, inciso VI, alínea "a", da Constituição Federal. Com a alteração do regime, a Companhia trabalhará para gerar os créditos retroativos aos últimos cinco anos a serem registrados quando da confirmação inequívoca do seu recebimento.

18.3. Composição dos Impostos, Taxas e Contribuições

	31/12/2025		31/12/2024	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Próprios				
Federais	25.445	-	23.692	-
Estaduais	139	-	126	-
Municipais	172	-	9	-
Outros	35	-	29	-
	25.791	**-**	**23.856**	**-**
Retidos na Fonte				
Federais	15.192	-	15.352	-
Estaduais	3.249	-	1.527	-
Municipais	14.620	-	11.013	-
	33.061	**-**	**27.892**	**-**
Parcelamentos				
Parcelamento de Débitos Especial de Regularização Fiscal - PERF	26.501	15.305	24.436	38.549
Parcelamentos Lei 11.941/2009	-	-	-	-
	26.501	**15.305**	**24.436**	**38.549**
Tributos Diferidos				
COFINS - Diferimento (i)	-	24.168	-	23.038
PIS - Diferimento (i)	-	5.410	-	5.165
CSLL - Diferido - AAP (ii)	-	304.566	-	318.316
	-	**334.144**	**-**	**346.520**
Total de Impostos, Taxas e Contribuições	**85.353**	**349.449**	**76.184**	**385.069**

(i) Refere-se à COFINS e o PIS calculado sobre o faturamento para o Setor Público, cujos recolhimentos são diferidos até a data do recebimento das faturas correspondentes, conforme Lei nº 9.718/1998, Art. 7°.
(ii) Refere-se a CSLL calculada sobre o montante do custo atribuído, reconhecido para os bens do Ativo fixo da Companhia no Exercício 2023, correspondendo à atualização dos valores dos bens em relação ao seu valor justo, originando assim o passivo fiscal diferido, conforme disposto no CPC 32.

19. Obrigações Trabalhistas

Política contábil:
Os salários e encargos englobam as seguintes informações:
● Salário, Remunerações e Benefícios: Registra os valores relativos a vencimentos e vantagens fixas e variáveis devidas a empregados;
● Férias: Registra as obrigações referentes a férias, apropriadas conforme percentuais da folha de pagamento;
● 13º salário a Pagar: Registra as obrigações referentes ao décimo terceiro salário, provisionadas na base de 1/12 do valor bruto da folha de pagamento;
● Encargos Sociais a Pagar: Compreende as obrigações a curto prazo das unidades relativas à despesas incorridas e não pagas, em benefício de seus empregados, compulsoriamente ou não, incluindo aquelas que se destinam ao financiamento da seguridade social de responsabilidade do poder público e as demais contribuições sociais;
● Outras contas a pagar: representam outros valores não contemplados nos itens acima.

	31/12/2025	31/12/2024
Ordenados e Salários a Pagar	16.657	15.480
Provisão para Férias e 13º Salário	33.499	31.568
Provisão para Encargos Sociais	5.245	5.616
Outras Obrigações	2.583	2.561
Total de Obrigações Trabalhistas	**57.984**	**55.225**

20. Provisões para Demandas Judiciais

Política Contábil
A CAGEPA registra provisões quando a Administração, amparada por opinião de seus Assessores Jurídicos, entende que existem probabilidades de perdas prováveis em certos processos judiciais que surgem no curso normal de seus negócios. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.
A Companhia é parte integrante em diversos processos judiciais de natureza Tributária, Cível, Juizados Especiais, ambientais e Trabalhistas, todos em virtude do curso normal das operações.
A provisão para demandas judiciais é estabelecida pela Administração da Companhia com base na análise e avaliação do risco, efetuada em conjunto com seus Assessores Jurídicos, sendo provisionados os casos em que a expectativa de desembolso é provável.
A Empresa reconhece provisão para causas cíveis, trabalhistas, tributárias e ambientais. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados. Esses valores são contabilizados mensalmente, conforme estimativa da Assessoria Jurídica da Companhia em relação aos processos com expectativa de perda "provável", conforme relacionado abaixo:
(i) Cíveis - A provisão cível refere-se a processos movidos por terceiros contra a Companhia decorrentes de ações judiciais cobrando indenização por danos morais e materiais, danos ambientais, pedidos de reembolsos em relação à prestação de serviços da Companhia;
Destaca-se ao final do trimestre aumento decorrente de reavaliação técnica realizada pela Assessoria Jurídica, de processos na base de dados de contingências, onde foi identificado valor significativamente inferior ao real, o que ensejou a necessidade de correção ora promovida, visando maior aderência à realidade processual e contábil, refletindo no ajuste do valor lançado em contingência Cível, que encontrava-se notoriamente subestimada.
Registra-se o compromisso da Companhia com a transparência e fidedignidade das informações prestadas aos órgãos de controle interno e externo.
(ii) Trabalhistas – As provisões trabalhistas referem-se a ações demandadas por funcionários e ex-funcionário solicitando diferença salarial e verbas rescisórias, adicional de insalubridade e periculosidade, vale-alimentação e de empresas prestadoras de serviços (responsabilidade subsidiária); e
(iii) Tributárias – ação interposta pela Cagepa para cobrança de valores referentes à cobrança de impostos. Esses valores são contabilizados mensalmente, conforme estimativa da Assessoria Jurídica da Companhia em relação aos processos com expectativa de perda "provável".
Assim, ao final do trimestre o saldo de Provisão para Demandas Judiciais acumulou o montante de R$ 97.470 (noventa e sete milhões, quatrocentos e setenta mil reais), enquanto que ao final do Exercício anterior a empresa acumulou o saldo de R$ 44.282 (quarenta e quatro milhões, duzentos e oitenta e dois mil reais).

	31/12/2025	31/12/2024
Cíveis (i)	68.203	23.730
Trabalhistas (ii)	23.091	14.427
Tributárias (iii)	5.610	5.611
Juizados Especiais	566	514
Total de Provisões para Demandas Judiciais	**97.470**	**44.282**

A Companhia é parte de processos de natureza tributária, cível, juizados especiais e trabalhistas, que se encontram em instâncias diversas e foram classificadas como perda possível, levando-se em consideração tanto a jurisprudência predominante, quanto à documentação específica existente. Os valores envolvidos nessas ações estão estimados como contingências possíveis.

21. Outros Passivos

Política contábil:
As demais contas a pagar relacionam-se com outros passivos não contemplados em notas explicativas anteriores. A composição apresenta os seguintes valores:

	31/12/2025		31/12/2024	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Depósitos e Retenções Contratuais	1.398	-	811	-
Contas a Regularizar (Clientes)	11.598	-	9.551	-
Doações em contas	44	-	39	-
Obrigações com Precatórios (i)	-	125.022	-	99.923
Parcelamento Acordo Trabalhista (PAT) (ii)	12.389	-	12.360	19.173
Outros Passivos	2.429	6.569	3.007	1.708
Total de Outras Obrigações	**27.858**	**131.591**	**25.768**	**120.804**

(i) Referem-se a obrigações da Companhia oriundas de sentenças judiciais transitadas em julgado no Tribunal Regional do Trabalho -13° Região, relacionadas a processos trabalhistas, e no Tribunal Regional Federal, relacionadas a processos tributários.
(ii) Corresponde ao acordo firmado com o Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Purificação e Distribuição de Água e Serviços de Esgotos do Estado da Paraíba – SINDIÁGUA-PB, relacionado ao Processo Trabalhista de N° 0124800-83.2013.5.13.0026, no valor de R$ 72.051 (setenta e dois milhões e cinquenta e um mil reais), fixado pagamento em 72 parcelas mensais e sucessivas, com a primeira parcela paga no mês de março de 2021. Posteriormente foi firmado outro acordo, em dezembro de 2021, no mesmo processo, no valor aproximado de R$ 562 (quinhentos e sessenta e dois mil reais) em 60 parcelas a serem pagas a outros favorecidos.

22. Patrimônio Líquido

22.1. Capital Social

Em 31 de dezembro de 2025, o capital social subscrito e integralizado totaliza o valor de R$ 1.242.359 (um bilhão, duzentos e quarenta e dois milhões, trezentos e cinquenta e nove mil reais), representado por ações sem valor nominal, distribuídas da seguinte forma:

	Quantidade de Ações		
	31/12/2025	%	31/12/2024
Ações Ordinárias			
Governo do Estado da Paraíba	1.934.608.633.848	99,99%	1.901.611.492.470
Outros	250.153.693	0,01%	250.153.693
	1.934.858.787.541	100%	**1.901.861.646.163**
Ações Preferenciais			
Governo do Estado da Paraíba	13.893.548.302	98,01%	13.893.548.302
Outros	281.496.062	1,99%	281.496.062
	14.175.044.364	100,00%	**14.175.044.364**
Total de Ações Ordinárias e Preferenciais	**1.949.033.831.905**	**100,00%**	**1.916.036.690.527**

As ações preferenciais não têm direito a voto, porém gozam de prioridade na distribuição de dividendos mínimos não cumulativos de 6% ao ano do Capital Social dessa espécie de ações, conforme previsão no Art. 5º do Estatuto Social e, em caso de dissolução da Companhia, no reembolso do capital, sem direito a prêmio.
A CAGEPA, por meio da 12ª Reunião do Conselho de Administração, realizada em 22 de dezembro de 2025, com registro na JUCEP sob Nº 20253174295, autorizou o aumento de Capital Social, passando o valor do Capital Social a ser R$ 1.242.359 (um bilhão, duzentos e quarenta e dois milhões, trezentos e cinquenta e nove mil reais), mediante a utilização de aporte de recursos em espécie realizados durante o exercício de 2024 pelo Governo do Estado da Paraíba, no valor de de R$ 101.950 (cento e um milhões, novecentos e cinquenta mil reais), cujo objetivo foi de capitalizar a Companhia para realização de obras.
A subscrição deste aumento de Capital foi realizada por meio da emissão de 32.997.141.378 (Trinta e dois bilhões, novecentos e noventa e sete milhões, cento e quarenta e um mil e trezentos e setenta e oito) ações ordinárias da Companhia, com valor patrimonial unitário de R$ 0,00308967336722.

22.2. Reservas de Lucros

a) Reserva Legal
É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, nos termos do artigo 193 da Lei 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

b) Reserva para Contingência
A Reserva para Contingência é constituída com o saldo do lucro do exercício após a constituição da Reserva Legal, em caráter preventivo, objetivando salvaguardar recursos para a realização dos investimentos destinados à melhoria dos sistemas de abastecimento de água e de saneamento, necessários para cumprimento dos desafios de investimentos oriundos do "Novo Marco Legal do Saneamento".

22.3. Outros Resultados Abrangentes - Ajustes de Avaliação Patrimonial

A Companhia registrou nesta conta todos os ajustes realizados nas contas de ativo e passivo decorrentes do processo de adoção às Normas Internacionais de Contabilidade.
Neste sentido, foi também efetuado o levantamento patrimonial da Companhia e, atendendo ao que preceitua a legislação pertinente - ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão; CPC 27 - Ativo Imobilizado e CPC 04 – Ativo Intangível, foram contabilizados em contrapartida de Ajuste de Avaliação Patrimonial o Custo atribuído dos imobilizados e intangíveis bem como o tributo diferido proveniente.
Ao final do trimestre, foi calculada a Depreciação sobre o Custo Atribuído dos imobilizados e intangíveis e a realização do Tributo diferido na conta redutora do AAP.
As movimentações na conta de Ajuste de Avaliação Patrimonial para realização no período foram as seguintes:

Ajustes de Avaliação Patrimonial	31/12/2025	31/12/2024
Ajustes do Ativo Circulante	(80.745)	(83.437)
Ajustes do Ativo Não Circulante	(7.783)	(8.042)
Ajustes do Imobilizado	(112.773)	(116.532)
Ajustes do Passivo Circulante	12.231	12.639
Ajustes do Passivo Não Circulante	62.998	65.098
Ajustes (CA) - Ativo Financeiro	216.163	216.163
Ajustes (CA) - Ativo Imobilizado	774.684	815.010
Ajustes (CA) - Ativo Intangível	2.088.654	2.187.355
Saldo dos Ajustes de Convergência ao IFRS	**2.953.429**	**3.088.254**
Total dos Ajustes da Convergência ao IFRS	**3.088.254**	**3.227.765**
Realizados no Período findo em 31/12/2025 (i)	**(134.825)**	**(139.511)**
Total	**2.953.429**	**3.088.254**

(i) Referem-se ao reconhecimento contábil, no Patrimônio Líquido, da realização dos valores registrados como Ajustes de Avaliação Patrimonial – AAP, oriundos da parcela de depreciação do Custo Atribuído a Débito R$ 152.778 (cento e cinquenta e dois milhões, setecentos e setenta e oito mil reais), dos Tributos Diferidos sobre o Custo Atribuído a Crédito R$ 13.750 (treze milhões, setecentos e cinquenta mil reais) e dos demais Ajustes de Convergência contabilizados nos grupos do Ativo e Passivo a Crédito R$ 4.203(quatro milhões duzentos e três mil reais), resultando em uma realização total no período de R$ 134.825 (cento e trinta e quatro milhões, oitocentos e vinte e cinco mil reais), apresentada líquida da reversão do Tributo Diferido correspondente, todos em contrapartida de Lucros Acumulados.

22.4. Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital – AFAC

A Companhia recebe recursos oriundos do Governo do Estado da Paraíba, destinados a investimentos em obras, os quais são registrados diretamente em adiantamentos para futuro aumento de capital. Não existe previsão de devolução desses recursos para o Governo do Estado da Paraíba e, periodicamente, são integralizados ao Capital Social. A movimentação ocorrida no saldo desta conta é a seguinte:

	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital - AFAC e Aportes para Obras	
Movimentação do Saldo	31/12/2025	31/12/2024
Saldo Inicial do Exercício	862.465	864.641
Aumento de Capital - Aprovado na 12ª Reunião Ordinária do Conselho de Administração em 22 de dezembro de 2025 e registrada na JUCEP sob nº [illegible] (i)	(101.951)	(154.326)
Aviso de crédito em dinheiro para Aumento de Capital (ii)	133.988	152.150
Saldo Final do Exercício	**894.502**	**862.465**

(i) A Administração da CAGEPA, por meio da 12º Reunião ordinária do Conselho de Administração (CAD), realizada em 22 de dezembro de 2025, aprovou a proposta de aumento do Capital Social da Companhia, incorporando ações ordinárias em favor do acionista majoritário, Governo do Estado da Paraíba, e a integralização com a utilização de Créditos relativos a aportes de recursos efetuados durante o exercício de 2024. Tal valor de aportes em espécie é originário de financiamentos obtidos pelo Governo do Estado da Paraíba, com a finalidade de capitalizar a Companhia para a realização de obras. Em virtude do exposto foi autorizado o aumento de Capital no valor de 101.951 (cento e um milhões, novecentos e cinquenta e um mil reais), com data base para dezembro/2025, passando o Capital Social ao montante de R$ 1.242.359 (um bilhão, duzentos e quarenta e dois milhões, trezentos e cinquenta e nove mil reais).
(ii) A Companhia mantém operações com o Governo do Estado da Paraíba (seu principal acionista), representadas por aportes em dinheiro para utilização em obras e serviços de abastecimento d'água e esgotamento sanitário.

23. Receita Líquida dos Serviços Prestados

Política Contábil
Receita de Serviços: As receitas são reconhecidas com observância ao regime de competência. De acordo com o CPC 47 – Receita de Contrato com Clientes e considerando o Objeto Social da Companhia, em que é possível verificar que não existem etapas contratuais na execução dos serviços prestados aos clientes relativas a obrigação de desempenho, o reconhecimento ocorre pelo faturamento em uma base cíclica mensal ao valor justo da contrapartida a receber.
A receita de fornecimento de água e coleta de esgoto inclui montantes faturados aos clientes em uma base cíclica (mensal) e receitas não faturadas reconhecidas ao valor justo da contrapartida recebida ou a receber e são apresentadas líquidas de impostos, abatimentos ou descontos incidentes sobre as mesmas, incluindo ainda os valores dos acréscimos por impontualidade de clientes (multa).
As receitas ainda não faturadas são reconhecidas com base no consumo estimado, da data de medição da última leitura até o fim do período contábil.

23.1. Receitas e Custos de Construção dos ativos da concessão

A receita de construção dos bens vinculados à prestação de serviço público é reconhecida de acordo com o ICPC 01(R1), IFRIC 12 (Contratos de Concessão e CPC 47 (R1) e IFRIC 15 (Receita de contrato com cliente), proporcionalmente ao momento em que todas as obrigações de desempenho sejam satisfeitas ao longo do tempo.
Consequentemente, esta Receita deve ser reconhecida usando o método da percentagem completada (POC), ou seja, durante a fase de construção o Ativo é classificado como Ativo Intangível, onde a Companhia estima que o valor justo de sua contraprestação será equivalente aos custos de construção previstos. A Companhia adotou para mensuração das receitas e dos custos de construção a margem nula.
A composição das receitas operacionais, por natureza, é a seguinte:

Descrição	01/01/2025 a 31/12/2025	01/01/2024 a 31/12/2024
Receita Bruta dos Serviços Prestados		
Serviços Prestados de Água	1.135.051	1.020.812
Serviços Prestados de Esgoto	421.379	375.585
Receita de Construção Ativo Concessão	243.888	219.961
Subtotal da Receita Bruta dos Serviços Prestados	**1.800.318**	**1.616.358**
COFINS Sobre Receitas Operacionais	(46.693)	(83.235)
PIS Sobre Receitas Operacionais	(10.117)	(18.064)
Subtotal de COFINS e PIS sobre Receitas Operacionais	**(56.810)**	**(101.299)**
Receita Líquida dos Serviços Prestados	**1.743.508**	**1.515.059**

24. Custos dos Serviços Prestados

A composição dos custos, por natureza, é a seguinte:

	01/01/2025 a 31/12/2025	01/01/2024 a 31/12/2024
Pessoal	(379.041)	(350.415)
Materiais	(61.005)	(54.478)
Serviços de Terceiros	(279.521)	(234.724)
Outros Custos	(28.021)	(24.915)
Depreciação e amortização	(221.710)	(219.361)
Custo de Construção Ativo Concessão	(243.888)	(219.961)
Total dos Custos dos Serviços Prestados	**(1.213.186)**	**(1.103.854)**
Custo dos Serviços Prestados de Água	**(871.783)**	**(800.279)**
Custo dos Serviços Prestados de Esgoto	**(97.515)**	**(83.614)**
Custo de Construção Ativo Concessão	**(243.888)**	**(219.961)**
	(1.213.186)	**(1.103.854)**

25. Receitas / (Despesas) Operacionais

A composição destas despesas e receitas, por natureza, é a seguinte:

	01/01/2025 a 31/12/2025	01/01/2024 a 31/12/2024
Receitas / Despesas Operacionais		
Pessoal	(176.211)	(166.538)
Materiais	(1.985)	(1.420)
Serviços de Terceiros	(85.338)	(76.392)
Despesas Gerais / Perdas	(101.988)	(44.444)
Provisão para Devedores Duvidosos	(45.749)	(26.558)
Depreciação e amortização	(2.887)	(3.525)
Multas	(55)	(222)
Despesas Tributárias	(2.464)	(4.765)
Outras Receitas	2.688	101.590
Total Despesas/Receitas Operacionais Líquidas	**(413.990)**	**(222.274)**

26. Benefícios ao Pessoal

O quadro abaixo demonstra todas as concessões e seus valores realizados e provisionados nos períodos.

	01/01/2025 a 31/12/2025	01/01/2024 a 31/12/2024
Remunerações		
Horas Normais	(153.540)	(143.319)
Horas Extras	(30.371)	(28.650)
Diárias e Ajudas de Custo	(5.065)	(4.245)
Adicionais	(14.647)	(12.573)
Gratificações	(71.606)	(67.525)
Gratificações de Representação	(191)	(124)
Honorários da Diretoria e Conselhos	(676)	(703)
Programa Menor Aprendiz	(1.158)	(1.401)
Resolução nº 4/83	(279)	(215)
Incentivo ao Desenvolvimento	(726)	(568)
Férias	(31.217)	(27.318)
13º Salário	(25.560)	(24.073)
	(335.036)	(310.714)
Encargos Sociais		
Contribuições para INSS	(89.169)	(84.236)
PbPrev Patronal	(224)	(169)
Contribuição para FGTS	(28.483)	(27.137)
Contribuição SENAI	(4.261)	(4.018)
Servico Social da Indústria (SESI)	(5.294)	(4.997)
	(127.431)	(120.557)
Programa de Alimentação		
Ticket Alimentação	(54.888)	(50.057)
Saúde		
Assistência Médica e Social	(29.247)	(27.358)
Salário Tratamento Saúde e Acidente de Trabalho	(2.284)	(2.062)
	(31.531)	(29.419)
Outros Benefícios		
Auxílio Creche	(4.750)	(4.691)
Vale Transporte	(386)	(419)
Auxílio Livro Didático	(948)	(907)
Auxílio Funeral	(109)	(64)
	(6.193)	(6.080)
Redsões Contratuais		
Indenização, Aviso Prévio, FGTS Multa Rescisória e incentivo PDP	(173)	(125)
	(173)	(125)
Total de Benefícios ao Pessoal	**(555.252)**	**(516.953)**

27. Resultado Financeiro

	01/01/2025 a 31/12/2025	01/01/2024 a 31/12/2024
Receita Financeira		
Juros de Mora	10.294	9.292
Aplicações Financeiras	28.735	6.694
Multa por Impontualidade dos Clientes	20.880	20.155
Descontos Obtidos	16	43
Variações Monetárias Ativas	2	201
Atualização do Ativo Financeiro Concessão	49.739	34.075
Atualização do Indébito Tributário	16.100	37.133
	125.766	**107.593**
Despesas Financeiras		
Juros de Empréstimos e Financiamentos	(8.286)	(9.463)
Juros de Atualizações de Parcelamentos	(4.330)	(5.185)
Multa e Juros de Impostos e Contribuições	(55)	(80)
Descontos Concedidos	(1.197)	(1.950)
juros e Multa pagamento a Fornecedores	-	(4)
Custos Empréstimos e Financiamentos	(1.255)	(2.250)
Juros e atualização monetário de cauções	(7.272)	(5.720)
Juros Empréstimos Externos	(3.393)	(2.430)
Variação Cambial Empréstimos Externos	(111)	(6.781)
Atualização Monetária Passiva	(5.026)	(4.444)
	(30.925)	**(38.307)**
Resultado Financeiro	**94.841**	**69.285**

28. Imposto de Renda e Contribuição Social

	01/01/2025 a 31/12/2025	01/01/2024 a 31/12/2024
Despesas Correntes de Contribuição Social	33.473	27.195
Receita de Incentivos Fiscais - Redução do IRPJ	-	-
Total do Imposto de Renda e Contribuição Social	**33.473**	**(27.195)**

A apuração da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido dos períodos findos em 31/12/2025 e 31/12/2024 está demonstrada conforme segue

	01/01/2025 a 31/12/2025	01/01/2024 a 31/12/2024
Resultado Antes dos Tributos (IRPJ e CSLL)	211.173	258.215
Adições (Exclusões)	-	-
Provisão para Contingência (Constituição)	53.188	3.904
Depreciação e Amortização (Não Dedutível)	152.778	157.415
Multa por Autuações Fiscais	60	236
Patrocinio de Feiras e Eventos	2.903	1.896
	556	1.296
Atualização do Ativo Financeiro – Concessão	(49.739)	(34.075)
Perdas de Inventário	681	4.883
Perdas em Estoque	86	-
Perdas com Prescrição	234	-
Receita Indébito Tributário	-	(91.608)
Base de Cálculo dos Tributos (IRPJ e CSLL)	**371.920**	**302.162**

	01/01/2025 a 31/12/2025		01/01/2024 a 31/12/2024	
	IR	CSLL	IR	CSLL
Tributos antes das Deduções / Compensações	-	33.473	-	27.195
Incentivo Fiscal - PAT	-	-	-	-
Incentivo Fiscal - SUDENE	-	-	-	-
Imunidade Tributaria	-	-	-	-
Despesas com Tributos	-	**33.473**	-	**27.195**
Alíquota Efetiva	**0,00%**	**9,00%**	**0,00%**	**9,00%**

29. Eventos subsequentes

Com o advento do novo marco legal do saneamento no Brasil, regido principalmente pelas Leis nº 11.445/2007, nº 14.026/2020, que visam universalizar serviços de esgotamento sanitário até 2033, com meta de 90% de coleta e tratamento de esgotos, a CAGEPA, impulsionada pela legislação, realizará a contratação de Parceiria Público Privada-PPP para o Sistema de Esgotamento Sanitário, com objetivo de Cumprir as metas de universalização.
Essa ação busca benefíciar o sistem com o aumento de investimentos, modernização de infraestrutura, agilidade na execução e melhoria da qualidade do serviço, pautada por parâmetros de desempenho na prestação na prestação de serviços ao usuário, buscando o incentivo à melhor eficiência e qualidade do serviço.
A PPP será realizada através de contratos de longo prazo (25 anos), que unem a eficiência e capital privado com a gestão pública para universalizar serviços de esgoto. Esses acordos visam superar o atual déficit de infraestrutura.
A Cagepa assumiu o desafio de formalização de uma PPP, como forma de adequação à legislação, contemplando a região de abrangência de áreas urbanas e rurais de 85 municípios do Estado da Paraíba, até 2039, contemplando 90% da população na área do projeto com acesso à coleta e ao tratamento de esgoto.
O Bloco de Licitação que abrange 02 das 04 Microrregiões de Saneamento Básico (MSB) instituídas pela LC nº 168/2021 da Paraíba: Litoral e Alto Piranhas.
O modelo Contratual da PPP será por Concessão Administrativa do serviço público de esgotamento sanitário, de forma integral, abrangendo a coleta, transporte, tratamento e disposição final adequados dos esgotos sanitários, incluindo a implementação e operação de soluções alternativas e a execução de serviços complementares, na qual o Parceiro privado será remunerado pela CAGEPA mediante o pagamento de Contraprestações Mensais.
Na Gestão Comercial as obrigações serão compartilhadas entre a CAGEPA e a Concessionária.
Quanto à Infraestrutura será realizada a Expansão de redes, interceptores, estações elevatórias e ETEs.

O Desafio Inicial: Parte-se de 42% de atendimento.
• Meta Contratual: Atingimento de 90% no 13º ano de concessão (2039).
• Impacto Real: Inclusão de aproximadamente 1 milhão de novos habitantes no sistema formal de esgotamento sanitário.
• Sustentabilidade: Manutenção da universalização do ano 13 ao 25, acompanhando o crescimento vegetativo da população.

Salto na Infraestrutura: Construção de 104 novas ETEs e adição de 2,8 mil km de redes, mais que dobrando a cobertura atual.

Marcus Vinícios Fernandes Neves
Diretor Presidente - Diretor de novos Negócios, Inovação e Meio Ambiente

Jorge Gurgel de Souza
Diretor Administrativo Financeiro

Flávio Oliveira da Silva
Diretor de Expansão

Issac Fernandes Vieira Veras
Diretor Comercial

Thiago de Sousa Pessoa
Diretor de Operação e Manutenção

Bruno Moreira Rodrigues
Contador - CRC PB 13427/O-1

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Senhores
Acionistas e Administradores da
COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTOS DA PARAÍBA
CAGEPA
João Pessoa/PB

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Companhia de Água e Esgotos da Paraíba - CAGEPA (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2025, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia de Água e Esgotos da Paraíba - CAGEPA, em 31 de dezembro de 2025, o desempenho das suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeira (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standard Boards (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros Assuntos
Demonstrações do valor adicionado

A demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia.
Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está reconciliada com as demonstrações e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos do Pronunciamento Técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente preparada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório Integrado, cuja expectativa de recebimento da sua versão final é posterior à data deste relatório.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório Integrado e não expressaremos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade prevista na NBC TA 720 é a de ler o Relatório Integrado e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório Integrado, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito, haja vista que até a data de conclusão do nosso trabalho, o relatório integrado não havia sido formalizado.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.
Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.
Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.
Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:
• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
• Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Natal/RN, 02 de março de 2026.

Felipe da Silva Moreira
Contador - CRC RN 10940/O-5

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Aos 12 dias do mês de março de dois mil e vinte e seis, às nove horas, através de videoconferência, realizou-se a Reunião do Conselho Fiscal da Companhia, onde foi examinado o Relatório Integrado da Companhia, levantadas em 31 de dezembro de 2025, elaboradas sob a responsabilidade de sua Administração e auditadas pela Emerson Auditores e Consultores, compreendendo: Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado de Exercício, Demonstração do Fluxo de Caixa, Demonstração do Valor Adicionado, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, as Notas Explicativas e o Relatório dos Auditores Independentes. Examinados todos os documentos acima citados, com base nas análises periódicas, nos esclarecimentos prestados pela Companhia e respaldado no Relatório elaborado pelos Auditores Independentes, decidiu o Conselho Fiscal exarar o seguinte parecer:

PARECER
Os membros do Conselho Fiscal da COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTOS DA PARAÍBA - CAGEPA, procederam ao exame do Relatório Integrado e das Demonstrações Contábeis da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, e com base no Relatório emitido pelos Auditores Independentes elaborado sob a responsabilidade da Emerson Auditores e Consultores, as Demonstrações Contábeis apresentadas pela Administração representam adequadamente, em seus aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTOS DA PARAÍBA - CAGEPA, em 31 de dezembro de 2025, e, por seus membros abaixo assinados, opinam favoravelmente a sua aprovação pela Assembleia Geral Ordinária da Companhia.

João Pessoa - PB, 12 de março de 2026.

Rodolfo Emanuel Lima Serrano
Presidente do Conselho Fiscal

Ana Izabella Freitas
Membro do Conselho Fiscal

Pedro Sant'angelo Mariano
Membro do Conselho Fiscal

Francisco Xavier M. da Franca
Membro do Conselho Fiscal

MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração da Companhia de Água e Esgotos da Paraíba (CAGEPA), em reunião realizada nesta data, após análise detalhada do Relatório Integrado e das Demonstrações Contábeis referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025 incluindo o Balanço Patrimonial, a Demonstração de Resultados, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, a Demonstração dos Fluxos de Caixa, a Demonstração do Valor Adicionado e a Proposta de Destinação do Lucro do Exercício, todas acompanhadas de suas respectivas notas explicativas, considerando ainda as análises realizadas, os esclarecimentos fornecidos pela Diretoria Executiva, bem como os Pareceres dos Auditores Independentes da Emerson Auditores e Consultores S/S e do Conselho Fiscal, DECIDE, por maioria dos votos, recomendar à Assembleia Geral Ordinária da Companhia a aprovação dos referidos documentos, em conformidade com o inciso V do artigo 142 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e o artigo 27, item IV, do Estatuto Social da Companhia.

João Pessoa, 17 de março de 2026

Lúcio Landim Batista da Costa
Presidente do Conselho de Administração

PROMOVA **A INCLUSÃO E A ACESSIBILIDADE** DO SEU NEGÓCIO COM OS SERVIÇOS DO BRAILLE A UNIÃO

- **IMPRESSÃO BRAILLE E BRAILLE-TINTA EM DIFERENTES FORMATOS GRÁFICOS**
  cardápios, folders, cartilhas, marcadores de páginas etc.
- **AUDIODESCRIÇÃO EM QR CODE**

MARKETING EPC

SOLICITE UM ORÇAMENTO:
brailleauniao@epc.pb.gov.br
(83) 3218-6500/ (83) 98201-9809

Braille A UNIÃO
EPC EMPRESA PARAIBANA DE COMUNICAÇÃO